

BRASIL 2016

recessão



e golpe



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

BRASIL 2016

recessão
e
golpe



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

BRASIL 2016 RECESSÃO E GOLPE

ALEXANDRE GUERRA
ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA
GUILHERME SANTOS MELLO
IGOR ROCHA
KJELD AAGAARD JAKOBSEN
LUÍS FERNANDO VITAGLIANO
MATHEUS TANCREDO TOLEDO
PEDRO SIMON CAMARÃO TELLES RIBEIRO
RONNIE ALDRIN SILVA
ROSE SILVA
VILMA LUIZA BOKANY
WILLIAM NOZAKI



2017

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann
Vice-presidenta: Fátima Cleide
Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos
Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Preparação editorial e revisão: Miguel Yoshida

Coordenação da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas

Projeto gráfico e editoração: Caco Bisol

Foto da capa: dmscs/MorgueFile

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br
f: 11 5571 4299

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823 Brasil 2016 : recessão e golpe / Alexandre Guerra ... [et al.]. – São Paulo :
Fundação Perseu Abramo, 2017.
288 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-084-3

1. Brasil - Política e governo - 2016. 2. Brasil - Impeachment. 3. Rousseff,
Dilma, 1947- Impeachment. 4. Brasil - Crise política. 5. Golpe. 6. Política
econômica. I. Guerra, Alexandre.

CDU 32(81)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 7** APRESENTAÇÃO
- 11** CRISE DA POLÍTICA DE ALIANÇAS
E A CONSTRUÇÃO DA
OPINIÃO PÚBLICA
- 39** OS IMPASSES DA ECONOMIA
- 63** A CONSTRUÇÃO DO GOLPE
- 89** O ACORDO PROGRAMÁTICO
- 113** A CONJUNTURA INTERNACIONAL
E REGIONAL
- 127** RELATO DOS FATOS E TRAMAS
DA DERRUBADA DA PRESIDENTA
DILMA ROUSSEFF
- 149** O GOLPE CONTRA O ESTADO
- 185** A POLÍTICA ANTISSOCIAL
- 217** A POLÍTICA ECONÔMICA
- 235** O GOLPE DE ESTADO CONTRA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 259** A LUTA POLÍTICA DEPOIS DO GOLPE
- 259** SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

APRESENTAÇÃO

O livro *Brasil 2016: Recessão e Golpe* é resultado do trabalho do Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo que, ao longo do ano passado, fez um acompanhamento sistemático da conjuntura internacional e nacional, como ficou registrado nos dez boletins mensais publicados a partir de março. O livro pretende, além de repassar os acontecimentos, ensaiar análises mais aprofundadas e hipóteses explicativas do ocorrido, partindo de uma visão interdisciplinar e de conjunto.

O ano de 2016 não foi um período qualquer em nossa história. O país atravessou a recessão econômica mais prolongada e profunda em muitos anos e sofreu um golpe de Estado que derrubou uma presidenta progressista legitimamente eleita, pouco mais de cinco décadas depois da intervenção civil-militar de 1964. Como se verá neste livro, o cenário ensejou um dos maiores e mais agressivos ataques aos direitos sociais desde o fim da ditadura (1985).

Os seis primeiros capítulos tratam da gestação do golpe de Estado até a derrubada definitiva da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Nos dois primeiros, recorreremos aos impasses nos terrenos da política e da economia. Houve, ao longo do primeiro mandato da presidenta, um processo de erosão da governabilidade. O núcleo

golpista trabalhou para esse resultado e o potencializou a cada passo. As dificuldades resultantes da crise econômica internacional e de tropeços na gestão economia pavimentaram esse terreno.

Nos terceiro e quarto capítulos, respectivamente, mostramos que, ao contrário da cortina de fumaça da suposta campanha contra a corrupção, tratava-se de fato de romper e reverter o contrato social do Constituição Federal de 1988. Os direitos sociais que ali estão inscritos foram resultado das lutas populares e operárias antitiditatorias; eram terreno político ganho pelo povo brasileiro contra as oligarquias. Os governos do PT atualizaram e ampliaram essas conquistas. O golpe de 2016 visa reverter essa trajetória de três décadas de construção de uma sociedade de direitos.

Nos dois capítulos seguintes, são apresentadas a dimensão internacional da conjuntura brasileira e uma sistematização da trama final, desde a aceitação por Eduardo Cunha da tramitação do pedido de *impeachment*, até a votação final no Senado Federal.

A partir daí, abre-se a segunda parte do livro. Os quatro capítulos seguintes mostram o programa de governo golpista em seus primeiros atos. Buscando desmanchar a herança do Estado desenvolvimentista dos governos do PT, o ataque aos direitos sociais das maiorias e a desestruturação das políticas públicas de inclusão social, a gestão macroeconômica que aprofundou e prolongou a recessão e, finalmente, a reversão que o golpe está provocando em relação à política de desenvolvimento regional que os governos do PT haviam impulsionado.

Finalizamos o livro com os principais fatos políticos ocorridos depois do golpe em 2016. O programa reacionário implementado pelos golpistas tem enfrentado uma intensa resistência popular. Tamanho retrocesso social e de projeto do país, decorrente destas medidas, nunca seria vitorioso nas urnas, por isso é implementado por um governo ilegítimo, que chegou ao poder por meio de um golpe. Mas

não se deve subestimar a capacidade político-ideológica que essa direita, de ânimos renovados e velhos objetivos, tem adquirido na conjuntura atual no país, na região e em nível internacional.

O Brasil está imerso em um período histórico em que a disputa de projetos tem-se aprofundado e agudizado. Este trabalho busca ser uma contribuição aos esforços que o Partido dos Trabalhadores (PT) e outras organizações partidárias e movimentos sociais do campo progressista realizam para analisar os acontecimentos de 2016, e para projetar novas estratégias políticas e propostas programáticas com vistas à continuidade da luta por um Brasil mais democrático e igualitário.

CRISE DA POLÍTICA DE ALIANÇAS E A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

INTRODUÇÃO

O golpe de 2016 não foi uma “tempestade em céu azul”. Após chegar ao governo em janeiro de 2011, sucedendo a aprovação recorde de Lula, e com base parlamentar maior que de seu antecessor, Dilma começou a perder apoio já em meados de seu primeiro mandato.

Em junho de 2013, uma série de manifestações nasceu da reivindicação de redução da tarifa de ônibus. Sem lideranças, milhares de pessoas vão às ruas durante um mês. A mídia e a oposição, oportunistas, redirecionam o foco das reivindicações para o governo federal, que se torna o principal alvo. Nascidas na esquerda e incorporadas pela direita, as manifestações rejeitaram o apoio de partidos políticos, questionaram a legitimidade das instituições democráticas e encerraram a lua de mel com o governo Dilma, que perdeu drasticamente o apoio popular.

A campanha eleitoral de 2014 foi a mais acirrada desde a democratização e teve início com parte da coligação de apoio a Dilma flertando com a oposição. Além disso, sofreu solavancos, seja com a

morte do candidato Eduardo Campos (PSB) ou com as reportagens dolosas da revista *Veja*, buscando alterar o resultado eleitoral, contra Dilma Rousseff. O debate sobre a condução da economia, ponto nevrálgico da campanha, se polarizou em duas propostas: uma que prometeu ajuste neoliberal para recuperação da economia e outra que propôs fortalecimento da política econômica desenvolvimentista, comprometida com o combate à inflação e crescimento econômico sustentável, sem perdas de conquistas sociais e direitos dos trabalhadores.

Dilma teve vitória apertada, a oposição não reconheceu a derrota e tentou impedir a diplomação e posse da presidenta. A expectativa da população em torno do segundo mandato foi positiva, mas a partir da nomeação do novo ministério, com a escolha de Joaquim Levy e o anúncio de mudanças na orientação econômica, o governo perdeu popularidade.

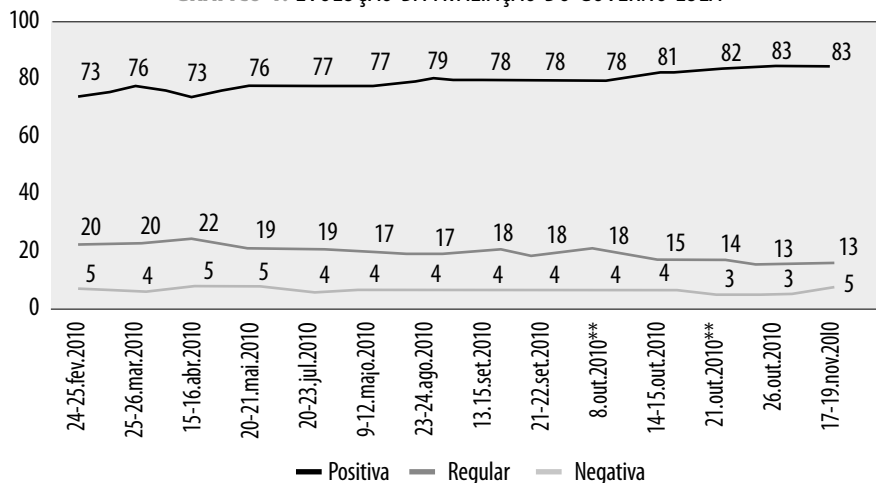
Somado a isso, Eduardo Cunha (PMDB) na presidência da Câmara dos Deputados dificultou a votação de projetos importantes, sabotando abertamente a governabilidade. O vazamento de informações seletivas sobre corrupção, denúncias de operadores da Petrobras, levaram à paralisação do governo, estagnação da economia e criaram o cenário propício para a instauração do processo de *impeachment*.

A complexidade do golpe que o Brasil viveu em 2016 exige atentar para uma série de fatores, que vamos analisar a seguir.

DILMA ASSUME O GOVERNO EM 2011

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerra seu 2º governo como o melhor presidente do Brasil, para 71% da população e, segundo o Datafolha, avaliação positiva recorde de 83,4%. Com isso, faz de Dilma, sua sucessora, a primeira mulher presidente do Brasil com cerca de 55 milhões de votos (56% dos votos válidos).

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA



Fonte: Datafolha

**Pergunta: Na sua opinião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

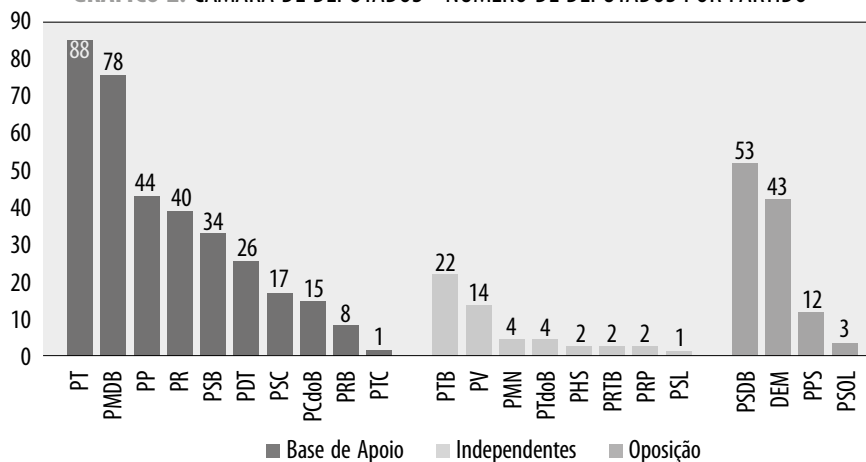
Durante a campanha, Dilma demonstrou disposição para combater a corrupção e manter a política econômica do presidente Lula. Pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em dezembro de 2010, antes da posse, indicava que para 83% dos brasileiros Dilma faria um governo igual ou melhor que o ex-presidente Lula, para 73% sua gestão seria ótima ou boa e um terço (31%) acreditava que as promessas de campanha seriam cumpridas.

Os resultados eleitorais, em geral, estão relacionados ao bom desempenho da economia. Perante esse cenário favorável, a política de alianças adotada para eleger o governo Dilma atraiu o apoio formal do PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN, uma coalizão ampla, heterogênea e contraditória, mas com número suficiente para aprovar inclusive emendas constitucionais.

Ao assumir o governo, em janeiro de 2011, Dilma conta com apoio de até 402 deputados, 80% da Câmara, sendo 351 da base aliada, 51 independentes e uma oposição de 111. Condição mais favorável que a do ex-presidente Lula quando assumiu seu 2º mandato,

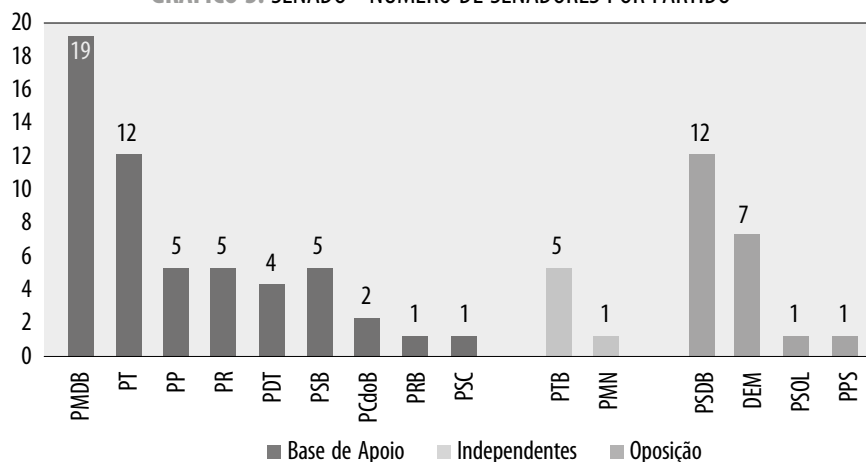
com 276 deputados aliados, 81 independentes e 156 na oposição. No Senado, Dilma obteve o apoio de até 76%, 60 senadores, sendo 54 senadores de apoio consistente e seis independentes. A configuração dos partidos na Câmara e Senado foi a seguinte:

GRÁFICO 2: CÂMARA DE DEPUTADOS - NÚMERO DE DEPUTADOS POR PARTIDO



Fonte: Jornal da Câmara em 01-02-2011 – Legislatura
www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20110201

GRÁFICO 3: SENADO - NÚMERO DE SENADORES POR PARTIDO



Fonte: Site Senado Federal
 Considerando senadores titulares efetivamente diplomados

Na presidência do Senado, José Sarney (PMDB-MA) e na Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS).

Dilma inicia o mandato com 36 pastas ministeriais. Mantém nove ministros da gestão anterior e substitui 27. Os petistas ficam com 16 dos 36 ministérios e 20 cadeiras ficam para os outros nove partidos que apoiaram sua candidatura, o que gera descontentamento entre os partidos aliados, sobretudo PMDB e PSB, que esperavam maior participação no primeiro escalão do governo (seis do PMDB e dois do PSB).

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DO MINISTERIO 2011 - POSSE

| Ministérios | Ministro | Partido | Ministérios | Ministro | Partido |
|-------------------------|--------------------|----------------|-------------------------|------------------------------|----------------|
| Advocacia-Geral | Luis Inácio Adams | | Igualdade Racial | Luiza Bairros | |
| Agricultura | Wagner Rossi | PMDB-SP | Integração Nacional | Fernando Bezerra Coelho | PSB-PE |
| Assuntos Estratégicos | Moreira Franco | PMDB-RJ | Justiça | José Eduardo Cardozo | PT-SP |
| Casa civil | Antonio Palloci | PT-SP | Meio Ambiente | Isabella Teixeira | |
| Cidades | Mario Negromonte | PP-BA | Minas e Energia | Edison Lobão | PMDB-MA |
| Ciência e Tecnologia | Aloizio Mercadante | PT-SP | Pesca e Agricultura | Ideli Salvatti | PT-SC |
| Comunicação | Paulo Bernardo | PT-PR | Planejamento | Miriam Belchior | PT-SP |
| Comunicação Social | Helena Chagas | | Previdência | Garibaldi Alves | PMDB-RN |
| Controladoria-Geral | Jorge Hage | | Relações Exteriores | Antonio Patriota | |
| Cultura | Ana de Hollanda | | Relações Institucionais | Luiz Sérgio | PT-RJ |
| Defesa | Nelson Jobim | PMDB-RS | Saúde | Alexandre Padilha | PT-SP |
| Desenvolvimento | Fernando Pimentel | PT-MG | Secretaria das Mulheres | Iriny Lopes | PT-ES |
| Desenvolvimento Agrário | Afonso Florence | PT-BA | Secretaria de Portos | Leônidas Cristino | PSB-CE |
| Desenvolvimento Social | Tereza Campello | PT-RS | Secretaria Geral | Gilberto Carvalho | PT-SP |
| Direitos Humanos | Maria do Rosário | PT-RS | Segurança Institucional | José Elito Carvalho Siqueira | |
| Educação | Fernando Haddad | PT-SP | Trabalho | Carlos Lupi | PDT-RJ |
| Esporte | Orlando Silva | PCdoB-RJ | Transporte | Alfredo Nascimento | PR-AM |
| Fazenda | Guido Mantega | PT-SP | Turismo | Pedro Novais | PMDB-MA |

Entre a população, 45,5% aprova o ministério anunciado, segundo Pesquisa Datafolha realizada à época.

Apesar da maioria dos parlamentares no Senado e Câmara e do amplo leque de partidos na base governista, Dilma enfrenta dificuldades para governar devido à falta de compromisso programático, identificação ideológica e fragmentação da base, composta, em boa parte, por partidos fisiológicos, ávidos por espaço no governo, dando apoio em troca de cargos em ministérios e nomeações em estatais.

Os problemas no governo começam nos primeiros meses, com a queda do ministro Antonio Palocci, que inaugura um total de sete ministros a cair no primeiro ano do mandato. Além dele, caíram na sequência Alfredo Nascimento (Transportes), Nelson Jobim (Defesa), Wagner Rossi (Agricultura), Pedro Novais (Turismo), Orlando Silva (Esportes) e Carlos Lupi (Trabalho), alguns deles por acusações de corrupção, o que confere à Dilma junto à opinião pública, a fama de estar fazendo a “faxina ética” prometida na campanha.

Se, por um lado isso traz popularidade à presidenta junto à população, por outro lhe traz problemas junto aos parlamentares que se irritam com o governo e reclamam que a presidenta Dilma não considera opiniões dos aliados e conduz de forma centralizadora as articulações políticas, faltando diálogo e flexibilidade para negociar, criando um mal-estar na base aliada, o que dificulta seu governo.

Ao longo de 2011, Dilma sofre três derrotas. Na votação da Reforma do Código Florestal, quando parte do PMDB e a bancada ruralista mostram sua aliança e força; a do Trem Bala e a da Lei Geral da Copa.

A oposição obstrui discussões para mudar ou paralisar propostas do governo. Apesar disso, a presidenta Dilma sai vitoriosa no primeiro ano de mandato, fazendo concessões, sem ceder a chantagens, e fecha 2011 com avanços importantes: lança a Rede Cegonha, programa de apoio a gestante; o Plano Brasil Sem Miséria, para erradicar

a extrema pobreza e tirar 16,2 milhões de brasileiros da miséria; constrói milhares de cisternas; amplia a capacitação técnica da população, com o Pronatec, aumenta a ampliação do programa Bolsa Família e lança a segunda fase do Minha Casa, Minha Vida.

Mesmo com um ano difícil para a economia, com crescimento do PIB de 2,7%, inferior aos 5,5% projetados, mantém o emprego formal em alta, com apenas 5% de desemprego, garantindo seu apoio popular.

No primeiro ano de governo, das 82 votações na Câmara, 448 deputados votaram com o governo em 50% das vezes ou mais e 103 menos de 50%, segundo o Basômetro¹. Comparado ao governo Lula, das 488 votações, 484 deputados votaram com o governo em 50% das vezes ou mais e 145 menos, uma perda de 44 deputados.

O chamado núcleo duro do governo² no 2º mandato de Lula, era composto por 355 deputados. Em 2011, 330 dos 513 deputados votaram de acordo com a orientação do governo em 90% das vezes, uma perda de 25 deputados comparados ao governo anterior e 20 em relação à base de apoio de 351 deputados firmada na eleição.

Os partidos da base que mais se rebelaram foram o PDT, o PR e o PSC (votaram com o governo em 84%, 85% e 88%, respectivamente). No Senado, das 35 votações em 2011, 58 senadores apoiaram o governo em 90% das vezes ou mais, 7 senadores a menos que os 65 da base. O PDT e o PSC também no Senado tiveram menor participação no núcleo duro do governo (80% e 83%, respectivamente)

Em 2012, a infidelidade aumenta e somente 141 deputados se mantêm no núcleo duro do governo. Apenas o PT, PCdoB e PTC votam com o governo em mais de 90% das 55 votações. Os que mais

1. Basômetro: ferramenta online do Estadão Dados que mede a taxa de governismo do Congresso, votação a votação.

2. O núcleo duro é formado pelos parlamentares que votam com o governo 90% das vezes ou mais (*O Estado de São Paulo*, 3.ago.2013).

debandaram foram o PR (apoiou o governo em 66% das votações), o PSC (68%) e o PDT (79%). O PMDB, principal aliado e vice na chapa, vota com o governo em 83% das vezes, assim como o PP, o PRB em 86% e o PSB em 87%. No Senado, mais disciplinado, apenas o PDT não segue a orientação em mais de 90% das votações.

As principais derrotas do governo foram a obstrução da votação da Lei Geral da Copa antes da definição do Código Florestal e a rejeição da recondução de Bernardo Figueiredo, indicação de Dilma, para a direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Outras votações em que o governo perde, ou vê as tramitações sendo obstruídas, foram, nesse ano, as da medida que facilita empréstimo a pessoas com deficiências; a da Lei Geral da Copa; a do Código Florestal; a MP de Subsídio para produção de cana-de-açúcar; a de estímulo de pagamento do PASEP; a da destinação de 100% dos royalties do petróleo e pré-sal para a educação; o Marco Civil da Internet; e o PL de prorrogação das concessões de energia e diminuição de tarifas.

As derrotas e obstruções demonstram o descontentamento de importantes setores da economia como o ruralista (no Código Florestal), o de transporte e infraestrutura (Lei Geral da Copa, Trem Bala e ANTT), o setor energético (Subsídio da cana, petróleo e pré-sal) e comunicação (Marco Civil da internet), com o governo. Apesar disso, a presidenta Dilma obteve conquistas importantes como a instalação da Comissão da Verdade; a Lei de Acesso a Informação e a lei de reserva de vagas nas universidades federais a estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.

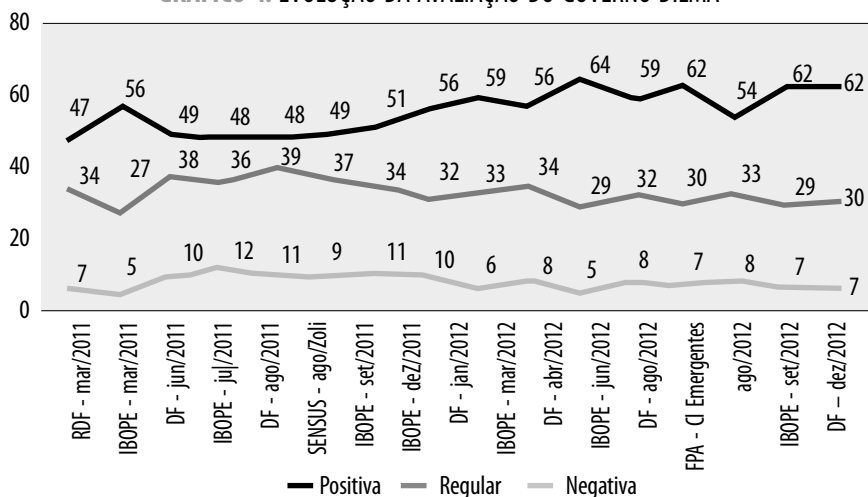
No âmbito econômico, o governo vinha pressionando pela queda da taxa de juros. No entanto,

[...] o crescimento econômico de 2012 foi ineficaz (0,9% do PIB) para alcançar a retomada do crescimento com distribuição da renda, levando o governo a suspender a orientação, retomando a política de juros altos e

câmbio livre, além de promover privatizações em diversos setores. Instaurou-se uma verdadeira guerra contra o “intervencionismo na economia”, pressionando o governo a voltar atrás, o que divide o empresariado, atraindo o capital produtivo para a órbita da coalizão rentista. (Singer, 2015)

Predomina a satisfação com o governo e a popularidade da presidenta Dilma e sua avaliação pessoal batem recordes, superando seus antecessores na metade dos mandatos (FHC 1 com 47% de avaliação positiva aos dois anos de governo e Lula, 45%, na metade do 1º mandato, segundo o Datafolha).

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA



Fonte: Datafolha

****Pergunta:** Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

Ainda em 2012, em agosto o Supremo Tribunal Federal (STF) inicia o julgamento da Ação Penal 470, conhecida como “Mensalão”. O julgamento tem ampla cobertura jornalística e é transmitido pela TV, rádio e internet. Dos 25 réus condenados, sobressaem as condenações de José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares (todos do PT), contribuindo para desestabilizar a credibilidade no governo.

Em 2013, a substituição de Marco Maia (PT) por Henrique Eduardo Alves (PMDB) na presidência da Câmara, e de Sarney por Renan Calheiros (PMDB), no Senado, dão mais poder ao PMDB, que começa a impor uma sequência de derrotas mais pesadas ao governo, cinco delas no primeiro semestre.

A primeira, na votação da MP de incentivos federais para alfabetização na idade certa; na votação da criação do Tribunal Regional Federal (TRF) – uma das maiores derrotas do governo; na votação para pagamento do Benefício Garantia-Safra; na do aumento do salário de auditores da receita do trabalho e na MP que zerava certos impostos para a cesta básica.

Há um aumento da inflação e investidores passam a apostar na alta da taxa Selic, mudanças nas regras da poupança e subsídio em linhas de crédito do BNDES. A elevação da taxa de juros permitiria maiores ganhos ao setor financeiro, mas romperia com a retomada do desenvolvimento e avanços progressistas. Em abril, o Banco Central promove o aumento da taxa Selic.

No discurso de 1º de maio de 2012, a presidenta Dilma havia pressionado os bancos: *É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo* e pediu a redução para garantir o crescimento econômico, questionada pelos neoliberais como intervenção do Estado na economia. O governo ficou isolado tanto do setor rentista, quanto do empresariado e derrubar o ministro Mantega torna-se a meta do setor financeiro. Assim,

[...] os juros voltaram a subir, ameaçando a perspectiva de crescimento pelo terceiro ano consecutivo e reposicionando o empresariado em relação aos trabalhadores, sobressaindo a posição de que o crescimento da economia dependeria agora de uma redução do custo da mão de obra. (Singer, 2015)

Em maio, o boato veiculado pela grande mídia de que o programa Bolsa Família acabaria, leva milhares de beneficiários para sacar o benefício nos caixas eletrônicos, criando uma sensação de insegurança, de que o programa poderia acabar.

A partir de 2013, a Fiesp rompe com o governo e se une ao capital rentista, alegando que a redução de juros e desoneração da folha de pagamento não causaram o efeito desejado e passam a pressionar por cortes nos gastos públicos, diminuição de salários e aumento da taxa de juros, um ajuste fiscal que exige mudança na condução da política econômica, para ganho do capital (Singer, 2015). Em 2011-2012, o Dieese registra uma retomada importante da luta dos trabalhadores, com 554 greves em 2011 e 873 em 2012, números não vistos desde 1996.

Em junho de 2013, a pressão contra o governo passa a vir também das ruas.

JORNADAS DE JUNHO E COPA DO MUNDO

No dia 2 de junho, a prefeitura e o estado de São Paulo aumentam R\$ 0,20 na tarifa do transporte público. Houve também aumentos nas mais diversas cidades do país. O Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo convoca o primeiro ato contra o aumento da tarifa para 6 de junho. A passeata reúne mais de 15 mil manifestantes, o Batalhão de Choque da Polícia Militar reprime com gás lacrimogêneo e balas de borracha e deixa um saldo de 15 detidos e pelo menos oito feridos. (Judensneider, *et al*, 2013). A partir desse primeiro ato, uma onda de protestos surpreende o país.

A mídia tradicional primeiro desqualifica o ato, acusando os manifestantes de vandalismo e vinculação a partidos ou associações políticas radicais, cobrando maior rigor da polícia. Apesar da disposição do prefeito Fernando Haddad (PT) ao diálogo, a prefeitura e

o governo de São Paulo se mantém irredutíveis à redução da tarifa. Outras cidades como Goiânia, Natal e Porto Alegre conseguem a suspensão do aumento.

No quarto ato, dia 13 de junho, no Teatro Municipal de São Paulo, o Batalhão de Choque dá reforço à Polícia Militar e avança contra mais de 20 mil manifestantes com balas de borracha, bombas e gás lacrimogêneo, atingindo transeuntes e profissionais da imprensa. Mais de duzentos manifestantes são detidos e pelo menos cem feridos, inclusive sete jornalistas, dois deles no olho, por balas de borracha. A mídia, que cobrava repressão por parte da polícia, muda seu discurso de forma estratégica, guiando a opinião pública e agregando novos manifestantes. A reivindicação, a princípio pela redução da tarifa, ganha novas pautas, com ênfase ao direito de se manifestar.

Diante de inúmeros relatos e vídeos que evidenciam a forte repressão policial ocorrida nessa noite, as declarações feitas nas redes sociais começam a deslocar o eixo temático das manifestações da questão da tarifa para o direito de se manifestar. (Judensneider, *et al*, 2013)

A partir disso, os protestos tomam volume inédito, chegando a centenas de milhares de pessoas, e paralisam as principais vias públicas, em dezenas de cidades do país, nacionalizando o movimento, que recebe apoio em 27 cidades fora do país. O discurso da imprensa passa a ser de defesa das manifestações, substituindo o discurso pela diminuição da tarifa por um discurso mais genérico:

Isso é por nossos direitos! Não é pelos 20 centavos. É pela ditadura e democracia inexistentes, repressão e opressão, correntes e prisões sem muros, a roubalheira do governo, pela falta de atenção e prioridade da saúde e educação, pela violência. Nós somos brasileiros e não fugimos à luta. (Judensneider, *et al*, 2013)

Dessa forma, a pauta, que era municipal, passa a ser direcionada ao governo federal e ao PT. A Folha publica foto de um jovem com uma jaqueta com o símbolo do PT riscado por um *xis*. As manifestações se tornam nacionalistas, com hino nacional, bandeiras do Brasil, caras pintadas de verde e amarelo, grande apoio da mídia e sem a presença ostensiva da polícia. A tarifa fica em segundo plano. A cobertura do dia seguinte evidencia a proliferação de pautas, o caráter pacífico do verde e amarelo, nas camisetas do Brasil e cartazes com os dizeres “Fora Dilma! Fora PT”. (Judensneider, 2013)

A pesquisa Datafolha de 17 de junho com os participantes da manifestação revela que 56% protestavam contra o aumento do transporte público, mas 40% dizem ter ido para reclamar da corrupção, 31%, contra a repressão/violência policial, 27% por um transporte público de melhor qualidade e 24% contra os políticos.

No dia 18, o MPL se reúne com o prefeito e o conselho da cidade, recebe apoio dos conselheiros e o prefeito considera rever o aumento. Outras sete prefeituras revogam o aumento: Cuiabá, João Pessoa, Montes Claros, Foz do Iguaçu, Porto Alegre e Recife.

Somente nesta data, a presidenta Dilma se pronuncia pela primeira vez sobre os protestos. Em seu discurso reconhece a grandeza das manifestações e afirma que *Essas vozes das ruas precisam ser ouvidas e que seu governo está ouvindo essas vozes pela mudança... está empenhado e comprometido com a transformação social.*

Em um determinado momento, a Juventude do PT, integrantes da CUT, MST e PSOL são banidos das ruas, sob os brados de: “Abaixo as bandeiras!” “Sem bandeiras, sem partido!”. Sem lideranças unificadoras, a extrema-direita passa a incitar contra o governo, contra o PT, contra os partidos e os comunistas, induzindo a uma onda nacional-fascista.

No dia 19 de junho, dezenas de cidades por todo o país anunciavam a redução da tarifa, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. No

dia seguinte (20), a maior mobilização popular desde o início da onda de protestos leva às ruas mais de 1 milhão de pessoas em mais de 300 cidades do país, entre elas 22 capitais, para comemorar a vitória e seguir com os pedidos por “mais saúde, educação e menos corrupção”. Em Brasília, manifestantes tentam invadir o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

O crescimento da onda de protestos leva à formulação de uma proposta da presidenta Dilma Rousseff para responder aos protestos: *O foco será: primeiro a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS.* e sugere uma Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política, rejeitadas pelo Congresso. O governo não se atentou para a gravidade do momento. A oposição, oportunista, lança-se como contraponto.

Pesquisa realizada pelo Ibope em 20 de junho, nas capitais São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e Salvador mostra que quem foi às ruas possui ensino médio ou superior (92%, sendo 43% com superior) e tem renda acima de dez salários-mínimos (49%). O perfil que se vê nas manifestações é predominantemente mais elitizado, com mais de dois terços com renda familiar acima de cinco salários-mínimos, inversamente à da população brasileira, onde dois terços possuem renda familiar inferior a cinco salários-mínimos. Em São Paulo, os participantes tinham, preponderantemente, formação superior, quando apenas 16% dos paulistanos possuem essa formação escolar (segundo IBGE, Censo Demográfico 2010).

No entanto, o apoio às manifestações era majoritário, com 77% dos paulistanos favoráveis a elas, como indica pesquisa do Datafolha de 18 de junho.

As jornadas de junho trazem novos atores e novas demandas. Movimentos alinhados ao pensamento conservador dão origem ao Movimento Brasil Livre (MBL), que confunde os manifestantes, associando a sigla do MPL, o movimento Vem pra Rua, o Revoltados Online, o Nas Ruas, entre outros, que dois anos depois tomaram as ruas pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff. A força da mídia também aparece durante o processo, como um importante ator, disposto a conduzir a opinião pública e propor pautas de seu interesse.

O debate sobre junho de 2013 é controverso. Há intérpretes que colocam esse período como o início do processo de derrubada da presidenta e vêm na transformação das pautas do MPL em reivindicações difusas, dirigidas ao governo, ao PT e a presidenta o início do golpe, não apenas contra a presidenta, mas contra as esquerdas, que não souberam reagir a essa tomada das ruas. Segundo Jessé Souza, junho de 2013,

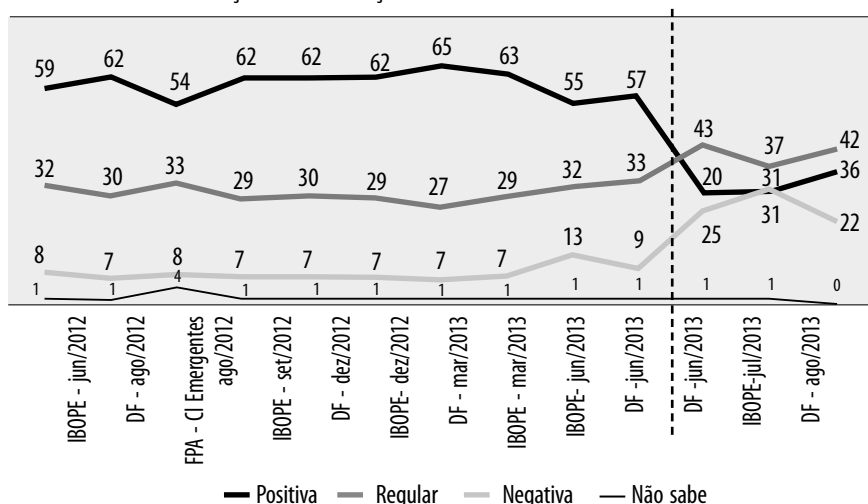
[...] foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda, segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento.” (Souza, J., 2014).

Sem descartar essa análise, há que se considerar que havia uma insatisfação geral e pluralidade de demandas latentes na sociedade, que ecoaram nas ruas. A ausência de orientação política do movimento permitiu essa guinada. As possibilidades estavam abertas e a direita soube aproveitar. As respostas do governo aos apelos das ruas não estiveram a altura do impacto das manifestações.

Como resultado de junho de 2013, no mês seguinte a popularidade do governo Dilma cai mais de 20 pontos. A avaliação positiva,

que se mantivera acima de 50% desde o 2º governo Lula, cai para 30% e a negativa chega a 25%. Há profunda mudança na popularidade do governo, níveis de satisfação e preferência ao Partido dos Trabalhadores (PT), que não retoma o patamar anterior. O ano de 2013, é também um período de lutas sindicais: segundo o Dieese, o número de greves no Brasil chega a 2050.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA (ESTIMULADA E ÚNICA EM %)



P25. Falando agora do governo federal, a presidenta Dilma completou 1 ano e 7 meses de mandato. Na sua opinião, o governo Dilma está sendo ótimo, bom, regular ou péssimo?

Paralelo a isso, sob a presidência da Câmara nas mãos do PMDB em 2013, em 37 votações o governo perde 11 e o núcleo duro governista (aqueles que apoiam o governo em mais de 90% das votações em plenário) fica com 123 parlamentares, dando sequência a perda de apoio que o governo vinha sofrendo com o PT no comando da casa (de 306 deputados em 2011 para 134 parlamentares em 2012 que votaram em pelo menos 90% das vezes com o governo).

O governo termina 2013 com um saldo de 11 derrotas no Congresso. A partir de julho o governo perde seis votações: a de urgência para vincular recursos do FGTS à habitação popular; a de ex-

tinção da contribuição de 10% ao FGTS após demissão; a dos *royalties* do petróleo para educação e saúde; a de aumento do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para licitações; a da redução da dívida para estados e municípios; a do piso salarial e diretrizes para agentes de saúde.

O PMDB na presidência da Câmara se comporta como adversário do governo, determinando o que e quando seria votado, sem priorizar as demandas do governo e muitas vezes vota contra. Os partidos da base de apoio que mais traíram a presidente foram PSD e PSB, este se afastando do Planalto para lançar o candidato próprio, Eduardo Campos, na eleição presidencial. O PSD, primeiro a anunciar publicamente apoio à reeleição de Dilma, agiu como oposição, com voto contra o governo em oito das 11 derrotas. Só para comparar, o PSDB fez isso em nove das 11 votações.

No Senado o número de derrotas subiu de três no primeiro semestre de 2013 para dez no segundo – e todos os partidos aliados votaram alguma vez contra o governo.

Em julho de 2013, na Operação Lava Jato, a Polícia Federal passa a monitorar as conversas de doleiros, que revelam a ligação da organização criminosa com o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa. As investigações apuram que 13 empreiteiras dividiam os contratos com a Petrobras e parte do dinheiro pago em subornos se destinava aos cofres de partidos políticos. Seus desdobramentos seriam amplamente manipulados pela mídia e a direita contra o governo e o PT a partir de 2014.

Apesar do ano difícil, 2013 fecha com realizações importantes do governo, como a aprovação da PEC de direitos aos empregados domésticos; a lei de aposentadoria da pessoa deficiente; a PEC que expropria propriedades em que se encontre trabalho escravo ou análogo; lança o programa Mais Médicos e aprova a destinação de 75% dos royalties do petróleo e pré-sal para a educação e 25% para a saúde.

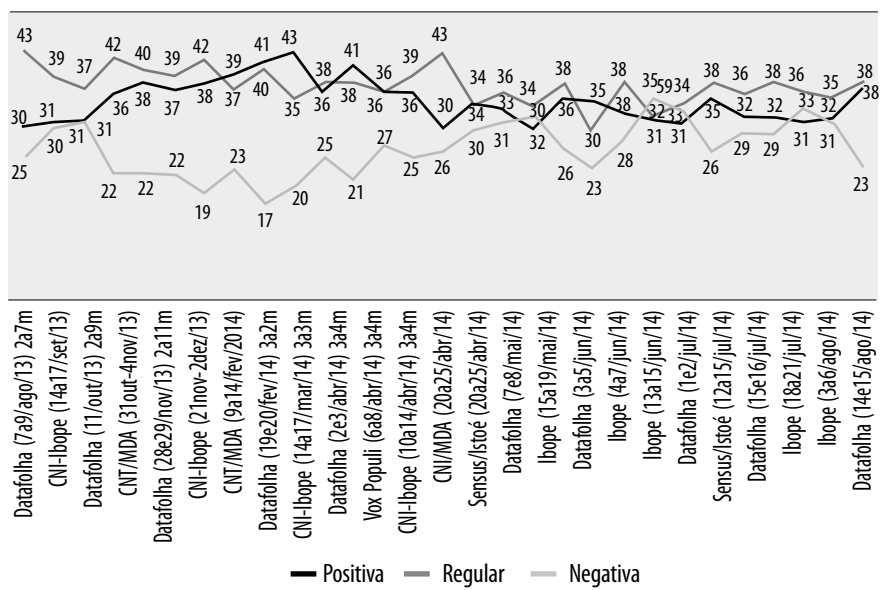
A CAMPANHA ELEITORAL DE 2014 E A REELEIÇÃO

Em março de 2014, é deflagrada a primeira fase da operação Lava-Jato, com 81 mandados de busca e apreensão, 18 de prisão preventiva, dez de prisão temporária e 19 de condução coercitiva. Em 20 de março, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa é preso.

Apesar das manifestações “Copa pra quem?” com foco nas remoções pelas obras da Copa e por serviços públicos padrão FIFA, a Copa do Mundo Brasil de 2014 é um sucesso e o evento acontece sem problemas, afora os 7 a 1 da Alemanha sobre o Brasil.

Dilma recupera parte da popularidade, e as vésperas do início da campanha presidencial o cenário é um pouco mais favorável.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA (ESTIMULADA E ÚNICA EM %)



Em junho, definem-se as coligações de apoio às candidaturas. Ampla e heterogênea, a coligação para reeleição de Dilma conta com nove partidos, PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PROS PCdoB e PRB

o que lhe garante 12 minutos de tempo de TV, quase metade do tempo total da campanha.

Da base anterior, somente o PTB decide apoiar Aécio, que conta igualmente com nove partidos, o PSDB, DEM, PTB, SD, PMN, PTC, PT do B, PEN e PTN que lhe dão direito a seis minutos de TV durante a campanha. Eduardo Campos, do PSB, lança candidatura própria apoiada por seis partidos, o PSB, PRP, PPS, PSL, PPL e PHS, com direito a apenas dois minutos de TV.

O PMDB, do vice Michel Temer, divide seu apoio nas coligações estaduais a dez governadores petistas e nove tucanos. Na convenção nacional do partido, o apoio à reeleição da presidenta Dilma teve 398 votos (59,13%), contra 275 (40,87%) e 64 brancos, nulos e ausentes. O grupo dissidente do PMDB dizia que Dilma não incluía o PMDB nas decisões, discurso que se repetiu mais tarde na preparação do golpe.

Definidas as candidaturas e coligações e iniciada a campanha eleitoral, Dilma sai em vantagem, com 38% contra 37% na soma de demais candidatos (Aécio 22%, Campos 8%, Pastor Everaldo 3% e Eduardo Jorge, José Maria e Luciana Genro 1%, cada), segundo pesquisa do Datafolha entre 15 e 16 de julho.

Pela primeira vez na história do país, um presidencialível morre durante a campanha. Em queda de avião, o candidato Eduardo Campos (PSB), 3º colocado nas pesquisas, morre e torna o cenário eleitoral

TABELA 2: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2014 INTENÇÃO DE VOTO (ESTIMULADA E ÚNICA EM %)

| | Datafolha 15e16/ jul/14 | IBCPE 18a21/ jul/14 | IBCPE 3a6/ ago/14 | Datafolha 14e15/ ago/14 | CNT/MDA 21a24/ ago/14 | Ibope 23a24/ ago/14 | Datafolha 28e29/ ago/14 |
|----------------|-------------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Dilma Rousseff | 36 | 38 | 38 | 36 | 34 | 34 | 34 |
| Aécio Neves | 20 | 22 | 23 | 20 | 16 | 19 | 15 |
| Marina Silva | | | | 21 | 28 | 29 | 34 |
| Eduardo Campos | 8 | 8 | 9 | | | | |
| Outros | 8 | 7 | 6 | 5 | 2 | 3 | 3 |
| Branco/nulo | 13 | 16 | 13 | 8 | 9 | 7 | 7 |
| Não sabe | 14 | 9 | 11 | 9 | 10 | 8 | 7 |

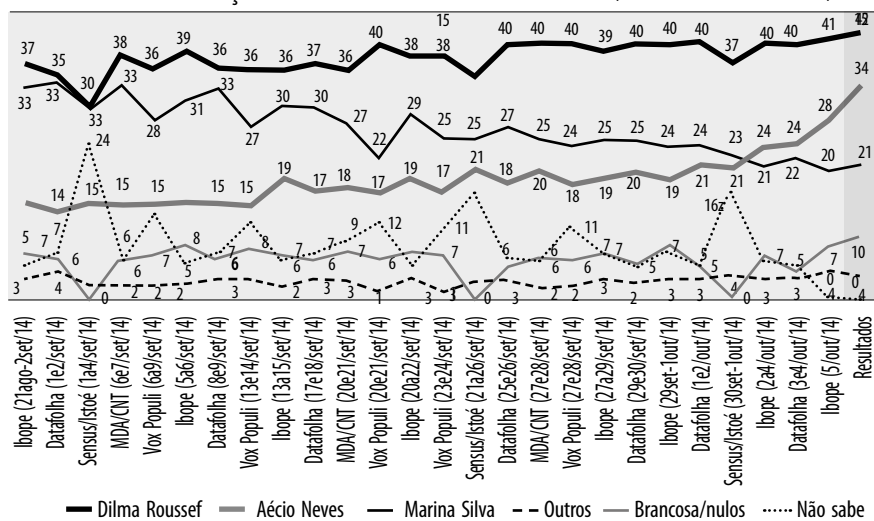
imprevisível, mudando o rumo da campanha. Sua vice, Marina Silva oficializa a candidatura e em menos de 15 dias supera Aécio, empatando com Dilma na liderança das pesquisas ambas com 34%.

Marina, a princípio, retira votos da candidatura tucana (oito pontos) e agrega eleitores sem candidato ou que votariam em branco ou nulo (dez pontos), captando o voto difuso de uma camada intermediária, mais elitizada e insatisfeita. O discurso de Marina, por uma nova política atende a esse eleitorado, que pede mudanças e novos personagens na política, rompendo a polarização PT x PSDB. Dilma, tem um eleitorado mais consolidado, fiel ao PT e maior beneficiário das políticas implementadas pelos governos petistas nos últimos 12 anos.

A campanha eleitoral que se segue é a mais acirrada vivida no Brasil, desde 1989. No auge de sua popularidade, após apresentar seu programa de governo Marina Silva apresenta queda e Aécio a ultrapassa na última semana.

Dilma vence o primeiro turno da eleição com 41,59% dos votos válidos, seguida por Aécio Neves, com 33,55%. Marina Silva

GRÁFICO 7: INTENÇÃO DE VOTO PARA O BRASIL- 1º TURNO (ESTIMULADA E ÚNICA EM %)



Pesquisa Sensus/Istoe agrupa indecisos, votos brancos, nulos e não respondeu

obtem 21,32% e fica fora do segundo turno. Apesar da crítica à polarização PT X PSDB, Marina e o PSB declaram apoio a Aécio, no segundo turno, assim como o PSC, PV, PPS, PSDC. Dilma Rousseff não recebe apoio de nenhum outro candidato ou partido, apenas o PSOL orienta seus militantes a não votarem em Aécio Neves.

As principais diferenças das propostas das candidaturas Dilma e Aécio na condução da economia foram:

| | DILMA ROUSSEFF | AÉCIO NEVES |
|-----------------------------|---|---|
| Política macroeconômica | Solidez macroeconômica, com a redução da taxa de juros e câmbio flexível, inflação baixa e estável. Ampliação do investimento público e fomento de parcerias entre Estado e iniciativa privada. | Baseada no antigo tripé: inflação no centro da meta, superávit primário e câmbio flutuante. Taxas de juros menores que as atuais. Taxa de inflação na meta de 4,5% ao ano, com redução gradual para cerca de 3%. |
| Banco Central | Não há menção ao Banco Central, mas favorável que a instituição continue vinculada ao Executivo. | Autonomia operacional do Banco Central, que garantirá o cumprimento das metas estabelecidas para a inflação. |
| Previdência Social | Também não é citada na plataforma de governo da presidenta, mas afirmou que não pretende rever o fator previdenciário. | Diminuição da informalidade da economia. Adoção de um cadastro único para combater às fraudes. Não há menção ao fator previdenciário; foi favorável ao fim do cálculo, mas recuou. |
| Indústria | Continuidade das políticas de valorização da indústria nacional com incentivo à competitividade da cadeia produtiva. Estímulo à modernização do parque industrial, simplificação tributária e redução de custos financeiros e insumos. | Desmonte das proteções setoriais. Redução dos preços de insumos básicos, incentivos à inovação, treinamento da mão de obra e mecanização dos processos de produção. Maior integração entre serviços, agricultura e indústria vinculada ao agronegócio. Integração do parque industrial nacional com a indústria global e suas cadeias de produção. |
| Infraestrutura | Priorizar os modelos ferroviário e hidroviário de transporte de mercadorias e pessoas. Além disso, o programa defende que deverá continuar o investimento na modernização e ampliação das estradas, aeroportos e portos. | Financiamento de recursos públicos e privados na execução das obras; lógica de planejamento do Estado, regulação e fiscalização dos projetos por agências independentes. Todo projeto deve ter projeto básico, orçamentos e projeções plurianuais. Aspectos ambientais devem ser incluídos na viabilidade. Ênfase nas Parcerias Público-Privadas (PPP). Melhora da infraestrutura de transportes. |
| Empreendedorismo e inovação | Ampliar matrículas de micro e pequenos empresários nos cursos de gestão do Pronatec e consolidar o "Plataformas do Conhecimento", integrando cientistas, órgãos de pesquisa e empresas. Estímulo a empresas de menor porte. | Introdução de aspectos do empreendedorismo nas grades curriculares da educação básica, profissional e superior. Simplificação da legislação de propriedade intelectual para reduzir prazo de registro e obtenção de patentes no país. Apoio às startups e retenção de empreendedores estrangeiros que queiram ter negócios no país. Elevação gradual dos investimentos no setor de ciência, tecnologia e inovação que devem atingir, até 2020, 2% do PIB. |
| Burocracia | Redução da burocracia e a simplificação dos processos do Estado "para aumentar a eficiência dos trâmites com o governo. Redução de documentos, criação de cadastro único e informatização dos órgãos. Ampliação da cobertura do Simples Nacional e da REDESIM, para facilitar o registro de empresas. | Redução de prazos para obtenção de licenças, autorizações e liberação de informações e diminuição das regulamentações, regras e exigências. |
| Economia sustentável | Garantir que a economia de baixo carbono seja consolidada no país e utilização de fontes limpas e renováveis de energia. Preservação ambiental na utilização sustentável dos recursos naturais. | Estímulo à implantação da Agricultura de Baixo Carbono, além da criação de regras para desenvolvimento, uso e multiplicação dos processos da biotecnologia. Necessidade de repensar a função da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio). |

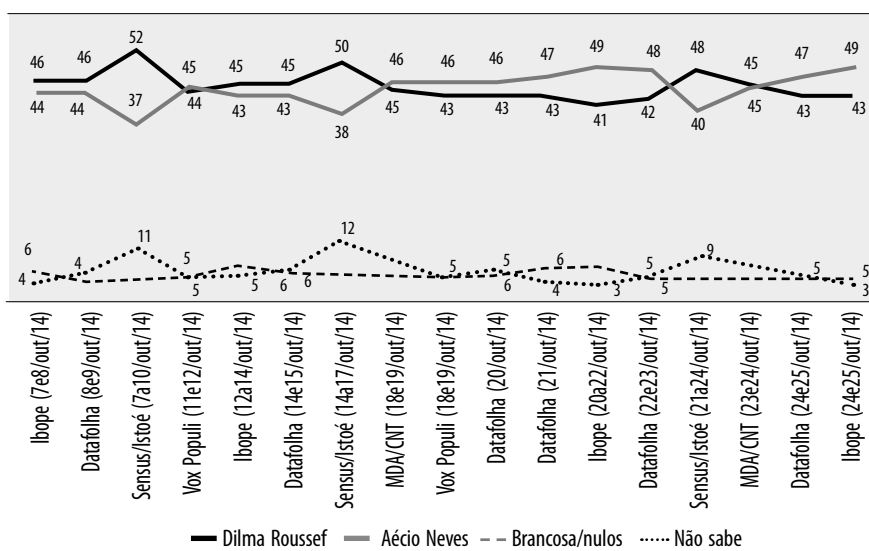
No segundo turno, a disputa se torna mais acirrada e os debates sobre condução da economia e combate à corrupção dão o tom da campanha. As primeiras pesquisas divulgadas apontam vitória de Aécio, mas o cenário muda com o reinício da campanha. Em 16 de outubro, Dilma e Aécio protagonizaram um dos debates televisivos mais virulentos em campanhas eleitorais.

A corrupção na Petrobras é largamente explorada pela campanha tucana para atacar o governo, acusando-o de “aparelhamento” do Estado. Denúncias de que o governo de Minas Gerais construiu aeroporto em terreno da família do candidato Aécio na cidade de Cláudio (MG), mostram a corrupção do candidato tucano, Aécio Neves.

A três dias da eleição, com apoio e propostas de esquerda, Dilma Rousseff abre seis pontos percentuais de vantagem em relação ao tucano (Gráfico 8).

Como última tentativa de influenciar o voto do eleitor, às vésperas do segundo turno, a revista *Veja* publica uma capa criminalizando

GRÁFICO 8: INTENÇÃO DE VOTO PARA O BRASIL- 2º TURNO (ESTIMULADA E ÚNICA EM %)



Pesquisa SENSUS/Istoé agrupa indecisos, votos brancos, nulos e não respondeu

Dilma e Lula, no desespero de reverter o resultado eleitoral. A reportagem destaca trecho de vazamento da delação do doleiro Alberto Youssef, para afirmar que ambos “sabiam de tudo” que ocorria na Petrobras.

A revista é retirada de circulação e o TSE concede direito de resposta à Dilma na véspera da eleição. Apesar de tudo isso, Dilma garante vitória apertada, com 51,64% dos votos válidos contra 48,36% de Aécio Neves, na eleição mais acirrada no Brasil.

Nos estados do Norte e Nordeste Dilma tem vitória expressiva e Aécio ganha no Sul e Sudeste. A ideia de divisão do país que o discurso de ódio da campanha de Aécio fortaleceu ganha corpo e radicalidade, acirrando ânimos contra nordestinos e petistas.

A oposição inconformada, não aceita a derrota e pede recontagem de votos logo após a eleição, iniciando forte pressão contra o governo eleito.

Em 2014, apesar do realinhamento da base governista, das 66 votações, 60 deputados votaram com o governo em 90% das vezes ou mais; e 500 menos de 90%. O governo perdeu em votações relacionadas às máquinas agrícolas; tributação do lucro de empresas brasileiras multinacionais no exterior; mudança nas regras de defesa do consumidor; benefício para a safra de 2012/2013; mudança de regras de criação de municípios e mudança na carreira de policial federal, entre outras.

No saldo do período de 2011 a 2014, primeiro governo Dilma, de 296 votações, só o PT, o PCdoB e PTC votaram com o governo mais de 90% das vezes, o PSL, PHS, PRB, PP e PRTB mais de 80% e o PMDB 79%.

A ECONOMIA - O GRANDE VILÃO DO INÍCIO DO SEGUNDO MANDATO, ATÉ A ACEITAÇÃO DO PEDIDO DE *IMPEACHMENT* NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com a reeleição de Dilma, elege-se também o Congresso mais conservador e com a maior fragmentação partidária, chegando a 28

legendas com cadeiras no parlamento. Esse nível de fragmentação dificulta a formação de maiorias, sendo necessárias ao governo negociações caso a caso para a aprovação dos projetos.

Os nove partidos da chapa que elegeu Dilma Rousseff (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS PDT, PCdoB e PRB) elegem ao todo 304 deputados, 36 a menos que na eleição anterior. O PMDB, embora vice na chapa, não garante apoio integral de seus 66 deputados visto que, já na convenção da legenda ficara dividido.

Os partidos da chapa de Aécio Neves (PSDB, PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC e PTdoB) elegem 127 deputados. E PPS e PSB, que apoiaram Marina Silva elegem 44 representantes na Câmara.

No Senado, o PMDB elege a maior bancada, com 19 senadores, seguido pelo PT, com 13. A coligação da presidenta eleita reúne 52 senadores (Gráfico 9).

Em seu discurso após a vitória, Dilma reconhece as dificuldades com a base e afirma que *“Essa presidenta está disposta ao diálogo, e esse é meu primeiro compromisso no segundo mandato: o diálogo.”* Mas, seu apelo não é ouvido.

Logo no início do segundo governo Dilma, a composição ministerial decepciona, sobretudo pela escolha da equipe econômica, liderada por Joaquim Levy.

O PT fica com nove ministérios, enquanto o PMDB, principal aliado, amplia de seis para sete pastas. PTB, PSD, PP, PRB, PR, PCdoB e PDT ficam com uma pasta cada, outros oito ministérios ficam com ministros sem partido, de perfil mais técnico (Tabela 3).

A liderança da Câmara dos Deputados no biênio 2015/2016 fica com Eduardo Cunha, que embora da base aliada formal do governo, é desafeto declarado de Dilma e do PT e impõe dificuldades ao governo, barrando votações importantes e priorizando outras, que paralisam o governo.

A orientação econômica prometida na campanha muda com Joaquim Levy, que apresenta em março um pacote econômico de

GRÁFICO 9: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA E SENADO - NÚMEROS POR PARTIDO

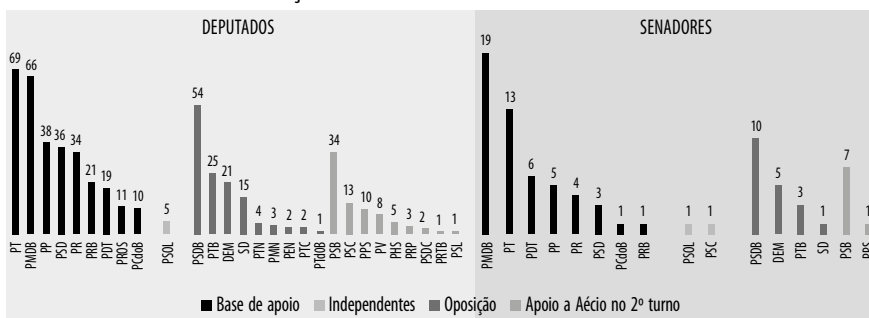


TABELA 3: COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO EM 2015

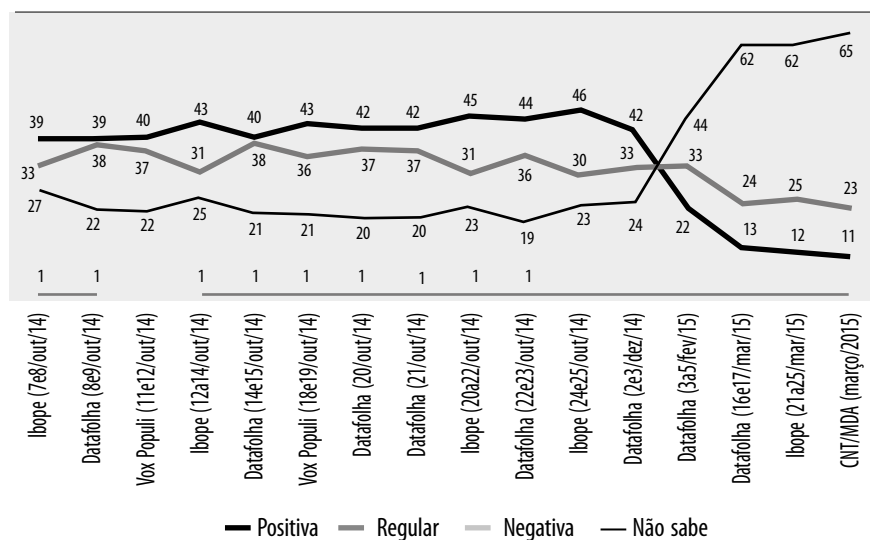
| Ministérios | Ministro | Partido |
|---------------------------------------|--------------------------|-------------|
| Casa Civil | Jaques Wagner | PT |
| Comunicação Social | Edinho Silva | PT |
| Cultura | Juca Ferreira | PT |
| Desenvolvimento Agrário | Patrus Ananias | PT |
| Desenvolvimento Social | Tereza Campello | PT |
| Educação | Aloizio Mercadante | PT |
| Justiça | José Eduardo Cardozo | PT |
| Secretaria de Governo | Ricardo Berzoini | PT |
| Trabalho e Previdência | Miguel Rossetto | PT |
| Agricultura e Pesca | Kátia Abreu | PMDB |
| Aviação Civil | Eliseu Padilha | PMDB |
| Ciência, Tecnologia e Inovação | Celso Pansera | PMDB |
| Minas e Energia | Eduardo Braga | PMDB |
| Portos | Helder Barbalho | PMDB |
| Saúde | Marcelo Castro | PMDB |
| Turismo | Henrique Eduardo Alves | PMDB |
| Desenvolvimento, Indústria e Comércio | Armando Monteiro | PTB |
| Cidades | Gilberto Kassab | PSD |
| Comunicação | André Figueiredo | PDT |
| Defesa | Aldo Rebelo | PCdoB |
| Esportes | George Hilton | PRB |
| Integração Nacional | Gilberto Occhi | PP |
| Transportes | Antônio Carlos Rodrigues | PR |
| Advocacia-Geral da União | Luís Inácio Adams | sem partido |
| Banco Central | Alexandre Tombini | sem partido |

| Ministérios | Ministro | Partido |
|---|------------------|-------------|
| Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos | Nilma Lino Gomes | sem partido |
| Controladoria-Geral da União | Valdir Simão | sem partido |
| Fazenda | Joaquim Levy | sem partido |
| Meio Ambiente | Izabela Teixeira | sem partido |
| Planejamento | Nelson Barbosa | sem partido |
| Relações Exteriores | Mauro Vieira | sem partido |

“ajuste fiscal”, de caráter recessivo. Embora a oposição peça “cortes na carne” para reajustar as contas do governo, critica o ajuste proposto. O índice de popularidade do governo despenca, sob o discurso de “estelionato eleitoral”, adotado pela oposição e intensificado pela mídia.

O governo reage às críticas dizendo que a crise econômica é efeito da crise mundial, que o ajuste fiscal é pontual e será o mais suave possível, não atingindo o trabalhador ou a classe média. Os aliados não estão suficientemente convencidos da necessidade do ajuste para defendê-lo e se instaura a crise.

GRÁFICO 10 : EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA (ESTIMULADA E ÚNICA EM %)



Pesquisa SENSUS/IstoÉ agrupa indecisos, votos brancos, nulos e não respondeu

A população volta às ruas, em março de 2015, dessa vez em dois grupos bastante distintos, um formado por trabalhadores, contra o pacote econômico do governo, pedindo a manutenção dos direitos e em defesa da Petrobras e outro contra o governo, contra a corrupção e o PT. Nesse mês, movimentos ligados à direita, como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, Revoltados Online entre outros, com a ajuda da *Folha de S.Paulo*, *Rede Globo* e demais veículos da mídia tradicional, além da Fiesp, convocam a maior manifestação pró-*impeachment* e colocam milhões de pessoas nas ruas em mais de 200 cidades do Brasil, pedindo a queda de Dilma. São Paulo, mais uma vez lidera as manifestações, com presença de cerca de 200 mil pessoas na Avenida Paulista.

A mídia tradicional tem papel fundamental em inúmeras tentativas de desestabilizar o governo, além do vazamento de delações seletivas do processo da operação Lava Jato, influencia a adesão às manifestações pró-*impeachment*, conduzindo painelaços e convocando abundantemente novas manifestações contra o governo e pró-*impeachment*, em agosto e dezembro do mesmo ano.

Eduardo Cunha bloqueia o governo desde sua posse na presidência da Câmara em fevereiro, em articulações contra o Executivo, atropelando as regras legislativas e regimento da casa para colocar em votação pautas de seu interesse e inviabilizar as importantes para o governo.

Em julho, Cunha rompe definitivamente com o governo de Dilma, após vir a público denúncias na operação Lava Jato de que recebeu US\$ 5 milhões em propina. O presidente da Câmara fecha acordos e alianças com a oposição e parte da própria base do governo, incluindo o PMDB, para isolar o PT e impor derrotas ao Palácio do Planalto na Câmara, em CPIs importantes, como a do BNDES e a dos Fundos de Pensão. Antecipa também a apreciação de contas de governos passados a fim de votar e rejeitar as contas de 2014 da admi-

nistração Dilma, para viabilizar o pedido de abertura de processo de *impeachment*.

Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceita a abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma. A essa altura os índices de popularidade do governo Dilma são irrecuperáveis, abaixo de 2 dígitos, correspondentes aos de Collor à época do *impeachment*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUDENSNAIDER, Elena, et al. *Vinte Centavos: A luta contra o aumento*. Veneta, São Paulo, 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Puro Vandalismo. Opinião. São Paulo, 08 de junho de 2013. Disponível em <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,puro-vandalismo-imp-,1040106>, acesso em: 25.jan.2017.

_____. Basômetro. Estadão dados. Disponível em <http://estadodados.com/basometro>, acesso em janeiro de 2017.

SINGER, André. Classes e ideologias cruzadas, *Revista Novos Estudos*, USP, São Paulo, 2013.

_____. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 7-14, abr. 2015.

_____. Cutucando onças com varas curtas. *Revista Novos Estudos*, USP, São Paulo. 2015.

SOUZA, Jessé. A Cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. *Revista Interesse Nacional* Ano 7 - n. 27, outubro-dezembro 2014, p. 35-57.

_____. *A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado*. LeYa, Rio de Janeiro, 2016.

OS IMPASSES DA ECONOMIA

INTRODUÇÃO

Após alguns anos de clara desaceleração econômica, o governo Dilma Rousseff se encerrou de forma prematura e traumática à ordem institucional do país. Em um ambiente de caos político e institucional, os fatores econômicos que poderiam explicar o *boom* e o *bust* da economia são muitas vezes deturpados pela narrativa política.

Se de 2004 até 2010 a economia brasileira cresceu em média 4,4%, quais os motivos explicativos para a perda de dinamismo no período subsequente (2011-2014)? Cabe ressaltar que no primeiro intervalo mencionado a média do crescimento da economia brasileira foi mais do que o dobro da média anual das duas décadas anteriores. Nesse período, após as melhorias acentuadas do cenário internacional, com forte crescimento dos preços das *commodities* e condições favoráveis ao financiamento externo, o governo pautou a estratégia de crescimento na expansão do mercado interno. Neste interregno, a formação bruta de capital fixo expandiu a uma taxa média de cerca de 8%, com pico de 18% em 2010. No período subsequente a média ficou em somente 1,8%.

No período posterior, o não equacionamento de diversos gargalos estruturais se exacerbou frente à queda dos preços das *commodities*, ao arrefecimento do dinamismo da economia mundial e à debilidade da produtividade da economia. Tal como lembrado por Summa e Serrano (2015), após crescer 7,6 % em 2010, a economia brasileira cresceu 3,9% em 2011 e somente 1,8% em 2012. A perda de dinamismo foi clara, com 2013 registrando um crescimento de apenas 2,7%. Em 2014, a economia entrou em recessão técnica, com dois trimestres consecutivos de crescimento negativo, e cresceu apenas 0,1% no ano. Na indústria o cenário foi similar, após registrar um crescimento médio de 3,6% em 2004-2010, em 2011-2014 a contração do setor chegou 0,9%.

Com este pano de fundo, o objetivo do presente artigo é analisar a desaceleração da economia. Ele está dividido em duas seções: a primeira seção intitulada “Do *boom* ao *bust*” procura delinear o modelo de desenvolvimento adotado em dois períodos, a saber, 2004-2010 e 2011-2014. Ou seja, visa prover os antecedentes da recessão econômica. Cabe entender que a atual crise foi gestada pela falta de políticas que ensejassem uma mudança estrutural na economia e o rompimento com o *establishment* econômico. Em um momento de reversão do ciclo econômico as debilidades estruturais foram exacerbadas revelando os gargalos.

A segunda seção intitulada “Gargalos estruturais da economia brasileira: os antecedentes e gestores da crise” apresenta quatro seções que se desdobram em procurar entender os principais limites da economia brasileira que gestaram a perda de seu dinamismo e a consequente dificuldade de retomada em momento de contração tanto da demanda doméstica quanto internacional. Neste sentido são abordados o processo de desindustrialização da economia, a especialização regressiva e dependência, e o fundamentalismo monetário marcado pela primazia dos juros.

DO BOOM AO BUST

FATORES QUE ENSEJARAM O DINAMISMO DE 2004 ATÉ 2010

Diversos fatores condicionaram o claro dinamismo de 2004 até 2010. Houve um ambiente externo muito favorável ao país, bem como uma política de valorização do mercado doméstico que expandiu a demanda agregada. No *front* internacional, o crescimento de uma forte procura pelas principais *commodities* exportadas pelo país puxou a economia brasileira. Tal como pontuado pelo relatório da UNCTAD (2011), de meados de 2003 até 2011, os preços internacionais de *commodities* iniciaram um movimento de forte valorização, sem precedentes em termos de magnitude, abrangência e duração. Embora seja usualmente enfatizado apenas o efeito China como fator preponderante da valorização dos preços das *commodities*, é importante referenciar outros fatores que a condicionaram e beneficiaram o Brasil. Neste sentido também se pode aqueles relacionados ao encarecimento dos custos de produção (Ferreira, 2012), a política monetária expansionista nos Estados Unidos, a desvalorização do dólar e a especulação crescente nesses mercados (Prates, 2007; UNCTAD, 2011).

No âmbito doméstico houve variáveis que fortaleceram a economia. No período, o consumo das famílias expandiu consideravelmente, em uma média anual de 5,3% entre 2004 e 2010, chegando a 6,4% em 2010. Tal resultado se deu particularmente pela evolução da disponibilidade de crédito ao consumidor e da renda disponível real. Para tanto foi central o aumento do consumo das classes C e D como propulsor do crescimento dos gastos nesta área. Este efeito foi particularmente importante após a eclosão da crise financeira global em 2008, momento em que a manutenção dos gastos com consumo destas classes impediu uma contração mais intensa na demanda agregada.

A magnitude da expansão do crédito pode ser analisada pelo forte aumento da oferta de crédito interno por bancos privados e esta-

tais, que passou de 25,7% do PIB, em 2004, para 45,5% do PIB em 2010 (o crédito dos bancos privados cresceu de 15,8% para 26,3% do PIB, enquanto o dos bancos estatais cresceu de 9,9% para 18,9% do PIB). Cabe dizer que na política pautada pela expansão do consumo das famílias houve uma política efetiva de expansão do crédito imobiliário e a consolidação do crédito consignado que injetou grande dinamismo na economia.

O crescimento econômico visto nesses anos foi pautado também por um processo de aumento do emprego, distribuição de renda, maior formalização do trabalho e da valorização real dos salários, em particular devido a importantes ajustes do salário-mínimo. Em janeiro de 2004 a taxa de desemprego era de 11,5%; em outubro de 2010, ela alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica. No que tange ao salário-mínimo, de 2004 para 2010, houve um salto de R\$ 260,00 para R\$ 724,00 respectivamente. Outra variável que fomentou o dinamismo foi a política de transferência de renda encabeçada no período pelo programa Bolsa Família. Vale ressaltar que este programa beneficiou 12,7 milhões de famílias em 2010 e injetou na economia (dada à baixa propensão a poupar destes beneficiados) em torno de R\$ 13 bilhões. Tais fatores em conjunto dinamizaram a economia doméstica provendo maior crescimento ao país (Morais e Saad-Filho, 2011).

No período subsequente houve uma reversão dos fatores externos que dinamizavam a economia e erros na condução da política econômica problematizaram a superação dos entraves econômicos.

A FORTE DESACELERAÇÃO DE 2011 ATÉ 2014

No final de 2010, o governo decidiu alternar a orientação de política econômica. Inicia-se um processo de abrir espaço e dar incentivos macroeconômicos para o setor privado. Esperava-se que o mercado tivesse um papel mais efetivo no crescimento econômico. Além

disso, balizado pelas chamadas medidas macroprudenciais, o governo, inicia um processo de desaquecimento da economia pautado pelo endurecimento no crédito ao consumidor e aumento das taxas de juros.

Ademais, houve ainda a decisão de promover um ajuste fiscal. A perspectiva em voga era aumentar o superávit primário e cumprir a meta cheia de 3,1% do PIB em 2011. Outro sinal desse direcionamento “fiscalista” do novo governo foi a deliberação, depois de anos de elevados aumentos, de não aumentar o salário-mínimo real em 2011, algo que não ocorria no Brasil desde 1994.

Com isso, a meta do superávit foi alcançada, mas ao custo de uma forte redução do crescimento dos gastos públicos. Como ressaltam Serrano e Summa (2015, p.23),

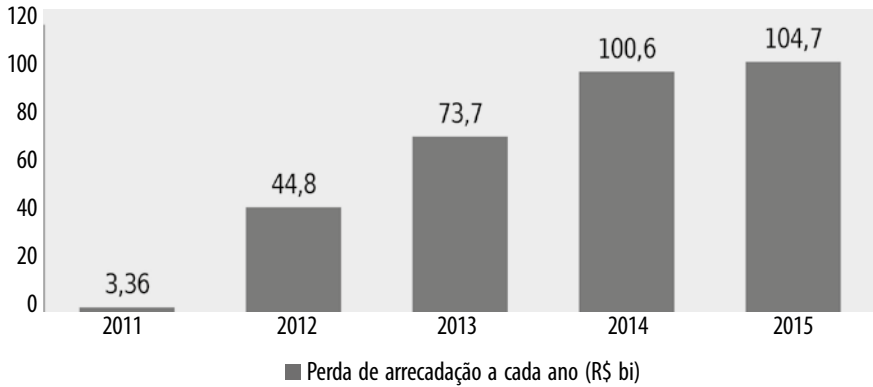
o gasto real do consumo do governo cresceu apenas 2,2 por cento em 2011, mas mais dramático foi o comportamento do investimento público, tanto pelo governo central como por empresas estatais em 2011, que diminuiu 17,9 por cento e 7,8 por cento em termos reais, respectivamente. Os cortes foram tão profundos que houve uma redução do valor nominal de ambos tipos de investimento.

O *boom* do binômio crédito-consumo foi solapado com o consumo privado desacelerando significativamente até 2012. Com o freio imposto pela política econômica no âmbito doméstico e a crise da economia mundial a desaceleração foi nítida. É sabido que o Banco Central procurou reverter a situação, pelo menos no ponto vista monetário, reduzindo rapidamente a taxa de juros nominal básica e tomando outras medidas de crédito e fiscais para tentar estimular o consumo privado novamente. Frente a isso, o consumo privado até esboçou uma recuperação, mas um dinamismo muito inferior ao do período anterior. Entretanto, assolado pelo receio inflacionário, a primazia dos juros voltou à tona com o Banco Central encabeçando um

novo ciclo de aumento da Selic e uma nova contração da economia. O resultado foi um crescimento da renda disponível de apenas 1,2% em 2011-2014, *vis-à-vis* a de 5,3% de 2004-2010.

É importante ressaltar que depois de 2012, o governo engendrou grandes desonerações tributárias – e isenções de encargos sociais sobre a folha de pagamento de empresas em diversos setores –, em uma ação de promover o investimento privado e as exportações. Tais medidas visavam estimular o setor privado a investir por meio de políticas que reduzem os custos de investimento e elevam as margens de lucro. Como um tiro pela culatra, tais medidas não se converteram em investimento, uma vez que o setor produtivo preferiu apenas aumentar as margens de lucro sem uma contrapartida em investimentos. Por isso essa dinâmica foi contracionista uma vez que não atingiu os objetivos pelo lado privado e ainda comprometeu investimentos públicos – uma essencial fonte de dinamismo. As desonerações tributárias e a desaceleração econômica comprometeram consideravelmente a evolução das receitas tributárias. O superávit primário apresentou trajetória cadente em 2013 e patamar negativo em 2014.=(Gráfico 1).

Embora, no período em questão, a conjuntura internacional fosse significativamente adversa, é também certo que houve erros na condução da política econômica brasileira tanto na esfera fiscal quanto monetária. Importantes fontes de dinamismo interno foram retiradas sem nenhuma mudança estrutural no período pretérito – tal como o *upgrade* da base produtiva e da pauta de exportações, reforma tributária, e aumento da produtividade da economia – que ensejasse as bases para a mudança da estratégia de crescimento. No *front* externo, as *commodities* começam a apresentar um expressivo movimento cadente, pautada pela queda do crescimento mundial. Tais fatores culminaram em uma forte desaceleração da economia que associada à gestação de uma expressiva crise política desembocaram na crise do período posterior.

GRÁFICO 1: PERDA DE ARRECADAÇÃO A CADA ANO (R\$ BILHÕES), 2011-2015

Fonte: Receita Federal

GARGALOS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA: OS ANTECEDENTES E GESTORES DA CRISE

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE DA ECONOMIA

Como Rowthorn e Wells (1987) destacadamente observaram, as economias seguem uma trajetória amplamente similar de desenvolvimento econômico. Assim, neste curso, países de baixa renda passam a sofrer uma queda na participação da agricultura no valor agregado e no emprego, contrabalançado por um rápido aumento na participação do setor manufatureiro. A transição para uma estrutura razoavelmente diversificada de produção é conhecida como processo de “industrialização” e, em no geral, representada pelos chamados países de renda média. Em certo momento, quando a economia atinge um determinado nível de renda *per capita*, a participação na manufatura se estabiliza e começa a recuar tomando a forma de um “U invertido” (Rowthorn, 1994). Esta tendência é também seguida por um aumento correspondente na parte dos serviços no emprego nacional e no valor acrescentado, e é muitas vezes descrito como processo natural de desindustrialização.

Diversos estudos foram feitos ao longo dos anos para averiguar o processo de desindustrialização das economias. Nesta linha, coube contrastar a chamada desindustrialização natural, ou seja, a consequência natural do dinamismo industrial em uma economia já desenvolvida, com a chamada desindustrialização negativa, definida como “um produto do fracasso econômico (...) ocorre quando a indústria está em dificuldades severas e o desempenho geral da economia é pobre” (Rowthorn e Wells, 1987, p.9). Nessa perspectiva, Rowthorn e Coutts (2004), Palma (2005) e Pieper (2003) afirmam que vários países em desenvolvimento estão se desindustrializando a um nível de renda *per capita* muito menor do que o observado historicamente nos países desenvolvidos de hoje.

O Brasil é um exemplo claro desta dinâmica perversa. Apesar de diversas políticas industriais tomarem curso a partir de 2004, esse setor produtivo continuou em dificuldades e resiliente na recuperação do dinamismo. Cabe ressaltar que, embora importantes medidas tenham sido tomadas a fim de recuperar o dinamismo do setor industrial e a capacidade do Estado como agente estruturante do desenvolvimento, a política macroeconômica foi extremamente adversa ao êxito da política microeconômica. As subseções a seguir detalham este descompasso e o processo de desindustrialização da economia.

O DESCOMPASSO MICRO E MACROECONÔMICO

É importante recordar que um dos maiores avanços do primeiro governo Lula foi a retomada do debate sobre política industrial, até então demonizado no período precedente. Houve, ainda que timidamente, a recuperação de instrumentos de planejamento e coordenação dos atores envolvidos. O lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, coloca novamente essa política em primeiro plano. A despeito da importância que teve na retomada da capacidade de formulação e

coordenação do Estado, a PITCE procurou fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas sem considerar fatores-chaves para o dinamismo industrial como a capacidade de oferta da indústria e o estímulo aos setores já consolidados.

Em maio de 2008, uma nova política industrial foi lançada: a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Seu principal objetivo era elevar a taxa de investimento, ampliar a relação P&D/PIB, aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais e o número de micro e pequenas empresas (MPE) exportadoras. Para tanto se recorreu a medidas tributárias, de financiamento e compras governamentais. A PDP era mais abrangente do que a política anterior e compreendia os diferentes tipos de desafios que os setores industriais enfrentavam na ocasião, não se restringindo apenas a políticas no âmbito da inovação.

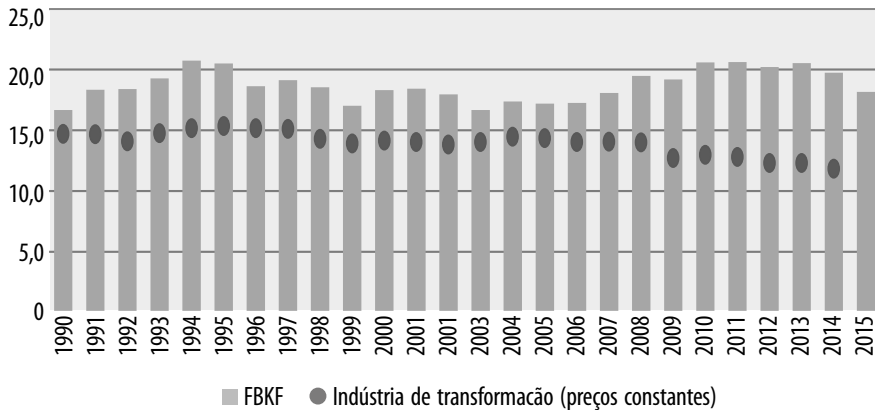
Além de uma série de incentivos tributários ao investimento, setores específicos se beneficiaram de programas de modernização e revitalização. A PDP ao delimitar seu foco de ação, estabelecer metas gerais e setoriais e apresentar instrumentos, fontes de recursos e responsabilidades de ação, demonstrou ser uma política bastante capaz de estimular o desenvolvimento da indústria. Apesar de ter sido capaz de operacionalizar a maioria das suas medidas, diversas metas não foram cumpridas frente a forte retração da economia de vida à crise financeira internacional de 2008. Por isso em 2009, em uma política anticíclica, houve a criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) que procurou combater a retração do crédito privado.

Em agosto de 2011, o chamado Plano Brasil Maior (PBM) procurou ser uma nova política para o setor produtivo. Esta nova estratégia tinha como objetivo definir dimensões estruturantes não focando em questões setoriais, como em políticas anteriores; seu

foco era o de resolver questões de curto e médio prazo, tais como a “guerra cambial” e o acirramento da concorrência internacional. Nesse sentido, as medidas divulgadas foram apenas anódinas e pouco efetivas diante das necessidades de uma política industrial que delimitasse setores e cadeias estratégicas dentro de um plano nacional de desenvolvimento, fomentando a oferta de setores com maior dinamismo tecnológico. O PBM teve como principal objetivo melhorar a competitividade dos setores mais afetados pela valorização cambial e pela concorrência de produtos importados. Ademais, em uma tentativa de política anticíclica, desonerações passaram a distorcer o plano.

No entanto, como no período anterior, a despeito da retomada das políticas industriais e do importante e necessário fortalecimento do BNDES como provedor de *funding* para a estruturação do setor produtivo, a política macroeconômica esteve em total descompasso. Como evidenciado pelo gráfico a seguir, o baixo dinamismo relativo da indústria de transformação *vis-à-vis* os demais setores da economia (como o primário) ensejou uma queda da participação do setor industrial no PIB. Tal resultado seria de causar preocupação na gestão da política econômica, uma vez que o setor industrial é reconhecidamente o *locus* da produtividade da economia, essencial para a difusão do progresso tecnológico direta e indiretamente à sua cadeia e fundamental para prover empregos de qualidade (Gráfico 2).

Em 2004 a participação da indústria de transformação no PIB representava 14,5% e os investimentos, mensurados pela formação bruta de capital fixo, chegava a 17,4%. Em 2010 estes dados atingiam 14% e 20,6% respectivamente. O que se depreende desta dinâmica é que a política industrial vigente no período de fato promoveu os investimentos na indústria de transformação. No entanto, teve um resultado aquém do evidenciado nos demais setores, a saber: o setor primário e o de serviços da economia, particularmente devido ao

GRÁFICO 2: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E FBCF NO PIB (1990-2015)

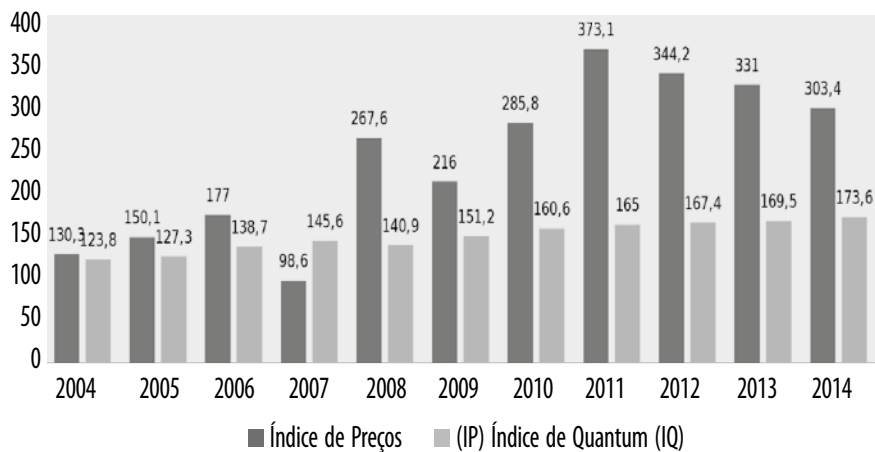
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CND-FGV e IPEADATA.
 Nota: Dados a preços constantes de 2000.

descompasso da política macroeconômica, nomeadamente referente a taxa de câmbio e os juros.

O forte *boom* nos preços das *commodities* exportadas pelo país e a distribuição de renda no mercado doméstico estimularam o crescimento do país deixando de lado a importância do setor industrial como mola propulsora do desenvolvimento econômico. Em 2011, fruto do pico dos preços das *commodities*, as exportações brasileiras atingiram o seu ápice. O total vendido pelo país no exterior alcançou US\$ 256 bilhões. Em uma economia em que as *commodities* representam cerca de 65% do valor das exportações, a forte reversão do ciclo impactou severamente (Gráfico 3).

DESALINHAMENTO CAMBIAL

A teoria econômica ortodoxa apresenta a taxa de câmbio como um problema de curto prazo. Afirma-se que este é um preço macroeconômico que flutua e que no longo prazo tende ao equilíbrio. Logo, não seriam necessárias intervenções do Estado para ajustar o seu nível. No entanto, em economias em desenvolvimento, dado

GRÁFICO 3: ÍNDICE DE PREÇOS DAS *COMMODITIES*

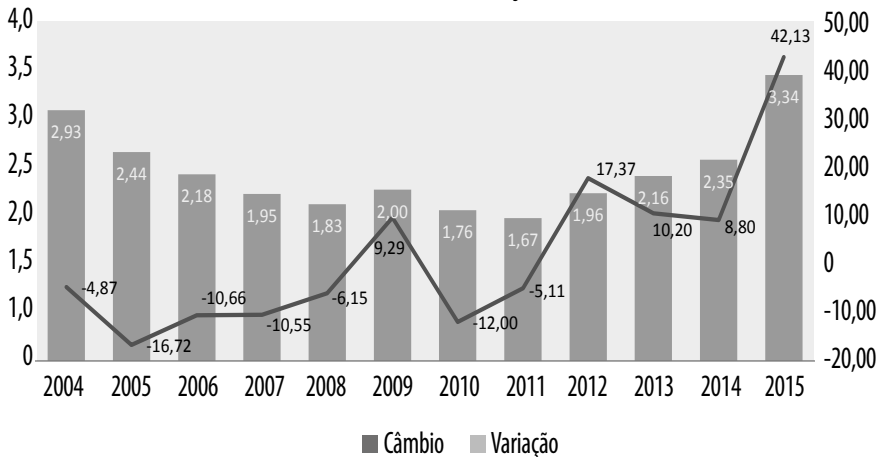
Fonte: Receita Federal

uma hierarquia monetária, a taxa de câmbio tende a sofrer de uma volatilidade muito superior à dos países desenvolvidos portadores de moedas “fortes” como o dólar e o euro. No Brasil, a apreciação da moeda doméstica tem se dado por duas vias: pelo lado da economia real, em momentos de alta dos preços das *commodities*, pela chamada doença holandesa; e pelo lado financeiro, por operações especulativas no mercado futuro cambial, ou seja, as operações de *carry trade*. Independentemente dos fatores que culminam na volatilidade e apreciação do real, o fato é que este processo crônico não permite que a indústria nacional chegue a um patamar de competitividade equivalente àquele atingido pelas indústrias dos países já desenvolvidos. No Brasil, desde a estabilização da inflação com o Plano Real, o manejo da taxa de câmbio tem sido direcionada para o controle da inflação – fosse esta de qualquer natureza –, deixando de lado a importância deste preço macroeconômico para estimular a indústria nacional, a diversificação da economia em setores de média e alta tecnologia e o acesso a novos mercados¹.

1. Cabe lembrar que entre 2004 e 2006, a moeda doméstica ainda conseguiu se manter subvalorizada

No período de 2004-2010 a média da taxa de câmbio era de 2,15 R\$/US\$. Neste interregno, a moeda brasileira passou por cinco anos consecutivos de apreciação cambial, interrompido somente pelos efeitos da crise econômica internacional. A rota de apreciação pode ser vista pela mudança no patamar de 2,93 R\$/US\$ em 2004 para 1,83 R\$/US\$ em 2008, uma variação média anual negativa de 9,8%. Conforme pontuado por Torraca & Kupfer (2013), a valorização do real no período foi sustentada pela austeridade monetária adotada em grande medida para cumprir as metas de inflação conjuntamente à ocorrência da elevação dos preços internacionais das *commodities* que o Brasil exportava. Em 2009, em função da crise econômica mundial, o real se depreciou, atingindo a média de 2,00 R\$/US\$. Em 2010, a apreciação da moeda votou a tona quando a média da taxa de câmbio foi de 1,76 R\$/US\$. No ano subsequente, a taxa de câmbio chegaria a 1,67 R\$/US\$.

GRÁFICO 4: TAXA DE CÂMBIO (MÉDIA ANUAL E VARIAÇÃO)



Fonte: Banco Central (BC).

em termos reais, mesmo que com tendência à apreciação. Esta foi uma variável que contribuiu para os superávits em conta corrente que superavam 1% do PIB no período. Essa tendência favorável se reverteu a partir de 2007, quando se passou a observar novo ciclo de apreciação da moeda brasileira em termos reais. No final de 2014, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, o *déficit* em conta corrente já alcançava significativos US\$ 90,9 bilhões (ou 4,2% do PIB), uma cifra não sustentável por muito tempo (Nassif, 2012).

Da crise econômica internacional se desdobrou o afrouxamento monetário promovido pelo *Federal Reserve* (FED) e a desaceleração das economias emergentes e da Europa que impactou a taxa de câmbio novamente. Após atingir em 2011 o patamar de 1,67 R\$/US\$, sendo a média histórica mais baixa desde o início da política de câmbio flutuante, o ensaio da recuperação norte-americana cunhou uma nova onda de depreciação do Real. Em 2012 e 2013, o FED passou a reduzir gradualmente o seu programa de afrouxamento monetário, o que promoveu a depreciação da moeda de 1,96 R\$/US\$ em 2012 para 2,35 R\$/US\$ em 2014. Apesar da taxa de câmbio caminhar para um patamar mais favorável à competitividade da indústria brasileira, a desaceleração da economia já tomava curso. A desaceleração da economia retroalimentava a depreciação da moeda. No período de 2011-2014 a taxa de câmbio registrou a média de 2,03 R\$/US\$. Em 2015 chegaria a 3,34 R\$/US\$.

Pressões adversas ao patamar e à estabilidade da taxa de câmbio, e conseqüentemente ao investimento produtivo, se exacerbavam frente a uma economia em desenvolvimento com grande abertura e ausência de mecanismos mais efetivos de regulação financeira.

Em países que possuem vantagens comparativas em recursos naturais, como o Brasil, as conseqüências são extremamente deletérias a estrutura produtiva. Diante de uma taxa de câmbio adversa ao desenvolvimento produtivo e à pauta de exportações, o setor primário tende a ser a única fonte de dinamismo setorial, gerando uma dependência do país a produtos de baixo valor agregado, dificultando assim o crescimento sustentável e o aumento da renda *per capita*.

O FUNDAMENTALISMO MONETÁRIO: A PRIMAZIA DOS JUROS

Desde o Plano Real o fundamentalismo monetário tem sido o principal fator de inibição do crescimento econômico. A política

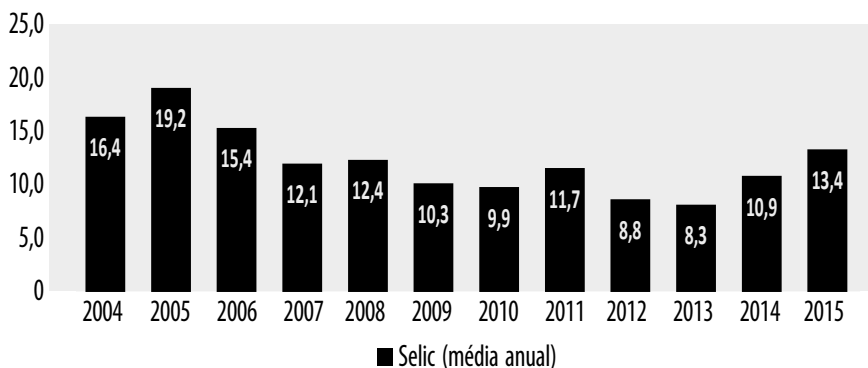
de taxa de juros elevada se tornou um dos principais instrumentos de política econômica para a manutenção do plano que visa à estabilidade monetária. O exemplo mais claro desta dinâmica tem se dado no manejo da taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), mantida historicamente alta principalmente quando comparada com as taxas de juros internacionais.

É neste sentido que a política monetária foi adversa ao investimento produtivo, mesmo quando a economia brasileira cresceu em média 4,4% no período de 2004 até 2010. Neste período, com exceção do ano de 2005, a Selic apresentou trajetória contínua de queda. Verifica-se que, entre 2006 e 2007, houve uma redução significativa da mesma. No entanto, em 2008, o BC novamente com receio do repique inflacionário elevou a Selic. Todavia, frente aos efeitos da crise financeira internacional, no segundo semestre de 2008, que afetou fortemente o desempenho do lado real da economia – a taxa Selic entrou em uma rota descendente, em 2009 passando para 8,75%, o menor patamar desde 1999, quando o regime de metas foi implantado.

Como a economia reagiu rapidamente às bem elaboradas ações anticíclicas durante a crise (elevação de crédito e expansão da demanda interna), esperando uma forte aceleração do crescimento econômico para o ano de 2010, o Copom, em sua sina conservadora de que altas taxas de crescimento econômico repercutem negativamente sobre a inflação – seja essa de qualquer natureza – elevou a taxa básica para um patamar de 10,75%. A política monetária excessivamente conservadora promulgou os alicerces da desaceleração do período subsequente, uma vez que solapou uma mudança estrutural em favor do fortalecimento do setor produtivo em setores dinâmicos, empregos de qualidade e aumento da produtividade da economia (Gráfico 5).

No período de 2010-2014, a média ficou em somente 1,8%. No início de 2011 a política monetária teve um intuito de arrefecer a economia para conter a aceleração inflacionária observada naquele

GRÁFICO 5: SELIC (TAXA ANUAL MÉDIA)



Fonte: Banco Central (BC).

momento. No entanto, com o agravamento da crise da área do euro, o governo empreendeu uma redução das taxas de juros. De fato, frente a deterioração do cenário externo e a desaceleração da inflação, o governo iniciou uma tentativa de redução do diferencial entre a taxa básica de juros brasileira (Selic) e as taxas de juros internacionais. No entanto, tentou não ferir os anseios do *establishment* econômico, anunciando uma contenção adicional de gastos públicos, reforçando seu compromisso com a austeridade fiscal. Em um ambiente com pressões já adversas ao crescimento, a redução da Selic não foi suficiente para reativar o nível de atividade e o investimento produtivo.

Assim, a partir de 2012 se depreendeu aprofundamento da desaceleração da atividade econômica. Com o objetivo de estimular a economia, além da redução da meta da taxa básica Selic, houve expansão do crédito via bancos públicos em uma nova tentativa anticíclica. Tentou-se mitigar a redução da oferta de crédito dos bancos privados e assegurar que as reduções da taxa básica de juros atingissem os tomadores finais. No entanto, o processo de aceleração inflacionária, que teve início no final de 2012 e se estendeu pelo primeiro semestre de 2013, desequilibrou esta estratégia onde os juros são vistos como a única forma de controle inflacionário. O *pass-through* da desvaloriza-

ção cambial e a resiliência da inflação de serviços e bens não comercializáveis marcavam o aumento do índice de preços.

O combate à inflação, que havia cedido espaço para a busca de um crescimento econômico mais acelerado, voltou a ocupar o topo das prioridades do governo em 2013. Diante da manutenção da política de metas de inflação, o Banco Central acabou respondendo às pressões inflacionárias, levando ao início de uma nova fase de elevação da taxa básica de juros. A alta dos juros se acentuou em 2014 frente a persistente inflação em alimentos e habitação que se consolidou em um IPCA com alta de 6,41% no ano. A primazia dos juros voltava à tona. Este processo se exacerbava em 2015 mesmo em um ambiente de inflação proveniente de preços administrados e alimentos.

A economia pagou o preço. Desaceleração econômica associada à aumento das taxas de juros puniu severamente o país. Uma taxa de juros alta pune as empresas – que precisam de crédito para operar frente a um ambiente recessivo – e os trabalhadores – que perderam seus empregos diante da crise –, mas recompensou generosamente à prática rentista. A economia deixou de superar os gargalos estruturais, frutos da deficiência histórica de se incorporar setores com maior conteúdo tecnológico, capazes de dinamizar a economia e sustentar a produtividade por um prazo mais longo.

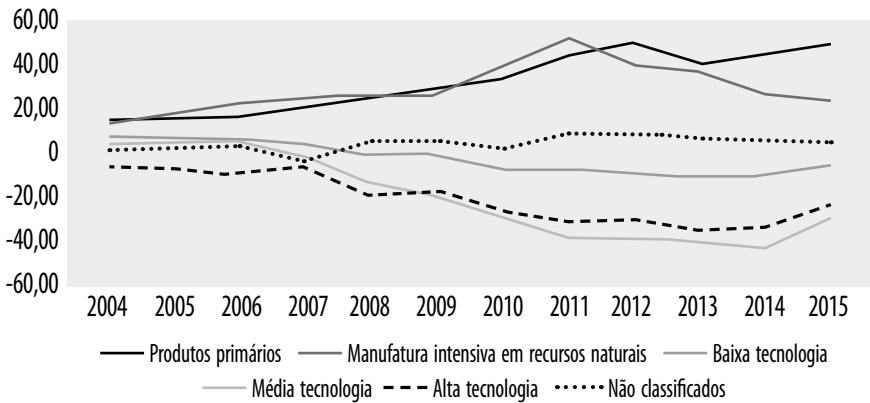
ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA E DEPENDÊNCIA

Diante do que já foi exposto, cabe realizar uma análise da inserção comercial da economia brasileira para verificar a evolução de seu padrão de especialização por intensidade tecnológica. É argumentado que a política macroeconômica adversa ao investimento produtivo teria conduzido a economia a uma “reprimarização” da pauta de exportações, ou seja, uma especialização regressiva em mercados de produtos menos dinâmicos. Coutinho (1997) classifica este processo

como uma especialização regressiva ancorada em vantagens comparativas estáticas de setores com menor dinamismo e agregação de valor. Tal dinâmica sugeriria uma estratégia de crescimento econômico que reproduziria um padrão de subdesenvolvimento no longo prazo.

Por meio de dados da UNCTAD é possível analisar que a pauta comercial brasileira persiste na exportação especializada em produtos de baixo valor adicionado. Diversos autores como De Negri (2005), Rocha (2011) e Torraca e Kupfer (2013) pontuaram esta assertiva. Dados da UNCTAD que se dividem os produtos entre ‘primários’, ‘manufaturas intensivas em recursos naturais’, ‘baixa’, ‘média’ e ‘alta’ tecnologia revelam que produtos classificados como ‘manufaturas intensivas em recursos naturais’, ‘baixa’, são os únicos que contribuem para a geração de saldos comerciais positivos ao longo de todo o período, isto é, de 2004 até 2015. Já os produtos de ‘média’ e ‘alta’ intensidades tecnológicas não só não contribuem para o superávit comercial, como apresentam *déficits* muito elevados, em seus respectivos setores, em todo o período analisado.

De 2004 até 2011 os produtos primários e intensivos em recursos naturais parecem caminhar de forma análoga quanto aos seus saldos comerciais. Em 2011 as manufaturas intensivas em recursos naturais registraram o maior saldo histórico para o período, US\$ 51,7 bilhões, para então entrar em uma trajetória cadente. Desta forma, após esse período há um descolamento, sendo os produtos primários (*commodities*) que mais contribuem para o superávit comercial. Apesar da queda do saldo comercial dos produtos primários em 2013, em 2014 e 2015 o saldo volta a crescer registrando respectivamente US\$ 44,9 bilhões e US\$ 47,9 bilhões. É possível visualizar ainda que os produtos não classificados como alta e média tecnologia foram os que contribuíram negativamente de forma mais expressiva para o saldo comercial (Gráfico 6).

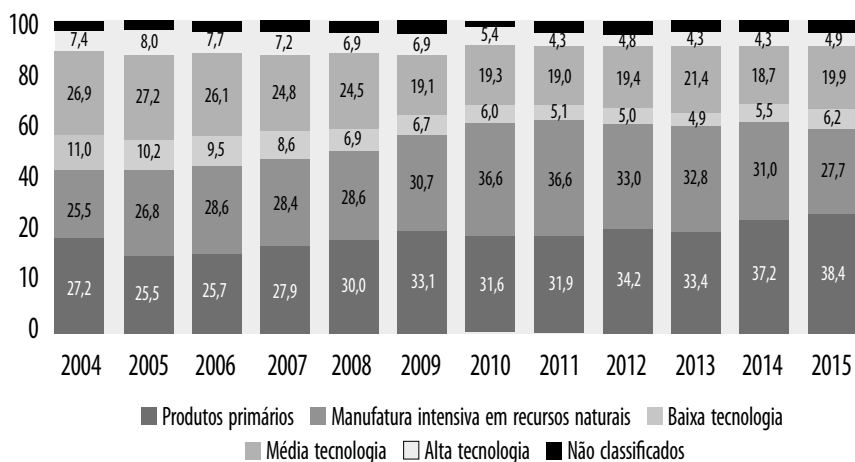
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO SALDO COMERCIAL POR CONTEÚDO TECNOLÓGICO (2004 A 2015)

Fonte: UNCTAD

A intensidade do processo de especialização regressiva da pauta de exportações brasileiras pode ser vista pela participação das *commodities* nas exportações totais do país. Em 2004 esse setor detinha 27,2% da participação. No ano de 2010 já havia saltado para 31,6%, para então em 2014 atingir 37,2% e 38,4% em 2015. Manufaturas intensivas em recursos naturais seguiram trajetória similar até 2011, embora em menor magnitude. Em 2004 tal setor representava 25,5% das exportações totais. Em 2010 e 2011 alcançava 36,6%. Após esse pico, a trajetória de participação destes produtos entrou em uma rota de queda, chegando a 31% em 2014 e 27,7% em 2015 (Gráfico 7).

Tais resultados adversos a uma expansão dinâmica da produção só pode ser compreendido em perspectiva histórica. A perda da competitividade da indústria se deu diante de uma política macroeconômica extremamente adversa ao setor industrial. As políticas econômicas adotadas pelos governos Lula e Dilma – embora tenham rompido em vários aspectos com o projeto neoliberal implantado nos anos de 1990 – guardam também importantes pontos de continuidade, particularmente quanto à política macroeconômica. A reversão deste *establishment* macroeconômico é condição mais do que necessá-

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR CONTEÚDO TECNOLÓGICO (2004-2015) - EM %



Fonte: UNCTAD

ria para promover a reindustrialização da economia como fator de desenvolvimento. Não se trata de incentivá-la em detrimento de outros setores, como o agrícola ou agromineral, mas de se ter um dinamismo na mesma proporção ou maior, intensificando sinergias intersetoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve capítulo procurou tratar em uma ótica estrutural dos principais fatores que fomentaram o *boom* da economia no período de 2004-2010 e sua posterior desaceleração de 2011 até 2014. Sumariamente podem-se destacar os seguintes pontos:

De 2004 até 2010, em uma ótica internacional, o crescimento foi estimulado pela forte demanda das principais *commodities* exportadas pelo país. Neste período, no âmbito doméstico, houve uma política econômica pautada no crédito-consumo que dinamizou a economia. Ademais houve uma importante inserção das classes C e D no mercado consumidor, com crescimento da renda disponível na

economia e maior distribuição de renda. Ocorreu também um processo de crescimento do emprego e formalização do trabalho que dinamizaram a economia.

No período subsequente, de 2010 até 2014, houve uma desaceleração clara da economia. A economia mundial entrou em clara desaceleração, fazendo com que do ponto de vista da economia internacional, o Brasil perdesse dinamismo. Junto a isso, ocorreu um arrocho tanto fiscal quanto monetário que acentuaram uma dinâmica perversa da economia doméstica. Embora tenha ocorrido iniciativas de flexibilizar ou reverter à restrição a política macroeconômica, estas foram inócuas.

No âmbito estrutural, não foram feitas mudanças importantes, particularmente quanto à política macroeconômica no momento de *boom* da economia. Os custos econômicos da não execução das mesmas se exacerbaram no período de desaceleração. Destaca-se nesse sentido, a desindustrialização da economia, a dependência da pauta de exportações em setores menos dinâmicos, e a conseqüente falta de dinamismo da produtividade da economia. Os fatores explicativos para tanto se apoiam no descompasso entre a política microeconômica e macroeconômica, a utilização da taxa de câmbio como medida de política monetária e a primazia dos juros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGNIN, R.; PRATES, D; FREITAS, M.; & NOVAIS, F. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). *Novos Estudos*, n. 97. Novembro 2013.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, in: VELLOSO, J. P. R. [org.]. *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DE NEGRI, F. Empresas estrangeiras na indústria brasileira: características e impactos sobre o comércio exterior, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.]. *op. cit.*, 2003.

FERREIRA, S. Condições externas e a dinâmica da inflação no Brasil 1994-2010: uma interpretação estrutural. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MATTEI, L. & MAGALHÃES, L. A política econômica durante o governo Lula (2003-2010): Cenários, resultados e perspectivas. In: *Nunca antes na história desse país...? Um balanço das políticas do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011.

MORAIS, L. & SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out.-dez., 2011.

NASSIF, A. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. *Revista de Economia Política*. Vol. 35, n. 3. São Paulo, 2015.

PALMA, J. G. Flying-geese and lame ducks: Regional powers and the diferente capabilities of Latin America and East Asia to 'demand-adapt' and 'supply-upgrade' their export productive capacity'. Cambridge: University of Cambridge, UK, 2005.

PIERPER, U. Sectoral regularities of productivity growth in developing countries: A kaldorian interpretation', *Cambridge Journal of Economics*, 27, 831-50, 2003.

PRATES, D. M. A alta recente dos preços das *commodities*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 323-344, jul.-set., 2007.

ROCHA, I. L. Reestruturação industrial no Brasil: uma análise da dinâmica comercial e produtiva da economia. Dissertação de mestrado. Campinas: IE/Unicamp, 2011.

ROWTHORN R. & WELLS J. *Deindustrialisation and foreign trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, R. & COUTTS, K. Deindustrialization and the balance of payments in advanced economies. *Cambridge Journal of Economics*, 28(5): 767-90, 2004.

ROWTHORN, R. Korea at the cross-roads. *Working Paper n. 11*, Cambridge: Centre for Business Research, 1984.

SERRANO, F. & SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Center for Economic and Policy Research, Washington, DC, 2015.

TORRACA, J. & KUPFER, D. A evolução da taxa de câmbio efetiva real setorial e a mudança estrutural no padrão de comércio da indústria brasileira. Encontro Nacional da ANPEC, 2013.

UNCTAD. Trade and Development Report 2011. Geneva: United Nations, 2011.

A CONSTRUÇÃO DO GOLPE

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa tratar não apenas das condições pelas quais se construiu uma narrativa para o processo de *impeachment*, como também das condições sociais para a aceitação do processo, independentemente de comprovado ou não qualquer crime. Para chegarmos a esse contexto insólito, é preciso levar em consideração toda a construção que se deu desde o resultado eleitoral de outubro de 2014 até a votação do *impeachment* no final de agosto de 2016. Foram quase dois anos de manobras em que vários atores políticos, antigos e novos, tiveram que se movimentar. Foram várias as ações para atingir esse resultado previsível. A seguir, temos a pretensão de apontar os movimentos mais evidentes em torno do que vamos chamar de coalizão golpista e a pressão exercida para que se tivesse um desfecho planejado, independentemente das questões institucionais e legais envolvidas nos fatos.

A coalizão que trabalhou contra o sucesso de qualquer governo petista foi consistentemente ampliada ao longo do processo. Parte das classes médias e elites eram declaradamente antipetistas. Os meios de comunicação da grande imprensa sustentaram uma atuação política do judiciário e das instituições de controle do Es-

tado. Com isso, tal coalizão tornou-se uma frente bastante ampla de sustentação do golpe.

Como resultado de tudo isso, tivemos um julgamento ritualístico que se fez necessário para encortinar o propósito não previsto pelas instituições da democracia brasileira regidas pela Constituição Cidadã de 1988: derrubar o governo eleito antes do prazo estabelecido pelo calendário eleitoral, sem um crime de responsabilidade que justifique tal queda.

Para algumas análises, a construção do golpe começou em 26 de outubro de 2014, logo depois de declarados os resultados eleitorais. Assim, a coalizão golpista se formou a partir de arranjos eleitorais. Parte daqueles que perderam as eleições converteram-se em golpistas. Tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista das instituições políticas, grupos que atuaram em campanha contra a reeleição de Dilma passaram a conspirar para antecipar o fim do seu mandato.

Dentro da base política do governo também havia problemas. Parte do PMDB e o PP se colocavam contrários à aliança eleitoral com o Partido dos Trabalhadores (PT) e atuaram contra o governo, a começar pela costura política que colocou Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – deputado que apoiou a chapa de Aécio Neves (PSDB-MG) – como presidente da Câmara.

Temos, então, dois momentos que antecederam ao golpe. A primeira fase, eleitoral, de uma campanha acirrada e fortemente polarizada; e um segundo momento de articulação pela oposição e dissidências dentro da base de apoio do governo Dilma Rousseff.

Este capítulo pretende, portanto, reconstruir a trajetória de dois movimentos que sustentaram o golpe: de um lado a sociedade civil organizada; de outro, as instituições de poder, a formação da oposição e a construção dos mecanismos legais, a oposição de rua e a oposição parlamentar, o respaldo do judiciário, o respaldo da mídia tradicional e o endosso do empresariado.

OS TEMPOS POLÍTICOS QUE LEVARAM AO GOLPE

Só com a falência do plano eleitoral é que a oposição tornou-se golpista. No melhor estilo “a democracia só serve quando os resultados nos favorecem”, aqueles que perderam as eleições nunca reconheceram seu resultado. De outro lado, a própria configuração de forças que se aglutinou em torno da oposição e da disputa contra Dilma e o PT foi a base do golpe. Essa oposição tem sua sustentação social nos meios de comunicação e nas sete famílias que monopolizam a mídia televisiva, impressa e radiofônica, em setores empresariais oligopolistas e associações patronais como a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Federação das Indústrias do Estado de São (Fiesp) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), em movimentos que se utilizam das mídias digitais (notadamente: MBL, Vem pra Rua, Revoltados OnLine).

Nesse processo de construção da força política capaz de derubar o governo, é possível organizar uma interpretação política dos acontecimentos em quatro fases vividas pelo governo desde 2011, da posse da presidenta Dilma e o auge da sua popularidade, até a aprovação do *impeachment*:

- **Primeira fase (o governo fortalecido):** desde a posse em 1 de janeiro de 2011 até 6 de junho de 2013, quando o Movimento do Passe Livre faz seu primeiro ato de protesto em São Paulo;

- **Segunda fase (o governo enfraquecido):** de 6 de junho de 2013, depois de quedas fortes de popularidade por conta dos protestos, até 25 de outubro de 2014, quando se reelege para o segundo mandato com mais de 54 milhões de votos.

- **Terceira fase (o governo acuado):** de 26 de outubro de 2014, quando Aécio Neves e o PSDB não reconhecem a derrota nas eleições, até 2 de dezembro de 2015, quando Eduardo Cunha aceita abrir o pedido de processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. É também a fase na qual o governo, com a indicação de Joaquim

Levy para o Ministério da Fazenda, aceita aplicar parte importante do programa derrotado nas urnas.

■ **Quarta fase (o governo golpeado):** de 2 de dezembro de 2015, na abertura do processo de *impeachment*, a 31 de agosto de 2016, quando enfim Dilma Rousseff é afastada definitivamente pelo Senado Federal.

O GOVERNO FORTALECIDO

(1 DE JANEIRO DE 2011 A 6 DE JUNHO DE 2013)

No início de seu governo, Dilma Rousseff bateu recordes de popularidade. Nas eleições municipais de 2012, uma foto ao seu lado tinha capital político importante. Aliados disputavam seu apoio e o governo se preocupava em não entrar em disputas que pudessem fragmentar sua base.

Três fenômenos se destacam nesse momento:

1. Em primeiro lugar, uma série de medidas de transparência (Lei de acesso à informação – 12.527/2011); escolha do Procurador-Geral da República pela lista da ANPR; estrutura e autonomia de atuação da Polícia Federal para investigação, sem a necessidade de comunicar ao ministro da Justiça sobre suas ações;

2. O governo força a queda da Selic e das taxas de juros a partir dos bancos públicos, política de exoneração fiscal para a indústria, controle de preços administrados pelo governo. Fatos que geraram um enfrentamento de parte das elites econômicas do país (Singer, 2015).

3. Tentava de criar uma narrativa em torno da “nova classe média” brasileira baseada em uma economia de consumo.

Alguns autores apontam que o governo usou sua popularidade para atacar setores da economia que julgava impedir o crescimento econômico e social do país (Singer, 2013; Agostini, 2016). Havia um debate interno a respeito do papel que esse governo de continuidade

progressista, até então inédito na história brasileira, exerceria: seria uma continuidade dos esforços aplicados ao modelo lulista ou teria perfil próprio e marcas próprias de gestão?

Seja pela continuidade, seja pela identidade própria, o consenso que unia as duas posições era em torno da geração de crescimento econômico necessária para a manutenção e avanço das conquistas da Era Lula. Seria necessário crescer ao menos 3,5% ao ano para absorver as necessidades do mercado interno. Nesse contexto, o governo elege a economia real e a industrialização como prioridade. Entende que, para aquilo acontecer, seria necessário enfrentar o setor financeiro que cobrava altas taxas para empréstimos de longo prazo e financiamentos, por conta da facilidade de ganhos imediatos com os títulos públicos e o curto prazo.

A agenda de enfrentamento do governo federal incluiu o uso dos bancos públicos e uma política mais sistemática de redução das taxas básicas de juros. A agenda positiva para o setor industrial sugeria exonerações fiscais e preços controlados dos setores do governo.

O início da crise entre o governo e os setores econômicos oligopolísticos se dá antes mesmo da queda de popularidade em junho de 2013. Nos bastidores das reuniões, o mal-estar entre empresários e governo já era sintoma (ou causa, como queira) de pífios resultados econômicos.

As medidas de combate à corrupção impulsionaram processos como a operação Lava Jato e deram a impressão que o governo era corrupto, enquanto seu propósito era combater a corrupção

Uma série de medidas avançou nesse sentido, depois de junho de 2013, por exemplo, foi aprovada a Lei 12.850/2013. Reformulou, atualizou e sofisticou a Lei 9.034/1995 – delação premiada – que não tinha consonância com os Direitos Humanos e a Constituição Federal.

A escolha do procurador-geral da República

A partir de 2001 o procurador-geral da república é escolhido por meio de uma lista tríplice encaminhada a partir de votação nacional organizada pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR). Em 2003, o presidente Lula passa a escolher o primeiro nome da lista, como forma de prestigiar a independência do órgão responsável por investigar crimes dentro do governo. Mas a presidência da República poderia escolher um nome a seu critério, independente da lista. Segundo o artigo 128, paragrafo 1º da CF, o procurador é nomeado pela presidência da República e deve ser aprovado por maioria absoluta do Senado.

Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, escolheu para o cargo Geraldo Brindeiro (em junho de 1995, reconduzido três vezes com mandato até junho de 2003).

Em 1996, o subprocurador Álvaro Costa acusou Geraldo Brindeiro de esvaziar a Procuradoria dos Direitos do Cidadão ao não encaminhar questionamentos a autoridades.

Em dezembro de 1995, a subprocuradora Ela Castilho, que investigava o caso da “pasta rosa” do Banco Econômico, acusou Brindeiro de atrapalhar o trabalho dos procuradores – no ano seguinte, Brindeiro pediu o arquivamento do inquérito contra os políticos citados na pasta.

Em 1997, Brindeiro (primo do ex-vice-presidente de FHC, Marco Maciel) ganhou o apelido de “engavetador-geral da República”, dado por Milton Temer (à época, eleito pelo PT-RJ).

Em 2000, o subprocurador Edinaldo Borges acusou Brindeiro de ter retardado em pelo menos dois anos a apresentação de denúncia contra os envolvidos no escândalo dos precatórios.

Segundo o Portal Vermelho (www.vermelho.org.br), nos governos FHC foram arquivadas 217 investigações e engavetadas 242, envolvendo 194 deputados e 33 senadores, 11 ministros e quatro contra o próprio presidente.

O GOVERNO ENFRAQUECIDO

(6 DE JUNHO DE 2013 A 25 DE OUTUBRO DE 2014)

Sintomaticamente, cada um dos setores da elite contemplados por políticas no começo do governo Dilma acabou por voltar-se contra ele. Se a campanha contra o PT e os envolvimento em corrupção já eram um problema, somava-se a isso, agora, o fato de que havia a insatisfação de uma parcela significativa da população; atingido por uma forte crise de representatividade iniciada em junho de 2013, com problemas econômicos que começam a destilar seus efeitos sociais.

As preocupações com a economia brasileira não apresentavam ameaça à força do governo. Em parte, foi ele próprio que provocou a tensão em busca de resultados mais próximos do seu propósito. Enquanto tentava atender a empresários representados por um tipo de capitalismo parasitário ou capitalismo sem risco defendido pela Fiesp, que reivindicavam uma política econômica voltada ao setor industrial sem perder os ganhos obtidos a partir do setor financeiro da economia.

Depois, com a diversidade presente nas ruas, parte dessa “nova classe média”, ou parte dos trabalhadores que foram beneficiados com o crescimento econômico, geração de emprego e aumento de crédito para o consumo, controle dos preços e cortes nos juros, engrossaram as massas que se reuniam aos domingos para protestar contra o governo em 2013 e certamente compuseram parte das massas que protestaram de 2014 até 2016.

Finalmente, o judiciário – agraciado com várias ferramentas de intervenção, leis e equipamentos para combater a corrupção – foi

o responsável por operações que claramente impuseram situações constrangedoras ao governo. Ao mesmo tempo, a atuação da própria Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) deixava dúvidas em torno da idoneidade de muitos dos seus membros, ao serem flagrados em protestos contra o governo, publicando ataques contra membros do PT em redes sociais e/ou defendendo candidaturas do PSDB.

A fase enfraquecida do governo Dilma começa depois de junho de 2013. Foi um momento em que todos os índices de popularidade que davam força ao governo para atuar em defesa das suas políticas sofreram quedas vertiginosas e abruptas. Em pouco mais de um mês, o governo perdeu apoio de mais de 30% da população segundo o Ibope, Datafolha e Vox Populi.

As manifestações que eclodiram em junho de 2013, inicialmente em São Paulo, Natal e Porto Alegre, atingiram profundamente o PT. O impacto se deu tanto nas prefeituras, como em São Paulo com Fernando Haddad, quanto no governo federal, com Dilma Rousseff. Atingiu muito menos os políticos de outros partidos, como o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, do PSDB. A repressão da PM e a mudança do discurso midiático detonaram um movimento tão forte que a massa de manifestantes passou da luta pela gratuidade no transporte e redução da tarifa, para uma crise de representatividade. Em algum momento o sentimento difuso “contra tudo que está aí”, se assemelhou ao “*que se vayan todos*” de 2001 na Argentina – que na sua pior crise, passou pela queda de quatro presidentes. No entanto, nem de longe o Brasil vivia uma crise econômica de proporções significativas naquele momento.

A marca principal que ganhou os protestos foi sua horizontalidade ou ausência de comando – o que também dificultava a criação de uma pauta específica a ser negociada. Com a massificação do protesto e a mudança de pauta contra a tarifa para o sentimento de insatisfação

generalizada, partidos políticos, sindicatos e organizações clássicas da esquerda brasileira como o MST e a CUT passaram a ser rechaçados, quando não expulsos dos protestos, enquanto apareciam novas organizações, já claramente identificadas com a direita política social que posteriormente liderariam as mobilizações pelo golpe.

Os protestos continuaram e, em 2014, ganharam as redes sociais mais que as ruas. Em seguida à luta contra o aumento da passagem do transporte público veio a luta contra a Copa do Mundo, que manteve a crítica ao governo.

Em 12 de junho de 2014 – um ano após os protestos de 2013 – na abertura da Copa do Mundo no Brasil, na Arena Corinthians, em Itaquera, o público presente protagonizou uma cena constrangedora. Ao mostrar a imagem da presidenta Dilma Rousseff no telão, o público entoou um coro com xingamentos de baixo calão contra ela. A agressão chamou a atenção da imprensa, das autoridades internacionais presentes e tornou-se fato político. A cena é reveladora, porque além desses protestos apropriarem-se dos símbolos nacionais (bandeira e hino), alimentavam rancores contra o governo. Os presentes no estádio naquela ocasião não eram representativos da população brasileira, mas parte de uma elite branca e rica. Saber explorar esse recorte classista foi fundamental para a reeleição de Dilma quatro meses depois, em 26 de outubro de 2016.

Anteriormente, em março de 2014, outro fato colocou o governo em situação defensiva: começa a fase espetaculosa da operação Lava Jato. Em princípio para tratar de crime financeiro (evasão de divisas) pelo doleiro Alberto Youssef, eles encontram como cliente do escritório o diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Do diretor se chegou ao nome do deputado André Vargas. Ele, Vargas, não apenas era do PT paranaense, mas também era o vice-presidente da Câmara dos Deputados. Com o seu envolvimento, os investigadores colocaram o PT diretamente no olho da crise. Além disso, a imprensa

associava Dilma a supostas irregularidades na compra da refinaria de Pasadena (Califórnia, EUA) pela estatal.

Vários veículos de comunicação, associados ao grande capital que se declarava publicamente contrário ao governo Dilma naquele momento, estavam interessados em escândalos que envolvessem o governo. Os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*, e as revistas semanais *Veja*, *Istoé* e *Época* articuladamente difundiam versões que pudessem ligar o governo às descobertas da operação Lava Jato. Manifestações dos movimentos de direita se organizavam pelas redes sociais, em favor da candidatura de Aécio Neves, do PSDB.

Apesar do cenário adverso, que apresentava uma possibilidade real de derrota para o governo, a oposição não conseguiu vencer nas urnas. Dilma foi reeleita apesar de todo o empenho da grande imprensa, do capital e dos movimentos sociais de classes médias.

Num esforço concentrado por parte da grande imprensa, a editora Abril decidiu antecipar a circulação da sua principal revista, a *Veja*. Em 23 de outubro de 2014, portanto, três dias antes das eleições de segundo turno, a capa da revista estampava Lula e Dilma em tons escuros com a manchete: “Eles sabiam de tudo: o doleiro Alberto Youssef, caixa do esquema de corrupção na Petrobras, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça-feira passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal”. A edição da revista foi considerada propaganda eleitoral e proibida nos dias 24, 25 e 26 de outubro; além disso, uma importante reação veio também das redes sociais: uma enxurrada de capas falsas da *Veja* surgiram com ironias atribuídas a Lula e Dilma. “Lula e Dilma deram a maçã à Branca de Neve”. “Lula é Darth Vader”; “11 de setembro foi organizado por Dilma, Lula e Fidel”... Aquilo que foi decisivo nas eleições de 1989, quando a derrota de Lula a Fernando Collor foi atribuída à cobertura do Jornal Nacional para o Debate e a atuação da grande mídia em favor de Collor, desta vez, com todos os ventos a favor, não foi o suficiente para a vitória da oposição:



A última cena que podemos descrever para finalizar a fase enfraquecida do governo foi o discurso da vitória da presidenta reeleita. Antes de entoar seu discurso conciliatório, na plateia que compunha o anfiteatro de um hotel em Brasília surgiu o grito: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”, em resposta às agressões da mídia e dos derrotados na campanha eleitoral. Do ponto de vista político, enquanto Dilma e os principais nomes do Partido dos Trabalhadores (PT) tentavam abrir o diálogo para iniciar um novo governo e acenar aos perdedores, a base política do adversário se mostrou inconciliável. A partir daí, buscaram encurtar o próximo mandato de Dilma.

Três infortúnios e meio que agravaram a crise

Nas considerações de Maquiavel em *O Príncipe*, o italiano defendia que qualquer soberano deve seduzir a deusa da Fortuna para ter um bom governo. O Príncipe tem que ter fortuna. Em muitas traduções para o português, com intuito de simplificar o entendimento, editoras decidiram que podiam traduzir a palavra fortuna por “sorte”. Em um sentido geral, podemos dizer que cabe aqui a ideia de sorte, mas se valer o ditado de que é preciso ajudar a sorte. Para Maquiavel o governante ou a governante deveria buscar ações que o/a

colocassem em sintonia com os governados, e uma ajudinha da fortuna (sorte).

Podemos dizer que os governos Dilma não tiveram a companhia da Fortuna. Alguns podem dizer que lhe faltou sorte, mas em pelo menos três momentos, os eventos que independem da ação política foram decisivos para os rumos da política econômica, a saber: a crise do preço das *commodities* internacionais, a crise hídrica e as manifestações de junho de 2013. O que se decidiu em torno disso ainda é objeto de disputa.

Se pudermos colocar uma quarta situação de infortúnio, devemos mencionar a operação Lava Jato. Numa busca por desmontar um esquema de crime de lavagem de dinheiro, os procuradores chegam a Alberto Youssef, que tinha ligações com Paulo Roberto da Costa, da Petrobras e então com André Vargas, vice-presidente da Câmara e deputado pelo PT. Daí vem os desdobramentos da operação, inclusive seu contágio no mundo da política.

1 – Crise internacional

Em 2011, a crise internacional tem um novo estrangulamento e afeta os preços das *commodities*. Desta vez, o desdobramento é preocupante porque a China reduz sua perspectiva de crescimento, e isso tem impacto direto nos preços das principais *commodities* exportadas pelo Brasil. No seu início de mandato, a decisão do governo é aumentar seu ajuste interno e fazer um superávit primário maior que a margem da meta. De certa forma, repetia-se a estratégia do primeiro governo Lula em que começa cumprindo e superando as metas de superávit no seu primeiro governo para depois fazer política de endossar o crescimento econômico.

A estratégia da equipe ainda incluía outras ações: a) reduzir a

taxa Selic e pressionar os bancos a reduzir seu *spread* bancário para o crédito pessoa física e jurídica; b) controlar preços de energia para baratear produção e consumo das famílias; c) as desonerações para estimular o consumo principalmente dos bens materiais de uso doméstico.

2 – A crise hídrica

Se os preços das *commodities* provocaram no governo seu primeiro corte de investimentos, havia uma série de ajustes para preparar e retomar o crescimento de longo prazo alavancado pelo setor industrial. Mas, o ajuste nessa estratégia era inviável. Junto com as desonerações veio a crise hídrica. Simplesmente não chovia nas reservas hidrelétricas, em 2012 as termoelétricas foram ligadas e o governo manteve o subsídio. Com subsídios de energia e os subsídios ao setor industrial, o ajuste foi direcionado a áreas de investimento.

Se em 2011 o preço do petróleo estava em queda, como era o caso de outras *commodities*, no começo de 2012 ele já se recuperava e passava no subsídio do combustível (foram gastos cerca de 40 bilhões até 2013 para manter a política de preços controlados).

3 – Manifestações de junho de 2013

Quando, em meados de 2013, as fases de ajuste estavam mais amenizadas e as condições para o crescimento retomadas, havia a perspectiva da Copa do Mundo, investimentos em infraestrutura preparavam o país para os grandes eventos, um mau humor provocado pelas manifestações de junho de 2013 tomou conta do país. O início dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus foi o estopim para um evento que ainda não se tem a noção exata de sua dimensão.

As manifestações que ocorreram em todo o país, em parte já sentidas a partir do primeiro ciclo recessivo (2011-2013), deestimulam a economia e a confiança do consumidor. A sensação de que as coisas não iam bem aumenta e a perspectiva de piora se instala. Nem mesmo a proximidade de Copa do Mundo e Olimpíadas favorece a economia. Ao contrário, ambos os megaeventos tornam-se objeto de protestos dos descontentes.

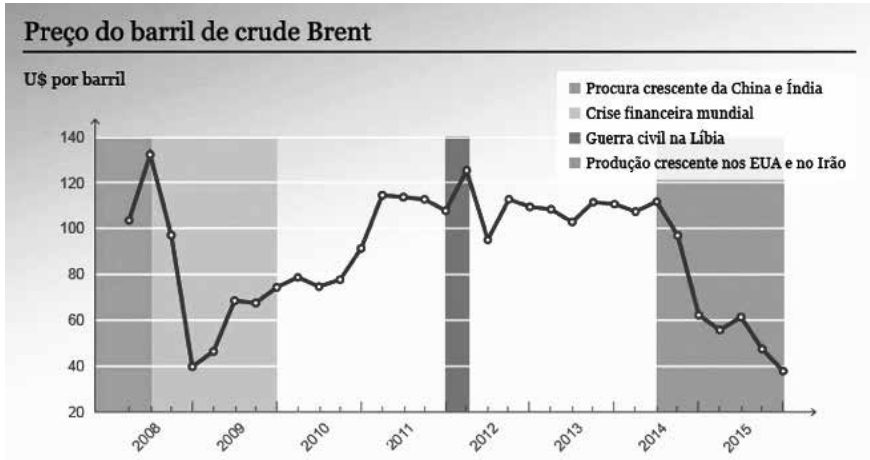
Em 2011 e 2012, a desaceleração da economia era clara. Uma política macroeconômica restritiva e o agravamento da crise internacional marcavam o período. Juntaram-se a isso, em 2013, os protestos contra o aumento dos preços das passagens de ônibus, e em 2014 a pior crise hídrica dos últimos 80 anos. Já no início de 2014 começa a operação Lava Jato e mais uma vez a Petrobras está nos noticiários. Inicia-se com uma investigação de evasão de divisas e torna-se, em 2015, o principal ponto de instabilidade política do país.

A crise internacional e o nível baixo dos preços das *commodities* marcaram o segundo mandato. Em meio a um ambiente adverso, mais uma vez, o governo promoveu um ajuste fiscal. O resultado foi uma contração da economia ainda maior que os anos anteriores. Os cortes de gastos do governo, bem como suas medidas de ajuste se converteram numa forte recessão culminando em uma onda de insatisfação, desta vez toda controlada pelo pannelo da direita golpista (Gráfico 1).

O GOVERNO ACUADO

(26 DE OUTUBRO DE 2014 A 2 DE DEZEMBRO DE 2015)

As primeiras decisões de governo levaram em consideração a crise econômica que se agravava pelo lado nacional e internacional.

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO

Fonte: <http://www.dw.com/pt-br/oito-motivos-para-a-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo/a-19051686>. Acesso: 7.fev.2017)

É importante destacar que apesar de a oposição não ter aceitado a derrota, os vencedores acenaram para uma composição com eles, os derrotados. É verdade que aconteceu o mesmo gesto nas três eleições passadas. Mas, desta vez, o gesto de conciliação não foi recebido pela oposição, nem quando ficou claro que o governo aceitava implementar parte importante de sua agenda derrotada. Inclusive, o bloco opositor, passou a votar contrariamente a um ajuste fiscal que defendeu na campanha – as chamadas “pautas-bomba”.

As táticas midiáticas das redes sociais se somaram à mídia tradicional. Se houve uma coisa que as eleições mostraram à oposição é que suas armas clássicas, a TV, rádio e mídia impressa reforçaram as redes sociais. Foi nesse contexto que os movimentos sociais de direita ganharam espaço.

Agora, sem tempo de TV para o governo se defender e sem estrutura de campanha eleitoral, os ataques da mídia foram feitos sem contraponto. O cenário era outro. Os personagens que surgem estão diretamente ligados a isso. Articulistas foram contratados e aos fatos negativos sempre havia uma interpretação que pudesse associá-los ao governo.

Do ponto de vista econômico, as expectativas em relação às ações do governo sofrem um revés enorme com a nomeação de Joaquim Levy como ministro da Fazenda. Gilberto Kassab, do PSD, é nomeado ministro das Cidades e Kátia Abreu, do PMDB e presidenta da Confederação Nacional Agricultura (CNA), como ministra da Agricultura. O vice-presidente Michel Temer, que depois trai o próprio governo, torna-se coordenador político sendo nomeado para a Secretaria de Relações Institucionais, pasta que tinha *status* de ministério e era responsável pela articulação entre governo e Congresso.

Soma-se a isso o fato de que as primeiras reformas anunciadas pela área econômica, as Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram as regras de acesso ao seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio doença, sinalizam que o ajuste fiscal afetava os direitos sociais. As medidas geraram respostas das centrais sindicais.

Essa orientação da política econômica colocou a base social que lutou pela reeleição de Dilma contra o governo, de forma que a ampla coalizão popular que se refez para as eleições se desfez em poucos meses de mandato. Como resultado, tivemos uma queda vertiginosa dos níveis de popularidade do governo.

Na outra ponta havia a preocupação com o novo governo não se envolver em escândalos de corrupção. Foi nítido o cuidado de Dilma em excluir das escolhas dos ministérios aqueles que tinham algum tipo de associação às investigações da Lava Jato que, por sua vez, ganhou ares de epidemia e seu contágio afetou a base institucional do governo. Começou a se desenhar um papel mais associado ao espetáculo para a operação, do que propriamente à Justiça.

Em fevereiro de 2015, a operação avançou sobre PT e sobre as empreiteiras. É o segundo setor importante atingido e de certa forma paralisado pelas operações do judiciário (refino de petróleo, construção naval e agora construção civil).

Em 5 de fevereiro de 2015, durante a nona fase da operação Lava Jato, a Polícia Federal prendeu o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto. Fez diligências e executou 62 mandatos de busca e apreensão. Um deles na sede nacional do Partido em São Paulo.

Para o grosso da população, o aumento da temperatura da Lava Jato impulsionado por novas operações e a espetacularização que atingia diretamente o PT, a escolha conservadora de Dilma para o principal posto da área econômica e a piora da economia pareciam dar razão à tese do “estelionato eleitoral” defendida pela oposição. Assim, então, mesmo depois de todo o processo de recuperação da popularidade em 2014, os índices de rejeição avançaram a níveis piores que junho de 2013.

Foto de Miguel Schincariol/AFP



No início do segundo mandato houve um contingenciamento vertical de verbas. Educação, saúde e os programas sociais, todos sofreram. Parecia, portanto, que a primeira prioridade era o ajuste fiscal. A impressão de que a crise era maior do que se mostrava em outubro, provocou uma sensação generalizada.

Enquanto isso a Fiesp, por exemplo, outra personagem do golpe, começava uma forte propaganda com o mote “não vou pagar o pato”, em aberta oposição aos esforços e propostas do governo federal, em especial a rejeição à proposta de recriar a CPMF. Além da Fiesp, as principais entidades patronais se declararam a favor do golpe.

As teses que descreveram o processo golpista como “conflito distributivo” começaram a ecoar neste momento. A intensificação da crise em 2015 provocou diversos atores sociais, como sindicatos e associações patronais, movimentos sociais e classes médias a mostrar que, neste momento, se abria uma disputa a respeito dos cortes necessários à recessão que se desenhava. Porém, essa tese precisaria ser articulada com as outras dimensões da disputa política nesse momento: as várias manifestações de contestação ao governo, que partiam da imprensa e de seus movimentos cibernéticos associados; do Judiciário e sua caça seletiva aos corruptos; e dos setores de oposição que rejeitavam o governo desde o princípio.

A associação entre espetáculo midiático e operação Lava Jato corria ao largo do conflito distributivo. As ruas são tomadas por multidões eram transmitidas ao vivo pela Rede Globo em verdadeiras micaretas de domingo. Essas manifestações eram alimentadas pelas notícias atualizadas das fases da Lava Jato. Às vezes ocorria mais de uma por mês. Cada vez mais o governo era sugado pelas delações, pelos vazamentos, pelos grampos, qual fosse a invenção jurídica que o atingisse.

Ao todo foram 13 fases da operação em 2015 (da 8ª fase a 21ª), contra sete de 2014. Em 2016, até o *impeachment* (agosto) outras 12 fases (da 22ª a 33ª fase – ou seja, 12 fases em oito meses). Da eleição de Dilma até seu *impeachment* foram 26 fases das 39 executadas. Depois da queda do PT foram apenas seis fases – duas delas antes das eleições municipais de 2016, com claro intuito de reforçar o antipetismo na Opinião Pública de modo a interferir nos resultados

eleitorais: a 34ª fase prendeu Guido Mantega (ex-ministro da Fazenda dos governos Lula e Dilma) e a 35ª fase prendeu Antonio Palocci, outro ex-ministro petista. Boa parte das fases seguintes esteve ligada ao PMDB do Rio de Janeiro.

Os efeitos sobre a economia, a política e a opinião pública foram devastadores. Os personagens do MPF, os investigadores da PF e os juízes que proferiram sentença em torno da Lava Jato formaram uma casta que, embora não disputassem a condução direta do Estado, passaram a exercer papel fundamental na política, sendo inclusive decisivos para os rumos do governo.

Do ativismo judicial à judicialização da política

Ativismo judicial é quando o próprio magistrado decide por medidas que estão à margem das decisões padrão, por isso são consideradas polêmicas, posto que não foram diretamente estabelecidas no estatuto legal. É considerada uma inovação na norma vigente e tende a assumir uma nova interpretação da legislação em vigor, no sentido de fazer mais ágil e direta a justiça.

Exemplos de ativismo judicial

Em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou uma regra aprovada pelo Congresso que estabelecia a adoção de uma cláusula de barreira, reduzia o acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e TV a legendas que não obtivessem ao menos 5% dos votos para a Câmara dos Deputados. Naquele momento, o argumento era em favor da necessidade de garantir partidos menores e evitar o “massacre” sobre as minorias.

Em 2011, o Supremo equiparou o casamento homoafetivo aos casamentos entre homem e mulher estabelecendo di-

reitos de adoção, herança e reconhecimento legal da união. O nível de repercussão dessa decisão é enorme. Graças a isso, por exemplo, casais homoafetivos puderam compor renda para financiamento da casa própria.

Em 2012, a Corte autorizou o aborto de fetos anencéfalos reformando ou reforçando decisões que consideravam isso um problema.

Consequência desse novo “ethos judicial” para Lava Jato e o golpe

Se não toda a operação Lava Jato, pelo menos uma parte dela (direta ou indiretamente) está envolvida com o golpe. O fato é que a Lava Jato e o aparato investigativo estruturado pelas gestões Lula e Dilma criaram condições para que a operação encurralasse o governo – se associarmos os diferentes mecanismos criados para a investigação dos crimes com o ativismo judicial em questão. Por exemplo, que os vazamentos e delações tinham como alvo o governo Dilma e a criminalização do PT e de Lula é um fato difícil de se questionar. Se a justiça se defende afirmando que não age politicamente, quando agem sobre o poder, desequilibram as disputas favorecendo uns em detrimento de outros com suas decisões movidas pelo ativismo. Também é evidente que isso teve influência direta no processo de *impeachment* e no afastamento.

Rodrigo Janot é acusado por seguimentos sociais como sendo parte do golpismo. Sérgio Moro é tratado a partir de visões da conspiração. Dallagnol e os procuradores de São Paulo têm seus nomes associados como algozes de Lula e do PT. O juiz federal Catta Preta conseguiu evitar a posse de Lula como ministro e, com essa medida, aniquilar as chances de reação do governo frente ao golpe.

A operação, na maior parte dos casos, busca atingir mais Lula que Dilma, principalmente nas suas repercussões midiáticas, mas também com uma série de decisões inéditas de delações, prisões, conduções coercitivas, buscas e apreensões que não seguem os padrões e trâmites usuais.

Depois do golpe consumado, a operação Lava Jato passou a atingir diretamente o PMDB, demonstrando um controle do *timing* sobre a ação que se faz em relação ao governo.

Independente de opiniões, as instituições judiciais, a Polícia Federal e o Ministério Público tornaram-se atores políticos fundamentais. Não exatamente as instituições, mas os personagens, como o Juiz Federal Sérgio Moro, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot, os procuradores e juízes envolvidos em investigações, denúncias, julgamentos e liminares.

Vários desses casos de decisões inéditas, que invariavelmente interferem na política, levam a falsa interpretação de que os responsáveis pela Lava Jato defendem uma atuação mais consistente contra a corrupção no Brasil. Esses ativistas da justiça hoje são comparáveis à manifestação dos tenentes da década de 1920 no Brasil, cuja atuação política de certa forma fugia a sua responsabilidade institucional e questionava o modo de fazer política no Brasil de sua época e em armas lutaram pela reforma do sistema político/eleitoral. O tenentismo era um movimento que ia além do poder político, tinha *ethos*.

Os novos “tenentes de toga” (Vianna, 2016) da Lava Jato e das Varas Federais estão buscando um tipo de atuação com seu *ethos* numa incontestável diferença de pesos e medidas. O PT é rejeitado quase que emotivamente em relação às decisões e o PSDB conta com dupla vantagem: preferência explícita dos principais personagens e identidade ideológica em vários elementos deste *ethos*. Os juízes são liberais e antinacionais. Querem um capitalismo liberal e alinhado

aos EUA. Tais decisões de orientação política, porém, não cabem às instâncias judiciais, mas a decisões de governos escolhidos de acordo com a vontade da população, explicitada na via eleitoral. Quando facilitam processos ligados a essa internacionalização, ao liberalismo e dificultam projetos alternativos, agem com arbitrariedade típica que não condiz com os processos democráticos de escolha. Essa contradição da Lava Jato faz com que seus condutores sejam inidôneos para condução do processo.

O GOVERNO GOLPEADO

(2 DE DEZEMBRO DE 2015 A 31 DE AGOSTO DE 2016)

Eduardo Cunha (PMDB-RJ) aceitou a abertura do processo de *impeachment* da presidenta. Depois de sofrer derrota na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, que aprovou o relatório que pede a cassação do seu mandato, com os votos do PT, reagiu contra o governo. Este simplesmente ficou paralisado até que os desdobramentos do processo de *impeachment* se concretizassem.

O PMDB começou a articular a saída do governo. Temer escreveu uma carta pessoal a Dilma. Lula foi impedido de assumir cargo de ministro na articulação política. PMDB votou no seu congresso em abril a relação com o governo. As ruas aumentaram a temperatura em favor do *impeachment*.

Enquanto isso, a Lava Jato avançou sobre o PT, enfraqueceu o governo e converteu em oposição a base política do fisiologismo aliado. Muitos esperavam que um governo de Michel Temer “estacasse a sangria da Lava Jato”.

Foram 26 fases da operação Lava Jato e mais cinco ou seis ações de grandes proporções da Polícia Federal em 20 meses do segundo mandato de Dilma Rousseff. A intensidade com que a operação avançou sobre o Congresso e sobre o governo foi amedrontadora. Pergun-

tados por que Dilma foi afastada da Presidência da República, mais da metade da população acreditava que era por conta de corrupção no governo, menos de 20% da população sabia das chamadas “pedaladas fiscais” e do suposto crime de responsabilidade. Nenhum crime que envolvia a Lava Jato foi associado à Dilma. Os argumentos jurídicos e a própria assinatura do vice-presidente Michel Temer em decretos presidenciais que autorizava as tais “pedaladas” deveriam ser suficientes para um desfecho diferente do que se viu.

Pouca gente atribui a um crime de responsabilidade o afastamento de Dilma. Talvez Janaina Paschoal acredite na sua própria narrativa. A professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) é uma das autoras da ação que pediu o *impeachment* da presidente Dilma, mas se tornou, principalmente, uma personagem tragicômica ao tomar os holofotes midiáticos nessa sociedade de espetáculo em que vivemos. Para muitos brasileiros, Dilma foi afastada por corrupção, para alguns analistas a perda de popularidade e as mudanças nas perspectivas de representatividade, alavancadas pelos protestos de junho de 2013, foram a origem do golpe. Para alguns, a Lava Jato está no centro. E, ainda, para outros, os grandes problemas econômicos acumulados pelo governo Dilma foram decisivos. No final, todos esses elementos deram sua contribuição, mas de fato, antes mesmo de pesar e hierarquizar a importância dos mais diversos fatores causais, hoje o que é mais importante são as consequências do golpe.

A decisão das instâncias supremas do país – Congresso e STF – fizeram Dilma Rousseff deixar a presidência em definitivo no dia 31 de agosto de 2016. Seu respeito pelas instituições da democracia foi maior que fragilidade do caráter daqueles que a destituíram. Se algum crime fosse revelado na gravidade com que se polemizou, não haveria necessidade de tanto teatro. Toda a engenharia social que desembocou em 2016 foi fruto da pretensão de alguns, da articulação de outros, de erros do próprio governo, mas também de seus acertos. Na ausência de

um fato que justificasse a destituição da presidenta, foi preciso presumi-lo. E nisso constituiu o golpe: na presunção de muitas culpas atribuídas ao governo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI FILHO, Arno. “Os fatos são teimosos”. In: *Revista Democracia Socialista*. n. 4. São Paulo, dezembro de 2016.

SINGER, André, Cutucando onça com vara curta. In: *Novos Estudos CEBRAP*. n. 102, julho de 2015.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. São Paulo: Leya, 2016.

VIANNA, W. ‘Tenentes de toga comandam essa balbúrdia jurídica’ Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tenentes-de-toga-comandam-essa-balburdia-juridica-afirma-cientista-politico,10000095549>.

APÊNDICE:
A DEMOCRACIA NO BRASIL DEPOIS DO GOLPE

Golpes no Brasil não são excepcionais. Pelo contrário, são parte de nossa cultura política. Apenas quatro presidentes eleitos terminaram seus mandatos desde 1945, quando Getúlio Vargas entrega o governo e põe fim a uma ditadura de 15 anos. Veja o quadro a seguir.

Foram 19 presidentes nos últimos 80 anos. Desses apenas quatro eleitos concluíram seus mandatos. A transição de Lula para Dilma (presidente eleito que recebeu a faixa de presidente eleito e transmitiu para a presidenta eleita), ou seja, três transições democráticas consecutivas não ocorria desde a República Velha, quando as eleições eram fraudadas, comandadas por coronéis e o voto de cabresto se manifestava por meio do voto aberto.

O caso do golpe de 2016 é mais um episódio que mostra a fragilidade das nossas instituições democráticas que não têm firmeza para agir quando uma crise de representatividade se apresenta. Esse, sem dúvida, é mais um elemento que compôs o golpe que sofreu o governo Dilma Rousseff.

| Presidente | Períodos | Foi eleito? | Terminou mandato? | Causas da posse ou do afastamento |
|-------------------------------|-----------------|--------------------|--------------------------|--|
| Getúlio Vargas | 1930-1945 | Não | Sim | Ditadura |
| Eurico Gaspar Dutra | 1946-1951 | Sim | Sim | Concluiu (1) |
| Getúlio Vargas | 1951-1954 | Sim | Não | Suicidou |
| João Fernandes C. Café Filho | 1954-1955 | Não | Sim | Assumiu como vice |
| Juscelino Kubitschek | 1955-1960 | Sim | Sim | Concluiu (2) |
| Jânio Quadros | 1961-1961 | Sim | Não | Renunciou |
| João Goulart | 1961-1964 | Não | Não | Vice de Jânio/golpe civil-militar |
| Humberto de A. Castelo Branco | 1964-1967 | Não | Não | Disputa na Junta Militar |
| Artur da Costa e Silva | 1967-1969 | Não | Não | Morreu de AVC |

continua

| | | | | |
|---------------------------|------------|-----|-----|---------------------------|
| Emílio Garrastazu Médici | 1969-1974 | Não | Sim | Indicado da Junta Militar |
| Ernesto Geisel | 1974-1979 | Não | Sim | Indicado da Junta Militar |
| João Figueiredo | 1979-1984 | Não | Sim | Indicado da Junta Militar |
| José Sarney | 1985-1990 | Não | Sim | Vice de Tancredo |
| Fernando Collor de Mello | 1990-1992 | Sim | Não | Sofreu impeachment |
| Itamar Franco | 1992-1994 | Não | Sim | Vice de Collor |
| Fernando Henrique Cardoso | 1995-2002 | Sim | Sim | Concluiu (3) |
| Luiz Inácio Lula da Silva | 2003-2010 | Sim | Sim | Concluiu (4) |
| Dilma Rousseff | 2011-2016 | Sim | Não | Sofreu impeachment |
| Michel Temer | 2016-atual | Não | -- | Vice de Dilma |

O ACORDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO

Os anos 1990 no Brasil e na América Latina foram marcados pelo Consenso de Washington (Fagnani, 2014; Fornazier e Oliveira, 2013). Já os anos 2000 foram marcados por uma redefinição do papel do Estado, com seu fortalecimento para a geração de emprego e a redução de desigualdades (Dieese, 2014; Baltar e Krein, 2013; Krein, Santos e Nunes, 2012). Apesar dos avanços nesta década rumo a um projeto de desenvolvimento inclusivo, os desafios continuavam enormes.

Parte destes desafios se expressa nas jornadas de junho de 2013, que ocorreram em um momento de melhorias no mercado de trabalho, renda e poder de consumo, em que havia um sentimento de melhoria de vida, mas os manifestantes desejavam ainda mais, desejavam o acesso a direitos sociais (Rolnik, 2013). Apesar da heterogeneidade, ouvia-se o mote “saúde e educação padrão FIFA”, i.e., os manifestantes pediam ao Estado a ampliação do acesso a direitos sociais.

No entanto, as próprias jornadas, encaminhando para o fim, tomam um rumo mais à direita, com a “tradução” que os grandes meios de comunicação (em especial a Rede Globo) fazem sobre os ideais da manifestação. A “corrupção” se torna o mote escolhido por

eles para explicar porque os manifestantes iam para as ruas; a esquerda se retira das ruas não por não concordar com o combate à corrupção, mas pela intolerância crescente e, em certos episódios, até mesmo por ser linchada nos protestos (Amorim, 2013). Movimentos sociais de direita, como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) surgem de junho de 2013 e, com grande capilaridade na internet, ajudam a compor o apoio a um novo projeto de desenvolvimento: um projeto conservador e privatizante de desenvolvimento no Brasil, que representa certa retomada dos ideais predominantes nos anos 1990 quanto ao papel do Estado.

Assim passamos a 2016. Tal projeto, com apoio da mídia tradicional, entidades patronais e grupos da direita (partidos políticos ou novos grupos como o MBL), tem como marcos três documentos: a) *Agenda Brasil*, lançada por Renan Calheiros (PMDB) em agosto de 2015; b) *Uma ponte para o futuro*, lançada pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em outubro de 2015; c) *A travessia social*, lançado pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo PMDB em abril de 2016. Tais documentos retomam ideias aplicadas no país nos anos 1990, com propostas privatizantes e conservadoras para o desmonte do Estado e para abertura ao setor privado, com inspirações no ideário neoliberal do chamado “Estado Mínimo”, apesar de tal denominação ser bastante controversa (Hyman, 2005). É tal projeto que ganha ainda mais força com o golpe de 2016.

OS DOCUMENTOS

É fundamental compreender o projeto de desenvolvimento defendido por esse conjunto de documentos, em especial por *Uma ponte para o futuro*, para entender o projeto de país que desejado por alguns setores sociais que pressionam o governo Dilma para sua im-

plementação; e que estão sendo implementados sem nuances com o golpe. Michel Temer chegou a declarar, em 21 de setembro de 2016, que o “*impeachment* ocorreu porque Dilma rejeitou o ‘Ponte para o Futuro’” (The Intercept, 2016). Esse projeto é o grande vencedor do golpe que depõe a presidenta Dilma Rousseff.

Tais documentos são parte de um contexto de pressão para se adotar políticas que ampliem o espaço do mercado na economia e na provisão dos direitos sociais. Em parte tal estratégia teve sucesso em 2016 ao conseguir pressionar o governo Dilma em seu segundo mandato a adotar medidas em direção a esse projeto, mas que se fortalece com a ascensão de Michel Temer à presidência da República. Ainda que a capacidade prática de implementação de tal projeto seja controversa, o governo de Michel Temer tem se mostrado favorável à aplicação dos pontos elencados nos documentos citados, dado que seu próprio partido é autor deles. Ainda, os documentos em questão buscaram solidificar a imagem de que o PMDB estava comprometido e seria capaz de colocar em prática a agenda do golpe, uma agenda privatizadora e excludente, de acordo com os interesses das elites, de setores do empresariado¹, dos grandes meios de comunicação e dos movimentos de direita.

AGENDA BRASIL

Apresentada em agosto de 2015 pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), a *Agenda Brasil* consiste em medidas para “a retomada do crescimento do país e o fim da crise” (EBC, 2015) e representou a tentativa de pressionar a adoção da agenda do PMDB. Originalmente, a lista continha 27 propostas, mas outras 15 foram agregadas pelos senadores. A *Agenda Brasil* se divide em quatro eixos:

1. Os documentos analisados aqui dialogam também com a proposta “Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018” da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016).

Melhoria do Ambiente de Negócios e Infraestrutura, Equilíbrio Fiscal; Proteção Social e Reforma Administrativa e do Estado. Comentaremos aqui três dos quatro tópicos.

"Agenda Brasil

Melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura

1. Aperfeiçoar a segurança jurídica dos contratos: blindar as legislações de contratos contra surpresas e mudanças repentinas. Essa blindagem colabora para proteger a legislação das PPPs, por exemplo, item relevante nestes tempos em que o país necessita de mais investimentos privados.
2. Aperfeiçoar marco regulatório das concessões, para ampliar investimentos em infraestrutura e favorecer os investimentos do Programa de Investimentos em Logística do Governo (PIL).
3. Implantar a Avaliação de Impacto Regulatório para que o Senado possa aferir as reais consequências das normas produzidas pelas agências reguladoras sobre o segmento de infraestrutura e logística.
4. Regulamentar o ambiente institucional dos trabalhadores terceirizados, melhorando a segurança jurídica face ao passivo trabalhista potencial existente e a necessidade de regras claras para o setor.
5. Revisar e implementar marco jurídico do setor de mineração como forma de atrair investimentos produtivos.
6. Revisar os marcos jurídicos que regulam áreas indígenas, como forma de compatibilizá-las com atividades produtivas.
7. Revisar a legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, áreas naturais protegidas e cidades históricas como forma de incentivar novos investimentos produtivos.
8. Eliminar vistos turísticos para mercados estratégicos (como

estímulo ao desenvolvimento turístico aproveitando o câmbio favorável e a realização de megaeventos).

9. Simplificar o licenciamento para construção de equipamentos e infraestrutura turística em cidades históricas, orla marítima e unidades de conservação, melhorando a atração de investimentos.

10. PEC das Obras Estruturantes – estabelecer processo de celeridade com segurança jurídica para o licenciamento ambiental de obras estruturantes do PAC e dos programas de concessão (com prazos máximos para emissão de licenças).

11. Simplificar procedimentos de licenciamento ambiental, com a consolidação ou codificação da legislação do setor, que é complexa e muito esparsa.

12. Estimular as exportações, incluindo antecipação das alíquotas do Reintegra prevista no Plano Nacional de Exportações, celeridade nas liberações aduaneiras, e funcionamento dos portos (particularmente dos serviços aduaneiros) 24 horas por dia.

13. Acabar com a união aduaneira do Mercosul, a fim de possibilitar que o Brasil possa firmar acordos bilaterais ou multilaterais sem necessariamente depender do apoio dos demais membros do Mercosul.

Equilíbrio Fiscal

14. Implantar a Instituição Fiscal Independente.

15. Vender ativos patrimoniais (terrenos de Marinha, edificações militares obsoletas e outros ativos imobiliários da União).

16. Aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais, com vistas à maior transparência e profissionalização dessas empresas.

17. Aprovar a PEC 84/2015, que impede o governo federal de criar programas que gerem despesas para estados e mu-

nicípios e Distrito Federal, sem a indicação das respectivas fontes de financiamento.

18. Regulamentar o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

19. Reformar o PIS-Cofins de forma gradual, com foco na “calibragem” das alíquotas, reduzindo a cumulatividade do tributo e a complexidade na forma de recolhimento.

20. Reformar o ICMS (convergência de alíquotas) e adotar outras medidas a serem sugeridas pela Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo.

21. Adotar medidas para repatriação de ativos financeiros do exterior, com a criação de sistema de proteção aos aderentes ao modelo.

22. Reformar a Lei de Licitações – PLS 559/2013 – para modernizar o procedimento e também para atualizar os valores das alçadas, defasados desde 1996.

23. Revisar resolução do Senado que regula o imposto sobre heranças, sobretudo quanto ao teto da alíquota, levando-se em conta as experiências internacionais (convergir com média mundial).

24. Favorecer maior desvinculação da receita orçamentária, dando maior flexibilidade ao gasto público. Estabelecer um TAC fiscal para “zerar o jogo” e permitir melhor gestão fiscal futura.

25. Definir a idade mínima para aposentadoria, mediante estudos atuariais e levando-se em conta a realidade das contas da previdência social.

26. Elaborar proposta para reajuste planejado dos servidores dos três Poderes, de maneira a se ter uma previsibilidade de médio e longo prazo dessas despesas.

27. Priorizar solução para restos e contas a pagar.

28. Fixar limites para as dívidas líquida e bruta da União.

29. Fixar prazo para que os bancos liberem os valores referentes aos depósitos judiciais, conforme emenda do Senado ao PLC 15/2015, que originou a Lei Complementar 151, de 5 de agosto de 2015.

Proteção Social

30. Regulamentar o Artigo 23 da Constituição federal: definir as responsabilidades e o papel supletivo e redistributivo da União, dos estados e municípios; criar o sucessor do Fundes; criar o Sistema Nacional de Educação (SNE); implementar o Plano Nacional de Educação nos três entes federativos; aperfeiçoar o financiamento a padrões de qualidade; equilibrar programas universais com a necessidade de focalização (Fies, Pronatec), e adequar sistemas subnacionais ao SNE.

31. Condicionar as alterações na legislação de desoneração da folha e o acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de empregos.

32. Aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS.

33. Regulamentar o ressarcimento pelos associados de planos de saúde, dos procedimentos e atendimentos realizados pelo SUS.

34. Compatibilizar os marcos jurídicos da educação às necessidades do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades.

35. Compatibilizar a política de renúncia de receitas, no orçamento público, à obtenção de resultados positivos no enfrentamento das desigualdades regionais e na geração de emprego e renda (trata-sede determinação constitucional).

36. Dar tratamento prioritário à questão da segurança pública e do sistema prisional.

37. Ajustar o acesso à educação nos programas de financiamento público, assegurando sua sustentabilidade.

Reforma administrativa e do Estado

38. Reduzir ministérios e estatais, com diminuição de cargos comissionados e estruturas administrativas obsoletas.

39. Reformar as agências reguladoras, com foco na independência e efetiva capacidade de regular adequadamente áreas estratégicas como infraestrutura, logística, energia e comunicações.

40. Regulamentar o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

41. Implantar modelo de administração pública gerencial, com metas e indicadores de resultado. Favorecer a formação dos gestores públicos alinhados com um padrão mais eficiente de gestão.

42. Revisar o marco regulatório e o modelo de administração dos fundos de pensão como forma de preservar a poupança interna do país.

43. Priorizar um amplo processo de simplificação da relação do Estado com o cidadão e os empresários, com base no Super Simples, desburocratizando procedimentos redundantes e melhorando o ambiente de negócios, conforme elenco de sugestões da Agenda Brasil. Fonte: Agência Senado (2015)

No tópico “Melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura”, inicia-se afirmando ser necessário “blindar as legislações de contratos contra surpresas e mudanças repentinas”: é interessante que o argumento para aperfeiçoar a segurança jurídica valha para resguardar os interesses de empresas privadas, mas não valha para o caso de modi-

ficar as regras da previdência para aqueles já ativos no mercado de trabalho, como viria a ser a proposta de reforma da previdência (Proposta de Emenda Constitucional, PEC 287/2016) defendida pelo PMDB (mas que já aparece no tópico seguinte deste mesmo documento).

Ainda neste tópico, diversas medidas apontam para a redução da regulação para ampliação do investimento, seja quanto a áreas indígenas, licenciamento ambiental ou patrimônio histórico. Deixa-se subentendido que a legislação que protege os indígenas, o meio ambiente e o patrimônio histórico restringem o investimento.

Neste tópico ainda, aparece a necessidade de “regulamentar o ambiente institucional dos trabalhadores terceirizados”, o que interpretamos como uma tentativa de justificar a ampliação da adoção da terceirização no país, como ocorre com os projetos de lei debatidos no congresso e defendidos pelo empresariado (como o Projeto de Lei 4330/2004). E o tópico termina por propor abertamente acabar com o Mercosul.

O tópico Equilíbrio Fiscal se tornaria central para a estratégia e discurso do PMDB, sendo o centro do *Uma ponte para o futuro*, que daria espaço, por sua vez à PEC 241/2016, que se transformou em PEC 55/2016 e finalmente em Emenda Constitucional 95/2016, instaurando novo regime fiscal no Brasil. O tópico “Equilíbrio Fiscal” aponta a necessidade de limitar a dívida líquida e bruta da União, venda de ativos patrimoniais diversos, aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais, reformar a previdência, bem como outras medidas para melhorar a situação fiscal. Sugere-se ainda “favorecer maior desvinculação da receita orçamentária, dando flexibilidade ao gasto público”, com um “TAC fiscal”, que é um Termo de Ajustamento de Conduta, a fim de rever vinculações orçamentárias da saúde e educação².

2. A vinculação dos gastos sociais inscrita na Constituição Federal também é criticada no documento “Uma Agenda Para o Brasil”, da Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Já o tópico “Reforma administrativa e do Estado” – que não estava presente nas 27 propostas originais– sugere a redução de “ministérios e estatais, com diminuição de cargos comissionados e estruturas administrativas ‘obsoletas’” e a implementação de “modelo de administração pública gerencial”, dialogando com os grandes meios de comunicação. Efetivamente, o número de ministérios foi reduzido com o golpe (como abordado no capítulo 1, porém aumentaria novamente em fevereiro de 2017), estatais estão sofrendo fatiamento e possível privatização (como abordado no capítulo 7), mas o número de cargos comissionados no executivo federal aumentou (Congresso em foco, 2016).

A *Agenda Brasil* estava associada a uma série de matérias legislativas (Projetos de Lei, Projetos de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias etc.) tramitando na Câmara ou no Senado, o que é de certa forma uma diferença em relação a *Uma ponte para o futuro* e *A travessia social*, que se parecem mais a um programa de governo para disputar eleições (ou, no caso, disputar o poder após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff).

UMA PONTE PARA O FUTURO

Uma ponte para o futuro (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015)³, documento lançado no fim de outubro de 2015, começa apontando que seu objetivo é “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais”. Não foi escrito para que as cidadãs e cidadãos comuns do Brasil conheçamos as propostas do partido, mas sim para marcar o compromisso da legenda, caso passasse a comandar o executivo, com certos interesses econômicos. Bastos (2016) afirma que se o documento em questão se tornasse plataforma de um

3. Disponível no site do PMDB, link ao final do capítulo.

governo Temer surgido de um *impeachment* ilegítimo, o estelionato democrático seria flagrante: “nada da Ponte para o Futuro foi apresentado na campanha presidencial de 2014”.

Segundo Lima e Carneiro (2016), a construção do documento foi coordenada por Moreira Franco (presidente da Fundação Ulysses Guimarães), tendo a colaboração de Delfim Netto, Marcos Lisboa e Roberto Brant. Temer e José Serra teriam dado sugestões para o documento, enquanto Romero Jucá teria sido fundamental na articulação política, em especial com o mercado financeiro.

Os autores do documento avaliam que as propostas do documento são “uma necessidade, e quase um consenso, no país” (*sic*). O uso da palavra consenso nos remete ao Consenso de Washington⁴ por dois motivos: i) primeiro pelo uso da palavra consenso em si, como uma tentativa de minimizar ou silenciar as opiniões contrárias, como se o documento fosse a única alternativa; ii) o conteúdo do documento também remete nas entrelinhas às inspirações do Consenso de Washington, em especial pelo enfoque na questão fiscal e a subordinação de todos os outros objetivos a esse primeiro.

O documento traz o diagnóstico de que o Brasil não consegue crescer devido ao crescimento da despesa/dívida pública:

“Isto nos leva a discutir a questão fiscal. No Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em *déficits* elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico. O desequilíbrio fiscal significa ao mesmo tempo: aumento da inflação, juros muito altos, incerteza sobre a evolução da economia, impostos elevados, pressão cambial e retração do investimento privado. Tudo isto somado significa estagnação ou retração econômica. *Sem um ajuste de*

4. Em 1989, discutiu-se em Washington um conjunto de reformas liberalizantes para a América Latina, originando o que se denominou “Consenso de Washington”, considerado um marco para o neoliberalismo na região.

caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais. Esta é uma questão prévia, sem cuja solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. Nenhuma visão ideológica pode mudar isto.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 5, itálico nosso).

A questão fiscal parece ser a prioridade inquestionável: é sintomático que a palavra fiscal apareça 24 vezes em um documento de 20 páginas, enquanto a palavra social aparece quatro. Para isso, seria necessário “reconstituirmos o Estado brasileiro” a fim de colocar em prática uma política de “ajuste de caráter permanente”, ainda que a solução seja “muito dura para o conjunto da população”. Fazer as reformas necessárias, aponta o documento, significará “enfrentar interesses organizados e fortes, quase sempre bem representados na arena política”. Os interesses, no entanto, que se enfrentam ao buscar aplicar esse programa são os interesses da população, pois os interesses bem representados na arena política – na Câmara e no Senado – têm aprovado as medidas do documento a partir do golpe.

O documento segue afirmando que o governo federal cometeu excessos, que “algo muito errado está acontecendo com o nosso país nestes últimos anos”, sem lembrar, no entanto, que o PMDB teve papel fundamental no executivo federal nos últimos anos⁵. Porém, o documento propõe reformas estruturais, pois os problemas do Brasil seriam mais estruturais que conjunturais. O documento aponta que:

“As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. Em

5. Ainda, o documento é parcial ao não apontar as melhorias dos índices sociais ocorridas até 2014 no país, muito em decorrência das políticas públicas adotadas a nível nacional e do dinamismo do mercado de trabalho.

parte estes aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos e virtuosos, na área da saúde, da educação e na assistência social. Nestes casos, o aumento das despesas públicas foi uma escolha política correta e que melhorou nossa sociedade. Mas esta mesma Constituição e legislações posteriores criaram dispositivos que tornaram muito difícil a administração do orçamento e isto contribuiu para a desastrosa situação em que hoje vivemos. Foram criadas despesas obrigatórias que têm que ser feitas mesmo nas situações de grande desequilíbrio entre receitas e despesas, e, ao mesmo tempo, indexaram-se rendas e benefícios de vários segmentos, o que tornou impossíveis ações de ajuste, quando necessários. Durante certo tempo houve espaço para a expansão da carga tributária e evitaram-se grandes *déficits*. Como também houve um certo crescimento econômico que permitiu aumento das receitas fiscais. O crescimento automático das despesas não pode continuar entronizado na lei e na Constituição, sem o que o desequilíbrio fiscal se tornará o modo padrão de funcionamento do Estado brasileiro.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 6-7)

Ao mesmo tempo em que afirma que os “encargos” com saúde, educação e assistência social são positivos, aponta que a constituição trouxe rigidez no orçamento. Mas é justamente a “escolha política correta” que o documento aponta que fica em risco com a PEC 241/2016, que viria a ser aprovada. O documento condena a criação de despesas obrigatórias, o “que tornou impossíveis ações de ajuste” e propõe, para atingir o equilíbrio das contas públicas, “devolver ao orçamento anual a sua autonomia”, acabando com as vinculações constitucionais e dando poder a que o parlamento eleja prioridades: literalmente, o documento propõe que “é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”, o que viria a sustentar a PEC 241/2016. Assim, a proposta representa a possibilidade de redução dos já insuficientes gastos em tais áreas. Em claro ataque à Constitui-

ção e à luta de um dos fundadores do próprio PMDB pela chamada “Constituição Cidadã”, Ulysses Guimarães.

A prioridade para o documento é a reforma da sistemática orçamentária, que estaria engessada por grupos que retiram do congresso a autonomia do orçamento ao se garantirem “em um país em que o sistema político é visto com desconfiança”: “diversos grupos de interesse tratam de esquivar-se das incertezas do orçamento anual, tratando de inscrever na pedra da Constituição as suas conquistas, preservando-as das mudanças nas inclinações políticas ou mesmo das incertezas da conjuntura econômica” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 8). Assim, seria necessário realizar reformas aproveitando “os mais de 25 anos de experiência decorridos após a promulgação da Carta Magna, para corrigir suas disfuncionalidades e reordenar com mais justiça e racionalidade os termos dos conflitos distributivos arbitrados pelos processos legislativos e as ações dos governos” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 16).

O documento defende que os parlamentos foram criados para organizar o orçamento e que a única forma de chegar a um equilíbrio é “devolver ao orçamento anual a sua autonomia”. Assim, a cada ano pode-se eleger a prioridade e se ocorrer um erro ele pode ser revertido no ano seguinte. Aponta-se que o engessamento do orçamento é fruto “da desconfiança do Executivo na sabedoria ou responsabilidade do Legislativo”.

Da mesma forma, o documento aponta a necessidade de reformar a previdência social, que viria a ser colocada com a PEC 287/2016, mas não aponta a importância da previdência no combate à desigualdade. Absurdamente, o documento afirma que:

“A indexação das rendas pagas pelo Estado realiza uma injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade. Quando a indexação é pelo salário-mínimo, como é o caso dos benefícios

sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para esse aumento.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 10)

O documento ignora o papel da política de valorização do salário-mínimo na redução da desigualdade de renda, tratando dela somente para questionar o uso de mecanismos de indexação pelo salário-mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, que geram “graves distorções” segundo o documento, mas tem papel redistributivo fundamental. Propõe-se abertamente eliminar a indexação de benefícios ao salário-mínimo para controlar a inflação.

Sobre os juros, o documento afirma que “nossos juros são altos neste momento porque a inflação está muito acima da meta de 4,5% e ameaça sair de controle” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 14). Diagnostica-se que é necessária uma garantia sólida de equilíbrio fiscal de longo prazo para a redução dos juros. O documento até considera que juros altos têm um efeito concentrador da renda, mas aponta diversos “poréns” para reduzir a taxa de juros: só depois de alcançar o equilíbrio fiscal e de reduzir a inflação seria possível reduzir os juros, resguardando os interesses da camada mais alta da população que mais ganha com os juros altos. Ainda é interessante que muito se fala no documento (e na prática do PMDB no governo golpista) de que é necessário controlar os gastos do governo – que é a justificativa da PEC 241/2016 –, no entanto gastos financeiros não entram na conta da PEC, novamente, preservando certos interesses econômicos.

Encaminhando para o fim, o documento propõe viabilizar a participação do setor privado no investimento em infraestrutura, “por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime ante-

rior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 18).

No aspecto internacional, aponta-se a necessidade de “maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas *relevantes* – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 18, *italico nosso*).

Propõe-se ainda permitir que convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos (sem definir os últimos, no entanto). Tal questão será defendida pelo governo golpista ao chegar ao poder (como será analisado no capítulo 8). E, em diálogo com a “Agenda Brasil”, propõe-se “racionalizar” os licenciamentos ambientais.

O documento ainda aponta que seria necessário obedecer “as instituições do estado democrático, seguindo estritamente as leis e resguardando a *ordem*, sem a qual o *progresso* seria impossível” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015, p. 19, *italico nosso*). Joga-se assim com o lema da bandeira do Brasil (“Ordem e progresso”), que viria a ser escolhido como *slogan* do governo Temer.

Assim, os objetivos sociais e o enfrentamento dos problemas históricos do país – como a alta informalidade e rotatividade do mercado de trabalho, as desigualdades no acesso à educação e saúde, a desigualdade tributária que penaliza os mais pobres, a violência contra a juventude negra, o problema da moradia e do saneamento básico, a mobilidade urbana, entre diversos outros fatores – são usados como moeda de troca para atingir o “equilíbrio fiscal”.

A TRAVESSIA SOCIAL

O documento *A travessia social*⁶, lançado pela Fundação Ulysses Guimarães e o PMDB em abril de 2016, aprofunda propostas

6. Disponível no *site* do PMDB, link ao final do capítulo.

para a questão social e aponta também que a crise fiscal é o problema central do país. Segundo Hupsel Filho e Venceslau (2016), Moreira Franco também teria coordenado a construção deste documento, que contou com a contribuição de 30 pessoas, dentre elas, Ricardo Paes de Barros.

Logo no início do documento são listados compromissos que o governo deveria seguir. Chama a atenção um ponto em especial: “o governo deve evitar mudanças súbitas e inesperadas que afetem o funcionamento das empresas e a vida das pessoas. A implantação das políticas públicas deve ocorrer sempre de modo gradual e permanente” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 3). O trecho é interessante, pois no poder, em 2016, o PMDB governou por Medidas Provisórias (MPs) ou apoiando projetos com tramitação em regime de urgência no congresso, o que atropelou a discussão pública sobre diversas questões, como será abordado no capítulo 8.

O documento reconhece “resultados sociais alcançados na primeira década deste século” como verdadeiros e que não podem ser perdidos, mas apresenta propostas “de mercado” para a questão social inspiradas na teoria do capital humano, em que os pobres seriam pobres por não se inserirem no mercado. Por exemplo, o documento reconhece que “as políticas sociais que protegem as camadas mais pobres da população não podem retirar-se de cena” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 5), mas a defesa parece ser só das políticas voltadas ao 5% mais pobre da população (sem justificar em ponto algum do texto o enfoque em 5%, não se baseando nas medições nacionais e internacionais para a definição de pobreza). Propõe-se mudanças não muito claras na política social brasileira, deixando a entender que seria preciso cortar programas sociais (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 6) para não interromper programas para a camada mais carente: seria necessário elevar o padrão de vida dos 5% mais pobres e preservar o bem-estar dos 40% mais pobres,

que, segundo o documento, estariam “perfeitamente conectados à economia nacional” (sem explicar qual é a natureza, se indigna e precária ou não). Literalmente, o documento propõe

“expandir o sistema de proteção social para os 10 milhões de brasileiros que compõem os 5% mais pobres e que, por variadas razões, não estão integrados na economia nacional. Uma focalização especial neste segmento de excluídos não requer uma revisão substancial da política social brasileira, mas sim um aprofundamento daquilo que já fazemos bem, com mais descentralização, pois se trata, aqui, predominantemente, de grupos humanos esparsos, vivendo em pequenas comunidades isoladas. Isso significa manter e aprimorar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 9-10)

O argumento é de que a população contida entre os 5% e os 40% mais pobres do país está perfeitamente inserida no mercado e, portanto, teria condições de competir no mercado:

“O desafio seguinte, em ordem de prioridade, é alcançar os 70 milhões de pessoas que compõem o segmento situado acima do limite de 5% até o de 40% mais pobres. Este segmento foi o que teve mais êxito em se beneficiar do progresso recente, tirando proveito da expansão do emprego, da formalização e da elevação da renda do trabalho, em especial dos aumentos reais do salário-mínimo. Ao contrário dos mais vulneráveis, esta parte da população está perfeitamente conectada à economia nacional. Retomada a trajetória de crescimento, esta população seguirá junto.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 9-10)

Está presente a ideia de que o mercado de trabalho conseguiria solucionar os problemas da pobreza, basta que as pessoas consigam nele competir. Mas ao afirmar que os 40% mais pobres do país estão

perfeitamente inseridos no mercado e portanto teriam as condições de competir no mercado de trabalho e garantir sua renda, desconsidera-se o que a literatura chama de “*working poor*” (Carr & Chen, 2001; Gennari & Albuquerque, 2011; Bassi & Garcia, 2014): pessoas inseridas no mercado de trabalho, mas na categoria de pobres. Esse, diga-se de passagem, é o caso de parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), que, apesar de realizarem trabalhos informais, não tem renda suficiente e acesso a direitos fundamentais. O documento assim ignora a realidade do mercado de trabalho brasileiro, que reflete a nossa estrutura social de profunda desigualdade (de gênero, raça, regional e social), além da altíssima informalidade e rotatividade.

Assim como no *Uma ponte para o futuro*, em que se aponta que é necessário cumprir diversas etapas até se alcançar um patamar em que seja possível cortar a taxa de juros, *A travessia social* também aponta um longo caminho a ser trilhado pelo Brasil antes que seja possível melhorar os programas sociais:

“Vencer a crise, em primeiro lugar, construir uma coalizão de forças políticas para aprovar no Congresso Nacional o que for preciso, para se alcançar um equilíbrio fiscal estrutural que termine com os *déficits* públicos crescentes e reduza, no prazo possível, a relação da dívida pública com o PIB, e para se dar início a uma nova trajetória de crescimento duradouro, com melhorias nas políticas de proteção social.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 7)

Assim como no *Uma ponte para o Futuro*, este documento tentase distanciar do executivo federal (apesar de o PMDB ter tido participação chave no governo) e chama de “inconsistente, oportunista e discricionária” a política dos últimos anos (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 12). Propõe se uma “reengenharia das relações do Estado” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 17):

“O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura. Sem fazer isto, o crescimento econômico duradouro não será possível.” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 5)

Além disso, consta no documento uma menção à necessidade de haver segurança jurídica e respeito ao lucro e à propriedade, de forma a estimular o investimento. Ainda, ao falar sobre a saúde, em diversos trechos o documento defende parcerias com a iniciativa privada, “choques de gestão” e a inserção de uma lógica de gerenciamento privado, a fim de estimular “aumentos de produtividade e ganhos de eficiência” (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2016, p. 14). Ainda, para a saúde, as propostas do PMDB no documento têm trechos plagiados (cópias exatas) do programa de governo de Aécio Neves para as eleições presidenciais de 2014 em pelo menos quatro itens.

Quanto à educação, é bastante sintomático que o documento proponha uma reforma completa do “2º grau”, nomenclatura já não utilizada para se referir ao Ensino Médio há mais de 20 anos. No entanto, o documento já aponta inspirações que viriam a se cristalizar na Medida Provisória (MP) 746/2016, que proporia a reforma do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, por trás do golpe, um projeto de retrocesso não apenas nas conquistas dos governos liderados pelo PT desde 2003 (e a continuidade de programas internacionalmente reconhecidos), mas nos direitos da Constituição de 1988 e até de conquistas da década de 1940 (como a CLT), como mostra a análise dos documentos neste capítulo.

Tal projeto conta com o apoio de grandes setores do empresariado e da mídia tradicional, que pressionavam o governo Dilma no início de 2016 pela adoção de sua agenda, como forma de sair da “paralisação” em que ainda se encontra o país.

Com o golpe, já durante o período de Michel Temer como presidente interino, a agenda golpista, consolidada nos documentos discutidos, foi/está sendo aplicada, como discutido no capítulo 8. Diariamente, o povo brasileiro se depara com a perda de mais direitos, como mostra o site *Alerta Social* (2017), com a imposição do projeto do golpe.

Desfaz-se assim a justificativa de que o *impeachment* seria pelo combate à corrupção: ao contrário, os arquitetos do golpe buscam, através dele, impor ao povo brasileiro um projeto privatizante, conservador, excludente e sem o crivo das urnas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Agenda Brasil. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/12/agenda-brasil. 2015. Acesso em: 25.jan.2017.

ALERTA SOCIAL. Qual direito você perdeu hoje? Disponível em: alertasocial.com.br/ Acesso em: 16.jan.2017.

AMORIM, P. H. PT, PC do B e MST apanham: “ditadura já!” *Conversa Afiada*. 2013. Disponível em: www.conversaafiada.com.br/politica/2013/06/20/pt-pc-do-b-e-mst-apanham-ditadura-ja. Acesso em: 16.jan.2017.

BALTAR, P.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e regulação do trabalho no Brasil. In. *Cadernos CRH*, vol 28 n. 68, 2013, p. 273-292.

BASSI, M. S.; GARCIA, C. C. Políticas redistributivas e novos desafios sociais: nova pobreza, precariedade e desemprego em Portugal e no Brasil. VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e perspectivas, Universidade de Évora 14 a 16 de abril de 2014. Disponível em: http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0297.pdf. Acesso em: 27.jan.2017.

BASTOS, P. P. Z. O *impeachment* de Dilma Rousseff e o programa do novo PMDB, Carta Maior. 2016. Disponível www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-impeachment-de-Dilma-Rousseff-e-o-programa-do-novo-PMDB/7/35142. Acesso em: 05.fev.2017.

CARR, M; CHEN, M. A. Globalization and the informal economy: how global trade and investment impact on the working poor. WIEGO. 2001. Disponível em: http://natlex.ilo.ch/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_122053.pdf. Acesso em: 27.jan.2017.

CNI. Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018. Disponível em: www.portaldaindustria.com.br/relacoesdotrabalho/media/publicacao/chamadas/AgendaparaoBrasilsairdaCrise2016-2018final-28abril.pdf. Acesso em: 05.fev.2017.

CONGRESSO EM FOCO. Temer ainda não cumpriu promessa de reduzir cargos de confiança, mostra O Globo. 2016. Disponível em: congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-ainda-nao-cumpriu-promessa-de-reduzir-cargos-de-confianca-mostra-o-globo/. Acesso em: 25.jan.2017.

DIEESE. A política de valorização do salário-mínimo: persistir para melhorar. 2014. Disponível em: www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec136SalarioMinimo.pdf. Acesso em: 12.set.2014.

EBC. Agenda Brasil: saiba quais são as propostas do Senado para enfrentar a crise. 2015. Disponível em: www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/08/agenda-brasil-saiba-quais-sao-propostas-do-senado-para-enfrentar-crise. Acesso em: 25.jan.2017.

FAGNANI, E. Política social e desigualdade: projetos em disputa. *Texto para Discussão 238*, IE/Unicamp, 2014.

FORNAZIER, A.; OLIVEIRA, A. L. M. O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. In: *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 12, p. 87-111, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. Uma agenda para o Brasil. 2016.

_____. Uma ponte para o futuro. 2015. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 25.jan.2017.

_____. (2016) A travessia social. Disponível em: www.fundacaoulisses.org.br/acervo/. Acesso em: 27.jan.2017.

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactos nas sociedades portuguesa e brasileira. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 92, 2011.

HYMAN R. Europeização ou erosão das relações laborais? In: Estanque, et al. *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo, Cortez, 2005.

HUPSEL FILHO, V.; VENCESLAU, P. PMDB elabora plano para área social, Estadão, 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pmdb-elabora-plano-para-area-social,10000027345>. Acesso em: 05.fev.2017.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. *Texto para Discussão n. 201*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2012.

LIMA, D; CARNEIRO, M. Temer monta time de conselheiros econômicos com crise de Dilma, Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1752542-com-crise-de-dilma-vice-monta-time-de-conselheiros-economicos.shtml. Acesso em: 5.fev.2017.

ROLNIK, R. Apresentação As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações In: Vainer, C. et ali. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

THE INTERCEPT. Michel Temer diz que *impeachment* aconteceu porque Dilma rejeitou “Ponte para o Futuro”. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 6.dez.2016.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL E REGIONAL

A incidência da conjuntura internacional e regional sobre o golpe de agosto de 2016 no Brasil, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff por meio de um processo de *impeachment*, apresentou vários aspectos. A saber: a precedência da baixa intensidade da democracia e do Estado de Direito frente aos interesses econômicos em vários países centrais devido à crise econômica; ascensão da direita na esfera regional; interesses econômicos estrangeiros dependentes da mudança de poder no Brasil; interferência direta de organizações estrangeiras conservadoras e de direita; e a contrapartida dada pela agenda internacional dos golpistas.

A CRISE DA DEMOCRACIA NOS PAÍSES CENTRAIS

A crise econômica de 2007/2008 iniciada nos Estados Unidos (EUA), foi provocada, sobretudo, pelo setor financeiro. No entanto, este foi beneficiado pelas medidas adotadas como solução, pois o bordão oficial na época era que os bancos eram grandes e importantes demais para deixá-los falir. Desta forma, todos os esforços públicos, fosse nos EUA, fosse na Europa, foram para assegurar recursos para

cobrir os rombos deixados pelo setor financeiro e garantir que países devedores e deficitários cumprissem à risca suas obrigações com os bancos e outras instituições financeiras. É bom lembrar que mesmo assim, somente os bancos europeus possuem ainda US\$ 800 bilhões em títulos tóxicos. O G20 Financeiro que em 2008 e 2009 adotou uma linguagem “keynesiana” para lidar com a crise logo em seguida assumiu uma postura neoliberal e extremamente favorável às instituições financeiras (Mineiro; Mello; Jakobsen, 2017).

O predomínio da economia sobre a democracia se tornou evidente quando a crise econômica atingiu a Europa, principalmente, nos países do sul do continente que haviam se endividado extraordinariamente para ingressar na União Europeia e se adequar à Moeda Única. Quando o primeiro ministro grego, George Papandreou, em 2011, quis submeter o pacote de austeridade imposto à Grécia pela *Troika* (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) a um referendo popular, ele foi destituído pelo parlamento por pressão da *Troika* e um primeiro ministro “técnico”, Evangelos Venizelos, advindo do setor financeiro e que nem deputado era, assumiu o seu lugar.

Na Itália, outro país ameaçado pelo endividamento e *déficit* fiscal, o último primeiro ministro eleito diretamente pelo povo foi Silvio Berlusconi em 2008. Quando ele renunciou, em 2011, outro tecnocrata do setor financeiro Mario Monti foi nomeado pelo presidente Giorgio Napolitano para substituí-lo. Desde então, não há chefe de governo na Itália eleito diretamente pelo povo. Desde sua renúncia em 2013, nenhum partido alcançou maioria para formar o governo e já estão no terceiro primeiro ministro escolhido indiretamente.

O sistema parlamentarista e as legislações grega e italiana permitem tais manobras, mas é difícil considerá-las democráticas, assim como é difícil considerar democrático o sistema estadunidense no qual candidatos presidenciais como George Bush e Donald Trump podem ser eleitos tendo menos votos populares que seus oponentes

graças ao sistema de delegados eleitorais por estado. A aplicação destes métodos de escolha política para impor medidas de austeridade e de combate ao *déficit* público, políticas eminentemente neoliberais, submeteu a democracia aos interesses de uma minoria da população, no caso europeu os banqueiros e especuladores, causando sofrimento à maioria da população.

Os meios de comunicação europeus, os partidos políticos, desde a centro-esquerda até a direita, e outras instituições tradicionais atuaram para legitimar essa visão sob o singelo e convincente argumento de que ninguém pode “gastar mais do que tem”; no norte da Europa, na Alemanha em particular, prevaleceu o argumento de que seus cidadãos não “deveriam pagar pelas irresponsabilidades e benesses dos gregos e de outros povos do sul do continente” (Kotscho, 2012).

Portanto, livrar-se de alguém que se oponha a um ajuste estrutural para equilibrar as contas públicas tornou-se uma medida corriqueira e aceitável nos dias de hoje. O *impeachment* no Brasil teve respaldo institucional e apoio de empresários, de organizações sociais de direita e da classe média, pois apesar da justificativa das “pedaladas fiscais”, a causa que realmente prevaleceu entre os defensores do golpe era outra: a deterioração econômica do país, com percepção agravada pela suposta corrupção na Petrobras; e o fato de que a presidenta Dilma Rousseff não levaria seu programa de austeridade e de equilíbrio das contas públicas inaugurado em 2015 até o fim, pois seu partido não o permitiria.

A Constituição brasileira prevê a hipótese de *impeachment*-do(a) presidente e possui um trâmite a ser seguido, assim como no parlamentarismo grego e italiano que permitiram “eleger” os dois ministros “técnicos”. O trâmite legal foi seguido no Brasil, assim como nos dois países europeus, porém a diferença, entre os casos europeu e brasileiro, é que não havia crime da presidenta Dilma que justificasse o *impeachment*. Como mencionou um juiz do Tribunal de Contas da

União (TCU) que participou da análise das contas do governo que ensejaram a tese das “pedaladas fiscais”, objeto do suposto crime, “já tivemos contas muito piores, mas o momento é outro. O país cobra mais fiscalização e a presidente é impopular. Essa decisão não seria tomada contra Lula no auge da popularidade”. (Folha de S.Paulo, 18/06/2015)

A SITUAÇÃO REGIONAL

Os meios de comunicação na América Latina vêm fazendo campanha pelo fim do “ciclo progressista” há vários anos, mas foram desmoralizados cada vez que alguma autoridade dos países governados pela esquerda era reeleita ou quando um novo governante deste campo político vencia as eleições. Quando Ricardo Martinelli derrotou a candidata presidencial do PRD no Panamá e sucedeu a Martin Torrijos em 2009, ele chegou a anunciar que seria o político da direita que iniciaria o fim do ciclo progressista.

Ao longo das disputas eleitorais no conjunto dos países do continente desde o início do século XXI, formou-se uma espécie de “Regional da Direita” composta, entre outros, por integrantes como Henrique Capriles da Venezuela, Keiko Fujimori do Peru, Sebastian Piñeda do Chile, Samuel Medina da Bolívia, Lacalle Pou do Uruguai e Mauricio Macri da Argentina, apoiados desde a Europa pelo ex-Chefe de Estado da Espanha e do Partido Popular (PP), José Maria Aznar, que hoje preside a Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales (FAES) deste partido que apoia atividades políticas. Quando Aécio Neves disputou a eleição presidencial em 2014, cogitou promover um encontro desse grupo no Brasil como parte de sua campanha eleitoral, mas para sua sorte algum assessor mais inteligente deve tê-lo dissuadido, pois o carimbaria definitivamente como um candidato da direita. No entanto, no ano seguinte liderou a ida de um grupo de

senadores brasileiros do PSDB, DEM, PPS e PSD à Venezuela para solidarizar-se com os partidos opositores e pressionar o governo venezuelano para libertar os parlamentares presos e convocar novas eleições (Carta Capital, 18/06/2015).

Contudo, enquanto a oposição à presidenta Dilma Rousseff crescia no Brasil, o candidato opositor de direita ao governo de Cristina Kirchner na Argentina, Mauricio Macri, derrotou o candidato da situação em novembro de 2015 por pequena margem de votos e no mês seguinte a coalizão opositora, “Mesa de Unión Democrática” (MUD) elegeu a maioria de deputados no parlamento venezuelano acirrando a disputa ideológica naquele país. Em fevereiro de 2016, a maioria dos eleitores bolivianos recusou em referendo a permissão para que o presidente Evo Morales se candidatasse novamente à presidência em 2019. A onda conservadora ainda avançaria um pouco mais na América do Sul ao final do segundo semestre de 2016, com a direita vencendo as eleições municipais na maioria dos centros maiores no Chile e com a disputa presidencial no Peru em torno de dois candidatos da direita. Todavia, o contraponto a isso foi a vitória eleitoral da Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) e a reeleição do presidente Daniel Ortega, com 72% dos votos no final do ano.

Os três fatos ocorridos antes do *impeachment*, cada um em seu momento, jogaram mais “água no moinho” da versão da direita e da imprensa conservadora do Brasil que o ciclo de governos da esquerda havia terminado e que a população latino-americana queria a volta dos governantes e partidos “responsáveis”, bem como das relações preferenciais com as grandes potências. Portanto, a ascensão da direita em três países importantes da América do Sul, como se isso representasse a opinião majoritária da população do continente, seria uma justificativa política adicional para destituir a presidenta brasileira e substituí-la pela oposição derrotada em 2014, pelo vice-presidente usurpador e seu partido, o PMDB, e por outros partidos menores que

estiveram aliados ao governo do PT. Quando o golpe se consumou, os principais governos e personalidades do exterior que o respaldaram foram os integrantes da “Regional da Direita” e os governos do Paraguai, Colômbia, Panamá, entre outros.

Antes do Brasil, houve dois golpes de Estado na América Latina no século XXI. Um em Honduras (2008) e outro no Paraguai (2012). Os três seguiram uma receita semelhante que caracteriza os chamados “golpes brandos” por não implicarem na instauração de ditaduras militares como no passado. Essa receita é basicamente a geração de um clima político instável no país em torno de algum tema ou mais de um e o governo é responsabilizado pela crise. Uma vez que essa equação esteja madura, buscam-se na lei as manobras possíveis para destituir o Chefe de Estado. Pode ocorrer, como no Paraguai, que a preparação seja longa, pois neste caso a conspiração se iniciou ainda em 2008, embora seu desfecho três anos depois tenha se concluído em dois dias utilizando o Massacre de Curuguaty como causa. No caso brasileiro, a conspiração teve início no dia seguinte à reeleição da presidenta Dilma.

INTERESSES ECONÔMICOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Uma das diferenças fundamentais entre os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, e o governo Lula foi a forma de lidar com as cadeias produtivas globais. Enquanto, os primeiros tentaram negociar um “espaço” para a indústria brasileira se inserir de acordo com os interesses das corporações multinacionais, o último buscava desenvolver uma política industrial e uma política de integração regional que fortalecesse a indústria nacional e sua inserção soberana nas cadeias globais de valor.

Durante o governo Lula havia uma disputa explícita entre os setores “produtivista” e “rentista” que colocava de um lado empresas

industriais, seus fornecedores, parte do setor de serviços, sindicatos, instituições de pesquisa, entre outros, e de outro o setor financeiro, a outra parte do setor de serviços, donos de terras, investidores, especuladores, pessoas que vivem da renda de aplicações e aluguéis, entre outros. Apesar das altas taxas de juros aplicadas pelo Banco Central, ainda assim o governo tentava alavancar o setor produtivo por meio das políticas mencionadas anteriormente, além de crédito mais acessível dos bancos públicos e compras governamentais dirigidas para favorecer empresas nacionais, a exemplo das encomendas da Petrobras para a indústria naval brasileira, em vez de exportar empregos para o exterior. Suas políticas sociais de transferência de renda, de apoio à agricultura familiar, do programa Luz para Todos, entre outras, também possuíam o efeito colateral de estimular o consumo e a produção.

No entanto, essas políticas desenvolvimentistas e a política externa “altiva e ativa”, que questionava o domínio da “Tríade” (EUA, União Europeia e Japão) sobre as instituições internacionais e sobre a agenda econômica, se contrapunham ao pensamento neoliberal vigente defendido por uma série de instituições como o FMI, Banco Mundial, entre outros, além dos arautos individuais deste pensamento único no Brasil e no exterior. Porém, além do prestígio político conquistado pelo governo junto aos demais países no mundo graças à política externa, houve também um salto importante no crescimento econômico do Brasil a ponto de ocupar o sexto lugar na economia mundial. Foi o momento em que o país se tornou autônomo na produção de petróleo, iniciou a exploração do pré-sal pela Petrobrás e as empresas transnacionais brasileiras se expandiram nas Américas e na África, particularmente, as mineradoras e empreiteiras de construção.

Não é sem razão que o mercado ocupado pelas empreiteiras e as reservas de petróleo do pré-sal tornaram-se alvo da cobiça das empresas transnacionais. Quando o “Wikileaks” em meados de 2015 divulgou os “grampos” da *National Security Agency* (NSA) no Brasil

constava na lista, além do telefone da presidenta, de ministros, de assessores e de diplomatas, os da Petrobras, demonstrando o interesse do governo e empresas estadunidenses no petróleo brasileiro.

Independentemente da dimensão da corrupção envolvendo ex-dirigentes da Petrobras, empresários, políticos e lobistas sob investigação desde março de 2014, o fato é que se estabeleceu uma forte cooperação entre a polícia federal e o poder judiciário brasileiro com seus congêneres dos Estados Unidos e até da Suíça, reforçando a percepção dos interesses estrangeiros em abrir este mercado a seu favor. Particularmente, a prontidão não usual com que as autoridades suíças colaboraram com informações leva a acreditar que a colaboração internacional não ocorreu altruisticamente somente para fazer justiça.

A parcialidade das investigações e as prisões proporcionadas pela operação Lava Jato forneceu farto material para a imprensa brasileira e internacional difamar o governo Dilma Rousseff e o PT, além de as ações contra as grandes empreiteiras brasileiras colocarem seu patrimônio e mercados em disputa, assim como as reservas de petróleo da Petrobras. Ou seja, as investigações em curso por praticamente três anos fizeram um estrago enorme na economia brasileira, colocaram o governo do PT e o próprio partido na berlinda e após o golpe, os dois setores, construção e petróleo, começam a ser dilapidados para dar lugar à participação de empresas estrangeiras.

A INTERFERÊNCIA DIRETA NO GOLPE A PARTIR DO EXTERIOR

As manifestações de rua em 2013 reivindicando, principalmente, melhorias no serviço público e que inicialmente foram convocadas pela esquerda, acabaram atraindo a participação de um amplo espectro político de manifestantes desde a esquerda até a extrema di-

reita. Foi quando diversas organizações libertárias¹ como o Fórum da Liberdade, Estudantes pela Liberdade (EPL), Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online, além dos defensores da intervenção militar “saíram do armário” e foram para as ruas. No entanto, todos estes setores de direita tiveram uma participação muito mais expressiva nas manifestações a favor do *impeachment* em 2015.

Todos eles são financiados por empresas, brasileiras e multinacionais, diretamente como o apoio dado às mobilizações a favor do *impeachment* por meio da Fiesp e/ou indiretamente por meio de organizações libertárias dos Estados Unidos, por sua vez financiadas por empresas deste país. A mais antiga no Brasil é o Fórum da Liberdade, de 1988, que tem entre seus dirigentes e fundadores Jorge Gerdau, empresário do setor metal mecânico cujo conjunto de empresas se tornou uma companhia multinacional brasileira e Helio Beltrão, do Grupo Ultra. O Estudantes pela Liberdade atua basicamente nas universidades treinando lideranças estudantis em defesa e propagação das ideias da “Escola Austríaca” formada nos anos 1940 por economistas como Hayek e Von Mises, aliás de pequena relevância na academia brasileira. O MBL é seu representante nas mobilizações sociais, seu financiamento advém de empresas brasileiras, fundações libertárias dos EUA e da Fundação Friedrich Naumann do Partido Liberal da Alemanha (Amaral, 2015).

As fundações libertárias dos Estados Unidos são obrigadas por lei a prestar contas de seus recursos e despesas publicamente. No entanto, para confundir a origem empresarial de seus financiamentos e seu destino, elas atuam por meio de largas redes de organizações. Por exemplo, os bilionários irmãos Koch, que atuam no setor petroleiro, dirigem onze fundações e há outras empresas como a Goodrich, o Bank of America Merrill Lynch e a Exxon que também possuem as

1. O termo libertário advém da palavra inglesa *libertarian*, um agrupamento extremamente liberal na economia, bem como defensor ao extremo do Estado Mínimo e da liberdade individual.

suas fundações. Parte dos recursos sai destas fundações e é redistribuído por meio de terceiros como o *Cato Institute* ou o *Atlas Network* que financia o *Students for Liberty* nos EUA que, por sua vez, apoia o Estudantes pela Liberdade no Brasil. As empresas estadunidenses, ao longo dos últimos 20 anos têm contribuído com aproximadamente US\$ 20 milhões ao ano para a rede de fundações nos EUA. Em 2013, a *Atlas Network* gastou fora de seu país em torno de US\$ 6,1 milhões dos quais quase US\$ 600 mil destinados à América do Sul (Amaral, 2015).

Além dos inspiradores da “Escola Austríaca”, os libertários brasileiros têm um guru chamado Olavo de Carvalho que edita um *site* na Internet chamado “Mídia sem Máscara”, no qual são publicados seus libelos contra o PT, Lula, Dilma e o Foro de São Paulo, além de matérias favoráveis ao *impeachment*, entre outros do mesmo naipe. Este *site* é financiado pelo *Independent Republican Institute* (IRI), organização conhecida por ter promovido e financiado cursos de treinamento político a 600 líderes da oposição haitiana antes do golpe contra o presidente Jean-Baptiste Aristide em 2004 (Viana, 2015).

Além do interesse destas empresas e fundações em promover suas posições ideológicas e políticas, que durante a Guerra Fria era combater o comunismo, agora querem alavancar seus negócios como, por exemplo, a exploração de petróleo no caso das Indústrias Koch e a Exxon² e apoiar partidos e políticos nos governos que estejam o mais afinado possível com seus interesses, o que também significa ajudar a destituir aqueles que não estão. Foi o caso do PT e da presidenta Dilma Rousseff.

A embaixadora estadunidense no Paraguai, Liliana Ayalde, até alguns meses antes do golpe naquele país, disse em telegrama ao Departamento de Estado, vazado pelo *Wikileaks*, que havia deixado “mais influência do que pegadas” durante sua estadia naquele país. Ela

2. O Secretário de Estado dos EUA no governo Donald Trump é Rex Tillerson, CEO da Exxon.

assumiu a embaixada dos EUA no Brasil em 2013 e permaneceu até recentemente. Muitos não acreditam que a vinda dela após o precedente do Paraguai, as mobilizações iniciadas no ano em que chegou ao Brasil e a crise política posterior tenham sido mera coincidência (Portal Vermelho, 22/03/2016). Cabe lembrar que o governo Obama reconheceu o governo Temer e não levantou qualquer questionamento ao processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff.

A CONTRAPARTIDA DOS GOLPISTAS AO APOIO EXTERNO

Quem veio a assumir o Ministério das Relações Exteriores no governo golpista de Temer foi José Serra do PSDB, senador por São Paulo, que viveu no Chile e depois exilou-se nos EUA onde, inclusive, fez pós-graduação e estabeleceu muitos contatos políticos, particularmente, no Partido Democrata. Desde seu último programa eleitoral em 2010 já vinha expressando posições conservadoras quanto à economia brasileira e à política externa “ativa e ativa”. Como senador, antes do golpe, também professava críticas ao Mercosul e, principalmente, ao regime de partilha das reservas do pré-sal cuja mudança legal foi aprovada a partir de suas propostas.

Suas iniciativas internacionais a partir da chefia do Itamaraty não foram muitas, até porque a estrutura deste ministério transformou-se em seu escritório político-eleitoral. No entanto, incluíram as manobras com apoio dos governos da Argentina e Paraguai para suspender a Venezuela do Mercosul, e sua intenção é transformar o bloco num mero acordo de livre comércio.

Além de seus movimentos contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela, também criou atritos com o Uruguai e até com o novo presidente dos EUA, Donald Trump, ao comentar durante a campanha eleitoral nos EUA que sua eleição seria um “pesadelo”.

Independentemente, do que significa ou não a sua eleição, nem um diplomata no início da carreira cometeria uma gafe dessas (Correio Brasiliense, 31/07/2016).

Os golpistas têm se mostrado favoráveis a mudanças radicais na política externa, abandonando as relações universais e substituindo-as por um engajamento preferencial com os EUA e com a União Europeia, o que na prática significaria fechar um acordo de comércio UE-Mercosul, aderir a acordos plurilaterais como o Tratado Internacional de Serviços (TISA) e negociar a utilização da base aeroespacial de Alcântara com os Estados Unidos para começar.

Por fim, na área macroeconômica, os golpistas seguem a orientação neoliberal de promover um ajuste fiscal por meio da PEC 241/2016, já aprovada, que congela as despesas sociais por 20 anos, além de encaminhar propostas para reformar a previdência social e a legislação do trabalho. Todas estas iniciativas são “música para os ouvidos” de banqueiros, especuladores, empresários, entre outros, seja de origem nacional sejamultinacional. Portanto, além de representarem a gratidão para as empresas que apoiaram o *impeachment*, elas também ajudam a explicar a dimensão do apoio a Temer no Congresso, considerado, nesta legislatura, o mais conservador e reacionário do atual período democrático do Brasil.

CONCLUSÃO

Apesar dos esforços de se mostrarem “mais realistas que o rei” ao implementarem um programa econômico e social eminentemente neoliberal em contraposição à política inaugurada pelo presidente Lula em 2003, os golpistas até o momento não têm feito muito sucesso no exterior. Inclusive, Temer evita viajar ou o faz o mais discretamente possível, pois foi recebido com protestos contra o golpe em dois dos quatro países que visitou em 2016, na Argentina e nos

Estados Unidos. Alguns países da América Latina, não reconheceram o seu governo, pelo menos nos primeiros meses, como foi o caso da Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela.

Os partidos de esquerda em vários países como Alemanha, Espanha, França, Portugal, membros do Foro de São Paulo, entre outros, e até um grupo importante de parlamentares democratas dos Estados Unidos, se manifestaram de várias formas solidários ao PT, à presidenta Dilma Rousseff e contra o golpe. Até agora os golpistas não conseguiram estabelecer relações efetivas no exterior, salvo com os atuais governos argentino e paraguaio. Mesmo ao participar da Cúpula do G20 na China e depois dos BRICS na Índia em 2016, Temer ficou em segundo plano e não conseguiu realizar os encontros bilaterais que pretendia com os demais países membros. O novo presidente dos EUA, Donald Trump, apesar dos esforços da embaixada brasileira em Washington, não convidou Michel Temer para sua posse ou para algum encontro posterior. O acordo Mercosul-União Europeia, apesar de toda a disposição dos golpistas de negociá-lo, também não recebeu até o momento qualquer movimentação de parte dos europeus.

A triste verdade é que os golpistas impuseram ao Brasil a imagem no exterior de uma “República Bananeira” conforme ficou claro nas reportagens de órgãos de imprensa insuspeitos como o *New York Times*, *The Guardian*, *Le Monde*, entre outros ao cobrirem o *impeachment*. A orientação dada pelo chanceler usurpador às representações diplomáticas do Brasil no exterior para que esclarecessem, em seu âmbito de atuação, a constitucionalidade do *impeachment*, não convence ninguém. Em alguns foros, os diplomatas brasileiros passaram por constrangimentos como ocorreu durante a Conferência do Trabalho da OIT, em junho de 2016 em Genebra, quando um afoito funcionário do Itamaraty tomou a palavra numa das sessões de trabalho e foi vaiado pela delegação dos trabalhadores, além de ter sua palavra cassada pela mesa por tentar distorcer a ordem do dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita>. Acesso em: 23.jun.2015.

CARTA CAPITAL. Aécio e outros senadores são hostilizados na Venezuela. 18.jun.2015.

CORREIO BRASILIENSE. Serra diz que vitória de Trump seria “pesadelo”. 31.jul.2016.

KOTSCHO, Ricardo. Amuados, alemães não querem pagar conta da crise. Disponível em: www.noticias.r7.com/blogs/ricardo-kotscho/amuados-alemaes-nao-querem-pagar-conta-da-crise/2012/03/03. Acesso em: 30.jan.2017.

MINEIRO, Ademar; MELLO, Fátima; JAKOBSEN, Kjeld. *Estudo sobre Instituições Financeiras internacionais* (Mimeo). Brasília: Inesc, 2017.

Painel da Folha de São Paulo em 18/06/2015.

PORTAL VERMELHO. Embaixadora dos EUA atuou no Paraguai antes do golpe. Disponível em: www.vermelho.org.br/noticia/278160-7. Acesso em: 27.jan.2017.

VIANA, Natalia. A direita abraça a rede. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede>. Acesso em: 22.jun.2015.

RELATO DOS FATOS E TRAMAS DA DERRUBADA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

No dia 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB-RJ, autorizou a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Estava formalmente iniciado o golpe que seria consumado no dia 31 de agosto de 2016, com a votação final no Senado Federal que culminou no afastamento definitivo da presidenta eleita. Este capítulo relata a sucessão de fatos que levaram a tal desfecho, demonstrando a ofensiva golpista e a consequente derrubada do governo democraticamente eleito.

DA ACEITAÇÃO DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* ATÉ A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO PELA CÂMARA

O mês de dezembro de 2015 pode ser definido como um grande esboço de como seria o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Nele, ficou evidente o protagonismo de Eduardo Cunha (PMDB), desde a aceitação do *impeachment* até as mais diversas tentativas de manobras em favor do processo, demonstrando como sua atuação como presidente da Câmara foi determinante para o enfraquecimento do governo

Dilma e para a consumação do golpe. O tom foi dado pelo golpismo do PMDB e de Michel Temer, além da imprensa, e as mais diversas intervenções do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo.

O presidente da Câmara, que já havia recebido vários pedidos de *impeachment* por parte da oposição, tinha contra si um processo no Conselho de Ética por ter mentido na CPI da Petrobras ao afirmar que não tinha contas no exterior¹. Para barganhar sua sobrevivência política, passou a chantagear a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) dentro do Conselho, a qual não aceitou e declarou voto a favor da cassação do pemedebista. No mesmo dia, Cunha aceitou o pedido assinado por Janaína Paschoal, Miguel Reale Junior e Hélio Bicudo. A justificativa para o pedido de *impeachment*, processo que de acordo com a Constituição Federal requer provas de que o mandatário cometeu crime de responsabilidade, traz em si a acusação de que a presidenta da República desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal e as atribuições do Executivo, ao atrasar o repasse de recursos para bancos públicos e utilizar tal verba no Orçamento sem autorização do Congresso Nacional, acusação que foi mera desculpa para o golpe que se arquitetava.

Menos de uma semana depois, foi divulgada uma carta do então vice-presidente Michel Temer para Dilma Rousseff com caráter de rompimento. Temer, que meses antes já havia deixado o posto de articulador político do governo, declarou em sua carta que se sentia um “vice-decorativo”, afirmando à presidenta que ela “não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã”. A lealdade que Temer atribuía a si mesmo e ao PMDB não se sustentava nos fatos, com direito a lançamento de um plano de governo por parte da fundação do partido, apelidada de “Plano Temer”, o documento *Uma ponte para o futuro* (Fundação Ulysses Guimarães, 2015). O partido há tempos se dividia em torno do apoio a Dilma Rousseff², com intensa pressão por

1. Posteriormente, foi comprovado que Cunha possuía contas na Suíça para recebimento de propina.

2. Em 2014, setores do PMDB já defendiam apoio a Aécio Neves, como reportado pela Agência Brasil, da

mais cargos e ministérios, sempre atendidos pelo governo. Enquanto isso, Temer intensificava suas conversas com a oposição golpista. Segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*, Temer havia deixado o posto de articulador político do governo Dilma, em agosto de 2015, para se aproximar da oposição e do PSDB e garantir apoio para um futuro governo (*O Estado de S.Paulo*, 2015). Com isso, ficava clara a intenção do vice de conspirar contra a chapa que compunha e contra o programa que a elegeu.

No dia seguinte à divulgação da carta, ocorreu a primeira tentativa de manobra de Eduardo Cunha em favor do *impeachment*, além da primeira grande interferência do STF no processo: em articulação com a oposição, Cunha abriu uma brecha para que parlamentares dissidentes dentro do próprio partido formassem chapa alternativa à indicada pela liderança da bancada. Isso permitiu uma distorção, fazendo com que a Comissão Especial que analisaria o pedido se tornasse majoritariamente pró-golpe, algo que não se refletia na composição da Câmara no momento, visto que o governo ainda possuía uma maioria suficiente para barrar o processo. Em reação à manobra, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entrou com ação no Supremo questionando todo o método de formação da Comissão, que incluía o voto secreto, divisão da comissão em blocos e não em partidos, além da ausência de indicação da liderança das bancadas. A ação foi recebida pelo ministro Edson Fachin, que suspendeu a tramitação do *impeachment* para a definição de todo o conjunto de regras e formalidades que orientariam o processo. Com isso, a composição da comissão, conforme articulada por Cunha, foi anulada.

Em menos de dez dias, o STF definiu qual seria o rito a ser adotado durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Dessa forma, o processo na Câmara dos Deputados deveria

seguir as seguintes regras: ao contrário do articulado por Cunha, a Comissão do *Impeachment* deveria ser escolhida por meio de chapa única indicada pelos líderes partidários, com votação aberta. Após a instalação, Dilma teria o prazo de dez sessões para se manifestar e se defender, e o relatório final teria de passar por votação após cinco sessões, para depois ir a plenário. Aprovado na Câmara, caberia ao Senado decidir pela continuidade ou não do processo, afastando a presidenta no primeiro caso. Após o afastamento, se iniciaria um julgamento pelos senadores para definir a condenação definitiva ou absolvição. Apesar das definições formais do rito do *impeachment*, estabelecidas também quando o processo passou ao Senado, o Supremo não julgou os méritos, ou seja, o conteúdo do golpe, permitindo que sob um falso ar de legalidade se condenasse uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade.

Em meio a tamanho impasse, com o Poder Legislativo entrando em recesso, o governo substituiu o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pelo então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, com vias de reverter as expectativas econômicas, abaladas após o ajuste fiscal. Somente em fevereiro de 2016 o *impeachment* teria novidades após a Câmara recorrer contra a definição do rito pelo plenário do Supremo, aumentando a morosidade do processo. Com isso, abriu-se espaço para uma ampliação do desgaste do governo, que via sua base de apoio ruir e os votos que garantiriam sua sobrevivência migrarem pouco a pouco para a oposição, com intensos esforços de Temer e seus aliados, que já negociavam cargos e ministérios na composição de seu futuro governo golpista.

Nos três meses que separaram a definição do rito da instalação da Comissão na Câmara, os golpistas não pouparam esforços em desgastar cada vez mais o governo legítimo: intensificaram-se as operações midiáticas da operação Lava Jato, com fins claros de atacar e sabotar o governo Dilma, o Partido dos Trabalhadores, e como seria

explicitado mais a frente, o ex-presidente Lula. Com direito a toda pirotecnia disponível, foram presos o marqueteiro João Santana e sua esposa, enquanto a imprensa veiculava nas suas capas, manchetes e reportagens em horário nobre o conteúdo oriundo de um vazamento ilegal da delação do ex-senador Delcídio do Amaral, recheada de acusações infundadas. Em meio a tamanho ataque dos golpistas, foram realizadas grandes manifestações contra o governo e a favor do *impeachment*, que conforme demonstrado em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, estavam longe de representar o “povo”, como bradavam seus integrantes e entusiastas. Segundo a pesquisa, os presentes eram em sua maioria homens (54%), brancos (70%) e de classe média alta (68% ganhavam mais de cinco salários-mínimos), perfil distinto da população brasileira (Fundação Perseu Abramo, 2016). Não obstante, posteriormente foram divulgadas, em reportagem no portal UOL, gravações de um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL) nas quais ele afirma que o grupo obteve financiamento de partidos políticos como DEM, PSDB e PMDB na realização dos atos. À época, o PMDB não havia rompido oficialmente com o governo Dilma. Segundo a reportagem:

“O movimento negociou também com a Juventude do PSDB ajuda financeira a suas caravanas, como pagamento de lanches e aluguel de ônibus, e teria tido apoio da ‘máquina partidária’ do DEM. [...] O PMDB teria custeado a impressão de panfletos para o MBL divulgar as manifestações pró-*impeachment* ocorridas pelo país no último dia 13 de março.” (UOL, 2016)

A ação conjunta das mais diversas forças golpistas, unidas em prol da derrubada do governo democraticamente eleito, foi decisiva para o avanço do processo de *impeachment*, e no mês de março isso se torna claro. Anteriormente aos protestos, no dia 4 de março, a operação mais midiática até o momento é realizada na 24ª fase da Lava Jato:

o ex-presidente Lula era conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal (PF), sem nunca antes ter se negado a dar depoimento. Lula, que era um dos principais alvos da frente golpista dentro do Judiciário e dos órgãos de investigação, Polícia Federal e Ministério Público, teve sua honra atingida com dezenas de câmeras e plantões jornalísticos de prontidão para registrar o ocorrido. A reação da militância, no entanto, intensificou a luta dos setores populares contra o golpismo, gerando a maior mobilização contra o golpe, no dia 18 de março. Segundo o Datafolha, em São Paulo cerca de 95 mil pessoas se reuniram para defender a democracia, naquele dia.

Em meio a tamanha turbulência, após o STF negar o recurso da Câmara, deu-se sequência ao processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Visando aumentar o poder de articulação política do governo com relação aos parlamentares, a presidenta Dilma anunciou, no dia 16 de março, a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil da Presidência da República. No entanto, a frente golpista imediatamente reagiu, em um dos episódios mais lamentáveis da história republicana brasileira: Sergio Moro, o juiz de primeira instância responsável pela operação Lava Jato, divulgava em horário nobre no Jornal Nacional uma gravação de conversa telefônica que envolvia a presidenta e Lula, na qual ambos acertavam detalhes da posse do ex-presidente e novo ministro. As gravações ganharam imenso destaque e a imprensa se dedicou a construir a narrativa de que a nomeação tinha como objetivo dar foro privilegiado a Lula, isto é, o direito de ser julgado apenas pelas instâncias superiores do Judiciário. Imediatamente, setores da direita golpista saem às ruas para protestar contra a nomeação, de maneira automática e dificilmente espontânea. Sob o argumento de que ela apresentava desvio de finalidade, um juiz federal suspende a posse de Lula como ministro, posição reforçada no outro dia pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo, que em decisão liminar acatou pedido do PSDB

e do PPS. Não obstante as gravações conterem uma conversa da presidenta da República, elas foram feitas sem autorização judicial. Posteriormente, Moro pediu desculpas ao STF pela divulgação.

Tal preocupação do juiz Sergio Moro em divulgar fatos para a imprensa não se repetiu alguns dias depois. Após vazamento de uma planilha da empreiteira Odebrecht, uma das principais investigadas da operação Lava Jato, que continha inúmeros políticos beneficiários de grandes quantias de dinheiro, incluindo inúmeros nomes da oposição e da frente golpista, ele decretou sigilo para não gerar “conclusões prematuras”.

Na mesma semana, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou na Câmara outro pedido de *impeachment*, se juntando ao grupo de entidades de classe que aderiram ao golpe, com destaque para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional de Transportes (CNT), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Força Sindical, entre outras. Um dia depois do posicionamento da OAB, 23 de março de 2016, o PMDB anunciou sua saída oficial do governo Dilma Rousseff.

Em contrapartida ao *impeachment* de Dilma, o campo progressista protocolou, já em abril, dois pedidos de *impeachment* contra Michel Temer. Após a recusa de Cunha em abrir o processo, o STF intervém e o ministro Marco Aurélio, por liminar, obriga o presidente da Câmara a instaurar comissão para análise do *impeachment* do então vice-presidente. Um dos pedidos foi apresentado por Cid Gomes, do PDT. Até o final de 2016 o processo contra Temer não havia andado. Na mesma semana, o relator do processo do *impeachment* na Comissão Especial da Câmara, o deputado Jovair Arantes, do Partido Trabalhista Brasileiro de Goiás (PTB-GO), apresentou seu parecer favorável ao prosseguimento do processo de *impeachment*.

Na mesma semana, o então Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, havia apresentado a defesa, demonstrando que o processo já havia começado viciado por ter sido motivado por vingança pessoal do presidente da Câmara Eduardo Cunha. Cardozo também tentou, sem sucesso, barrar o *impeachment* no STF, que se negou a interferir no conteúdo do processo. No mesmo dia que o relatório foi aprovado na comissão, por 38 votos a 27, um áudio do vice-presidente Michel Temer discursando como se o *impeachment* já tivesse passado é divulgado, causando constrangimento e demonstrando que o contraditório nunca foi uma opção, e que o golpe já estava dado há tempos. Pouco a pouco, os partidos foram deixando a base de apoio do governo Dilma e embarcaram de vez no *impeachment*, apesar de todos os esforços para manter um apoio mínimo que garantisse 172 votos contra o golpe. Temer e seus aliados, incluindo ministros e ex-ministros de Dilma, agiam nos bastidores barganhando cargos e indicações para garantir que o golpe passasse com tranquilidade.

No dia 17 de abril de 2016, na sessão mais longa da história da Câmara dos Deputados, o Brasil assistiu em rede nacional um show de horrores, com o *impeachment* sendo aprovado por 367 votos a 137, e seguindo para o Senado Federal. Transmitido em rede nacional, com mobilização de favoráveis e contrários ao golpe, cenas lamentáveis foram exibidas, com votos a favor do *impeachment* sendo justificados pelos motivos mais absurdos: Jair Bolsonaro, por exemplo, então deputado do Partido Social Cristão do Rio de Janeiro (PSC-RJ), dedicou seu voto ao Coronel Brilhante Ustra, notório torturador da ditadura militar, tendo cometido abusos contra a própria presidenta Dilma Rousseff no período em que foi presa e torturada pelo regime de exceção. Outros inúmeros deputados chegaram a dedicar seu voto a familiares, a políticos amigos, e até a Deus. A deputada Raquel Muniz, do Partido Social Democrático de Minas Gerais (PSD-MG), dedicou seu voto ao seu marido, Ruy Muniz, então prefeito de Mon-

tes Claros, destacando sua suposta ética e exemplo de gestão. No dia seguinte à votação, ele foi preso pela Polícia Federal. Casos como esse demonstraram a ausência de qualidade e gabarito daqueles que ajudaram a golpear uma presidenta democraticamente eleita.

Em meio à votação do *impeachment*, com o desmonte da base apoio ao governo de Dilma, uma nova coalizão de partidos se formava. Mantiveram-se totalmente fiéis ao governo, na votação, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Outro partido que apoiou o governo na votação foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 63,2% de seus votos contra o *impeachment*.

Além da oposição liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 100% de votos a favor do golpe, diversos partidos que compuseram a base aliada apoiaram massivamente o *impeachment*: Partido Republicano Brasileiro (PRB), 100% dos votos pelo *impeachment*; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 88,1%; Partido Progressista (PP), 84,6%; Partido Social Democrático (PSD), 78,4%; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 70%; Partido Republicano da Ordem Social (PROS), 66,7%; Partido da República (PR), 65%. Todos estes chefiaram ministérios e participaram ativamente do governo que ajudaram a derrubar. Tais posições configuraram uma nova base de apoio, que futuramente desempenharia o papel de base de apoio parlamentar do governo golpista de Michel Temer.

O IMPEACHMENT NO SENADO: AFASTAMENTO, GOVERNO INTERINO E A CONSUMAÇÃO DO GOLPE

Após a votação do dia 17 de abril de 2016, o processo de *impeachment* seguiu para o Senado Federal, entregue em mãos do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para o presidente do Senado,

Renan Calheiros, senador pelo PMDB de Alagoas. De acordo com o rito formal, após o recebimento o Senado teria 48 horas para que os partidos indicassem seus representantes dentro da Comissão Especial do *Impeachment*, para construção de um relatório que, se favorável e se aprovado, decidiria se a casa legislativa abriria ou não o processo contra Dilma Rousseff.

A Comissão foi composta por 21 senadores; após sua instalação, o prazo de dez dias seria contado para aprovação de um parecer sobre a admissibilidade do *impeachment*, que deveria ser votado em Plenário, precisando apenas de maioria simples (41 votos) do total de senadores. Durante esses dez dias, a acusação e a defesa seriam responsáveis por tentar convencer os senadores de suas teses. No entanto, o processo claramente já estava definido antes de começar, sem direito à ampla defesa. Os golpistas estavam dispostos a derrubar Dilma a qualquer custo, sem ouvir a defesa e sem se ater às acusações. O relator escolhido, por exemplo, foi o senador Antonio Anastasia, do PSDB-MG, notório aliado do senador Aécio Neves, um dos líderes da oposição e candidato derrotado nas eleições de 2014. A seletividade e parcialidade no julgamento foi escancarada quando o senador Randolfê Rodrigues, da Rede Sustentabilidade do Amapá, questionou a acusadora Janaína Paschoal sobre o conteúdo de decretos orçamentários emitidos por Michel Temer, sem mencionar que ele os havia assinado, enquanto vice-presidente, idênticos aos que serviram de base para acusar Dilma de cometer crime de responsabilidade. Paschoal, que havia afirmado não haver base jurídica para pedir o *impeachment* do vice golpista, respondeu a Rodrigues que tais decretos configuravam crime e deveriam ser punidos com *impeachment*, ao que Randolfê respondeu: “Vossa Excelência acaba de expor as razões por que também será necessário pedir o *impeachment* do vice Michel Temer. O que eu descrevi, agora há pouco, foram atos cometidos pelo vice” (Folha de S.Paulo, 2016), para constrangimento de Janaína.

Em meio à votação do relatório, um fato novo: o ministro Teori Zavascki, do STF, afastava por meio de uma liminar Eduardo Cunha do exercício do seu mandato parlamentar e da presidência da Câmara dos Deputados, no dia 5 de maio de 2016. Tal intervenção respondia a uma ação da Procuradoria-Geral da República, protocolada pelo Procurador-Geral Rodrigo Janot em dezembro. A morosidade vista em tal ação, de quase seis meses, gera um incômodo se compararmos com a velocidade com a qual o Supremo lidou com ações que atingiam profundamente o governo, como definir em menos de quinze dias o rito do processo de *impeachment*, ou suspender a nomeação de Lula para a Casa Civil em menos de dois dias. Tal demora, permitiu que Cunha exercesse sua influência e poder para manobrar todo o processo de *impeachment*, em favor da claqué golpista liderada por ele e por Michel Temer. Segundo Janot, na ação impetrada, Cunha utilizava do seu cargo para obstruir investigações e intimidar envolvidos no processo. Após ser afastado, a presidência da Câmara foi ocupada por Waldir Maranhão, do PP do Maranhão.

Ao assumir a presidência da Câmara, um ato inusitado surpreendeu a todos: Waldir Maranhão anulou todas as sessões do *impeachment* na Câmara, atendendo à ação da Advocacia-Geral da União (AGU). Segundo a AGU, os partidos não poderiam ter orientado os parlamentares da bancada a votar, e a defesa deveria ter falado por último na sessão. No entanto, um dia depois, Waldir voltou atrás e o *impeachment* seguiu normalmente.

No Senado, o relatório havia sido aprovado no dia 6 de maio, e no dia 11 foi iniciada a sessão que aprovaria a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma, por 55 votos a favor e 22 contra, afastando a presidenta do exercício de seu mandato por até 180 dias. O comportamento partidário visto na Câmara praticamente se repetiu: apenas os senadores do PT, PCdoB e da Rede votaram integralmente contra o *impeachment*. Já os antigos aliados deram apoio massivo a ele,

dando sequência à intensa negociação de bastidores feita por Temer e seus interlocutores: dos 19 senadores do PMDB, 13 votaram por afastar Dilma. Todos os seis do PP, quatro do PR, um do PRB, além de parte das bancadas do PSD (três de quatro) e PDT (dois de três), também fizeram com que Dilma descesse a rampa do Palácio do Planalto.

Com o afastamento, Dilma fez uma declaração na imprensa na qual denunciou o golpe de Estado que estava sofrendo. Segundo a presidenta:

“Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem de votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente pelo meu *impeachment*. Mergulharam o país em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar à força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar, e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é *impeachment*: é golpe.” (Rousseff, 2016)

Dilma também foi enfática em demonstrar a ausência de crime de responsabilidade, e a consequente injustiça de tal fato. A presidenta ressaltou, no mesmo discurso, que jamais compactuou com a corrupção e que os atos administrativos que seus opositores utilizaram como desculpa para abrir um processo de *impeachment* seguiam as regras estabelecidas para a edição de decretos de suplementação orçamentária³.

3. “Acusam-me de ter editado seis decretos de suplementação, seis decretos de crédito suplementar e, ao fazê-lo, ter cometido crime contra a Lei Orçamentária. É falso. É falso, pois os decretos seguiram autorizações previstas em lei. Tratam como crime um ato corriqueiro de gestão. Acusam-me de atrasar pagamentos do Plano Safra. É falso. Nada determinei a respeito. A lei não exige a minha participação na execução deste Plano. Meus acusadores sequer conseguem dizer que ato eu teria praticado, que ato? Qual ato? Além disso, nada restou para ser pago, nem dívida há. Jamais, em uma democracia, um mandato legítimo de um presidente eleito poderá ser interrompido por causa de atos legítimos de gestão orçamentária. O Brasil não pode ser o primeiro a fazer isto” (Rousseff, 2016).

Com o resultado, no mesmo dia o vice-presidente Michel Temer anunciou o seu ministério e assumiu interinamente a presidência da República. Na sua equipe, apenas homens brancos, sem a presença de ministras mulheres ou de negros; com cortes em áreas fundamentais que perderam o *status* de ministério ou foram incorporadas em outras pastas como a Cultura, secretaria da Mulher, da Igualdade Racial, Desenvolvimento Agrário, Ciência e Tecnologia, Previdência, entre outros. Entre os nomeados, a traição ao programa e à chapa que levou Temer ao cargo de vice se escancarava: nomes do PSDB e do DEM, partidos derrotados em 2014 e líderes do golpe, além de inúmeros investigados por escândalos de corrupção. Não obstante, Temer assume com o compromisso de implementar o plano de governo imposto pelo PMDB, sem passar pelo crivo das urnas, *Uma ponte para o futuro*, depois complementado pelo documento *A travessia social*, cujos impactos foram descritos e analisados no capítulo 4.

Com a subida de Temer à presidência, diversos movimentos de resistência passam a exercer pressão sobre o governo golpista. Setores ligados à cultura, principalmente, protestaram ativamente contra o interino e sua decisão de tirar o *status* de ministério da pasta da Cultura. Com isso, diversas ocupações se espalharam por todo o Brasil, em especial nas sedes estaduais da Fundação Nacional de Artes (Funarte), órgão responsável por desenvolver políticas públicas para o setor. Também foram ocupadas sedes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do próprio Ministério da Cultura (MinC). Outro movimento popular que exerceu intensa pressão foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que chegou a acampar em frente à casa de Michel Temer e a fazer atos no escritório da Presidência da República, ambos locais em São Paulo.

Os ministros nomeados por Temer foram:

| Ministério | Nomeado |
|--|---------------------------------------|
| Advocacia-Geral da União | Fabiano Medina Osório |
| Agricultura | Blairo Maggi (PP) |
| Banco Central | Ilan Goldfajn (Banco Itaú) |
| Casa Civil | Eliseu Padilha (PMDB) |
| Cidades | Bruno Araújo (PSDB) |
| Ciência, Tecnologia e Comunicações | Gilberto Kassab (PSD) |
| Cultura | Marcelo Calero (PSDB) |
| Fiscalização, Transparência e Controle | Fabiano Silveira |
| Educação | Mendonça Filho (DEM) |
| Defesa | Raul Jungmann (PPS) |
| Desenvolvimento Social e Agrário | Osmar Terra (PMDB) |
| Esporte | Leonardo Picciani (PMDB) |
| Fazenda | Henrique Meirelles (PSD) |
| Integração Nacional | Helder Barbalho (PMDB) |
| Justiça e Cidadania | Alexandre de Moraes (PSDB) |
| Meio Ambiente | Sarney Filho (PV) |
| Minas e Energia | Fernando Bezerra Filho (PSB) |
| Planejamento | Romero Jucá (PMDB) |
| Relações Exteriores | José Serra (PSDB) |
| Saúde | Ricardo Barros (PP) |
| Secretaria de Governo | Geddel Vieira Lima (PMDB) |
| Secretaria de Segurança Institucional | Sérgio Etchegoyen (Forças Armadas) |
| Trabalho e Previdência Social | Ronaldo Nogueira (PTB) |
| Transportes | Maurício Quintella (PR) |
| Turismo | Henrique Alves (PMDB) |

No dia 23 de maio de 2016 foram divulgadas conversas entre Romero Jucá, do PMDB de Roraima, um dos principais aliados de Michel Temer e então ministro do Planejamento, e o ex-presidente

da Petrobras Transporte S.A (Transpetro), gravadas por este como parte de um acordo de delação premiada. O conteúdo era bombástico e deixava o golpe mais claro ainda: nas conversas, Jucá e Machado se referem ao *impeachment* como necessidade para trocar o governo e estancar a sangria provocada pela operação Lava Jato. Segundo Machado, “a solução mais fácil era botar o Michel” (Folha de S.Paulo, 2016). Dessa forma, conforme dito nas gravações, Temer assumiria num grande acordo nacional, envolvendo o Supremo, para parar tudo e delimitar onde está. Segundo Jucá, ministros do STF teriam afirmado que enquanto Dilma estivesse no governo, nada poderia ser parado.

O impacto das gravações foi grande, embora não suficiente para parar o golpe. Os áudios, conforme revelado pela imprensa, estavam em poder da Procuradoria-Geral da República desde março de 2016, portanto, no meio do processo de *impeachment*. A divulgação só ocorreu após o afastamento da presidenta, pois se tivesse sido feita antes claramente poderia ter impactado no resultado visto. Também foram vazados áudios envolvendo Renan Calheiros e José Sarney, nos quais atacam a Lava Jato e demonstram apreensão sobre o impacto de delações e investigações em toda classe política. No entanto, tal divulgação serviu apenas para mostrar a conspiração e fragilizar o governo interino. Romero Jucá pediu demissão, e outros dois ministros caíram: Fabiano Silveira, nomeado por Temer para o Ministério da Transparência, apareceu em uma das gravações atacando a operação Lava Jato. Já Henrique Alves, nomeado para o Ministério do Turismo, teve seu nome envolvido em acusações de recebimento de propina, conforme delação de Sergio Machado.

Enquanto o governo interino aplicava sua agenda neoliberal, retirando direitos e liquidando programas sociais, expostos em outros capítulos deste livro, o *impeachment* prosseguia no Senado. De acordo com o rito definido pelo STF em abril de 2016, o processo deveria

seguir as mesmas regras utilizadas no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Dessa forma, o então presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assumiu a presidência do Senado Federal para guiar os trabalhos. Iniciou-se, após isso, uma longa fase de depoimentos de testemunhas de acusação e da defesa. Foi destaque, em meio a tal fase, o laudo da perícia do Senado que isentava Dilma de responsabilidade na emissão dos decretos de suplementação orçamentária. Segundo a perícia:

“Pela análise dos dados, dos documentos e das informações relativos ao Plano Safra, não foi identificado ato comissivo da Exma. Sra. Presidente da República que tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos.” (Senado Federal, 2016)

A farsa do julgamento, que deveria dar direito à ampla defesa, era demonstrada na completa falta de interesse da maioria dos senadores em ouvir as testemunhas de defesa, ou até mesmo a perícia do Senado. Segundo noticiado por Gustavo Maia, do portal UOL, em determinado momento os senadores opositoristas deixaram de fazer perguntas para as testemunhas, com o objetivo de acelerar o processo (UOL, 2016b). Foram convocados como testemunhas de defesa nomes como o do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, do ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, dos professores de direito Ricardo Lodi Ribeiro e Geraldo Prado. No dia 28 de julho, José Eduardo Cardozo entrega ao Senado as alegações finais da defesa para a Comissão Especial do *Impeachment* no Senado, que enfatizam a legalidade dos decretos emitidos e a não participação de Dilma Rousseff em sua emissão, como já havia afirmado a perícia do Senado. No entanto, ignorando os argumentos da defesa, a comissão recomendou, por quatorze votos a cinco, que Dilma fosse julgada. O relatório foi aprovado em ple-

nário, por 59 votos a 21, levando o *impeachment* para sua fase final. Nela, a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff teria a oportunidade de se defender perante os 81 senadores.

No dia 29 de agosto de 2016, Dilma compareceu ao Senado para fazer sua defesa. Nele, a presidenta reafirmou o seu compromisso com a democracia brasileira e com o Estado Democrático de Direito. Relembrando a história e as tentativas de golpe contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, a presidenta afirmou:

“sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de Estado. [...] Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática”. (Rousseff, 2016b)

A presidenta evidenciou, em sua fala, que as acusações feitas contra ela eram meras desculpas para destituir um governo eleito, para colocar em seu lugar um governo golpista e usurpador, para destruir as conquistas obtidas pelo povo brasileiro nos treze anos de governos do PT. Reafirmou que o golpe era a reação da oposição, de maneira antidemocrática, à derrota nas eleições de 2014:

“Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo. Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de *impeachment*.” (Rousseff, 2016b)

Dilma também explanou a sabotagem intensa sofrida pelo seu governo, que teve sua agenda econômica contra a crise desmontada por Eduardo Cunha, enviando projetos que estouravam os gastos públicos e comprometiam qualquer tentativa de se fazer um ajuste na economia. Demonstrou também que, não obstante a sabotagem, a Câmara dos Deputados ficou paralisada em 2016, impedindo o governo de implementar qualquer tipo de agenda. Evidenciou o seu caráter, de não compactuar com o ilícito e se envolver em negociações para salvar o próprio mandato, e atacou a corrupção:

“Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente. Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética.” (Rousseff, 2016b)

A acusação era, portanto, frágil e motivada por fins políticos, e não jurídicos. Os decretos haviam seguido todas as regras legais, respeitando a Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Segundo a presidenta, o TCU mudou a posição sobre as matérias após a edição dos decretos: “O TCU recomendou a aprovação das contas de todos os presidentes que editaram decretos idênticos aos que editei. Nunca levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter depois que assinei estes atos” (Rousseff, 2016b).

O desrespeito ao devido processo legal, à presunção de inocência e ao direito de defesa foram tratados por Dilma. Era absurdo, segundo ela, julgadores afirmarem que “a condenação não passa de uma questão de tempo”, pois as opiniões já estavam formadas. Com

isso, a forma legal só serviria para justificar um processo ilegítimo. Após o discurso, a presidenta respondeu perguntas dos senadores por treze horas de interrogatório.

No dia seguinte, José Eduardo Cardozo apresentou a defesa final da presidenta, questionando aos senadores sobre o que a história diria sobre a condenação. Cardozo afirmou que torcia para que no futuro um ministro da Justiça pedisse desculpas públicas em nome do Estado brasileiro por ter condenado uma mulher inocente à pena de morte política:

“Peço a Deus que, se Dilma for condenada, um novo ministro da Justiça tenha a dignidade de pedir desculpas a ela; se viva, a ela; se morta, a sua filha e seus netos. Que a história absolva Dilma Rousseff se vossas excelências quiserem condená-la. Mas, se quiserem fazer justiça aos que sofreram violência de estado, julguem pela justiça. Não aceitem que nosso país sofra um golpe parlamentar. Para que Dilma não sofra a pena de morte política.”(Cardozo, 2016)

No dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos a favor e 20 contra⁴, o Senado destituiu Dilma Rousseff da presidência da República, em definitivo. Em uma espécie de *mea-culpa*, os Senadores não cassaram os direitos políticos de Dilma, permitindo que ela continuasse a exercer cargos públicos. No mesmo dia, às 16h, Michel Temer foi empossado oficialmente como presidente da República Federativa do Brasil: estava concretizado o golpe de Estado. Dois dias depois do *impeachment*, o Senado Federal aprovava uma lei para flexibilizar as

4. Votaram contra o Impeachment, no Senado, os seguintes senadores: Angela Portela (PT), Armando Monteiro (PTB), Elmano Férrer (PTB), Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann e Humberto Costa (os três do PT), João Capiberibe (PSB), Jorge Viana e José Pimentel (ambos do PT), Kátia Abreu (PMDB), Lídice da Mata (PSB), Lindbergh Farias (PT), Otto Alencar (PSD), Paulo Paim e Paulo Rocha (ambos do PT), Randolfe Rodrigues (REDE), Regina Sousa (PT), Roberto Muniz (PP), Roberto Requião (PMDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB).

regras para edição de crédito suplementar, liberando que os próximos presidentes utilizassem as mesmas “pedaladas fiscais” que levaram Dilma à condenação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Bancada do PMDB está dividida no apoio a Dilma e Aécio. Brasília, 08 de outubro de 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/bancada-do-pmdb-esta-dividida-no-apoio-dilma-e-aecio>. Acesso em: 25.jan.2017.

CARDOZO, José Eduardo. Discurso em defesa da presidenta Dilma Rousseff ao Senado Federal. Agência Senado. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/dilma-esta-sendo-julgada-por-ter-vencido-as-eleicoes-afirma-jose-eduardo-cardozo . Acesso em 27.jan.2017 .

FOLHA DE SÃO PAULO. Na ‘madrugada do *impeachment*’, Randolfe prega peça em advogada. Folha Poder. Brasília, 29 de abril de 2016. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1766385-na-madrugada-do-impeachment-randolfe-prega-peca-em-advogada.shtml. Acesso em: 25.jan.2017.

FOLHA DE SÃO PAULO, R. Veja trechos da conversa entre Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Folha Poder. 23 de maio de 2016. Brasília. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml. Acesso em: 25.jan.2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto Manifestações março – comparativo – 13 e 18 2015/2016. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/FPA-Pesquisa-Mani->

festacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf. Acesso em 25.jan.2017.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma Ponte Para o Futuro*. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 25.jan.2017.

JINKINGS, I., DORIA, K., CLETO, M. (orgs). Cronologia do Golpe. In: *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Em gesto ao PSDB, Temer deixará articulação política. Política. São Paulo, 21 de agosto de 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-quer-deixar-articulacao-politica--mas-vai- aguardar- crise-com-cunha-esfriar,1748612>. Acesso em: 25.jan.2017.

ROUSSEFF, Dilma. Declaração à imprensa da Presidenta da República. Portal Planalto. Brasília, 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasilia-df>. Acesso em: 25.jan.2017.

ROUSSEFF, Dilma. Íntegra do discurso da presidenta Dilma Rousseff ao Senado Federal. Brasília, 29 de agosto de 2016b. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso. Acesso em: 25.jan.2017.

SENADO FEDERAL. Denúncia por crime de responsabilidade nº1, de 2016 – Laudo Pericial. Disponível em: www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=282deb55-fa96-4ef-d-a137-ac15f39e9a40;1.0. Acesso em: 25.jan.2017.

UOL. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-*impeachment*. São Paulo, 2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos->

-foi-utilizada-em-atos-pro-*impeachment*-diz-lider-do-mbl.htm . Acesso em: 25.jan.2017.

UOL. Com pressa, senadores pró-*impeachment* “ignoram” testemunhas de defesa. Portal UOL. Brasília, 15 de junho de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/15/senadores-pro-impeachment-ignoram-testemunhas-de-defesa-e-aceleram-processo.htm>. Acesso em: 25.jan.2017.

O GOLPE CONTRA O ESTADO

INTRODUÇÃO: O GOLPE DE ESTADO COMO GOLPE CONTRA O ESTADO

O presente capítulo se divide em três partes: na primeira busca-se demonstrar como a economia política dos governos Lula e Dilma organizou uma nova relação entre Estado e mercado, a arquitetura estatal baseada no fortalecimento dos investimentos e fundos públicos e no robustecimento das empresas estatais foi um dos principais objetos de ataque do golpe de 2016; na segunda parte busca-se explicitar como o governo Temer, em seu primeiro ano de mandato, iniciou uma regressão liberal-conservadora resgatando uma agenda neoliberal que, se, por um lado, impõe o Estado mínimo para os direitos sociais e trabalhistas, por outro, promove o Estado máximo para os interesses do rentismo e do patrimonialismo; por fim, na terceira parte, trata-se de analisar os planos de gestão e de negócios de algumas das principais empresas estatais do país nesse início de governo golpista a fim de enfatizar o desmonte e a reversão do ativismo estatal.

Evidentemente, todas as medidas de um governo golpista dessa natureza, de uma forma ou de outra, incidem contra a autonomia do Estado e contra a soberania da sociedade, neste capítulo, entretan-

to, vamos circunscrever a análise a alguns fenômenos importantes que em 2016 evidenciaram, particularmente, a desmontagem propriamente dita da estrutura do Estado e o desmanche das empresas estatais. A decomposição da ossatura do Estado opera como uma espécie de pressuposto para o enfraquecimento da musculatura das políticas econômicas e sociais por meio das quais se realiza o assalto contra a Constituição e os direitos de cidadania.

O ESTADO COMO INVESTIDOR E ACIONISTA: PERÍODO LULA

Uma das características mais marcantes do governo Lula foi a reconstrução e o reposicionamento do Sistema de Empresas Estatais Federais, tanto do setor produtivo quanto do setor financeiro.

O êxito da mudança do papel do Estado pode ser evidenciado pela sua participação no enfrentamento da crise financeira internacional, com a implementação de políticas anticíclicas, e pela sua atuação na construção de políticas públicas distributivistas, como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Luz para Todos, além da vinculação dos recursos do Pré-Sal à política de educação. A atuação estatal foi fortalecida especialmente em setores estratégicos tais como infraestrutura, bancos públicos, energia e petróleo, entre outros. Vejamos alguns dos exemplos mais marcantes desse período.

Nos últimos anos a Petrobras esteve no centro do projeto industrial social-desenvolvimentista implementado pelos governos Lula e Dilma. A petrolífera estatal brasileira teve papel decisivo no crescimento econômico do país e na recuperação da crise iniciada em 2008; seu plano de investimentos foi decisivo para os projetos do PAC; sua política de conteúdo tecnológico nacional foi fundamental para a reativação da indústria naval e de engenharia pesada; sua política de pesquisa e desenvolvimento foi essencial para a descoberta do pré-sal, e este, por seu turno, permitiu a criação de um fundo social para a educação e a saúde.

Prova disso é que o investimento da Petrobras saltou de US\$ 9 bilhões em 2004 para quase US\$ 55 bilhões em 2013; os efeitos multiplicadores significaram a geração de 50 mil empregos na indústria naval e milhares de postos de trabalho na indústria metal-mecânica¹. Em suma, os efeitos diretos e indiretos da Petrobras favoreceram tanto a criação de emprego e renda quanto a garantia de direitos.

No setor energético, a Eletrobras foi crucial para a expansão dos investimentos e da operação da malha de energia do país. Além de financiar boa parte dos gastos necessários à modernização e desenvolvimento, a Eletrobras tinha um papel fundamental na operação, execução de programas e planejamento do setor elétrico. A partir de 2003, estruturou-se uma nova política para o setor fortalecendo o papel da Eletrobras nas parcerias público-privada, articulando a atuação de novos atores estatais para garantir os investimentos e a operação do setor, bem como melhorando a regulação e as condições de atuação do setor privado.

Nesse sentido, o BNDES – no que diz respeito ao financiamento do setor – e a EPE – no que se refere ao planejamento energético – foram atores fundamentais para garantir o desenvolvimento do setor no longo prazo por meio da garantia de recursos e gestão de um plano nacional e integrado de desenvolvimento da malha energética. Além disso, o governo Lula priorizou a segurança do abastecimento e universalização do suprimento com modicidade tarifária. Com isso, manteve-se o intuito de atração da iniciativa privada ao setor, porém com a orientação da expansão a partir do planejamento indicativo integrado com modicidade tarifária.

Com a crise financeira de 2008, o governo federal fortaleceu ainda mais o papel da Eletrobras cujo objetivo era transformá-la numa grande corporação global do setor de energia elétrica. Inovações finan-

1. Os dados referidos podem estar disponíveis em nota técnica do Dieese: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec129LeilaoCampoLibra.pdf>

ceiras, novas parcerias globais e modernização da gestão foram considerados aspectos fundamentais para o alcance deste objetivo. Além disso, a atuação da Eletrobras ficou concentrada na coordenação das demais empresas do grupo e na garantia de uma expansão nacional e internacional da operação do sistema de energia.

Esse modelo, portanto, apresentava uma forte distinção do projeto privatista do governo FHC. O papel financiador e coordenador do setor público, bem como a atuação regulada do setor privado teve duas funções primordiais: garantir o aumento da capacidade instalada alavancando investimentos, em especial via parcerias entre estatais e agentes privados; ampliar a competição dentro dos leilões, viabilizando o objetivo de modicidade tarifária.

No que se refere aos bancos públicos, nesse período o governo promoveu a melhora da relação entre o crédito bancário e o PIB através de uma série de incentivos macro e microeconômicos, estimulando desde a redução da taxa básica de juros até a regulamentação dos empréstimos consignados em folha de pagamento.

Mais ainda, graças à criação das contas simplificadas, à difusão dos correspondentes não bancários e à ampliação do acesso ao crédito popular, o número de contas correntes mais do que dobrou, enquanto o número de poupanças cresceu exponencialmente. O que se observa ao longo dessa década é o aumento ininterrupto no número de agências e postos bancários. Ao que tudo indica, o que ocorre é uma intensa inclusão de clientes de camadas sociais mais baixas.

Além disso, entre 2008 e 2009, já no contexto da crise financeira internacional, merecem destaque três iniciativas que restauraram a importância dos bancos públicos federais: o aumento do aporte financeiro disponível para a atuação do BNDES, o incremento do fomento para a agricultura apresentado pelo Banco do Brasil e a inauguração do programa habitacional para casas próprias da Caixa Econômica Federal.

Por fim, vale destacar a estratégia de articulação entre fundos públicos, empresas estatais e ativismo do Estado, fazendo com que as empresas públicas pudessem atuar não só como empreendedoras investindo, mas também como agentes financeiras aplicando, tanto como acionistas majoritárias quanto como acionistas minoritárias de empresas privadas.

O ESTADO E O INVESTIMENTO PÚBLICO ENTRE DESONERAÇÕES E CONCESSÕES: PERÍODO DILMA

O governo Dilma buscou promover o avanço e a continuidade da agenda pró-Estado, dessa vez com uma tônica ainda mais desenvolvimentista e industrialista. Mas a tentativa de manutenção do fortalecimento das empresas estatais sofreu um ligeiro revés que só pode ser compreendido à luz de algumas mudanças na própria leitura da política econômica. Vejamos.

No último biênio dos governos Lula, em 2009 e 2010, a política econômica brasileira logrou êxito ao adotar medidas anticíclicas e expansionistas nos âmbitos monetário, fiscal e creditício, como forma de proteção contra os efeitos da crise financeira internacional no país: (i) a redução da taxa de juros e o aumento da liquidez interna, (ii) a ampliação dos programas de transferência de renda, da rede de proteção social e do investimento público, (iii) as desonerações tributárias, (iv) o aumento da oferta de crédito via bancos públicos e (v) o crescimento do investimento público em habitação. Tais medidas resultaram em uma rápida recuperação da economia brasileira, em 2010 o crescimento do PIB foi de 7,5%.

A ampliação dos mercados de trabalho e de consumo fez com que a aceleração da demanda fosse mais veloz do que a expansão da oferta, reabrindo o debate sobre os gargalos estruturais da economia brasileira em energia, transporte, logística, infraestrutura etc. e repondo as discussões sobre os impasses macroeconômicos trazidos pelos

juros elevados (quando comparado ao de outros países) e ao câmbio valorizado (utilizado como âncora de controle inflacionário e impactando negativamente as exportações).

A agenda em favor da competitividade e contra a desindustrialização impunha-se como uma urgência a ser enfrentada, não é trivial que Lula (patrono da expansão da demanda e da universalização da sociedade de consumo no Brasil) tenha alçado para sua sucessão justamente Dilma Rousseff (especialista em infraestrutura energética, com passagem pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras, e, como ministra da Casa Civil, a grande responsável pelo maior programa de criação de oferta e avanço do investimento público, o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC).

Sendo assim, o primeiro biênio do governo Dilma, 2011-2012, foi marcado pela tentativa de reequacionar aquela distorção econômica implementando medidas menos expansionistas, mas sem abandono das conquistas sociais. Pela primeira vez, em 2011, o petismo tentava administrar uma desaceleração da economia.

A fim de criar condições para o avanço da agenda industrialista, o governo adotou como obsessão o combate aos ganhos exorbitantes do sistema bancário e do mercado de capitais por meio da redução da taxa básica de juros. A Selic atingiu o patamar de 7,25% em 2012, o menor nível desde a estabilização monetária. No entanto, isso não foi o suficiente para recuperar o dinamismo do crescimento econômico e o PIB permaneceu em 1,8%. O que houve de errado nesse percurso?

A estratégia do governo tendeu a superdimensionar a diferenciação entre o parque industrial-produtivo de um lado, e o sistema bancário-financeiro de outro lado, mais ainda, via de regra, trata o investimento produtivo como uma dádiva geradora de emprego e trabalho e a aplicação financeira como uma maldição concentradora de renda e riqueza. A situação é mais complexa. No capitalismo contemporâneo, as grandes corporações promoveram a imbricação indis-

sociável entre a lucratividade produtiva e a rentabilidade financeira. Toda grande empresa organiza sua estratégia considerando as possibilidades de ganho a partir tanto da produção quanto das finanças.

Nesse cenário, a hipótese orientadora da política econômica mostrou-se problemática, o governo supôs que a redução dos juros – somada a outras medidas de ampliação do investimento público e de concessões e parcerias com a iniciativa privada – seria o suficiente para a retomada dos grandes investimentos empresariais produtivos. Com isso subestimou o fato de que a diminuição da Selic impactaria negativamente os ganhos financeiros dessas mesmas empresas que, ao fim e ao cabo, preferiram utilizar os estímulos ao investimento concedidos pelo governo não para o avanço da produção, mas para a cobertura das perdas com as finanças promovida pela política monetária desse mesmo governo.

O resultado: a taxa de juros nem ficou baixa o suficiente para incentivar o investimento, nem elevada o suficiente para controlar a inflação, donde a retração no gasto e o declínio no consumo implicando novas dificuldades para a retomada do crescimento econômico. Nesse sentido, vale destacar: há absoluta coerência entre a política implementada pelo governo Dilma e seu discurso ao longo do processo eleitoral, tratava-se de tentar enfrentar os ganhos do mercado financeiro. O problema estava, é bom que se reitere, em uma certa leitura equivocada da correlação de forças com o empresariado.

Tal impasse está na origem das turbulências econômicas pelas quais passou o país no biênio seguinte, 2013-2014. Para conter a inflação implementou-se o controle sobre os preços administrados, retendo os valores da gasolina e da energia; com vistas à insistir no esforço de ampliação do investimento privado, diversos pacotes de desoneração fiscal foram negociados pontualmente com setores empresariais; além disso, o câmbio permaneceu sobrevalorizado criando problemas para a balança comercial em um contexto internacional

ainda adverso. Mesmo que o valor da dívida líquida sobre o PIB não tenha aumentado, algum ajuste de rota impunha-se como necessário para a recuperação da trajetória de desenvolvimento econômico.

Evidentemente, o ajuste proposto pelo ministro da Fazenda cometeu o erro do austericídio. Ao tratar o investimento público e o gasto social como simples despesa a ser contida, aumentou a chance de que a economia fosse absorvida por um ciclo vicioso de retração ainda mais drástico.

Nesse sentido, a priorização das desonerações fiscais com vistas a estimular o investimento privado, acompanhado da desaceleração do investimento público, mostrou-se uma estratégia problemática pelos motivos acima expostos. Nos quase cinco anos de mandato da presidenta Dilma foram concedidas reduções de impostos que chegaram a R\$ 342 bilhões², no entanto, isso não evitou a queda da formação bruta de capital fixo.

O GOLPE E A CORRUPÇÃO COMO FALSA JUSTIFICATIVA PARA O ESTADO MÍNIMO

Em alerta com relação aos possíveis desdobramentos e impactos políticos da operação Lava Jato e ciente das dificuldades para a interlocução com o novo Congresso Nacional eleito, Dilma deve ter levado em conta no seu cálculo de composição ministerial a necessidade de um diálogo mais estreito com alguns setores econômicos importantes, a fim de criar um clima de melhor expectativa e de mais confiança para o destravamento do investimento privado.

É nessa chave, talvez, que se possa compreender a nomeação de Joaquim Levy (Fazenda), Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), ligados, respectivamente, à Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Confederação da Agricultura e Pecuária

2. Vide estudo produzido pela Receita Federal: <<http://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2015/11/Desoneracoes-2014-2018.pdf>>.

(CNA) e Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entretanto, o ônus de nomeações contestáveis pela base eleitoral da presidenta não se converteu imediatamente em bônus na relação com o empresariado nacional. As investigações sobre os casos de corrupção na Petrobras fragilizaram o governo que, politicamente, tornou-se titubeante diante das sanhas do PMDB, e, economicamente, tornou-se vacilante diante do avanço do *lock-out* do investimento privado.

Os investimentos realizados pela Petrobras até 2014 ultrapassavam a cifra dos US\$ 40 bilhões, o equivalente a algo em torno de 12% do PIB brasileiro. Em 2015, o anúncio da redução de um terço desse investimento somado ao rebaixamento da classificação de risco da empresa produziu um efeito negativo em cadeia: cancelamento de encomendas, rompimento de contratos e atraso nos pagamentos deram a tônica. O impacto no setor privado foi inegável, grandes empresas como Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Engevix, desde então têm encontrado dificuldades para acessar o financiamento do BNDES e têm sofrido obstrução para participar em concorrências públicas, além de experimentar tanto queda patrimonial quanto de receita. O impacto desse revés na atividade econômica e na manutenção do emprego foi percebida inequivocamente e a geração de postos de trabalho na indústria de transformação e na construção civil forma declinantes desde então.

Tal enrosco revela mais do que problemas na condução da política econômica do governo federal; ele explicita impasses da própria economia política brasileira. Há em nossa trajetória histórica uma articulação espúria entre Estado e mercado, contemporaneamente visível na ligação entre a licitação de grandes obras e o financiamento de campanhas eleitorais. A iniciativa privada paga suas benesses, propinas e afins com recursos públicos; os potentados eleitorais negociam seus interesses pessoais oferecendo como moeda de troca as empresas estatais.

No capitalismo autocrático e rentista brasileiro, de altíssimos retornos com baixíssimos riscos, nem a iniciativa privada tem suficiente iniciativa nem o poder público é de fato público. Fica o dilema: é possível acabar com a corrupção sem inviabilizar o crescimento econômico? Ou, por outra, é possível retomar o crescimento econômico sem reiterar a corrupção? Evidentemente, tais perguntas não têm uma resposta simples, afinal, no capitalismo as relações entre Estado e mercado são imbricadas e por vezes ambíguas, de modo que a corrupção se torna um problema sistêmico. Ainda assim, vale destacar que enquanto a reforma política não avançar, caminharemos pelo submundo das delações premiadas e dos acordos de leniência, com a judicialização da política e a policialização da economia.

Nesse ambiente é que se constrói o clima para a associação oportunista entre o combate à corrupção e o desmonte do ativismo do investimento público e das empresas estatais. Como inúmeras vezes acontece na história política do país, uma suposta luta contra a corrupção e o patrimonialismo desaguam na predação das estruturas do Estado brasileiro.

O ESTADO NA REAÇÃO LIBERAL CONSERVADORA: O GOLPE E O APROFUNDAMENTO DA CRISE

Nesse cenário é que, em 2016, o governo Temer consumou sua ascensão por meio de um golpe parlamentar, jurídico e midiático. Não por acaso, as peças jurídicas que endossaram as ficções das pedaldas fiscais tinham como objetivo criminalizar, justamente, a política financeira e fiscal que deu suporte para a recomposição da estrutura do Estado e para a dinamização das empresas estatais.

Desde então o governo postiço não tem medido esforços para implementar com intensidade e velocidade um regresso liberal-conservador. Liberal na medida em que restaura as antigas e anacrônicas

medidas de desmanche do Estado do período neoliberal; e conservador na medida em que promove esse atraso defendendo o mercado dentro dos limites do pragmatismo patrimonialista, clientelista e fisiologista que enreda o PMDB e os partidos da atual base aliada. Nesse sentido, antes de observarmos as medidas que materializam esse liberal-conservadorismo, cabe uma breve digressão sobre a relação entre Estado e mercado no neoliberalismo.

Em seu discurso, o neoliberalismo pretende substituir a política pela economia e reduzir a economia às finanças. O que ele esconde, entretanto, é uma atuação prática em favor dos grupos mais influentes do capital e o que ele revela é uma comunhão entre Estado e mercado, na qual o segundo determina as ações do primeiro.

Os acontecimentos recentes demonstram que a ideia consagrada de passagem linear de um Estado desenvolvimentista forte para um Estado neoliberal fraco deve ser relativizada. Isso porque a fórmula do Estado mínimo jamais foi universal, ela serviu não aos países centrais, mas sim aos países periféricos. Pois, nas últimas duas décadas, enquanto na maior parte dos países desenvolvidos o gasto do Estado aumentava, apenas nos países emergentes é que o investimento público tornava-se iniciativa escassa.

Além disso, trata-se de enfraquecer o Estado apenas nas suas responsabilidades com a democracia e com os direitos sociais e trabalhistas, para que se possa fortalecer através do Estado a aliança com certa bancocracia e com os interesses do capital financeiro.

A ideologia do Estado neoliberal fraco obscureceu duas importantes características da economia global hoje: as políticas macroeconômicas, pretensamente internacionais e supostamente definidas com critérios técnicos, são bastante diversas em suas realizações nacionais e definidas politicamente em favor dos grupos mais influentes do capital; além disso, a riqueza capitalista é fundamentalmente composta por moeda fiduciária e por títulos de dívida que são, em última ins-

tância, garantidos pela soberania e pela autoridade do Estado-nacional emissor.

A crise financeira de 2008, por exemplo, não deixou dúvidas. Diante do problema da falta de liquidez internacional, os princípios da austeridade monetária e fiscal foram imediatamente substituídos pela emissão de moedas e pela inoculação de dinheiro público em quantidades surpreendentes no circuito monetário-financeiro.

Tal fato evidencia, como o que se observava nas últimas décadas, não o encolhimento do poder estatal, mas sua transformação. Não se tratava do enfraquecimento do Estado e sim da financeirização do Estado. Considerar essa mudança profunda na relação entre Estado e capital é fundamental para compreender a ordem político-econômica que se organizará no mundo pós-crise, principalmente nos países em desenvolvimento.

Entretanto, apesar da explicitação do caráter ideológico da noção de Estado fraco ou mínimo, o modelo neoliberal segue predominando nas discussões sobre as medidas de combate à crise no país hoje.

No pós-1929, a grande crise reavivou as discussões sobre a regulação e a reestruturação do sistema monetário-financeiro internacional. Na atual conjuntura, ao contrário, é muito incipiente a discussão sobre o papel do Estado, sobre a atuação dos bancos centrais, sobre a fiscalização dos mercados bancário e de capitais e sobre a necessidade de impor certos limites aos inúmeros malabarismos financeiros. É, pois, nessa trama em que o Estado atua em favor de privilégios mercantis mais do que em benefício dos direitos da cidadania que o governo Temer se inscreve. Com ele inscreve o Brasil em uma rota de aprofundamento da crise, acelerando os motores, mas dirigindo com os olhos vidrados no retrovisor, oferecendo ao Estado uma espécie de eterno retorno de problemas do passado sem a perspectiva de horizontes para o futuro. Prova disso é que, como veremos adiante, para cada suposta medida de “enxugamento” do Estado no que se refere aos di-

reitos, há uma espécie de contrapartida no sentido de ampliar privilégios para certos segmentos da elite política, empresarial e burocrática.

A REFORMA MINISTERIAL CONSERVADORA E O AUMENTO DO DÉFICIT FISCAL

A primeira decomposição da estrutura estatal promovida pelo governo Temer fica evidente desde sua primeira leva de nomeações ministeriais e alterações nos ministérios pela MP 726/2017. Um governo sem votos é incapaz de representar a sociedade que governa, e tal falta de representatividade se explicita na própria desconexão entre os ministros e a sociedade brasileira. É assim que, menos de dez horas depois de o Senado confirmar o afastamento da presidenta eleita, Temer anunciou um ministério de homens, brancos, heterossexuais; não há negros, mulheres nem qualquer tipo de grupo identitário ou minorias, algo que nunca havia ocorrido na chamada Nova República. Em qualquer conjuntura tal escolha seria problemática, mas ela se torna ainda mais condenável em um momento em que a sociedade brasileira reconhece como prioritária as lutas pelos direitos civis e contra o machismo e o racismo.

A esse retrocesso se somam outros recuos simbólicos sintomáticos, como o resgate do mote Ordem e Progresso da República Velha e a conclamação feita pelo presidente para que a população não pense em crise, mas apenas trabalhe.

Nada disso, entretanto, evitou que um ministério composto por 23 ministros, tivesse entre seus integrantes seis empossados respondendo a inquérito no STF, sete citados na Lava Jato e doze recebedores de doações de empresas citadas na mesma operação. O resultado: em um semestre, seis ministros foram afastados por corrupção, improbidade ou por alguma denúncia de maus feitos na administração pública, são eles: Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência), Henrique Eduardo Alves (Turismo), Fábio Osório (AGU), Marcelo Caleiro (Cultura) e Geddel Vieira Lima (Governo).

Além disso, a primeira MP editada pelo governo tratou da reforma ministerial, com o rebaixamento de *status* de pastas como as Secretarias de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial e a extinção de ministérios como Previdência, Desenvolvimento Agrário, Ciência e Tecnologia e a Controladoria Geral da União. Houve ainda demissões significativas nas áreas da Saúde e Cultura e exonerações em massa nas áreas Sociais. A extinção de diversos órgãos e a súbita mudança de suas atribuições pode ser encarada como a primeira investida concreta do governo Temer contra um projeto eleito pelas urnas.

O suposto enxugamento da máquina pública, como sempre acontece, veio acompanhado do discurso de contenção de gastos e de racionalização da ação estatal. Entretanto, paradoxalmente, a suposta austeridade veio juntamente com a aprovação do aumento do *déficit* fiscal do Estado para R\$ 170,5 bilhões, parte desses recursos foi comprometida com o aumento de salários e benefícios para algumas carreiras do serviço público. Curiosamente, algumas carreiras foram privilegiadas, justamente aquelas que de algum modo tiveram algum grau de envolvimento com o golpe, os salários do Judiciário foram reajustados em 41,4%, os do Ministério Público e da Polícia Federal em cerca de 12%. Entre o período em que o governo interino assume, em maio, e sua consolidação em agosto o número de nomeações em cargos comissionados aumentou 1,4 mil.

O CORTE NOS CARGOS DE CONFIANÇA E A LENIÊNCIA COM OS SUPERSALÁRIOS

Quando Temer assumiu definitivamente o governo, as medidas populistas para os supostos cortes de gastos tiveram sequência, agora com a extinção de 3.690 cargos de confiança. No entanto, uma vez mais, a mão da austeridade de fachada veio acompanhada por novas medidas que privilegiam grupos sociais selecionados, como a leniência em incidir no tema dos supersalários dos três poderes da República.

O presidente Michel Temer requereu sua aposentadoria como procurador do estado de São Paulo em 1996, quando tinha 55 anos de idade. Dados do Portal da Transparência do governo do Estado de São Paulo mostram que Temer teve rendimentos brutos de R\$ 45.055,99 mensais este ano. Mais ainda, como presidente do Brasil, Michel Temer ganha R\$ 27.841,33 mensais. Assim, somando-se as duas cifras Temer auferir mais de R\$ 72 mil brutos por mês.

Algo similar sucede entre outros ministros de governo. Eliseu Padilha teve, em setembro, um total bruto de R\$ 50,3 mil com salário de ministro e aposentadoria parlamentar; Geddel Vieira Lima teve R\$ 51,3 mil brutos.

O problema se estende ao Legislativo onde ao menos dez senadores recebem acima do teto constitucional do funcionalismo público, que é a remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), fixada hoje em R\$ 33,7 mil.

Mas o maior problema concentra-se, como pudemos ver em 2016, no Judiciário³. Estima-se que três de cada quatro juizes brasileiros recebem remunerações acima do teto constitucional. São cerca de 10.765 juizes, desembargadores e ministros do Superior Tribunal da Justiça que tiveram vencimentos maiores do que os R\$ 33.763 pagos aos ministros do STF. A média dos rendimentos nos tribunais estaduais ficou em R\$ 39,4 mil. No entanto, no âmbito federal nove em cada dez magistrados (89,18%) ultrapassaram o limite constitucional, percentual maior do que os 76,48% registrado nos tribunais estaduais. Mais ainda: no STJ, 17 dos 31 ministros receberam mais do que os ministros do STF, graças a indenizações como auxílio-moradia e ajuda de custo. Apenas 51 dos 1.671 desembargadores do Brasil receberam, nas folhas analisadas, remunerações abaixo do teto. A média dos vencimentos dos desembargadores foi de R\$ 46,6 mil.

3. Os dados sobre remunerações e benefícios do Judiciário encontram-se disponíveis no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), <<http://www.cnj.jus.br/remuneracao/>>.

No Ministério Público, um grupo de 118 membros ganhou entre R\$ 200 mil e R\$ 325 mil por mês em 2016, sendo que o salário-base de um procurador é de R\$ 30,4 mil. Apenas o Ministério Público do Paraná pagou, em média, R\$ 101,2 mil a seus membros ativos somente em janeiro de 2016. Esse grupo de 118 membros do MP, incluindo o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, recebeu entre R\$ 200 mil e R\$ 325 mil, em valores brutos. Ao todo, 301 membros do MP receberam, em média, R\$ 85 mil cada um de verba indenizatória; 24 ex-integrantes do Ministério Público receberam R\$ 1,2 milhão em janeiro.

O juiz Sérgio Moro, responsável pela operação Lava Jato, é um dos muitos magistrados beneficiados por uma prática legal, mas questionável do ponto de vista moral: a dos supersalários pagos aos servidores da Justiça no Brasil. Graças a uma generosa cesta de auxílios e adicionais eventuais, Moro tem recebido no contracheque muito acima do teto, que é limitado ao salário do ministro do Supremo Tribunal Federal.

O artifício muito utilizado pelos tribunais fez com que o salário do magistrado chegasse a R\$ 77.423,66, no mês de abril de 2016. Desse total, R\$ 43.299,38 foram referentes a pagamentos de férias, 13º salário, atrasados e outros. No valor bruto, estavam incluídos ainda R\$ 5.176,73 de auxílios para ajudar nas despesas com alimentação, transporte, moradia e saúde. De janeiro a julho de 2016, Moro recebeu, por quatro vezes, rendimentos superiores a R\$ 63 mil.

Como se pode ver, a preocupação com cargos e salários não se estende a toda a estrutura do Estado, mais ainda: justamente aqueles que se colocam como paladinos da justiça e do combate à corrupção são os maiores beneficiários das distorções e das ilegalidades ainda presente nas instâncias estatais.

O PROJETO DE PARCERIAS PRIVADAS PARA O INVESTIMENTO

Em 2016 o governo Temer apresentou seu Programa de Parcerias e Investimentos, nomeado de Projeto Crescer. A redução de

investimento público e a aceleração de concessões privadas vieram por meio de uma primeira rodada composta por 34 projetos.

Na área de transportes serão cedidos à iniciativa privada os projetos dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza, o terminal de combustíveis de Santarém, o terminal de trigo do Rio de Janeiro, além das estradas BR-364/365/GO/MG, BR-101/116/290/386/RS, EF-151 SP/MG/GO/TO, EF-170 MT/PA e EF-334/BA – FIOL.

Na área de saneamento serão privatizadas as empresas de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto: Cedae-RJ, a Caerd-RO e a Cosanpa-PA.

Já no setor de energia serão objeto de concessões: a quarta rodada de licitações de campos marginais de petróleo e gás natural, a décima quarta rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, a segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção de petróleo, além de: Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Acre, Companhia Energética de Alagoas, Companhia de Energia do Piauí, Usina Hidrelétrica de São Simão (GO), Usina Hidrelétrica de Volta Grande (MG), Usina Hidrelétrica de Miranda (MG), Usina Hidrelétrica de Pery (SC), Usina Hidrelétrica de Agro Trafto (TO) e as Centrais Elétricas de Rondônia S.A.

Por fim, no setor de mineração serão negociados os direitos de fosfato de Miriri (PB/PE), os direitos minerários de cobre, chumbo e zinco em Palmeirópolis (TO), os direitos minerários de carvão em Candiota (RS), os direitos minerários de cobre em Bom Jardim (GO) e os ativos da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM). No Ministério da Fazenda viabiliza-se o desmonte da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex).

A MP-727, que viabiliza as PPIs, incorpora integralmente a Lei nº 9.494 de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Desesta-

tização. A Lei de 1997 que garantiu a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, Eletropaulo e Telebrás, por exemplo, assumiu como propósito principal “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público”.

Na prática, segundo a MP, poderão ser objeto de desestatização todas as empresas, inclusive instituições financeiras – controladas direta ou indiretamente pela União e as estaduais –, serviços públicos objetos de concessão, permissão ou autorização.

Para que o projeto neoliberal ressuscitado seja viabilizado, a MP estabelece que as medidas de desestatização a serem implementadas serão monocraticamente definidas por decreto e passarão a desfrutar a condição de “prioridade nacional”, tratada como tal por todos os agentes públicos de execução ou de controle.

A execução dos projetos de desestatização ficará a cargo de uma nova institucionalidade: o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, um órgão de assessoramento imediato do presidente que passa a incorporar as atribuições do Conselho Nacional de Desestatização, criado pela mesma lei de 1997. O Conselho é composto pelos ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Portos e Aviação Civil, Meio Ambiente e BNDES.

A identificação da infraestrutura como gargalo e ao mesmo tempo oportunidade empresarial é bem antiga no Brasil. A novidade nesse caso é a disposição muito mais firme de colocar esta fronteira, inclusive nos planos estadual e municipal, acima de tudo e todos e sob comando do governo central.

Na prática, isto significa a retirada do caminho de quaisquer empecilhos (sociais, ambientais, culturais, trabalhistas) que possam postergar ou afetar a rentabilidade esperada pelos investidores.

O conceito de liberalização é claro na MP que busca facilitar a obtenção de quaisquer licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais e títulos equivalentes,

de natureza regulatória, ambiental, indígena, urbanística, de trânsito, patrimonial pública, hídrica, de proteção do patrimônio cultural, aduaneira, minerária, tributária, e quaisquer outras, necessárias à implantação e à operação dos empreendimentos licitados.

Órgãos como Ibama, ICMBio, Funai, Fundação Cultura Palmares, IPHAN que hoje participam do licenciamento trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação) e atuam com seus muitos limites e debilidades para evitar que empreendimentos passem por cima das leis de proteção do meio ambiente, de indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, podem ser convocados pelo governo golpista para cumprir com seu dever de emitir as licenças necessárias aos empreendimentos que o Conselho definir como prioritários.

Além disso, há a construção de um braço dentro do BNDES para estruturar os projetos do PPI para que eles possam, depois, ser financiados pela parte do Banco que ainda convêm que seja público, posto que lhe oferece crédito subsidiado.

O BNDES passa a ter agora a atribuição de criar e gerir o Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias (público-privadas) que possui natureza privada e patrimônio próprio. Suas duas principais fontes de recursos serão: i) os recursos aplicados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público e privado, inclusive de organismos internacionais que, obviamente, se interessam na construção dos projetos de parcerias; ii) os recursos recebidos pela alienação de bens e direitos oriundo de eventuais privatizações.

AS EMPRESAS ESTATAIS NA REAÇÃO LIBERAL-CONSERVADORA

O liberal-conservadorismo brasileiro sempre buscou o encolhimento da ação do Estado por meio do enfraquecimento das em-

presas estatais, com o governo Temer não foi diferente em 2016. Se a MP 726 de reforma ministerial, tratada anteriormente, causou espanto pela velocidade com que foi apresentada, a MP-727 causou horror pela intensidade dos seus potenciais impactos. Acompanhada dos planos de negócio das empresas estatais, ela monta um cenário caracterizado, como veremos a seguir, por privatização de setores estratégicos, encolhimento de investimentos públicos, fragmentação e distorção das atividades estatais, descapitalização de empresas públicas, além de terceirizações e demissões de servidores públicos.

A LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS

A lei de responsabilidade das estatais traz à tona antigos mitos e caricaturas sobre o Estado brasileiro assentados nas ideias de Estado agigantado e ineficiente e de empresas estatais sucateadas e corruptas, ambos prejudicando e dando prejuízos aos cofres públicos e à sociedade.

Ao tentar comprovar tais hipóteses o que a lei revela, na verdade, é uma certa visão da relação entre Estado e mercado que não tem mais a adesão da sociedade, daí a necessidade de sua imposição por meio de um golpe parlamentar e não pelo caminho democrático das urnas.

A iniciativa tem como ponto de partida uma crítica contra a criação de empresas estatais nos governos Lula e Dilma e tem como linha de chegada a proposta de retomada da desestatização. O que ela não revela, no entanto, é que tais empresas tiveram papel fundamental na busca de saídas para dois problemas estruturantes da economia brasileira: a ausência de núcleos endógenos de financiamento de longo-prazo (daí a importância do fortalecimento das instituições financeiras estatais) e a falta de núcleos endógenos de inovações tecnológicas (daí a relevância da dinamização das empresas estatais não financeiras).

Aliás, para justificar a falsa hipótese de que as empresas estatais dão prejuízos ao Estado, o estudo omite os resultados positivos das estatais financeiras e esconde os impactos da crise internacional sobre

o Brasil. Mais ainda, restringe a análise aos gastos com despesa com pessoal e aos resultados contábeis das empresas, nesse sentido trata o investimento público como mero gasto e desconsidera os efeitos multiplicadores desse mesmo investimento. Com ares de novidade o que se apresentam são as velhas concepções de Estado mínimo.

O liberal-conservadorismo brasileiro sempre buscou o encolhimento da ação do Estado por meio do enfraquecimento das empresas estatais. Ao longo de toda a chamada era FHC, por exemplo, o país experimentou:

(i) a privatização de setores estratégicos e empresas fundamentais para o desenvolvimento econômico e a soberania nacional, como no caso das áreas de telecomunicações, mineração, além do estímulo ao desmonte do complexo de bancos públicos estaduais;

(ii) a fragmentação e a distorção das atividades estatais, como no caso da Eletrobras, com a separação das funções de transmissão, geração e distribuição de energia; ou como no caso do BNDES que de banco público de investimentos passou a ser reduzido a instituição financeira apoiadora da desestatização;

(iii) a descapitalização das empresas estatais articulada à estagnação dos investimentos, organizando aquela que foi a maior transferência de valores patrimoniais do Estado para a iniciativa privada;

(iv) a falta de compromisso com os servidores públicos que permaneceram reféns de diversas operações de redução de pessoal e encolhimento salarial;

(v) além, é claro, da própria terceirização de serviços públicos fundamentais, como decorrência de todo esse processo.

Tal desmonte veio então acompanhado de um discurso pautado por uma suposta dinamização e eficiência de gestão. No entanto, o que se observou foi uma sequência de problemas marcados justamente pela ineficiência; merecem ser lembrados, no setor energético, acidentes como o vazamento de óleo na Baía de Guanabara (RJ) e no

Rio Iguaçu (PR), além da tragédia ocorrida com o afundamento da Plataforma P-36; a enorme crise que resultou no apagão energético. Foram incontáveis as perdas humanas e econômicas ocasionadas pelo descaso com o sistema de empresas estatais federais.

Para afastar do horizonte tal concepção basta mencionar alguns resultados apresentados pelo sistema de empresas estatais federais relativos à 2014/2015, conforme o relatório do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão⁴.

No que se refere às instituições financeiras federais: a) a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores (ABGF) implementou o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), que tem por finalidade oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para risco de crédito, de performance, de descumprimento de obrigações contratuais ou de engenharia; b) o Banco do Brasil manteve a liderança nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, com participação de 21% desse mercado; c) o BNDES teve lucro de R\$ 8,6 bilhões, resultado 5,4% superior ao ano anterior, em razão da expansão da carteira de crédito e do resultado das participações societárias; d) na Caixa, a carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 597,1 bilhões, evolução de cerca de 23%, com destaque para o crédito imobiliário, que atingiu saldo de R\$ 337,5 bilhões, expansão de cerca de 25%, e que representa mais de dois terços do mercado.

No que se refere às empresas estatais não financeiras: e) a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) concluiu sistemas de abastecimento para o atendimento de 23.412 pessoas, esgoto sanitário em 11 municípios e a instalação de cerca de 75 mil cisternas; f) a Companhia de Pesquisa

4. Os dados foram extraídos do documento: "O perfil das empresas estatais federais, 2015, ano-base 2014". Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/dest-1/perfil-das-empresas-estatais-1/160801_2015_ano_base_2014.pdf>.

de Recursos minerais (CPRM) procedeu à identificação, delimitação e vetorização de setores de risco a deslizamentos e enchentes classificados como alto e muito alto em 307 municípios, nos quais foram identificados 2.880 setores, com 194.026 moradias e 849.873 pessoas; g) a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) realizou a cobertura da Copa do Mundo e das eleições e a transmissão digital a partir da nova Torre de TV do Distrito Federal. Disponibilizou o acesso a conteúdos de comunicação pública para 163,4 milhões de pessoas (85,7% da população brasileira) em 3.583 municípios; h) a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) desenvolveu o Aplicativo de Vigilância em Saúde e Gestão de Riscos Assistenciais Hospitalares (Vigihosp), um software online para notificações em tempo real de incidentes em saúde, queixas técnicas, doenças e agravos de notificação compulsória; i) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) inaugurou novo banco genético que triplicou a capacidade de armazenamento de amostras de sementes, tornando-se o maior banco genético da América Latina. A nova capacidade colocará o Brasil entre os três maiores repositórios mundiais do gênero; j) o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) foi o primeiro centro universitário público a formar cirurgias em cirurgia robótica. Além disso, renovou a conquista da Acreditação Internacional, conferida pela Joint Commission International, sendo o primeiro Centro Médico Acadêmico do Brasil e o terceiro da América Latina a possuir este selo de padrão internacional de qualidade e segurança; k) a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) iniciou a distribuição ao SUS do primeiro produto com marca própria: o Hemo-8r, medicamento considerado mais moderno para o tratamento de hemofilia tipo A. Foram entregues mais de 100 mil frascos do produto em 25 serviços de saúde de todas as regiões do país, para beneficiar cerca de nove mil portadores da doença.

Vale ainda destacar o fortalecimento da Petrobras e sua fundamental participação no PAC, na exigência de conteúdo nacional

nas licitações, na busca pela autossuficiência do país em petróleo, no aumento da produção de óleos leves, na ampliação da produção e oferta de gás nacional, no avanço da área de biocombustíveis e na dinamização da tecnologia de sondas e da indústria naval. Na mesma medida, o grupo Eletrobras tornou-se uma *holding* de capital aberto mais competitiva, com melhor governança e novos mecanismos de planejamento e pesquisa na área energética.

Desconsiderar esse conjunto de avanços e apresentar a Lei de Responsabilidade das Estatais como panaceia para os problemas da eficiência estatal, das contas públicas e da corrupção é apenas um subterfúgio para esconder as reais razões que movem o projeto liberal-conservador. A proibição ou restrição de que pessoas com atuação partidária e que ocupam cargos públicos atuem nas empresas estatais é mais uma falácia moralizadora: vale lembrar que a maior parte dos envolvidos na operação Lava Jato são empresários privados ou diretores de empresas estatais que se encaixam exatamente nesse perfil, nunca foram filiados a partidos ou militaram politicamente.

Além disso, utilizar a tecnocracia como forma de criminalização da política é uma forma de enfraquecer o Estado nas suas responsabilidades com a democracia e com os direitos sociais e trabalhistas, para que se possa fortalecer através do Estado a aliança com certos interesses do rentismo.

Se lacuna houve na gestão petista do Estado, certamente ela não está situada na recomposição do sistema de empresas públicas federais e na ampliação do investimento público, mas sim em ter achado que a reestruturação do Estado, em algumas instituições, poderia ser feita estritamente com o aumento de cargos, concursos e salários. Esse tripé é evidentemente fundamental, mas ele precisa vir acompanhado de instrumentos e inovações que evitem a internalização na ossatura do Estado de uma casta de tecnocratas nem sempre afeitos a projetos democráticos e distributivistas.

PETROBRAS E MARCO REGULATÓRIO DO PRÉ-SAL

De forma oportunista, o atual governo golpista tem se valido dos desdobramentos da operação Lava Jato para fazer a opinião pública crer que o combate à corrupção deve ser feito por meio não do saneamento e do aperfeiçoamento dos instrumentos de governança da empresa estatal, mas sim do desmanche da Petrobras.

Uma vez mais, por trás dos argumentos de combate à corrupção escondem-se interesses que atentam contra a soberania nacional e em favor de ganhos exorbitantes para o capital privado internacional e de ganhos curto-prazistas para alguns setores do capital privado nacional.

É evidente que a Petrobras enfrenta gigantescos desafios de médio e longo prazo. No entanto, as medidas anunciadas pela atual gestão da estatal não dialogam com tais desafios e, ao que tudo indica, prioriza os interesses de outros atores do tabuleiro da geopolítica do petróleo.

No campo econômico, o principal desafio da companhia é a geração de caixa para honrar a dívida existente, cuja maior parcela do montante se concentra no longo prazo. No cenário internacional, cabe ressaltar que o preço de petróleo ainda se encontra em patamares relativamente baixos em função da crise e de uma disputa geopolítica envolvendo os países da Opep. Na esfera tecnológica, o processo de produção do pré-sal começou recentemente, o que significa que ainda existem grandes possibilidades de expansão da produção e da produtividade da camada do pré-sal. Como uma série de autores neoschumpeterianos aponta, “sair na frente” nesse desenvolvimento pode se traduzir em ganhos de escala e *expertise* gigantescos no futuro. Mas, porque a estratégia da nova gestão não dialoga com esses aspectos?

Essa atual estratégia apresenta um olhar fortemente concentrado no curto prazo, quando os grandes desafios da empresa e do setor estão orientados para o longo prazo.

No plano de negócios⁵ para os próximos cinco anos anunciado no último mês pelo presidente da Petrobras, merecem destaque as metas de (i) redução de 25% nos investimentos, que devem ser cortados de US\$ 98,8 bilhões para US\$ 74,1 bilhões; (ii) redução dos ativos da empresa, que deve sair integralmente de setores como os de gás liquefeito (GLP), biocombustíveis, petroquímico e fertilizantes; (iii) realização de estudos para a venda da Liquigás e da BR Distribuidora; (iv) venda dos 47% de capital votante que a petroleira mantém na Braskem; (v) implementação de uma nova política mantendo os preços de derivados do petróleo em paridade com o mercado internacional.

O objetivo para o próximo biênio é levantar US\$ 19,5 bilhões e reduzir a dívida líquida da Petrobras de 4,5 para 2,5 vezes do seu Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

A grande questão, no entanto, é que a Petrobras precisa encontrar alternativas para a geração de caixa no médio e longo prazo. Segundo o Relatório Financeiro da Petrobras⁶, cerca de 68% do endividamento da companhia está concentrado após 2019 e, deste percentual, por volta de dois terços após 2021. Além disso, de acordo com o mesmo Plano de Negócios, o preço do barril do petróleo tem perspectivas de uma consistente expansão até 2021, saindo dos atuais US\$ 45 para US\$ 71. Por fim, cabe ressaltar que, para o mesmo período, há uma forte perspectiva de redução do custo de extração da companhia (cerca de 30% em cinco anos) justamente por conta da maior participação relativa das áreas de exploração do pré-sal.

Portanto, parece mais lógico que a Petrobras fortaleça sua capacidade de exploração e produção, principalmente do pré-sal, a fim de se aproveitar de um cenário mais vantajoso no médio e longo prazo,

5. O Plano de Negócios e Gestão (2017-2021) pode ser encontrado em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao>>.

6. As Demonstrações Financeiras e Contábeis podem ser consultadas em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/divulgamos-nossas-demonstracoes-contabeis-auditadas.htm>>.

em termos de preço e custo. Ainda mais porque os maiores desafios da companhia para honrar seus compromissos financeiros se encontram nesse período. Ou seja, as possibilidades de ampliação da sua receita e lucro estão direcionadas para o médio prazo em função do maior volume de produção do pré-sal, das perspectivas de ampliação do preço do barril, bem como da diminuição do custo de produção atrelada ao próprio incremento da produção do pré-sal. Além disso, torna-se importante ressaltar que o controle nacional da exploração do pré-sal garante um controle soberano sobre o ritmo das explorações e permite preservar conhecimentos estratégicos do setor num mercado de empresas gigantescas com caráter competitivo fortemente global.

Alguns especialistas apontam que os riscos e custos de extração no pré-sal vêm caindo significativamente, de modo que não se justifica mudar a legislação para atrair empresas estrangeiras. A permanência da Petrobras como operadora em todos os consórcios para a exploração do pré-sal contribui decisivamente para o sistema de controle brasileiro do processo de exploração feito por estrangeiros. Por isso, a ausência da Petrobras não permitiria ao governo aferir eficientemente se a exploração realizada por transnacionais estrangeiras estaria em volumes corretos ou seria subnotificada ao governo brasileiro.

Além do próprio equívoco estratégico da companhia, essas medidas trazem impactos deletérios para o atual padrão de desenvolvimento econômico brasileiro. Com esse plano, como afirmou recentemente José Sergio Gabrielli (ex-presidente da empresa), “a Petrobras deixa de ser o centro do desenvolvimento industrial do país”⁷. Dessa forma, além de o Estado perder autonomia relativa sobre parte de um recurso estratégico, diminui-se o efeito multiplicador da empresa na geração de emprego e renda e no estímulo ao desenvolvimento de tecnologia nacional.

7. A declaração de Gabrielli pode ser encontrada na entrevista disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/06/sergio-gabrielli-petrobras-deixa-de-ser-o-centro-do-desenvolvimento-industrial/>>.

Portanto, qual seria o interesse por trás de tais medidas da companhia, bem como do PL 4567/16 que flexibiliza a obrigatoriedade de exploração da Petrobras no pré-sal? Evidentemente, trata-se de interesses relacionados a fatores políticos internos e geopolíticos.

O PL proposto pelo ministro das relações exteriores, José Serra, foi aprovado pelo Senado em fevereiro e pela Câmara dos Deputados em outubro de 2016 e aguarda apenas a sanção do presidente postoiço Michel Temer; com isso abre-se a permissão para que outras empresas, além da Petrobras, possam realizar a exploração da camada do pré-sal. Sabe-se que esse projeto tem um grande apoio de empresas multinacionais do setor, bem como de uma fração da classe política contrária ao papel de indutor no desenvolvimento nacional exercido pela Petrobras nos últimos anos.

A descoberta do pré-sal em 2007 foi considerada uma das ações estratégicas mais importantes do setor petrolífero. Apenas uma das reservas, a de Libra, anunciada em 2010, tinha volume superior à de todas as reservas brasileiras de petróleo à época. O pré-sal foi recebido pelo governo Lula como um elemento fundamental para a soberania do país, e a lei que regulamentou sua exploração determinava que os *royalties* (compensação financeira paga pelos produtores em troca do direito à extração do petróleo) deveriam ser investidos em educação e saúde.

De acordo com a regra vigente até hoje todos os poços do pré-sal devem ser explorados obrigatoriamente sob a liderança da Petrobras, que deve atuar como operadora única. A estatal tem o direito de se consorciar a outras empresas, nacionais ou estrangeiras, desde que ela seja a líder da operação e tenha no mínimo 30% do consórcio.

Com as mudanças em curso a Petrobras terá o direito de participar da exploração, mas não terá mais a preferência, pois os poços poderão ser explorados sob o comando de outras empresas, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Vale lembrar que a chegada ao atual estado de coisas foi favorecida também por uma posição ambígua do governo Dilma, que primeiro sinalizou ser contra a proposta, mas depois abriu negociação com aqueles que defendiam a alteração, deixando confusa a própria bancada do PT no Senado.

Além do atual governo, o projeto está sendo defendido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), que representa as empresas privadas interessadas em lucrar com o negócio e também em incorporar a tecnologia de exploração em águas profundas desenvolvida pela Petrobras. Além de contar com o apoio dos governadores do RJ e do ES, ambos do PMDB, pois os dois estados são os grandes beneficiados pelos *royalties* e por isso desejam intensificar a atividade de empresas estrangeiras no setor a fim de se estimular as economias locais. Um dos principais argumentos mobilizados por tais atores é o de que, por conta da corrupção e do endividamento, a Petrobras tem perdido sua capacidade de explorar a camada do pré-sal. Mas, como apontado anteriormente, é justamente a exploração do pré-sal que deve garantir, ou pelo menos, dar uma imensa contribuição para geração de receitas futuras visando garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Petrobras.

O que uma visada de olhos mais cuidadosa evidencia é mais um dos exemplos em que, com a cumplicidade do Estado, por meio do plano de negócios da empresa e da mudança regulatória, a iniciativa privada se apropria de tecnologias em que ela não investiu para intensificar seus ganhos curto-prazistas.

As entidades que reúnem os sindicatos da categoria, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), atuaram contra as mudanças iminentes nas regras de exploração do pré-sal. Elas argumentam que a pressa para a realização de novos leilões no momento em que o preço do barril do petróleo está em baixa interessa principalmente aos EUA, pois sua produção tende a

entrar em declínio no médio-prazo. Assim a aceleração da exploração nesse momento atende muito mais a interesses da economia norte-americana do que à soberania da economia brasileira.

A entrada de novas empresas nesse setor deve significar uma ameaça à política de conteúdo tecnológico nacional, uma vez que tais empresas devem importar sondas, equipamentos e outros serviços; dessa forma, em última instância, se diminui a geração de emprego e renda no país. Além disso, segundo Ildo Sauer⁸ (ex-diretor de gás e energia da Petrobras) o governo brasileiro pode deixar de arrecadar cerca de R\$ 331, 3 bilhões em 35 anos com o leilão do pré-sal. Por fim, o país deve sofrer a redução no volume de recursos destinados ao fundo social encolhendo o potencial de financiamento da educação e da saúde.

Sob o pretexto de solucionar um problema de curto-prazo, o endividamento da Petrobras, a reação liberal-conservadora afronta as possibilidades de construirmos, no médio e no longo-prazo, um projeto baseado em um Estado soberano e em um desenvolvimento industrial e tecnológico nacional.

ELETROBRAS E O CURTO-CIRCUITO NO SISTEMA ELÉTRICO

A Eletrobras atravessa mais uma forte tentativa de desmonte do governo Federal, a exemplo do que ocorreu ao longo dos anos 1990 e, como se sabe, culminou na crise energética e no apagão de 2001. As reformas neoliberais do governo FHC afetaram também o setor elétrico por meio de mudanças estruturais que visaram promover uma ampla liberalização do setor. Primeiramente, buscou-se desverticalizar toda a cadeia de energia elétrica com dois grandes objetivos: i) aumentar a eficiência competitiva do setor e; ii) facilitar a entrada do setor privado por meio da transferência patrimonial das companhias estatais regionais.

8. A declaração de Ildo Sauer está disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/18/governo-perde-ate-r331-bi-com-leilao-do-pre-sal-diz-ex-chefe-da-petrobras.htm>>.

A fim de atender esse objetivo, o governo FHC inseriu o setor elétrico no Plano Nacional de Desestatização (PND), cuja ideia principal, para o setor elétrico, era permitir uma forte atuação do setor privado subordinada a um modelo de regulação setorial. As crises financeiras das empresas do setor, principalmente das regionais – que eram sustentadas financeiramente pela Eletrobras – legitimou a adoção dessa estratégia. Ou seja, a privatização se iniciaria pelas empresas estaduais que apresentaram situações financeiras mais fragilizadas.

Na realidade, a partir das privatizações das empresas estaduais o que se observou foi uma forte desorganização do setor com uma regulação ineficiente e ausência de investimentos para garantir o suprimento de energia elétrica para a população. Houve um “desmonte” de equipes e processos de planejamento nas empresas federais e, principalmente na Eletrobras, que perdeu suas funções organizadoras do setor. O erro mais grave foi a interrupção do processo de inventários de novos empreendimentos, deixando ao setor privado a realização desses estudos.

Evidentemente que esse processo trouxe prejuízos e lacunas, principalmente pela forte terceirização e financeirização das empresas. A entrada do setor privado e a criação de novas formas de financiamento e gestão criaram formas mais voláteis de financiamento e precarização no mercado de trabalho. No entanto, a Eletrobras ganhou novo dinamismo até a crise atual, permitindo a expansão da malha energética e a redução de riscos para a atuação das empresas privadas em projetos que exigem financiamento de longo prazo e custos bastante elevados.

A atual crise brasileira, aliada ao amplo endividamento da empresa – motivada em grande medida pelo pagamento de juros ao próprio governo federal – e a manutenção das tarifas em patamares relativamente baixos, fragilizou as condições da Eletrobras, cuja dí-

vida líquida de R\$ 18,3 bilhões supera em mais de oito vezes sua geração de caixa.

No entanto, o que se observa até o momento é a repetição da estratégia fracassada do governo FHC, como fica claro no Plano Diretor de Negócios e Gestão (2017-2021)⁹ apresentado pela empresa recentemente. Novamente, o objetivo é fragmentar o sistema de energia e iniciar um amplo processo de privatização. A primeira medida tomada pelo novo presidente foi justamente acabar com as seis distribuidoras estaduais incluindo-as no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal, elas irão a leilão até o final de 2017. Nesse mesmo compasso, a empresa deve reduzir em 29% seus investimentos, caindo de R\$ 50,3 bilhões para R\$ 35,8 bilhões.

Além disso, a empresa deve negociar as participações minoritárias da estatal, atualmente são 178 participações diretas e indiretas em companhias do setor, como em obras das usinas de Belo Monte, Jirau e Teles Pires. O objetivo da empresa com esses negócios é levantar algo em torno de R\$ 20 bilhões, estimando que metade desse valor seja possível negociar no mercado com rapidez.

A Eletrobras estabeleceu como prioridades estratégicas para o próximo período: a privatização, a reestruturação dos negócios e a governança corporativa. O objetivo é circunscrever as atividades da empresa apenas na geração e transmissão de energia, como já se apontou: as distribuidoras foram colocadas à venda e a administração dos fundos setoriais, que movimentam aproximadamente R\$ 30 bilhões, passou a ser feita, definitivamente, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com isso a estatal deixa de ter a função de financiadora setorial.

9. O Plano Diretor pode ser consultado em: <<http://www.eletrobras.com/elb/main.asp? View=%7BEB7EA1A1-360E-40FA-9360-742E53C8C220%7D&Team=¶ms=itemID=%7BB0EFA4BB-C708-4C8A-B8EA-3D9649B08D4B%7D;&UIPartUID=%7B9E178D3B-9E55-414B-A540-EB790C1DF788%7D>>.

Mais ainda, a empresa busca enxugar em 25% seu quadro de funcionários, diminuindo-o de 23,5 mil pessoas para cerca de 17,6 mil; nesse momento a estatal trabalha em um plano de incentivo à aposentadoria para reduzir, no médio-prazo, ainda mais o seu tamanho. Esse processo tem sido acompanhado também pela venda dos ativos imobiliários da empresa.

No último mês, os acionistas da estatal aprovaram a venda de participação (51%) da Celg Distribuição. Recentemente, o novo presidente empresa chegou a afirmar que a Eletrobras não é eficiente em nenhuma das suas operações. Uma declaração tão forte obviamente não reflete as mudanças positivas da companhia nos últimos anos, mas apenas legitima a nova “velha” estratégia em curso.

No que se refere à gestão das empresas públicas não financeiras, o atual governo tem buscado combinar (i) privatizações, (ii) desmobilização de ativos, (iii) reestruturação societária, (iv) planos de incentivo à demissão e (v) planos de incentivo à aposentadoria, e com a Eletrobras não tem sido diferente. Ao que tudo indica, não apenas a eficiência da Eletrobras é que está em jogo, mas a de todo o setor de energia elétrica.

BANCOS PÚBLICOS

No embate entre os limites do velho padrão rentista e patrimonial de acumulação e as possibilidades de um novo modelo de financiamento para o desenvolvimento, ganharam destaque três iniciativas com fôlego para dinamizar o investimento industrial, o crédito agrícola e o consumo familiar nos governos Lula e Dilma: o aumento do aporte financeiro disponível para a atuação do BNDES, o incremento do fomento para a agricultura apresentado pelo Banco do Brasil e a inauguração do programa habitacional para casas próprias da Caixa Econômica Federal. Todas essas diretrizes foram afrontadas pelo governo Temer em 2016.

Enquanto Dilma utilizou os bancos públicos como forma de pressionar as instituições financeiras privadas para a redução dos juros e do *spread* bancário, nesse primeiro ano de governo golpista o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal passaram a cobrar juros mais caros em algumas linhas de crédito. Entre os cinco maiores bancos do país, o BB teve o maior juro no financiamento de veículos enquanto a CEF operou a segunda maior taxa no rotativo do cartão de crédito. Os bancos passaram a adotar o discurso de recomposição das receitas e de recuperação da rentabilidade e abriram mão de funções públicas dos bancos estatais.

Além disso, o Banco do Brasil anunciou uma reestruturação envolvendo a demissão de cerca de 18 mil funcionários, o fechamento de cerca de 402 agências, a transformação de 379 agências em postos de atendimento, além do encerramento das atividades de 31 superintendências; enquanto a Caixa Econômica Federal estabeleceu como meta demitir em torno de 11 mil funcionários com o encerramento das atividades em cerca de 100 agências, além de estar preparando estudos para viabilizar em 2017 a abertura de capitais da empresa.

O BNDES, por seu turno, passou por uma descapitalização antecipando R\$ 100 bilhões ao Tesouro, além disso o banco converteu o financiamento de grandes empresas em linhas de crédito para pequenas e médias empresas. A prioridade do financiamento de longo-prazo e do investimento industrial tem sido paulatinamente substituída pela priorização da operacionalização das privatizações e concessões.

Em 2016 os bancos públicos constituíram a última fronteira das investidas do governo Temer contra a estrutura do Estado. Em qualquer circunstância essa postura seria contestável, mas ela se torna ainda mais danosa quando levada à cabo em um cenário de recessão econômica, queda dos investimentos e retração do consumo. Sem a ampliação do crédito e do financiamento com juros justos a recuperação econômica torna-se ainda mais improvável.

CONCLUSÃO

O governo Temer apresentou em 2016 como algumas de suas principais ações “exitosas”: a reorganização dos ministérios, a criação do programa de parcerias e investimentos, o novo marco regularório do pré-sal, a lei de responsabilidade das estatais, a apresentação de novos planos de gestão das empresas públicas, a devolução de ativos do BNDES para o Tesouro e o programa de reestruturação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Como se pode observar, sem recuperar a economia tais medidas ainda encolheram e enfraqueceram a ossatura do Estado brasileiro. O desmonte da arquitetura Estado-mercado levada a cabo por Lula e Dilma tem dado lugar a um neoliberalismo pragmático: liberal nas concessões ao mercado e conservador na perpetuação do clientelismo e do fisiologismo que alimentam os interesses rentistas e patrimonialistas das elites do país.

O atual governo certamente não busca aperfeiçoar a estrutura do Estado para que ela acompanhe a melhora na construção das políticas públicas, o que se busca, ao que tudo indica, é antes a desestruturação de ambas. Nesse sentido, caminha-se na contramão da construção de uma relação mais saudável entre Estado e mercado e o que se perpetua é uma visão em queo poder público deixa de ser de fato público e a iniciativa privada segue caminhando sem ter de fato iniciativa. Nesse sentido, o golpe de Estado só pode se completar convertendo-se em um golpe contra o próprio Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (orgs.). ` São Paulo: Carta Maior-FES, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Transparência e informações sobre pessoal. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/remuneracao/>.

DIEESE. O modelo de exploração do petróleo no Brasil e as questões relacionadas ao surgimento do pré-sal. *Nota técnica* n.129, 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec129LeilaoCampoLibra.pdf>.

ELETROBRAS. Plano Diretor de Energia. Disponível em: <http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?View=%7BEB7EA1A1-360E-40FA-9360-742E53C8C220%7D&Team=¶ms=itemID=%7BB0EFA4BB-C708-4C8A-B8EA-3D9649B08D4B%7D;&UIPartUID=%7B9E178D3B-9E55-414B-A540-EB790C1DF788%7D>.

FARIA, Glauco. *O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. *A quarta revolução: a corrida global para reinventar o Estado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO. O perfil das empresas estatais federais. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/dest-1/perfil-das-empresas-estatais-1/160801_2015_ano_base_2014.pdf.

PETROBRAS. Plano de Negócios e Gestão (2017-2021). Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao>.

POCHMANN, Márcio. *O papel do Estado e das empresas públicas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

RECEITA FEDERAL. Desonerações instituídas no Brasil. Disponível em: <http://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2015/11/Desoneracoes-2014-2018.pdf>.

A POLÍTICA ANTISOCIAL

INTRODUÇÃO

A proposta desse capítulo é apresentar uma visão crítica com relação à desestruturação, pelos golpistas, das políticas e programas sociais idealizados nos governos Lula e Dilma.

Para tal, optou-se em apresentar os principais aspectos antissociais protagonizados pelo governo Temer em 2016, com ênfase na tentativa de flexibilização das leis trabalhistas, no limite ao crescimento do gasto primário e na reforma da Previdência. Além disso, foi dedicada uma seção para os programas sob a mira dos golpistas, principalmente o Brasil Alfabetizado, Mais Médicos, Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida.

Em momentos de crise econômica, como a que o Brasil vem passando, aponta-se para a necessidade de um Estado capaz de garantir proteção social e geração de oportunidades, a fim de minimizar os riscos de sobrevivência da população dentro do sistema capitalista.

A Constituição Federal de 1988 adotou o conceito de Seguridade Social e inseriu uma nova concepção no que toca ao formato da política social consolidada no Brasil anteriormente. Merece destaque a flexibilização do acesso dos trabalhadores rurais à previdência social,

sem a obrigatoriedade de estarem vinculados ao trabalho formal; a abertura para construção de uma política de assistência social seletiva e inclusiva; a elaboração de um marco institucional para o desenvolvimento de uma estratégia de universalização das políticas públicas de saúde e educação básica; e a criação de fontes de financiamento para as políticas de seguridade social.

Ao compartilhar dessa visão sistêmica, os governos Lula e Dilma contribuíram para consolidação das políticas sociais tratando de marcos regulatórios, temas transversais e estruturando um conjunto de programas com foco na população em situação de vulnerabilidade social. Entre esses programas destaca-se a criação dos programas Bolsa Família, Brasil Alfabetizado, Minha Casa, Minha Vida e Brasil Alfabetizado.

No entanto, no início de 2016, o governo Dilma já vinha mostrando indicativos da diminuição das metas de atendimento dos programas sociais. Com o governo golpista assumindo a presidência da República, essa discussão se intensificou e uma série de medidas de caráter neoliberal foram implementadas. Ou seja, nesse ano de crise, em que organizações internacionais apontam a necessidade de reforço das políticas sociais de forma a reduzir os seus impactos para a população, o governo golpista segue na tendência contrária. Ele questiona e reduz programas sociais supostamente por uma preocupação fiscal, mas abre espaço para interesses de poderosos grupos privados ao colocar seus representantes em cargos chaves: a questão fiscal é um problema quando se trata de gastos sociais ou direitos, mas não quando se discute incentivos dados a grandes grupos empresariais ou às altas camadas da sociedade.

O GOVERNO ILEGÍTIMO DE TEMER E A SUA POLÍTICA ANTISSOCIAL

O ano de 2016 foi de duros golpes para o social, em especial com a ascensão do PMDB à presidência e a adoção dos parâmetros

dos documentos discutidos no capítulo 4. Assim como em 2015, o mercado de trabalho segue em crise em 2016, mas com um governo hostil aos trabalhadores, avança a agenda da flexibilização. Além disso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016¹ foi tema central do ano. A partir do golpe, ampliam-se os tentáculos do setor privado dentro do Estado para a provisão de direitos sociais.

Os recordes negativos do *mercado de trabalho* para os dois últimos anos retratam os efeitos da crise no cotidiano dos brasileiros e brasileiras, revertendo o ciclo iniciado em 2003. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostra taxa de desocupação no trimestre setembro-novembro de 2016 de 11,9%, contra 9% no mesmo trimestre de 2015 (IBGE, 2016). O quadro negativo é corroborado por pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2016), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2016) e Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017).

O cenário de piora dos índices do mercado de trabalho abre espaço para iniciativas de flexibilização das leis trabalhistas, pois “as leis trabalhistas engessam e encarecem o trabalho”². Além disso, a ofensiva patronal ganhou um aliado forte com o golpe: o governo. Eis alguns exemplos de propostas que voltaram a ser discutidas em 2016 consolidadas no Projeto de Lei 6787/2016³ em dezembro de 2016, de

1. BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Emenda à Constituição 241/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>, acessado em 03.02.2017.

2. Consideramos que existe uma assimetria entre trabalhadores e empregadores, de forma que, de um lado, os empregadores demandam trabalho e formulam as condições em que um posto de trabalho é ofertado e, de outro, os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver (Galvão, 2003; Hyman, 2005; Oliveira, 2013). O direito do trabalho existe para atenuar essa assimetria, portanto medidas que flexibilizem leis trabalhistas são prejudiciais ao trabalhador em uma perspectiva individual (pela perda de direitos) e coletiva (pela desconstrução de uma repartição mais justa dos recursos da sociedade).

3. BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei 6787/2016. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076>>, acessado em 03.01.2017.

autoria do executivo, classificado por Temer como “presente de natal” (Amorim, 2016):

- ampliação dos contratos temporários de 90 para 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias;

- ampliação da jornada semanal para 48 horas e da jornada máxima diária para 12h⁴ (Brasileiros, 2016);

- terceirização irrestrita: o governo apoia o PL 4330/2004, que visa liberar a terceirização também em “atividades-fim” e não somente em “atividades-meio” (Castro, 2016);

- negociado sobre legislado (até sobre a CLT): o governo é favorável à flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vai “prestigiar” as convenções coletivas para decisões sobre jornada e de salário (Nuzzi, 2016). Ainda, o STF tem dado subsídios para a mudança de interpretação de diversas leis trabalhistas, entre elas a prevalência do negociado sobre o legislado.

Diversas das propostas discutidas justificam-se pelo argumento de “proteger o trabalhador” em um contexto de informalidade ou vulnerabilidade, mas tornam legais relações de trabalho com menos direitos: reduzir a informalidade ao transformar o que é informal em formal não resolve.

A tendência para a flexibilização abre espaço para a perda de direitos ou para a possibilidade de negociação com o empregador sob pressão para aceitar piores condições. Assim, o governo joga a conta da crise para os trabalhadores, como indica a redução da massa salarial em 2016 e a piora dos vínculos trabalhistas, com o aumento da informalidade e do desemprego.

A *reforma da previdência* também foi um tema colocado pelo governo Dilma, após sofrer pressão de diversos grupos sociais (Mi-

4. Vale lembrar que no início do governo Lula, em 2003, discutia-se a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e que, com a elevação da produtividade ao longo dos anos, é socialmente justo que a jornada seja reduzida, a fim de repartir entre a sociedade esses ganhos, e não ampliada.

nistério da Fazenda, 2016). Com o governo golpista, no entanto, a discussão foi encaminhada com a subordinação da pasta da previdência ao Ministério da Fazenda. Em dezembro de 2016, sob argumento – questionável – de *déficit* da previdência (Gentil, 2006), é proposta a PEC 287/2016⁵ pelo Executivo para reformar a previdência. Segundo Dieese (2017), essa PEC significa mudança ampla e profunda da Previdência Pública, ao propor, por exemplo:

- extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição;
- estabelecer idade mínima única para aposentadoria (aos 65 anos) para praticamente todo o conjunto dos trabalhadores;
- mudar o cálculo e reduzir o valor dos benefícios previdenciários em geral;
- proibir acúmulo de benefícios, como pensões e aposentadorias;
- desvincular benefícios assistenciais e pensões do salário-mínimo.

A PEC propõe endurecer regras de acesso, rebaixa o valor médio dos benefícios e minimiza o alcance dos benefícios e seu papel na redução da desigualdade social. Assim, a PEC minimiza a Previdência Pública, com abertura de espaço para o setor privado. Ainda, igualar a idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres esconde uma realidade de desigualdade no mercado de trabalho, sobrecarregando mais as mulheres em sua dupla jornada (trabalho remunerado e trabalho doméstico).

O *limite ao crescimento do gasto primário* foi outro tema tratado pelos golpistas. Se no governo Dilma já se falava de uma proposta

5. BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Emenda à Constituição 287/2016. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>, acessado em 03.02.2017.

de novo regime fiscal, o governo ilegítimo de Temer apresenta uma proposta radical: a de um regime fiscal com os gastos primários sendo corrigidos somente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) durante 20 anos. Tal proposta surgiu como PEC 241/2016⁶, na Câmara dos Deputados; depois, no Senado, mudou o nome para PEC 55/2016⁷ e finalmente foi aprovada e se tornou a Emenda Constitucional (EMC) 95/2016⁸. A medida deixa de fora os gastos financeiros.

Ainda em 2016, foi aprovada a ampliação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20% para 30% e a desvinculação dos gastos constitucionais (PEC 31/2016).

A reforma da educação no Brasil, com o governo ilegítimo, está passando pelo crivo de bilionários brasileiros, representantes de fundações e de institutos de empresas privadas (Borges, 2016; Brasil 247, 2016), o que pode ampliar a privatização da educação e a reprodução da lógica da gestão privada dentro da educação pública.

Se, de um lado, o setor privado tem ganhado mais espaço no governo golpista, de outro a juventude marcou presença em 2016 ao lutar por direitos: alunos secundaristas e universitários realizaram protestos em todo o Brasil contra a PEC 241 que deve afetar os objetivos consolidados no Plano Nacional de Educação (Agência Brasil, 2016; Cara, 2016) e contra a Medida Provisória 746/2016 (que estabelece mudanças no ensino médio), propostas sem discussão social condizente.

Ricardo Barros, ministro da Saúde do governo Temer, propôs uma revisão do Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos seus argu-

6. BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Emenda à Constituição 241/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acessado em: 3.fev.2017.

7. BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 - PEC do Teto dos Gastos Públicos. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acessado em: 3.fev.2017.

8. BRASIL. Emenda Constitucional Nº95, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. DOU.15 de Dezembro de 2016.

menos é que pesquisadores que defendem um sistema universal de saúde “não são técnicos, nem especialistas, são ideólogos”. Ao longo de 2016, diversas vezes o ministro atacou o preceito constitucional de que a saúde é “direito de todos e dever do Estado”. Por outro lado, ele vê com bons olhos a ampliação da privatização na saúde, propondo que fossem adotados “planos populares” de saúde, a fim de “desonerar o SUS”. É importante lembrar que o ministro recebeu financiamento para a campanha eleitoral para deputado federal de um dos principais operadores de planos de saúde.

A DESESTRUTURAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS SOCIAIS

A desestruturação das políticas sociais pelo governo golpista envolve importantes programas sociais criados ao longo dos governos Lula e Dilma. Eles tiveram seu alcance reduzido e encontram-se sob ameaça de extinção.

A seguir, serão apontados os resultados e os custos do desmonte dos programas sociais para população brasileira.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O programa Brasil Alfabetizado é um dos que está na mira dos golpistas. Em agosto de 2016, as equipes das prefeituras e governos estaduais estavam impossibilitados de cadastrar novos alunos; isso era, na verdade, a suspensão do programa. Em meio à pressão, o governo voltou atrás em sua decisão e atendeu, em 2016, apenas 168 mil pessoas e anunciou atender 250 mil em 2017. Para se ter ideia do desmonte, o Brasil Alfabetizado chegou a atender uma média anual de 1,4 milhões de pessoas entre 2003-2015.

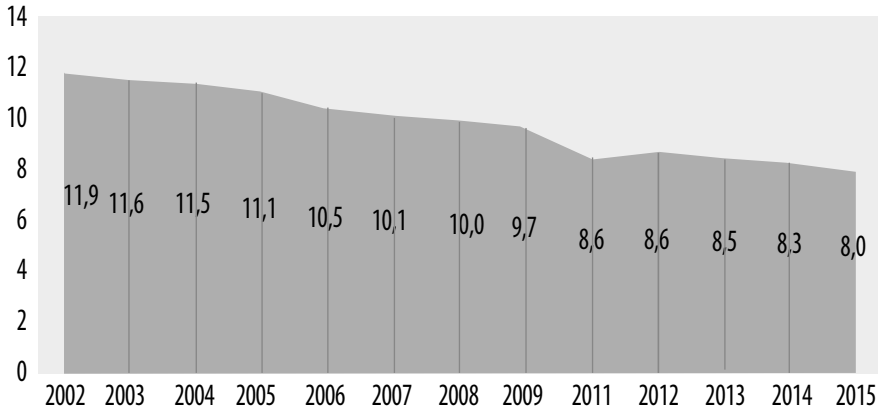
A analfabetismo no mundo é uma preocupação persistente, sendo inclusive uma das pautas dos Objetivos do Milênio da ONU.

Segundo a Unesco, em 2015 foram contabilizados 757 milhões pessoas de 15 anos ou mais que se declararam analfabetos. O *ranking* da Unesco é realizado com os dados mais recentes de cada país, em um total de 133 países, classificando pela porcentagem de pessoas com 15 anos ou mais, alfabetizados frente ao total da população na mesma faixa etária. O Brasil está na 63ª posição do *ranking* mundial; considerando somente os países da América Latina, o país está na penúltima posição, ficando à frente apenas da Bolívia. Ou seja, apesar de a taxa de analfabetismo do país não parecer um dado tão alarmante quando vista isoladamente, quando comparamos com os países vizinhos verifica-se a necessidade de avançar muito mais nos esforços de alfabetização.

Ao longo dos governos Lula e Dilma observou-se um significativo esforço para o enfrentamento do analfabetismo. Esse empenho resultou na diminuição da taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, que passou de 11,9% para 8,0% no período 2002-2015 (Gráfico 1). Apesar do esforço, o Brasil não conseguiu atingir a meta de 93,5% de alfabetização estipulada pela Unesco para o ano de 2015 (Gráfico 1).

No país, o fenômeno do analfabetismo vem se manifestando de forma mais intensa nas regiões Nordeste e Norte, nas áreas rurais, entre os mais pobres, pardos e negros. Em 2003, preocupado em enfrentar as diversas faces do analfabetismo, o governo federal criou o programa Brasil Alfabetizado.

O programa Brasil Alfabetizado foi concebido em 2003 e institucionalizado pela Lei nº 10.880/2004, no governo Lula com continuidade no governo Dilma, como parte de uma política pública para combater o analfabetismo de jovens com mais de 15 anos, adultos e idosos. A iniciativa surge como parte do esforço do governo com a redução das desigualdades no Brasil, sendo o analfabetismo ao mesmo tempo causa e consequência desse cenário de disparidades regionais.

GRÁFICO 1: TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS. BRASIL, 2002-2015 (EM %)

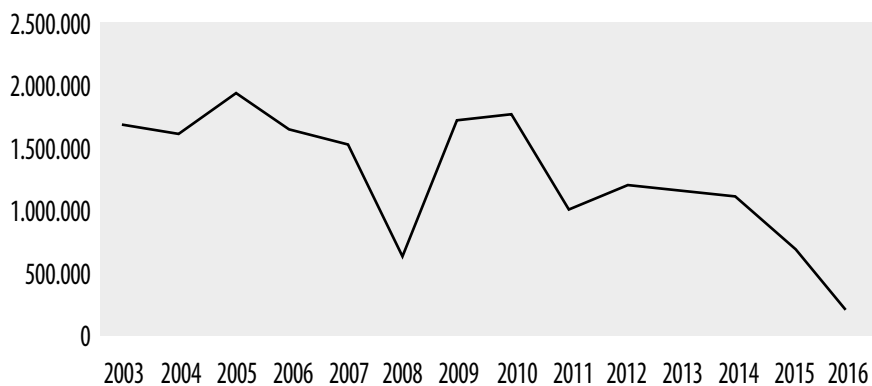
Fonte: IBGE. PNADs.

Nesse sentido, o programa é aberto para a participação de todos os entes federados, porém focalizado para aqueles com taxas mais altas de analfabetismo, sendo a maior parte desses municípios concentrados no Nordeste.

Na prática, esse objetivo se traduziu em uma iniciativa do governo federal de financiar e apoiar tecnicamente estados, municípios e distrito federal na implementação de cursos de alfabetização em áreas rurais e urbanas. As prefeituras e secretarias estaduais de educação assinam um termo de adesão com o governo federal para obter acesso ao recurso em troca do comprometimento com metas do programa e aumento das ações de alfabetização do ente federado. O conteúdo mínimo estabelece elementos de alfabetização formal (letramento, numeramento etc.), mas também a apresentação de documentos básicos de cidadania – registro de nascimento, registro civil, CPF, dentre outros – e informações de como obtê-los e sua importância para acessar outros direitos. Além disso, o programa incentiva a integração à Educação de Jovens e Adultos (EJA), mobilizando para o aumento das vagas em EJA, para a continuidade dos estudos dos egressos do programa Brasil Alfabetizado.

O recurso é transferido aos entes federados para cursos de formação (inicial e continuada) de professores, transporte, alimentação e materiais escolares. Além disso, há a transferência direta de bolsas para voluntários, que podem ser professores de alfabetização, tradutores-intérpretes de libras ou coordenadores de turma. As bolsas variam de 400 a 800 reais mensais, a depender do número de turmas ativas dos voluntários (de uma a nove turmas), e se estão ou não inseridos em programas de educação para população carcerária ou em cumprimento de medida socioeducativa. Com o programa, 3.500 municípios receberam recursos e aproximadamente 17,7 milhões de pessoas foram alfabetizadas de 2003 a 2016 (Gráfico 2).

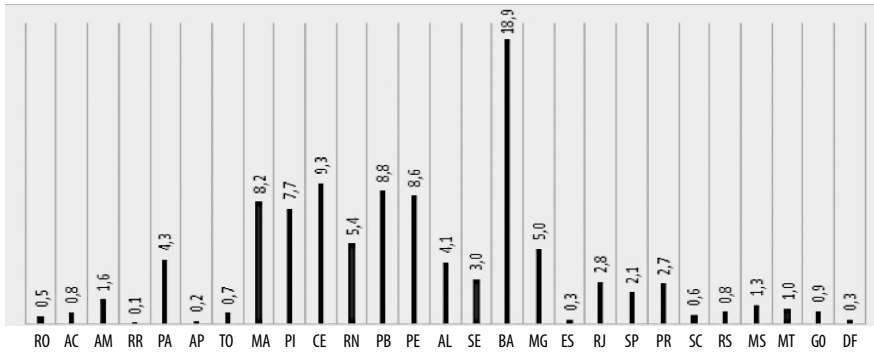
GRÁFICO 2: ALFABETIZADOS PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. BRASIL, 2003-2016



Fonte: Governo Federal/Plataforma de Gestão de Indicadores

O programa Brasil Alfabetizado foi implementado em maior ou menor intensidade nas diferentes unidades federativas brasileiras. Destaca-se a significativa diferença no número de atendidos pelo programa a depender da região. O Nordeste concentra 74% das pessoas atendidas, com maior destaque para os estados da Bahia (18,9%) e Ceará (9,3%). Em seguida vem a região Sudeste com 10,2%, e Norte com 8,2% (Gráfico 3).

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. UNIDADES FEDERATIVAS, 2003-2014



Fonte: Governo Federal/Plataforma de Gestão de Indicadores

Ao analisar o período de 2002 a 2014, em que é possível comparar o antes e o depois da implementação do programa, percebe-se que a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais em área rural se reduziu em 7,6% no período analisado, mais intensa do que a observada em área urbana, 2,8%. Em relação à renda, a taxa de analfabetismo diminuiu mais, em termos absolutos, entre os 25% mais pobres, tendo uma variação de 9,3%. Isso é um indício de que a focalização do programa, que atende sobretudo pessoas que se declaram analfabetas no CadÚnico do programa Bolsa Família, foi bem sucedida. Além disso, em relação a raça/cor o indicador teve maior variação entre os negros e pardos, com redução de 5,6% e 6,2%, respectivamente. Assim, entre 2002 e 2014, destaca-se que a redução absoluta da taxa de analfabetismo ocorreu de forma mais intensa nos grupos sociais em que o fenômeno se manifestou historicamente. Isso demonstra que o programa afetou os grupos sociais mais vulneráveis, em que o analfabetismo se sobrepõe alimentando diferentes dimensões da pobreza (falta de acesso à cidadania plena, marginalidade do mercado formal de trabalho, dificuldade de acesso aos serviços públicos, dentre outras). O esforço do programa, em adição a outros fatores que contribuíram

para essa redução, se traduziu na redução das taxas de analfabetismo sobretudo nesses grupos. Contudo, percebe-se que em 2014 ainda há uma enorme disparidade entre taxas de analfabetismo rural (20,1%) e urbana (6,3%), entre o quintil mais rico (2%) e mais pobre (12,6%), e brancos (5%) e negros (11,2%) e pardos (11,1%). Assim, o programa apesar de ter conseguido atingir os grupos mais vulneráveis, ainda precisaria continuar sendo implementado para se diminuir mais a desigualdade, que ainda é gritante.

TABELA 1: TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO ÁREA DOMICILIAR, RENDA E RAÇA/COR. BRASIL, 2002 E 2014 (EM %)

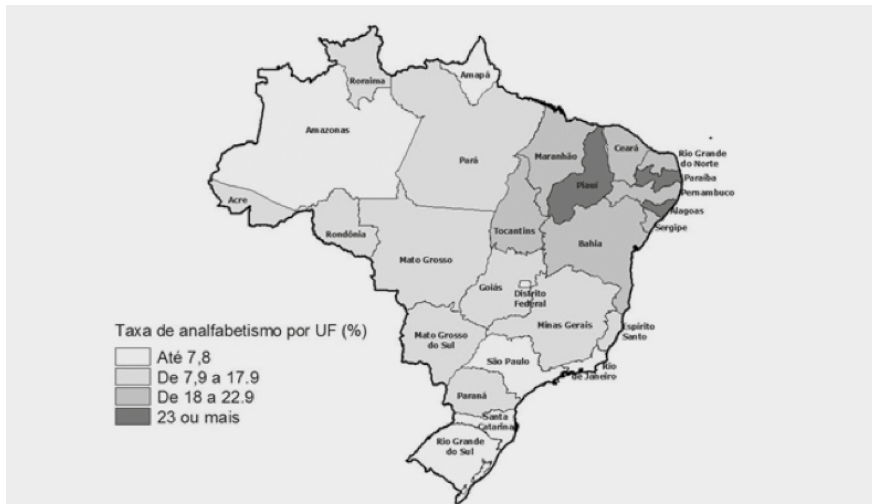
| Tema | 2002 | 2014 | Var abs 2002-04 |
|-----------------|-------------|-------------|------------------------|
| Área | | | |
| Urbano | 9,1 | 6,3 | 2,8 |
| Rural | 27,7 | 20,1 | 7,6 |
| Renda | | | |
| 25% mais ricos | 1,8 | 2 | -0,2 |
| 25% mais pobres | 21,9 | 12,6 | 9,3 |
| Raça/cor | | | |
| Branco | 7,5 | 5 | 2,5 |
| Negro | 16,8 | 11,2 | 5,6 |
| Pardo | 17,3 | 11,1 | 6,2 |

Fonte: IBGE.PNADs

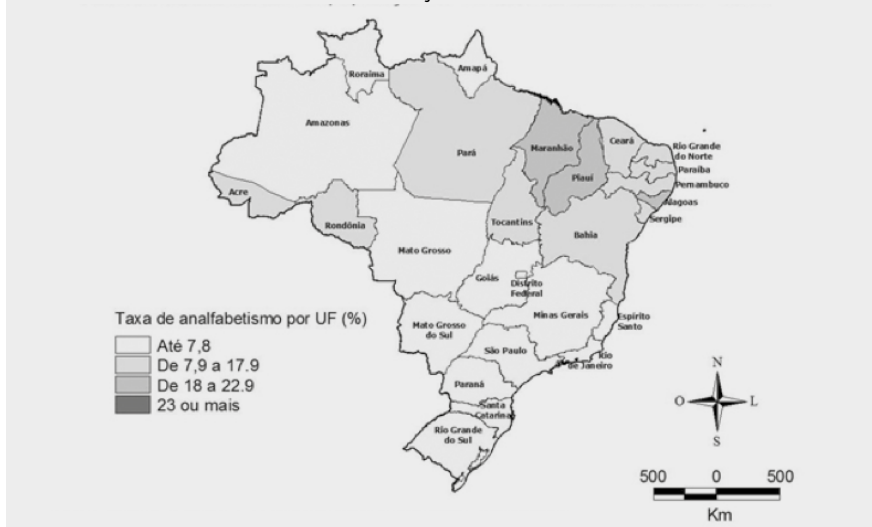
Os mapas mostram que entre 2002 e 2014 houve uma grande redução da taxa de analfabetismo no Brasil, com uma variação negativa de 3,6%. Porém, a evolução do indicador se deu de maneira diferente nas regiões, sendo que no Nordeste houve a maior redução, de 6,8%. Isso corrobora com os maiores investimentos do programa Brasil Alfabetizado, cuja concentração foi maior nessa região; destaca-se aí as variações negativas absolutas nos estados da Paraíba (10,2), Piauí (9,4), Alagoas (9,2) e Bahia (7), que tiveram maior concentração de participantes do PBA. Mesmo assim, a magnitude da desigualdade entre as regiões ainda é relevante, sendo que em 2014 demonstram

ainda há uma disparidade nas taxas de analfabetismo, com 16,6% no Nordeste e 9% no Norte, em contraste com 4,4% na região Sul. Ou seja, ainda existe a necessidade de se investir em alfabetização para reduzir as desigualdades regionais

MAPA 1: TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, 2002



TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs 2002 e 2014. / IBGE.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

A relação do governo Temer com o governo cubano anda estremeçada. Por parte do governo brasileiro, há o interesse em reduzir a proporção de médicos cubanos no programa Mais Médicos, o governo cubano, por sua vez, demanda o aumento da remuneração dos profissionais para a continuidade da parceria. Em setembro de 2016, o Ministério da Saúde anunciou que manterá o programa, mas sua meta é reduzir em 35% a participação de médicos cubanos no programa nos próximos três anos, ou seja, de 11,4 mil para 7,4 mil nesse período. Em 2017, o ministério pretende preencher duasmil vagas com profissionais brasileiros.

A consequência da não continuidade da cooperação pode ser drástica para a atenção básica do país, pois o programa Mais Médicos assiste, hoje, mais de 62 milhões de pessoas. Como os profissionais cubanos atualmente representam a maioria, teríamos um universo de quase 38 milhões de desassistidos a partir de então.

Lançado em 2013 com o objetivo de suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das cidades do Brasil, o programa leva atualmente mais de dezoito mil médicos para essas regiões. Evoluindo da experiência de 2011, onde o Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB) visava contar com cerca de treze mil profissionais, tendo, no entanto, atingido apenas 30% da demanda com médicos formados exclusivamente no Brasil. O Mais Médicos buscou ampliar a meta por meio de contratação de profissionais formados no exterior e via cooperação com o governo cubano, intermediado pela Organização Pan-Americana de Saúde. Desta forma, o programa conta atualmente com médicos oriundos da cooperação com Cuba (67,7% do total de profissionais), médicos com CRM brasileiro e do PROVAB (23,5%) e médicos intercambistas (8,8%), formados no exterior. Ele também tem como finalidade a criação de novos cursos e vagas universitárias de medici-

na, a ampliação de novas vagas de residência médica e construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Os profissionais atuam na Atenção Básica e nas equipes de Saúde da Família.

Conforme se observa na Tabela 2, o Mais Médicos está presente em todos os estados da federação e em 4.058 municípios brasileiros, cerca de 72,9% do total. As regiões Norte, com 82,4%, e Nordeste, com 78,4%, são as que possuem maiores proporções de municípios pactuados. Já a região Sudeste, com 61,8% de seus municípios aderidos, é a que possui o menor percentual dentre todas. Nestes municípios, e em mais 34 distritos sanitários especiais indígenas, estão distribuídos 18.240 médicos do programa. As regiões que possuem maior quantidade de profissionais são a Nordeste com 6.504 médicos, e Sudeste com 5.298, concentrando praticamente dois terços do total de profissionais do programa. A região Centro-Oeste é a que possui menor quantidade somando 1.318 profissionais.

Das 62,9 milhões de pessoas assistidas atualmente pelo programa, 22,4 milhões estão no Nordeste, 18,3 no Sudeste, dez no Sul, 7,6 no Norte e 4,5 milhões na região Centro-Oeste (Tabela 2).

Aqui, observamos dois mapas. O primeiro mostra o território brasileiro praticamente coberto por municípios aderidos ao programa. São apenas 1.012 cidades que não possuem demanda, ou não aderiram a esta política. É possível notar manchas de menor cobertura nos estados de Tocantins (apenas 53,2% de municípios aderidos), Minas Gerais (59,8%), São Paulo (59,7%), Piauí (66,5%) e Goiás (67,55), apesar de São Paulo e Minas Gerais, serem dois, dos três estados com maior número de profissionais do programa, com 2.528 e 1.556 respectivamente (Mapa 2).

No próximo mapa, estimou-se a futura cobertura do Mais Médicos caso a cooperação com o governo cubano não seja continuada, e o impacto é grande. Nota-se que os números praticamente se invertem, com apenas 1.569 municípios atendidos pelo programa e

TABELA 1: ATENDIMENTO ATUAL DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

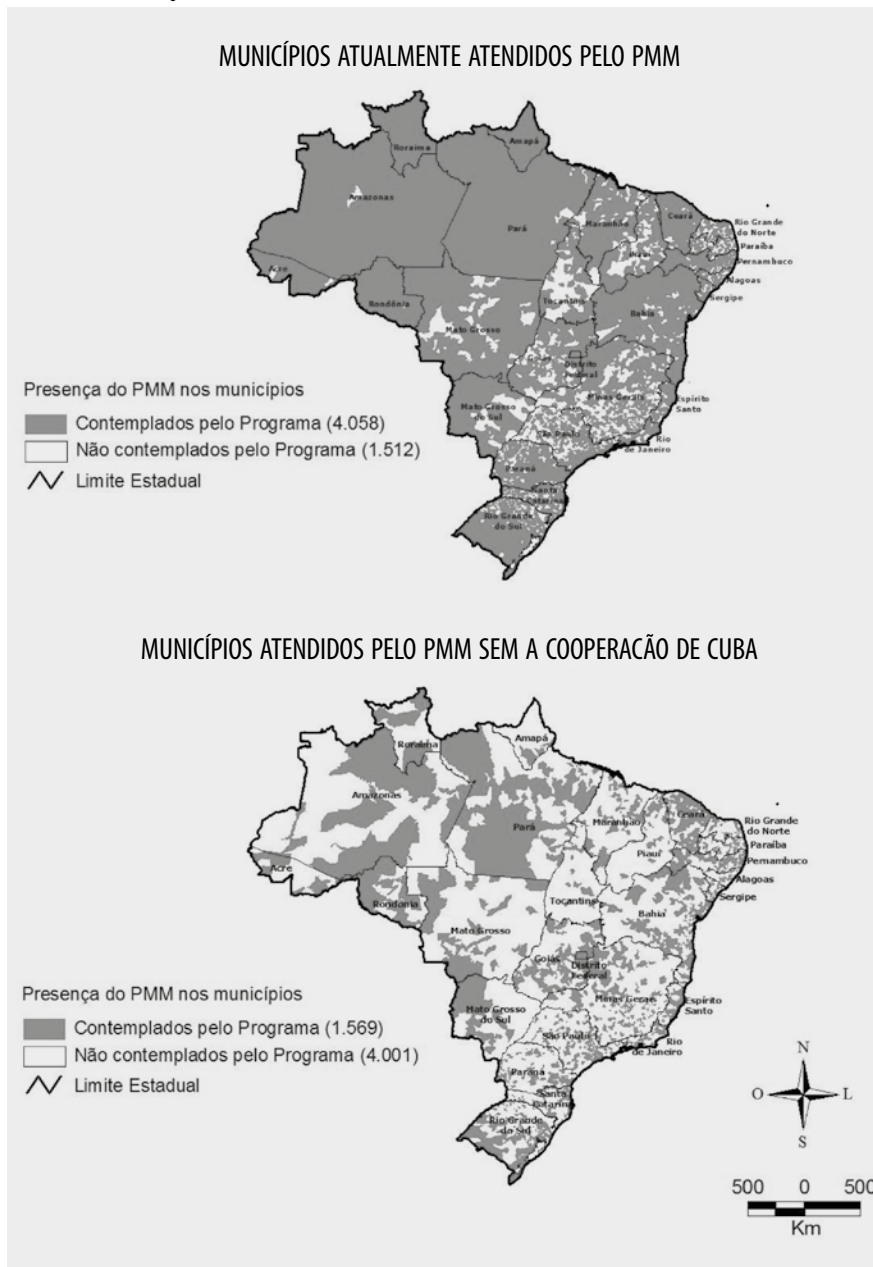
| Região | Estado da Federação | Municípios aderidos ao PMM | Total de municípios | % Municípios aderidos ao PMM | Municípios autorizados * | Vagas autorizadas | % de médicos com CRM Brasil ou PROVAB | % de médicos intercambistas | % de médicos cooperação cubana | População atualmente atendida pelo Programa |
|----------------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|------------------------------|--------------------------|-------------------|---------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|---|
| CENTRO-OESTE | Distrito Federal | 1 | 1 | 100,0 | 111 | 38,1 | 4,1 | 57,7 | 382.950 | |
| CENTRO-OESTE | Goiás | 166 | 246 | 67,5 | 717 | 43,7 | 7,5 | 48,8 | 2.473.650 | |
| CENTRO-OESTE | Mato Grosso | 109 | 141 | 77,3 | 262 | 11,3 | 13,0 | 75,7 | 903.900 | |
| CENTRO-OESTE | Mato Grosso do Sul | 60 | 79 | 75,9 | 228 | 14,4 | 14,4 | 71,2 | 786.600 | |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | | 336 | 467 | 71,9 | 1.318 | 31,6 | 9,6 | 58,9 | 4.547.100 | |
| NORDESTE | Alagoas | 73 | 102 | 71,6 | 236 | 18,0 | 4,9 | 77,2 | 814.200 | |
| NORDESTE | Bahia | 378 | 417 | 90,6 | 1.707 | 25,8 | 5,4 | 68,8 | 5.889.150 | |
| NORDESTE | Ceará | 172 | 184 | 93,5 | 1.480 | 44,7 | 4,7 | 50,7 | 5.106.000 | |
| NORDESTE | Maranhão | 177 | 217 | 81,6 | 763 | 16,8 | 1,8 | 81,4 | 2.632.350 | |
| NORDESTE | Paraíba | 140 | 223 | 62,8 | 421 | 53,8 | 5,8 | 40,4 | 1.452.450 | |
| NORDESTE | Pernambuco | 157 | 185 | 84,9 | 973 | 33,9 | 5,9 | 60,1 | 3.356.850 | |
| NORDESTE | Piauí | 149 | 224 | 66,5 | 380 | 18,6 | 2,1 | 79,3 | 1.311.000 | |
| NORDESTE | Rio Grande do Norte | 107 | 167 | 64,1 | 335 | 32,3 | 6,8 | 60,9 | 1.155.750 | |
| NORDESTE | Sergipe | 53 | 75 | 70,7 | 209 | 31,8 | 6,1 | 62,0 | 721.050 | |
| REGIÃO NORDESTE | | 1.406 | 1.794 | 78,4 | 6.504 | 31,7 | 4,8 | 63,5 | 22.438.800 | |

| | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|--------------|--------------|-------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| NORTE | Acre | 20 | 22 | 90,9 | 164 | 8,3 | 14,0 | 77,7 | 565.800 |
| NORTE | Amapá | 16 | 16 | 100,0 | 129 | 4,8 | 1,6 | 93,7 | 445.050 |
| NORTE | Amazonas | 61 | 62 | 98,4 | 517 | 14,9 | 14,3 | 70,7 | 1.783.650 |
| NORTE | Pará | 134 | 144 | 93,1 | 792 | 17,4 | 9,4 | 73,3 | 2.732.400 |
| NORTE | Rondônia | 51 | 52 | 98,1 | 322 | 22,4 | 4,3 | 73,3 | 1.110.900 |
| NORTE | Roraima | 15 | 15 | 100,0 | 152 | 12,5 | 34,0 | 53,5 | 488.072 |
| NORTE | Tocantins | 74 | 139 | 53,2 | 153 | 19,6 | 0,7 | 79,7 | 527.850 |
| REGIÃO NORTE | | 371 | 450 | 82,4 | 2.229 | 15,9 | 10,8 | 73,3 | 7.653.722 |
| SUDESTE | Espírito Santo | 60 | 78 | 76,9 | 482 | 31,0 | 4,6 | 64,5 | 1.662.900 |
| SUDESTE | Minas Gerais | 510 | 853 | 59,8 | 1.556 | 22,9 | 6,3 | 70,8 | 5.368.200 |
| SUDESTE | Rio de Janeiro | 75 | 92 | 81,5 | 732 | 29,1 | 11,4 | 59,6 | 2.525.400 |
| SUDESTE | São Paulo | 385 | 645 | 59,7 | 2.528 | 10,8 | 9,7 | 79,5 | 8.721.600 |
| REGIÃO SUDESTE | | 1.030 | 1.668 | 61,8 | 5.298 | 18,4 | 8,5 | 73,0 | 18.278.100 |
| SUL | Paraná | 318 | 399 | 79,7 | 1.034 | 16,4 | 12,1 | 71,5 | 3.567.300 |
| SUL | Rio Grande do Sul | 381 | 497 | 76,7 | 1.285 | 16,9 | 18,4 | 64,7 | 4.433.250 |
| SUL | Santa Catarina | 216 | 295 | 73,2 | 572 | 20,9 | 17,0 | 62,1 | 1.973.400 |
| REGIÃO SUL | | 915 | 1.191 | 76,8 | 2.891 | 17,5 | 15,9 | 66,7 | 9.973.950 |
| BRASIL | | 4.058 | 5.570 | 72,9 | 18.240 | 23,5 | 8,8 | 67,7 | 62.891.672 |

* Optou-se por analisar as vagas autorizadas, uma vez que a quantidade de profissionais em atividade varia mensalmente de acordo com ciclos de contratação e de desligamento dos profissionais. Existem 342 vagas em 34 Distritos Indígenas.

Fonte: Ministério da Saúde/2016

MAPA 2: PRESENÇA MUNICIPAL DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Saúde, 2016.

4.001 descobertos. Apenas os estados do Ceará, Distrito Federal, além do Pará e Amazonas, por terem municípios territorialmente grandes, apresentam metade ou mais de seus territórios cobertos pela parceria. Todos os demais estados sofreriam drasticamente pela redução do atendimento, o que causaria, além de desatendimento, uma sobrecarga no sistema público de atenção básica atual.

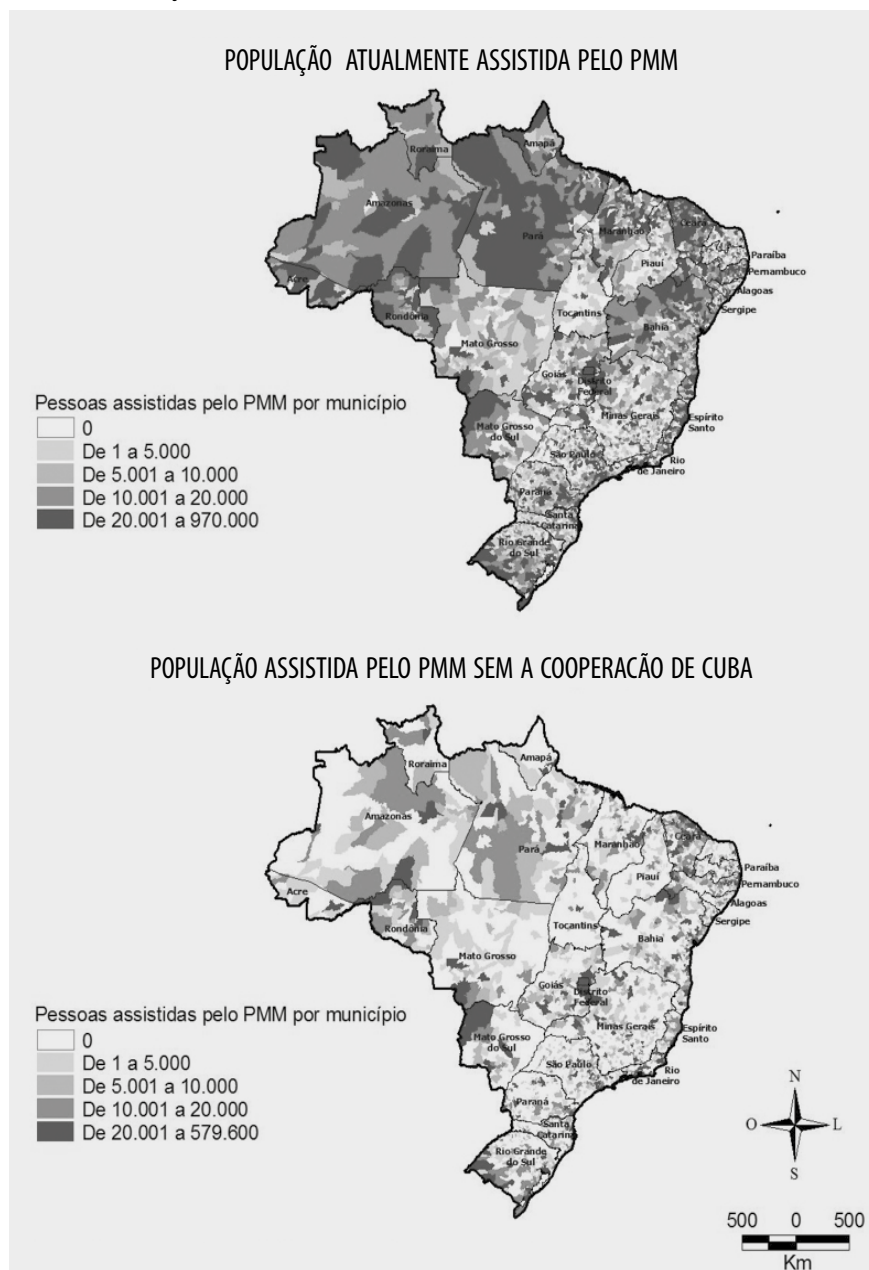
A distribuição da população atualmente atendida pelo PMM é demonstrada no Mapa 2, e percebe-se o contorno de cidades com as tonalidades (acima de dez mil pessoas atendidas por município) predominando no território nacional, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, bem como nos polos urbanos de médio e grande porte de todas as regiões. Estados como São Paulo (8,7 milhões de pessoas assistidas), Bahia (5,9 milhões), Minas Gerais (5,4 milhões), Ceará (5,1 milhões) e Rio Grande do Sul (4,4 milhões) são os estados com o maior número de pessoas beneficiadas pelos atendimentos do programa (Mapa 3).

Já no segundo mapa da mesma figura, no qual estimou-se o impacto da saída dos profissionais cubanos, nota-se um cenário devastador. O número de pessoas assistidas no país cai de 62,9 milhões para 25 milhões, com os mesmos estados supracitados numa população beneficiária bem inferior, sendo São Paulo (2,2 milhões de pessoas assistidas), Bahia (2,3 milhões), Minas Gerais (2 milhões), Ceará (2,8 milhões) e Rio Grande do Sul (1,8 milhões).

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Premiado nacional e internacionalmente, o Bolsa Família foi considerado um dos programas de combate à pobreza mais relevantes do mundo, sendo apontado pela Organização das Nações Unidas como um dos principais responsáveis pelo aumento de 10% do IDH do país entre 2000 e 2010. Devido ao seu perfil multidimensional, impacta direta e positivamente em indicadores de educação, saúde e na retirada de milhões de pessoas da linha de extrema pobreza.

MAPA 3: POPULAÇÃO ASSISTIDA PELO PROGRAMA MAIS MÉDICOS POR MUNICÍPIO



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Saúde, 2016 e IBGE.

Desde a entrada do governo golpista de Temer, o Bolsa Família foi alvo de diversos ataques a sua credibilidade e de intenção de diminuição das famílias atendidas. Felizmente, nenhuma dessas propostas foi implementada até o momento, mas o documento *A travessia social: uma ponte para o futuro*, da Fundação Ulisses Guimarães está apontada a possibilidade de atendimento de apenas os 5% mais pobres da população brasileira. O capítulo 4 deste livro analisou o documento.

A justificativa do atual governo interino para essa mudança brusca na política social é a de que “a população acima dos 5% mais pobres está perfeitamente ‘conectada’ à economia local”. Independente do que se entende por ‘conectada’, é senso comum a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e emancipação socioeconômica da população com renda pouco maior que a dos 5% mais pobres, bem como de outras faixas com rendimentos bem superiores aos destes. Outro equívoco em tais prováveis critérios, é que se pretende não contabilizar como família pobre as que possuem alguns utensílios domésticos em perfil e quantidade específicos, uma moradia não precária, ou ainda alto nível de ensino.

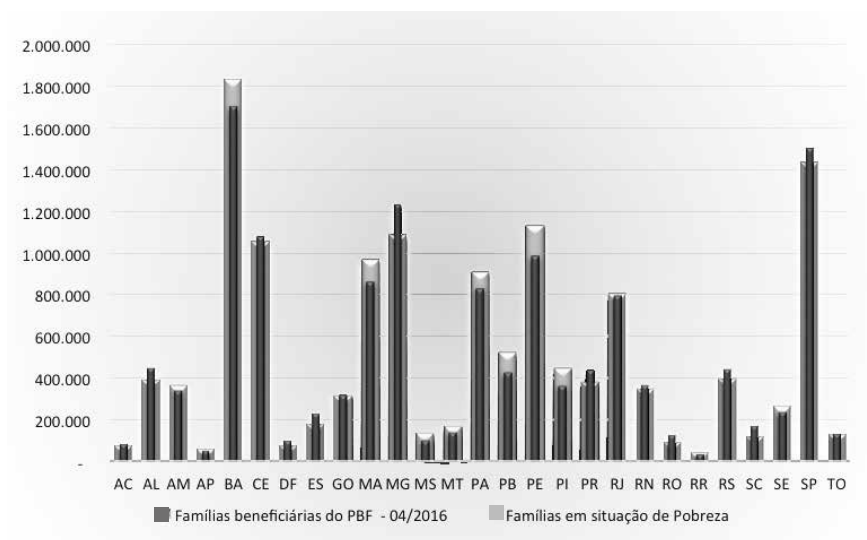
Em 2014 havia cerca de 14,3 milhões de famílias em situação de pobreza pelas estatísticas do IBGE⁹. Em abril de 2016, o PBF atendia cerca de 13,9 milhões de famílias, uma cobertura de 97,3% da pobreza estimada. A região Centro-Oeste é a que possui maior cobertura média da pobreza, 103,8%¹⁰ (717 mil beneficiários), seguida da região Nordeste, com 101,2% (sete milhões de beneficiários), região Norte com 99% (1,7 milhões de beneficiários), Sudeste com 91,9% (3,5 milhões de beneficiários) e Sul com 84,9% (918 mil beneficiários).

9. Microdados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2014/IBGE.

10. Tal cobertura não é de se estranhar, pois além do pesquisador não possuir o mesmo conhecimento do território e maior tempo para coleta de informações que o gestor público municipal que realiza o cadastro do PBF, pode ocorrer também ao pesquisador de campo falta de sentimento de pertencimento, dificuldade de se obter informações sobre rendimentos em certos contextos, erros amostrais pré e pós campo, entre outras dificuldades apontadas por Maria A. G. Álvaro/IBGE, em *O IBGE bate à porta: vivência e perspectiva dos que trabalham na coleta de dados*.

De acordo com o Gráfico 4, nota-se que os estados que se destacam em número de atendidos e maior cobertura da pobreza pelo PBF são: Mato Grosso do Sul, com 139.333 famílias beneficiárias e 133,3% de cobertura; Pernambuco, com 1.134.200 e 110,1%; Pará, com 915.780 e 102,7%; e Bahia, com 1.837.668 famílias beneficiárias PBF e 102,1% de cobertura da pobreza. Já os estados que se destacam com menor cobertura são Santa Catarina 124,6 mil famílias beneficiárias e 72,8% de cobertura; Distrito Federal 80,6 mil e 72,9%; Rondônia com 100 mil famílias e 75,5%; e Espírito Santo com 183 mil famílias beneficiárias e 76,5% de cobertura.

GRÁFICO 4: ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E Nº DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA. BRASIL, ABRIL/2016

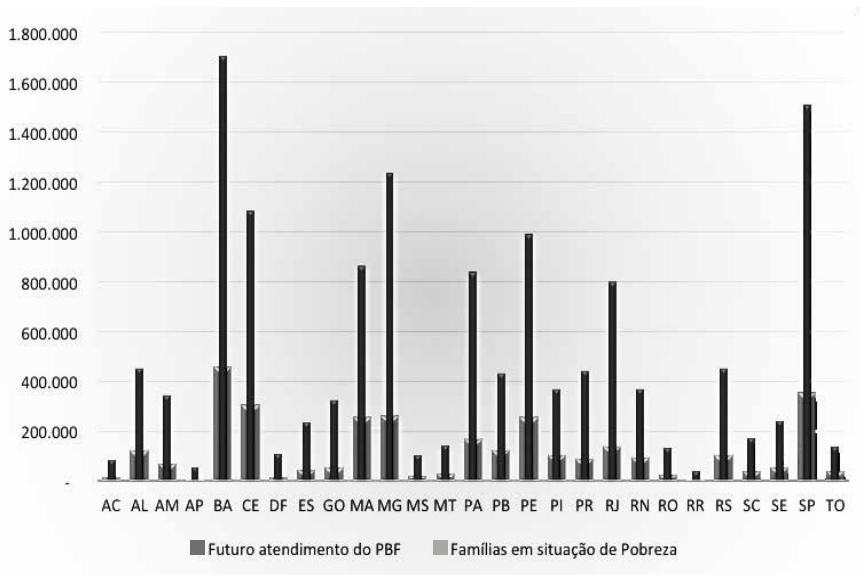


Já com a nova proposta, de atender 5% das famílias mais pobres (3.377.857 pessoas segundo a PNAD 2014), a cobertura média nacional da pobreza cairia de 97,3% para somente 23,7%, com 10,9 milhões de famílias pobres não atendidas, o que corresponde a 39,3 milhões de pessoas, cerca de uma em cada cinco pessoas do país.

O impacto regional, conseqüentemente, seria muito grande. A região Centro-Oeste, que atualmente possui a maior cobertura nacional da pobreza, passaria a ter a menor proporção, com apenas 20% das famílias no perfil atendidas, cerca de 137,7 mil famílias assistidas; seguida da região Norte com 21,2% e 370 mil famílias; região Sul com 21,8% e 236 mil; região Sudeste com 22% e 843 mil famílias; e região Nordeste com 25,9%, cerca de 1,8 milhões de famílias.

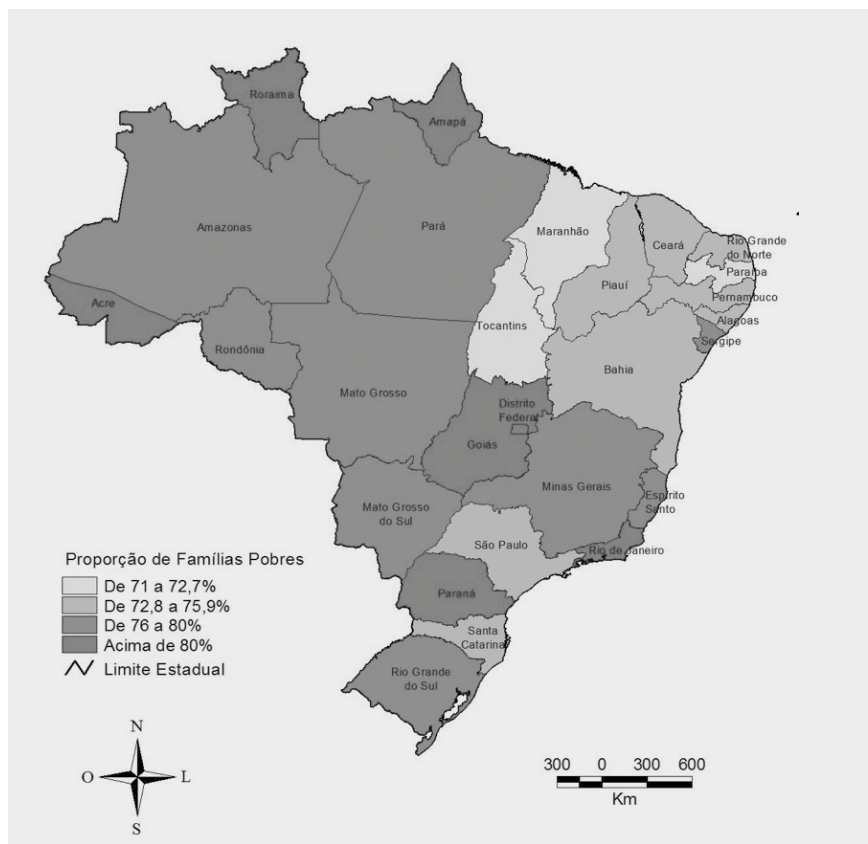
Alguns dos estados que seriam mais prejudicados em termos de proporção de atendimento ou menor quantidade de famílias assistidas são: Amapá com 16,1% de cobertura e somente 9,5 mil famílias atendidas; Rio de Janeiro com 16,3% e 133,3 mil famílias; Distrito Federal com 18,2% e 20,1 mil famílias; e Paraná com 19,3% e 86,3 mil famílias atendidas. Não existem estados que possam ser enquadrados como pouco prejudicados.

GRÁFICO 5: FUTURO ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E Nº DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA



Pelo olhar inverso, o Mapa 4 permite uma visão mais abrangente; com as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte saltando aos olhos como as mais prejudicadas, e destacando-se, além dos estados acima citados, Roraima, Acre e Goiás, com mais de 80% de famílias em situação de pobreza não atendidas. Os estados Tocantins, Maranhão e Paraíba, apesar de serem os menos afetados, possuem uma situação muito próxima dos demais, com futuras não coberturas da pobreza pelo PBF que variam de 71 a 72,7%.

MAPA 4: PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA FUTURAMENTE NÃO ATENDIDAS PELO PBF



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014/IBGE e documento "A Travessia Social, uma ponte para o futuro" do PMDB/2016.

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

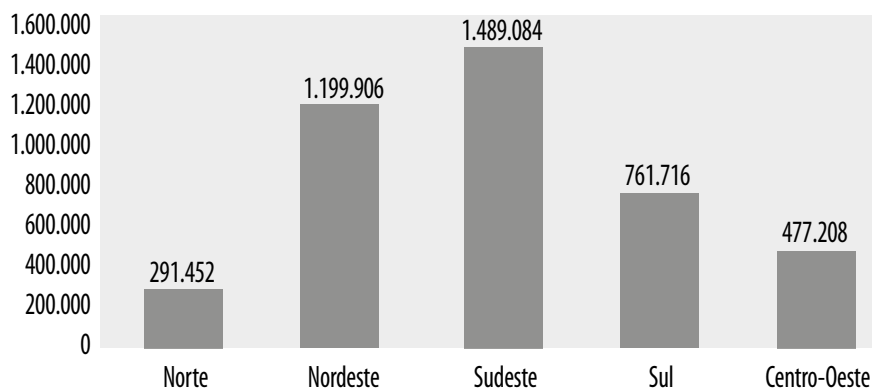
O programa Minha Casa, Minha Vida se tornou uma das principais iniciativas dos governos petistas para acesso a moradia digna. Ao surpreender os movimentos sociais de moradia, o governo golpista abandonou a meta traçada pela presidente Dilma Rousseff de contratar dois milhões de unidades habitacionais para o programa. Após suspensão do programa, o governo Temer não conseguiu conter as reivindicações da sociedade e optou em retomar o programa em patamares bem menores do que os planejados; anunciou a meta de seiscentas mil unidades habitacionais para 2017 – número que decepcionou a todos que lutam para enfrentar a questão.

Na experiência brasileira, o processo de urbanização excluiu o acesso à moradia digna para parcela da população. Limitando nossa análise aos governos Lula e Dilma, observa-se um conjunto significativo de iniciativas objetivando a redução do *déficit* habitacional. Entre estas destacam-se a criação: do Ministério das Cidades; do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) instituído pela Lei Federal n. 11.124 de 2005 visando centralizar todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, buscando integrar todos os órgãos relacionados às questões urbanas e habitacionais; e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que a partir de 2006 passou a centralizar os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS.

Componente importante do SNHIS, o Minha Casa, Minha Vida tem a finalidade de reduzir o *déficit* habitacional ao facilitar a obtenção de moradia para as famílias de baixa renda. Criado em maio de 2009, tornou-se o principal programa habitacional do governo federal por possuir diferentes maneiras de prover unidades habitacionais a depender da localização do imóvel (urbano e rural), da renda familiar e do valor da unidade.

Do ponto de vista quantitativo, o resultado do Minha Casa, Minha Vida foi bastante significativo, o que lhe fez ganhar o título de maior programa habitacional dos últimos 30 anos. Entre maio de 2009 e abril de 2016, segundo o Ministério das Cidades, foram contratados 4,2 milhões de unidades habitacionais, cuja distribuição quantitativa respeitou a seguinte diversidade regional: região Sudeste, 1.489.084 unidades; região Nordeste, 1.199.906 unidades; região Sul, 761.716; e região Centro-Oeste, 477.208.

GRÁFICO 6: UNIDADES CONTRATADAS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS. BRASIL, 05/2009 A 04/2014



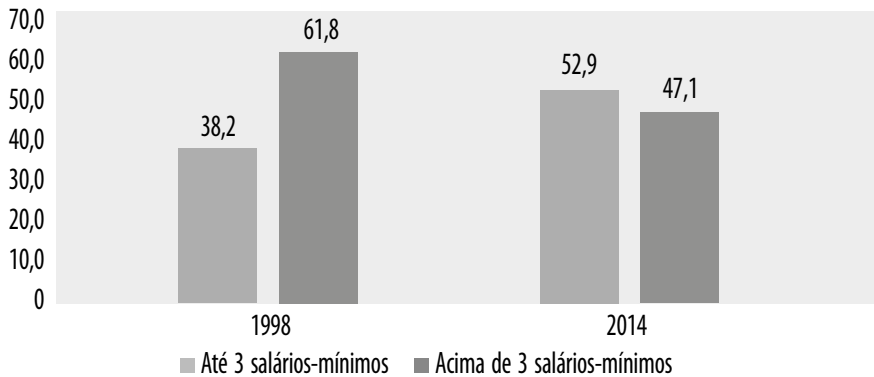
Fonte: Ministério das Cidades/PMCMV

A equipe da Fundação Perseu Abramo investigou a evolução do percentual de domicílios declarados como próprios pela população entrevistada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 1998 e 2014.

A investigação se concentrou na população com renda domiciliar de até três salários-mínimos, foco da política habitacional de interesse social. De forma geral, a proporção de domicílios próprios pagos ou em pagamento para esse grupo populacional vem crescendo nos últimos anos.

Em 1998, os domicílios próprios das famílias com renda de até três salários-mínimos representavam 38,2% do total. Já em 2014, a proporção de domicílios próprios passou para 52,9% do total de domicílios de três salários-mínimos.

GRÁFICO 7: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PRÓPRIOS SEGUNDO RENDA FAMILIAR. BRASIL, 1998 E 2014



Fonte: Fundação Perseu Abramo a partir de IBGE/PNAD 1998 e 2014.

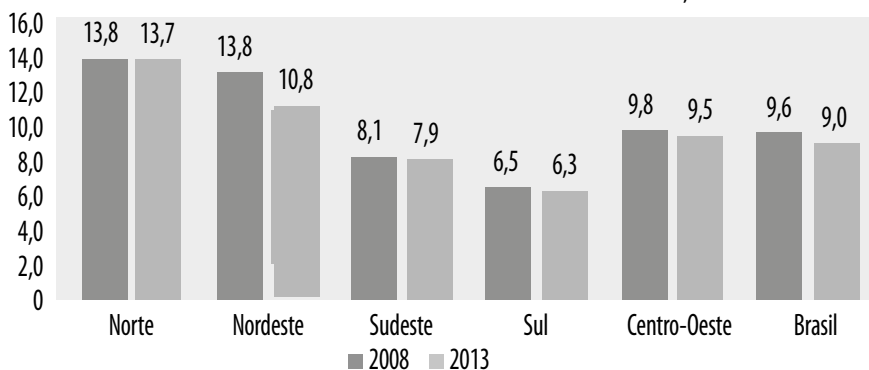
O *déficit* habitacional é um dos principais indicadores desta área. Por meio dele, o poder público e os movimentos sociais podem estimar a necessidade de reposição de novas moradias devido a sua precariedade, ou elevar o estoque, sobretudo, devido a situação de coabitação forçada.

No Brasil, a Fundação João Pinheiro elaborou uma metodologia para estimar o *déficit* habitacional por meio das PNADs do IBGE. Com a finalidade de ver o resultado do Minha Casa, Minha Vida em relação ao *déficit* habitacional, a Fundação Perseu Abramo selecionou os anos 2008 (ano que antecedeu a criação do programa) e 2013 (último ano de divulgação do *déficit*). Os resultados obtidos mostram que o *déficit* habitacional representava 5,5 milhões domicílios brasileiros em 2008 e diminuiu em relação ao total de domicílios particulares permanentes nos anos seguintes. No período entre 2008 e 2013, o *déficit* habitacional brasileiro passou de 9,6% para 9% dos domicílios.

No que se refere às regiões geográficas brasileiras, o comportamento geral no período 2008-2013 foi de redução em diferentes patamares. Possuidora dos maiores *déficits* habitacionais, a região Nordeste foi a que mais reduziu esse índice, de forma relativa, passando de 13% para 10,8%; enquanto a região Norte manteve-se praticamente estável em 13,7% em igual período.

Detentora do menor *déficit* habitacional, a região Sul reduziu de 6,5% para 6,3% no período 2008-2013. A região Sudeste diminuiu de 8,1% para 7,9%. Já a região Centro-Oeste diminuiu o *déficit* habitacional de 9,8% para 9,5% no mesmo período.

GRÁFICO 8: DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS. BRASIL, 2008-2013



Fonte: Fundação João Pinheiro a partir de IBGE/PNAD 2008 e 2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do PMDB à presidência da República, em 2016, veio acompanhada de reformas neoliberais via ajustes recessivos. Entre as propostas estão: a flexibilização das leis trabalhistas, visando ampliação do tempo dos contratos temporários e da jornada de trabalho; a proposta de reforma da previdência que pretende endurecer as regras de acesso, rebaixar o valor médio dos benefícios e minimizar o papel na redução da desigualdade social; por fim, se tornou a emenda

constitucional a proposta de um regime fiscal com os gastos primários sendo corrigidos pelo IPCA durante 20 anos.

Em meio à orientação de neoliberal do governo golpista encontram-se os indicativos de desestruturação dos programas sociais Brasil Alfabetizado, Mais Médicos, Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, criados pelos governos Lula e Dilma, que tiveram sua abrangência restringida e estão sob ameaça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil tem de investir R\$ 225 bi a mais para cumprir Plano Nacional de Educação. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/brasil-tem-de-investir-r-225-bi-mais-para-cumprir-plano-nacional-de>. Acesso em: 26.jan.2017.

AMORIM, F. Temer fala em ‘modernização’ das leis trabalhistas como ‘presente de Natal’. 2016. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/12/22/temer-fala-em-modernizacao-das-leis-trabalhistas-como-presente-de-natal.htm>. Acesso em: 26.jan.2017.

BORGES, H. Conheça os bilionários convidados para “reformatar” a educação brasileira de acordo com sua ideologia. 2016. The Intercept. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformatar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>. Acesso em: 26.jan.2017.

BOSCHETTI, I. *Seguridade social e trabalho*: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social. Brasília: UnB; Editora Letras Livres, 2006.

BRASIL 247. Lobby de ensino privado volta a demonstrar força junto a Mendonça Filho. 2016. Disponível em: <http://www.brasil247.com/>

pt/247/brasil/237014/Lobby-de-ensino-privado-volta-a-demonstrar-for%C3%A7a-junto-a-Mendon%C3%A7a-Filho.htm. Acesso em: 26.jan.2017.

CARA, D. Educação em risco sob a política econômica de Temer-Meirelles. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/556453-educacao-em-risco-sob-a-politica-economica-de-temer-meirelles>. Acesso em: 26.jan.2017.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la questionsociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CASTRO, J. R. Temer quer terceirização aprovada em 2016. O que muda com a medida. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/20/Temer-quer-terceiriza%C3%A7%C3%A3o-aprovada-em-2016.-O-que-muda-com-a-medida>. Acesso em: 26.jan.2017.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2016. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodos-reajustes/2016/estPesq81balancoReajustes1semestre2016.pdf>. Acesso em: 26/01/2017

_____. PEC 287: A minimização da Previdência pública. 2017. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>. Acesso em: 26.jan.2017.

GALBRAITH, J. K. *O novo estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GALVÃO, A. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil, Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas (SP), 2003.

GENTIL, D. L. A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990-2005. Tese de doutorado Instituto de Economia (IE) – Centro de Ciências Jurídicas e Eco-

nômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2006. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf. Acesso em: 26.jan.2017.

HYMAN R. “Europeização ou erosão das relações laborais?”. In: Estanque, *et al.* *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

IBGE. PNAD Contínua: em novembro, taxa de desocupação foi de 11,9%. 2016. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3351&busca=1&t=pnad-continua-novembro-taxa-desocupacao-foi-11-9>. Acesso em: 26.jan.2017.

IPEA. Análise do mercado de trabalho. In: Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise nº 60, Abril 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt60_05_analise.pdf. Acesso em: 26.jan.2017.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1982.

MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reforma Fiscal de Longo Prazo. 2016. Disponível em: <http://www.slideshare.net/MinisterioFazenda/reforma-fiscal-de-longo-prazo>. Acesso em: 26.jan.2017.

NUZZI, V. No TST, Temer faz a defesa do negociado sobre o legislado. 2016. Rede Brasil Atual. Disponível em: <http://www.rede-brasilatual.com.br/trabalho/2016/11/temer-5203.html>. Acesso em: 26.jan.2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, OIT. World Employment and Social Outlook: Trends 2017. Disponível em: http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2017/WCMS_541211/lang--en/index.htm. Acesso em: 26.jan.2017.

OLIVEIRA, A.L.M. Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: Uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação, Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da Unicamp, 2013.

OLIVEIRA, F. O surgimento do anti-valor. *Novos Estudos CEBRAP*, n.22. São Paulo: CEBRAP, 1988.

A POLÍTICA ECONÔMICA

INTRODUÇÃO

A condução da política econômica pós-golpe representa o aprofundamento e a consolidação da orientação neoliberal como estratégia econômica. Foi no final de novembro de 2014 que Dilma, após ter vencido a eleição com um discurso de aumento de investimentos sociais e produtivos, sucumbiu às pressões políticas e decidiu nomear Joaquim Levy como ministro da Fazenda. Desde então, a ideologia neoliberal implantou seu “projeto de país”, promovendo ajustes recessivos, cortes em gastos sociais e investimentos, aumento de juros, liberalização dos preços e contenção do crédito. O resultado de uma política contracionista aplicada a uma economia estagnada não podia ser diferente: recessão e, após longa persistência na aplicação do “amargo remédio” ortodoxo, depressão econômica.

O governo Michel Temer, encampando o projeto “pontes para o futuro” convocou dois economistas oriundos do mercado financeiro para comandar a estratégia econômica: Henrique Meirelles no ministério da Fazenda e Ilan Goldfajn na presidência do Banco Central. Já em suas primeiras declarações, a dupla econômica de Temer deixou claro qual seria sua estratégia, que representa na realidade um aprofundamento da agenda neoliberal em todos os aspectos.

O governo Temer esperava, assim como o ex-ministro Joaquim Levy, que o anúncio de uma agenda neoliberal “puro sangue” fosse capaz de reanimar os empresários e reativar os investimentos produtivos ainda em 2016. Apesar de uma euforia inicial com o novo governo (em grande medida vendido pela imprensa como o início de uma nova fase de crescimento do país), a recessão se aprofundou e, nos meses finais de 2016, as expectativas e a confiança voltaram a cair, como reflexo da realidade recessiva que o país atravessa.

A fragilização política do governo Temer em decorrência das seguidas denúncias de corrupção de seus principais membros, inclusive o próprio presidente, e a persistência da recessão econômica, que ameaça se transformar em depressão, uma vez que não há indicativos de recuperação no curto prazo, formam o quadro dos meses finais de 2016. Isso implica no aumento da rejeição ao governo e em crescentes dificuldades de articulação do projeto neoliberal, hoje já questionado pela população como alternativa para o futuro do país.

Para discutir os temas elencados aqui, o texto se dividirá em três seções. A primeira buscará abordar a condução da política macroeconômica no período, com destaque para o descompasso entre elevação da taxa de juros reais (dada a queda da inflação) e aumento do *déficit* previsto, abrindo espaço para o “keynesianismo fisiológico”. A condução da política cambial também será analisada, ressaltando-se a continuidade de uma gestão do tipo *dirty floating*¹ da taxa de câmbio, apesar das promessas iniciais de livre flutuação.

Na segunda seção, o objetivo será discutir a política econômica do ponto de vista das reformas institucionais de longo prazo propostas pelo governo, que pretendem limitar os gastos públicos e alterar as relações entre Estado e sociedade. Essas reformas estruturais são o coração do projeto neoliberal, sem as quais a mera condução da

1. A expressão significa flutuação suja. É utilizada para representar o regime cambial flutuante, mas com intervenção do Banco Central. [N.E.]

política macroeconômica de maneira conservadora não seria capaz de, segundo os defensores deste projeto, eliminar os desequilíbrios fiscais e promover a retomada do crescimento econômico através do aumento da produtividade.

Por fim, a última seção irá abordar as medidas setoriais e microeconômicas adotadas pelo novo governo, tanto em relação às empresas públicas (bancos e estatais) quanto em relação a medidas regulatórias. Esta dimensão é fundamental para determinar a capacidade de atuação do Estado no longo prazo, se constituindo como um elemento estrutural da política econômica, como também pode ser visto diretamente nos capítulos 2 e 4 deste livro. Aqui, a ênfase principal será no impacto econômico do reposicionamento dos bancos públicos e da crescente privatização das empresas públicas, em particular a Petrobras, limitando assim a capacidade de atuação anticíclica da política econômica.

Com estas três seções, procuramos articular a condução da política econômica em seus aspectos conjunturais e estruturais, macro e microeconômicos, apontando para a conformação de um projeto neoliberal de desenvolvimento adotado pelo novo governo, em consonância com o proposto pelos candidatos derrotados em 2014 e pelo formulado no documento *Uma ponte para o futuro* elaborado pelo PMDB ao longo do segundo mandato de Dilma. Os resultados econômicos negativos, até o momento, da adoção deste projeto ainda são debitados politicamente na conta do governo anterior, mas já afetam profundamente a credibilidade e popularidade do novo, criando dúvidas sobre a capacidade política de Temer levar a cabo a transformação liberal que propõe para o país.

A CONDUÇÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA

Uma das primeiras medidas do governo Temer após o *impeachment* foi nomear uma nova “equipe econômica” pretensamente

mais alinhada com os interesses e propostas propagadas pelo mercado financeiro. A indicação de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central nos governos Lula, e de Ilan Goldfajn, então economista do Banco Itaú, atendeu plenamente aos interesses e objetivos de boa parte do mercado financeiro. Ademais, seus discursos iniciais sinalizavam para medidas bastante apreciadas pelos economistas de mercado: fortemente apegado ao chamado tripé macroeconômico, com foco no retorno da inflação ao centro da meta, na livre flutuação do câmbio e no controle dos gastos públicos².

O discurso macroeconômico se baseava em uma avaliação dos problemas econômicos do país similar ao verificado no período de Joaquim Levy: a crise econômica seria decorrência dos desequilíbrios fiscais³, resultado do excesso de intervencionismo do Estado verificado no período anterior. A solução, portanto, seria a retomada do equilíbrio fiscal, que auxiliaria a política monetária (segundo a política de metas inflacionárias) a reduzir a inflação ao centro da meta e de recuperar a confiança empresarial, fator fundamental para a retomada do crescimento econômico.

Com base neste diagnóstico, a gestão monetária inicial do Banco Central comandado por Ilan Goldfajn decidiu por manter a taxa Selic em 14,25%, apesar das recorrentes evidências e previsões de queda da inflação. Ao manter a taxa de juros estável em um cenário de inflação cadente, o Banco Central estava de fato elevando a taxa real de juros, promovendo assim uma política monetária contracionista em um momento já recessivo (Gráfico 1). Além do aumento da taxa

2. Foi o que afirmou o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, em entrevista ao *Estadão* em 12/08/2016, ao dizer que o “fortalecimento do tripé” seria a causa da retomada da confiança na economia. Fonte: <http://economia.ig.com.br/2016-08-12/goldfajn-tripe-macroeconomico.html>.

3. O diagnóstico fiscalista da crise é partilhado pelo ministro da fazenda Henrique Meireles e pelo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, em diversos pronunciamentos, como pode ser visto na entrevista de Meirelles para o *Estadão* (<http://economia.ig.com.br/2016-06-08/meirelles-crise-economica-nao-vem-da-politica-mas-do-desequilibrio-fiscal.html>) e no pronunciamento de Goldfajn na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal (<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/04/ilan-goldfajn-crescimento-dos-gastos-publicos-esta-na-raiz-da-crise>).

real de juros básico, o governo também elevou a taxa de juros de várias linhas de crédito concedidas por bancos públicos, recompondo o *spread* dessas instituições que se encontravam menores que os de seus concorrentes privados⁴. Linhas de crédito habitacional, como o “Minha Casa, Minha Vida”, tiveram sua oferta restringida logo no início do novo governo⁵, para depois terem suas regras alteradas e passarem a financiar imóveis de maior valor para clientes de maior renda⁶.

A manutenção da taxa de juros em patamar elevado possuiu duplo impacto: em primeiro lugar, reduziu a oferta e elevou o custo do crédito⁷, deprimindo assim a demanda como forma de combate à carestia; em segundo lugar, ao manter um grande diferencial de taxa de juros com o exterior, manteve a atratividade do Brasil para investidores estrangeiros, valorizando a taxa de câmbio. Como mostra o Gráfico 1, a taxa de câmbio real do Brasil em relação ao dólar apresentou forte valorização no período, refletindo tanto os juros elevados quanto a retomada do apetite por risco dos investidores internacionais (Gráfico 1).

A condução da política cambial no período, anunciada inicialmente como uma forma de “livre flutuação”, em pouco tempo já mostrava as digitais do Banco Central (Bacen). Além da utilização da taxa de juros como forma de valorizar o câmbio, a direção do Bacen promoveu diversas intervenções no mercado cambial, valendo-se de

4. Reportagem do *Brasil Econômico* de 17/10/2016 já apontava o crescimento das taxas de juros, em várias modalidades de crédito, nos bancos públicos. Fonte: <http://economia.ig.com.br/2016-10-17/banco-brasil-caixa.html>.

5. A reportagem de Murilo Rodrigues Alves e Pedro Venceslau para o *Estadão* de 20/05/2016, logo no início do governo Temer, já indicava a redução do programa MCMV como um dos alvos de cortes do novo governo. Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/governo-temer-suspende-todas-as-novas-contratacoes-do-minha-casa,10000052388>.

6. Após o anúncio de suspensão do programa MCMV em maio, a mudança nas condições de crédito, retirando subsídios para as pessoas mais pobres, é notícia do *portal G1* em 10/06/2016. Fonte: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/06/minha-casa-minha-vida-deixa-de-atender-familias-de-baixa-renda.html>.

7. A nota para a imprensa de política monetária e operações de crédito do Banco Central de janeiro de 2017 já deixa claro a contração do crédito em 2016, com aumento das taxas de juros e dos níveis de inadimplência. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>.

sultado primário para o ano de 2016, com base em novas previsões de crescimento econômico e da receita primária. A meta inicial, de *déficit* de R\$ 30,5 bilhões, foi sendo alterada e passaria a ser de *déficit* de R\$ 96,7 bilhões segundo cálculos da equipe econômica do governo Dilma. No entanto, a nova equipe comandada por Meirelles ampliou o espaço fiscal, aumentando o *déficit* previsto para R\$ 170,5 bilhões⁹, garantindo assim espaço para gastos correntes no primeiro ano do governo Temer. Essa ampliação do espaço fiscal foi usada majoritariamente em gastos correntes, dado que investimento público seguiu deprimido. Como pode ser visto na Tabela 1, os gastos primários voltaram a acelerar em 2016, após uma trajetória de forte desaceleração em 2015.

TABELA 1: GASTOS PRIMÁRIOS DO GOVERNO CENTRAL (% PIB), BRASIL 2009-2016

| Discriminação | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| IV. DESPESAS | 17,4% | 18,2% | 16,7% | 16,9% | 17,3% | 18,0% | 19,3% | 19,7% |
| IV.1 Benefícios Previdenciárias | 6,7% | 6,6% | 6,4% | 6,6% | 6,7% | 6,8% | 7,3% | 8,1% |
| IV.2 Pessoal e Encargos Sociais | 4,6% | 4,3% | 4,1% | 3,9% | 3,8% | 3,8% | 4,0% | 4,1% |
| IV.3 Outras Despesas Obrigatórias | 2,0% | 2,1% | 2,1% | 2,1% | 2,4% | 2,7% | 3,8% | 3,1% |
| IV.4 Despesas Discricionárias Todos os Poderes | 4,0% | 5,2% | 4,1% | 4,3% | 4,3% | 4,7% | 4,2% | 4,5% |
| IV.4.1 PAC (17) | 0,5% | 0,6% | 0,6% | 0,8% | 0,8% | 1,0% | 0,8% | 0,7% |
| d/q MCMV | 0,0% | 0,0% | 0,2% | 0,2% | 0,3% | 0,3% | 0,3% | 0,1% |
| IV.4.2 Emissões de TDA | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| IV.4.3 Demais Poder Executivo | 3,3% | 4,4% | 3,3% | 3,3% | 3,3% | 3,5% | 3,2% | 3,6% |
| IV.4.4 LEJ U/M PU | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% |

Fonte: Tesouro Nacional.

Esta ampliação do *déficit* primário para atender demandas políticas em meio a um discurso de austeridade ficou conhecido como “keynesianismo fisiológico”, em uma referência ao economista inglês

9. Reportagem da *Agência Brasil* descreve o aumento do limite do superávit feito pelo governo Temer em maio de 2016. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/governo-temer-preve-deficit-de-r-1705-bilhoes-em-2016>.

que defendia a ampliação dos investimentos públicos em momentos recessivos. O termo fisiológico diz respeito à forma que ampliação do gasto público foi utilizada, para atender interesses de grupos políticos específicos em vez de ampliar o investimento público.

Curiosamente, a ampliação do *déficit* fiscal não foi recebida com desconfiança por parte do mercado financeiro. Ao contrário, a reação imediata foi positiva, atribuindo os novos dados a um realismo do governo de plantão, em oposição a certo otimismo do governo anterior quanto às previsões econômicas. O fato evidente de que a ampliação do *déficit* previsto representava de fato um “cheque em branco” para o governo recém-formado também foi visto de forma positiva, tendo em vista a necessidade de o governo se estabelecer politicamente. Mesmo para 2017, as previsões mais recentes do mercado financeiro são de que o *déficit* primário supere a meta estabelecida pelo governo¹⁰, sem que com isso se observe uma forte pressão política contra as autoridades fiscais.

Em seu conjunto, a mistura de conservadorismo monetário, câmbio valorizado e política fiscal fisiologista não foi capaz de reverter a trajetória recessiva que a economia se encontrava em 2015, contribuindo para prolongar a crise e aumentar o desemprego. O número de falências e recuperações judiciais aumentou substantivamente¹¹, dada a queda na demanda e a dificuldade de obtenção de crédito. O desemprego segue crescendo, superando a casa dos 12% e impactando a renda, que apresentou queda real de 5%, piorando o cenário de endividamento das famílias. A única boa notícia dentro deste cenário recessivo foi a queda da inflação, que fechou o ano em 6,4%, próxima ao teto da meta. A queda da inflação, por sua vez, abriu a possibilidade do Banco Central realizar

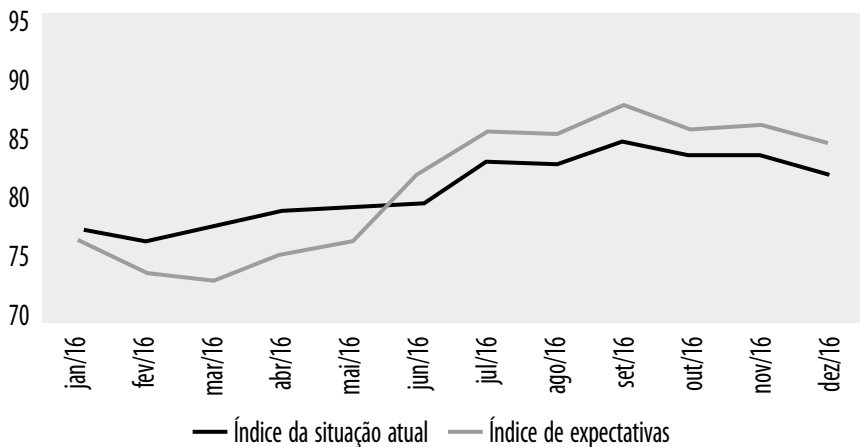
10. Fonte: G1 (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/mercado-segue-prevendo-que-meta-fiscal-de-2017-nao-sera-atingida.html>)

11. Reportagem do site “migalhas”, com base nos dados divulgadas pela Serasa Experian, aponta o aumento de 44,8% nos pedidos de recuperações judiciais em 2016. Fonte: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI251279,101048-Recuperacoes+judiciais+batem+recorde+em+2016+revela+Serasa+Experian>

os primeiros cortes na taxa básica de juros, que não foram suficientes para devolver a taxa real de juros para os patamares do início do ano.

Outro objetivo frustrado do governo foi a recuperação da confiança. A esperança de que a adoção de uma política econômica conservadora em combinação com o anúncio de reformas de cunho neoliberal (tratadas adiante neste capítulo) seriam suficientes para devolver a confiança dos empresários e consumidores para o campo positivo teve fôlego bastante curto. Inicialmente, logo após o afastamento da presidente Dilma, foi possível se observar uma onda de otimismo em relação ao futuro, consubstanciada na elevação dos indicadores de expectativas. Esse aumento, no entanto, não encontrava base na realidade, criando uma crescente distância entre o índice de situação atual e o índice de expectativas em relação ao futuro, como demonstra o Gráfico 2 na página a seguir. Com o passar do tempo, a persistência da recessão e a melhoria muito lenta dos indicadores de situação atual das empresas, pode-se observar uma reversão das expectativas, antes mesmo dessas alcançarem patamares positivos.

GRÁFICO 1: ÍNDICE DE SITUAÇÃO ATUAL E ÍNDICE DE EXPECTATIVAS NA INDÚSTRIA, BRASIL (2016)



Em suma, a política macroeconômica adotada pelo governo Temer apresentou características que misturam conservadorismo e fisiologismo, sem constituir isoladamente um corpo coerente de políticas. A política monetária apertada e o câmbio valorizado foram suficientes, em conjunto com o prosseguimento da recessão, para manter a trajetória esperada de queda da inflação. Mas a política fiscal “frouxa” e a aposta na retomada da confiança fracassaram em seu objetivo de recuperar o crescimento e o emprego, entregando o segundo ano consecutivo de profunda queda do PIB.

O DESMONTE DO ESTADO E EMPRESAS PÚBLICAS

Um dos aspectos mais importantes da gestão da política econômica não se encontra claramente na análise da política macroeconômica, mas sim nas políticas industriais, creditícias, setoriais etc. Em suma, a ação da política econômica depende fundamentalmente da capacidade de intervenção do Estado no processo econômico, seja através da manipulação dos preços macroeconômicos, seja através de sua ação Estatal direta, com empresas e bancos públicos. Nesse sentido, apesar do processo de privatização e desmonte do Estado desenvolvimentista ocorrido no Brasil na década de 1990, o país ainda apresenta instrumentos importantes de intervenção do Estado, em particular no campo do crédito, da energia e do petróleo e gás, através dos bancos públicos, da Eletrobras e da Petrobras.

Até a década de 1990, a capacidade de intervenção do Estado era mais elevada, em decorrência do grande número de empresas públicas criadas para liderar a industrialização nacional. Ademais, a maioria dos estados possuía bancos públicos, que foram usados ao longo da crise dos anos 1980 para financiar os *déficits* públicos. Essa estrutura de intervenção do Estado na economia foi em grande parte desmantelada pelos governos neoliberais na década de 1990, com a esperança de ganhos de produtividade nos setores, além de alívio

fiscal para os governos. O processo de privatização rendeu vários escândalos¹² e tem seus resultados questionados tanto do ponto de vista financeiro quanto da produtividade, tendo sido usado para financiar o elevado gasto com juros presente desde o plano Real. O maior impacto, no entanto, se deu na capacidade de ação do Estado, que se viu reduzida a poucas empresas estatais e aos bancos públicos federais, sobreviventes do período da privatização.

Essa estrutura de órgãos públicos, mesmo mais enxuta, foi fundamental na década de 2000, seja no processo de retomada do crescimento entre 2005-2008, seja no período de superação da crise internacional entre 2009-2010. O aumento dos investimentos da Petrobras e do volume de créditos do BNDES é um retrato inicial do papel central que as instituições públicas desempenharam no período, alavancando a taxa de investimento global da economia, mesmo em momentos de retração do investimento privado (como em 2009 e ao longo do primeiro governo Dilma).

A orientação neoliberal do governo Temer aparece muito mais claramente na sua relação com os órgãos públicos e o papel do Estado do que na macroeconomia. Se na macro ainda existe a prática de uma espécie de “keynesianismo fisiológico”, na orientação adotada nos bancos públicos e na Petrobras a ideologia neoliberal transparece de forma nítida. No BNDES, a orientação é a de “enxugar” o banco, reduzindo seu volume de empréstimos e focalizando em atividades específicas, em vez do crescente papel de banco de investimentos multissetorial exercido pelo banco na última década¹³. Como aponta o Gráfico 4, o volume de crédito do BNDES se ampliou particularmente após a crise de 2009, exigindo uma capitalização do banco nos anos

12. Diversos destes escândalos foram relatados no livro *A privatária tucana*, escrito em 2011 por Amaury Ribeiro Junior e publicado pela Geração Editorial.

13. Fonte: *Valor Econômico*. <http://www.valor.com.br/brasil/4814309/bndes-pode-voltar-nivel-de-desembolso-de-2003>.

posteriores. A despeito da crítica de falta de focalização do crédito direcionado pelo Banco, o BNDES foi fundamental no período recente para financiar os investimentos privados no país, uma vez que o Brasil nunca possuiu um mercado de crédito privado de longo prazo. No governo Temer, a orientação é devolver o BNDES ao seu papel subordinado exercido no período neoliberal da década de 1990, como financiador de poucas áreas, menor papel social e maior participação no processo de privatizações¹⁴.

A mesma opção pelo “enxugamento” pode ser vista na nova gestão da Petrobras, comandada por Pedro Parente. Parente, ex-ministro de FHC, ampliou o plano de desinvestimentos da estatal, reduzindo em 25% a previsão de novos investimentos até 2021¹⁵. Ademais, a Petrobras deverá abandonar diversas áreas de atuação, como a petroquímica, os setores de biocombustíveis e fertilizantes, focando-se somente na extração de petróleo bruto, abrindo mão dessa forma de investir em atividades mais intensivas em tecnologia¹⁶. Essa mudança de orientação combina perfeitamente com as seguidas vendas de ativos e campos de petróleo por parte da Petrobras, culminando na mudança do marco regulatório do pré-sal, que tira o direito da Petrobras de ser operadora única destes campos. Na prática, o que se está fazendo é a privatização da empresa a conta gotas, com venda de ativos, retirada de atividades e abertura de espaço para as grandes petroleiras estrangeiras (estatais e privadas) assumirem um espaço privilegiado

14. Sobre a mudança no papel do BNDES, a reportagem de *O Globo* de 1 de junho de 2016 aponta para declarações do ministro da Fazenda Henrique Meirelles e da nova presidente do BNDES, Maria Silva Marques, que apontam para uma concessão de crédito mais “criteriosa” e voltada para financiar as privatizações que o governo pretende realizar. Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-comandara-processo-de-privatizacoes-no-pais-diz-meirelles-19417335>.

15. De acordo com reportagem da *Reuters*, reproduzida pelo portal da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, a estatal “apontou ainda uma meta de desinvestimentos de 19,5 bilhões de dólares para o biênio de 2017 e 2018, ante 15,1 bilhões projetados em vendas de ativos entre 2015-2016”. Fonte: <http://www.energia.sp.gov.br/2016/09/novo-plano-da-petrobras-reduz-investimentos-amplia-venda-de-ativos-e-mantem-curva-de-producao/>.

16. Fonte: *Agência Brasil*. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-09/petrobras-deixara-setores-de-biocombustiveis-petroquimica-e-fertilizantes>.

no mercado de petróleo nacional¹⁷. O desmonte da empresa indica o fim da política do “poço ao posto”, na qual a Petrobras investia em uma cadeia industrial e produtiva longa, que ia desde a exploração do petróleo bruto até a venda e comercialização de derivados do petróleo e outros combustíveis.

Em suma, valendo-se apenas destes dois exemplos emblemáticos, é possível afirmar que a política econômica do governo Temer vai muito além de sua estratégia macroeconômica conservadora e fisiológica: ela avança sobre as diversas estruturas do Estado, desmontando as empresas e bancos públicos, as instituições de pesquisa e ensino etc. com o objetivo claro de retirar o Estado brasileiro do processo econômico nacional, abrindo espaço para o capital estrangeiro e para a iniciativa privada abocanhar as funções e a rentabilidade dessas áreas privatizadas.

AS REFORMAS DE LONGO PRAZO E O DESMONTE DO INCIPIENTE ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

A adoção de uma política fiscal mais frouxa no curto prazo (denominada aqui de “keynesianismo fisiológico”) só foi possível graças às promessas de desconstrução da Constituição Federal de 1988 e do incipiente Estado de bem-estar por ela projetado. O mercado financeiro aceitou a ideia de aumento de gastos no curto prazo com o objetivo de garantir apoio político para aprovar as reformas estruturais mais importantes, na concepção de seus analistas. Estas reformas estruturais, em grande medida, servem para limitar o papel do Estado e para desconstruir a rede de proteção social pública, abrindo espaço para os serviços privados (nacionais e estrangeiros) nas áreas sociais e previdenciária.

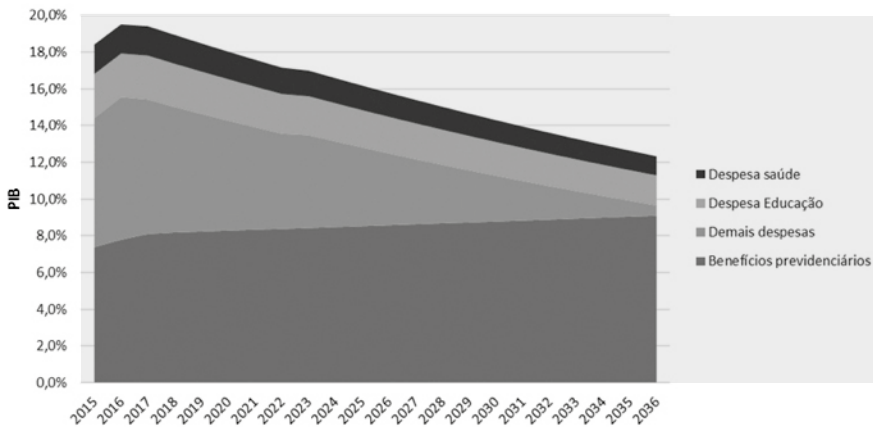
17. Segundo reportagem de Darlan Alvarenga para o G1 (10/11/2016), a fatia das empresas estrangeiras na produção de petróleo no Brasil pode passar dos atuais 17,1% para 30% até 2026. Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/mudanca-no-pre-sal-abre-espaco-para-avanco-estrangeiro-na-exploracao.html>.

A primeira grande reforma estrutural aprovada atual governo foi a chamada PEC 55, concretizada como Emenda Constitucional (EMC) 95/2016, que prevê a limitação dos gastos públicos por 20 anos, fato inédito na comparação internacional. Esta proposta, apresentada pela gestão Temer e apontada por setores da mídia como única saída para a crise fiscal atualmente vivida pelo Brasil, impõe uma diminuição gradual do tamanho e do papel do Estado, impossibilitando o avanço dos serviços públicos e das redes de proteção social. A proposta aprovada retira recursos dos serviços que atendem os setores sociais mais vulneráveis (como saúde, educação e previdência pública), deixando de lado os gastos que beneficiam a poucos privilegiados. Ao canalizar toda sua ação para limitar o crescimento do gasto primário, o governo deixa de atacar alguns dos principais sorvedouros de recursos públicos nos últimos anos: as desonerações fiscais (que somam mais de R\$ 250 bilhões no ano), a sonegação fiscal (estimada em R\$ 500 bilhões ao ano) e o pagamento de juros nominais, que respondeu por mais de 80% do *déficit* nominal em 2015. Ademais, o governo se recusa, mesmo em um momento de crise fiscal, a rever o injusto e ineficiente sistema tributário brasileiro, que faz com que pobres paguem a maior parte da sua renda em impostos, enquanto ricos sejam desonerados e tenham a possibilidade de contribuir com menos de 30% de sua renda em tributos.

Na realidade, a PEC impossibilita que o Estado brasileiro cumpra suas obrigações inscritas na Constituição Federal de 1988. Ao congelar os gastos primários, haverá uma redução do Estado brasileiro a níveis próximos de países subdesenvolvidos, como mostra o Gráfico 4. No caso de saúde e educação, mesmo que o gasto seja reajustado pela inflação do ano anterior, haverá queda no investimento em proporção do PIB, no investimento per capita (devido ao crescimento da população) e no investimento real (já que a inflação desses setores é geralmente maior que a inflação geral da economia medida pelo

IPCA). Como o gasto previdenciário deve seguir aumentando mesmo se aprovada a reforma previdenciária, devido ao envelhecimento da população, a parcela das despesas públicas destinadas para gastos com cultura, habitação, saneamento, ciência e tecnologia, segurança pública, investimentos públicos, transporte etc. devem ser comprimidos a ponto de tornar inviável ao Estado o financiamento destes setores¹⁸, como demonstra o Gráfico 3.

GRÁFICO 3: PROJEÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO FEDERAL, BRASIL 2015-2036



Fonte: Austeridade e Retrocesso, 2016.

A segunda reforma estrutural apresentada por Temer é a reforma da previdência, que busca limitar o acesso do trabalhador aos benefícios previdenciários e assistenciais. Em vez de atacar as isenções tributárias que contribuem para o enfraquecimento das receitas previdenciárias e assistenciais, o governo Temer optou por propor uma reforma draconiana nos critérios de acesso as aposentadorias.

Na forma que foi apresentada, a reforma deve ampliar o espaço de atuação dos fundos privados de previdência ao impor um tempo de

18. Este argumento pode ser encontrado de forma mais detalhada no documento "Austeridade e retrocesso", lançado em 2016 e disponível no site *Brasil Debate*, em <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>.

contribuição mínimo para a aposentadoria (25 anos de contribuição, uma vez completados 65 anos de idade) que muitos trabalhadores não conseguirão alcançar. Ademais, ao desvincular parte relevante dos benefícios sociais do aumento do salário-mínimo, a reforma reduzirá gradualmente a renda real de milhões de brasileiros, fragilizando a rede de proteção social criado pela instauração do “orçamento da seguridade social”.

O ataque sobre os direitos dos trabalhadores não termina, porém, com a proposta de reforma previdenciária. O governo planeja aprovar ainda em 2017 uma reforma trabalhista que reduza ou flexibilize diversos direitos trabalhistas, avançando na terceirização (hoje limitada aos serviços intermediários) e garantindo protagonismo da negociação sobre a legislação trabalhista. Em um momento recessivo como o atual, com elevadas taxas de desemprego, a conclusão óbvia é que tal reforma, se aprovada, deve precarizar ainda mais o mercado de trabalho brasileiro, ampliando o recuo do salário real, que já foi forte em 2016¹⁹.

A combinação de redução do tamanho do Estado (e, portanto, dos serviços públicos), dos direitos trabalhistas e do acesso à previdência e assistência social pintam o quadro ideológico do governo Temer: um retorno violento do neoliberalismo em sua forma mais pura e antiquada, embalado por um golpe de Estado para ascender ao poder como ideologia dominante, mesmo que rejeitada pela maior parte da população. Ao promover tais reformas, Temer busca ampliar o espaço de valorização do capital privado à revelia dos direitos e interesses sociais da maior parte da população, que se verá desamparada seja em suas relações de trabalho, em sua vida cotidiana (pela ausência ou precarização ainda maior dos serviços públicos) ou em sua velhice.

19. Segundo reportagem de Alexandre Martello para o portal *G1* em 20/01/2017, o salário médio real (ou seja, descontada a inflação) de admissão apresentou queda de mais de 1% em 2016. Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/em-2016-salario-medio-de-admissao-tem-queda-de-109.ghtml>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este curto texto procurou elencar algumas das principais medidas de política econômica apresentadas pelo governo Temer após a concretização do golpe. Dentre as principais anunciadas, destacam-se as seguintes:

1. adoção de um ajuste fiscal draconiano de longo prazo (encarnada na PEC 55), com o objetivo de reduzir o tamanho do Estado e garantir sustentabilidade para as finanças públicas. No curto prazo, no entanto, o governo aceitou aumentar os gastos para atender as pressões políticas, promovendo o que ficou conhecido como “keynesianismo fisiológico”;

2. política monetária conservadora, mirando a redução da inflação para o centro da meta ainda em 2017. Para isso, o governo passou a controlar novamente as flutuações cambiais, evitando movimentos de maior desvalorização (apesar do discurso de livre flutuação ainda dominar no discurso do Bacen), assim como permitir todos os movimentos de valorização do câmbio com o objetivo de combater a inflação;

3. venda e desconstrução dos instrumentos públicos de intervenção no processo econômico, como empresas estatais e bancos públicos. Essa estratégia, que conta também com um novo projeto de concessões de infraestrutura, se estende para estados e municípios que, em dificuldades financeiras, devem apelar para União para angariar recursos, oferecendo em troca um amplo programa de “desestatização”;

4. reformas estruturais de cunho liberal de longo prazo, como a reforma da previdência e trabalhista, visando reduzir o custo de mão de obra, controlar salários e retirar direitos e benefícios sociais/trabalhistas;

A combinação dessas reformas claramente atende aos interesses rentistas e do capital privado internacional, que poderá adentrar e

explorar livremente o mercado brasileiro, inclusive aquele ligado aos direitos sociais básicos. Além de ser um retorno violento e autoritário à pauta liberal abandonada na década de 1990, o significado político dessas propostas representa um ataque direto ao Estado Brasileiro e à Constituição Federal de 1988, beneficiando apenas uma pequena parcela de rentistas e o capital estrangeiro, visto por muitos do governo como a grande esperança para a retomada do crescimento. Com o passar do tempo e a comprovação de que a estratégia liberal é incapaz de promover um crescimento econômico inclusivo, a base de apoio popular e político de Temer pode rapidamente se esgarçar, não sem antes o governo golpista ter aprovado reformas constitucionais que limitarão o desenvolvimento brasileiro nas próximas décadas.

O GOLPE DE ESTADO CONTRA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A NATUREZA CAPITALISTA DE GERAÇÃO DA DESIGUALDADE

O modo de produção que visa o lucro, através do acúmulo de capital e da exploração de trabalho, tem como primeira consequência a concentração de renda. Por mais que o cidadão possa fazer suas escolhas de vida e profissionais, não há como escapar das condições que a sociedade impõe para os que a compõem.

Assim como as condições econômicas influenciam as sociais, a concentração de renda inevitavelmente gera desigualdades. O Estado possui o dever de minimizá-las por meio de políticas públicas multidimensionais. Se por um lado deve fornecer condições para uma melhor empregabilidade, por outro deve ofertar políticas de inclusão social com foco na garantia dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal. Para isto arrecada impostos, que todo cidadão inevitavelmente paga.

Apesar dos avanços e retrocessos históricos da atuação estatal brasileira em políticas sociais e econômicas¹, a partir do golpe político

1. Aqui se referindo superficialmente ao sistema colonial e escravagista, o período de consolidação das

efetivado em maio de 2016 pelo atual governo Temer, tem chamado atenção não só do campo mais progressista brasileiro, mas também da imprensa não cooptada pelo atual governo e pela imprensa internacional. Todavia é na ponta, nos rincões brasileiros, seja no interior, seja no litoral, seja nas pequenas ou grandes cidades e economias do país que o golpe de estado contra o desenvolvimento regional tem se feito perceptível à população de todas as faixas econômicas, sobretudo às mais fragilizadas.

TERRITORIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

No Brasil, a desigualdade e a pobreza são historicamente vinculadas ao nosso processo de colonização, que possui um caráter nitidamente exploratório. Na América do Norte as elites europeias migravam em família com o objetivo de povoá-la e de ter melhores condições de vida na nova terra, muitas fugindo da inquisição inclusive; no Brasil, por outro lado, o processo de colonização foi de exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país.

Este capítulo se propõe a expor algumas das desigualdades socioeconômicas que “gritam” no atual contexto histórico e que ocorrem de formas e proporções distintas nas regionalidades brasileiras. Tal realidade social vivenciada no território não pode ser completamente exposta aqui devido à complexidade cotidiana que abarca e à fragilidade da cobertura quantitativa, mas é vislumbrada pelo esforço de traduzir estatística e visualmente suas contradições.

leis trabalhistas nas décadas de 1930 e 1940, as consequências do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, o golpe militar de 1964, a aprovação da Constituição Federal de 1988, as políticas neoliberais da década de 1990 e a política de inclusão social e desenvolvimento econômico dos governos Lula e Dilma Rousseff, já no século XXI.

PONTE PARA O PASSADO: AS CONSEQUÊNCIAS DA NOVA POLÍTICA ANTIDSENVOLVIMENTISTA

Na proposta do atual governo *Uma ponte para o futuro* – lançada em sua primeira versão no mês de outubro de 2015, e na segunda versão em abril de 2016– há sinais incontestáveis sobre como deve ser dirigida a política social e econômica brasileira do governo Temer. Tal documento reorienta a configuração do atual sistema de proteção e promoção social de sentido universalista para um residual e focalista, contradizendo inclusive a Constituição Federal de 1988.

No intuito de expor as consequências territoriais destas políticas já perceptíveis em um curto espaço de tempo, este capítulo analisará resultados mensuráveis para o ano de 2016. Isso demonstra dificuldades seja pela escassez de dados oficiais mais abrangentes e que permitam um olhar mais multidimensional para um período tão recente, seja ainda porque consequências sociais de políticas estatais, por vezes, demandam médio ou longo prazo para se mapear o quão prejudicial ou benéfica ela pode ser à população e país.

Nesse sentido, e sempre com o olhar regional, aqui serão discutidas as temáticas do desemprego, sua quantificação, evolução no período analisado e comportamento da PEA; a pobreza no conjunto dos ocupados, sua quantificação e evolução no período analisado; os ocupados de maior renda, sua quantificação e evolução no período analisado; e a dívida consolidada líquida dos estados.

A CONSEQUÊNCIA IMEDIATA, O DESEMPREGO

A taxa de desocupação cresceu substancial e universalmente no país do terceiro trimestre de 2015 ao terceiro de 2016, data das últimas informações regionalizáveis disponíveis. Com poucas exceções, as regiões economicamente mais dinâmicas até então foram as

que mais sofreram neste indicador. A taxa de desemprego do país cresceu em 2,9 pontos percentuais, indo de 8,9% para 11,8%² no período analisado.

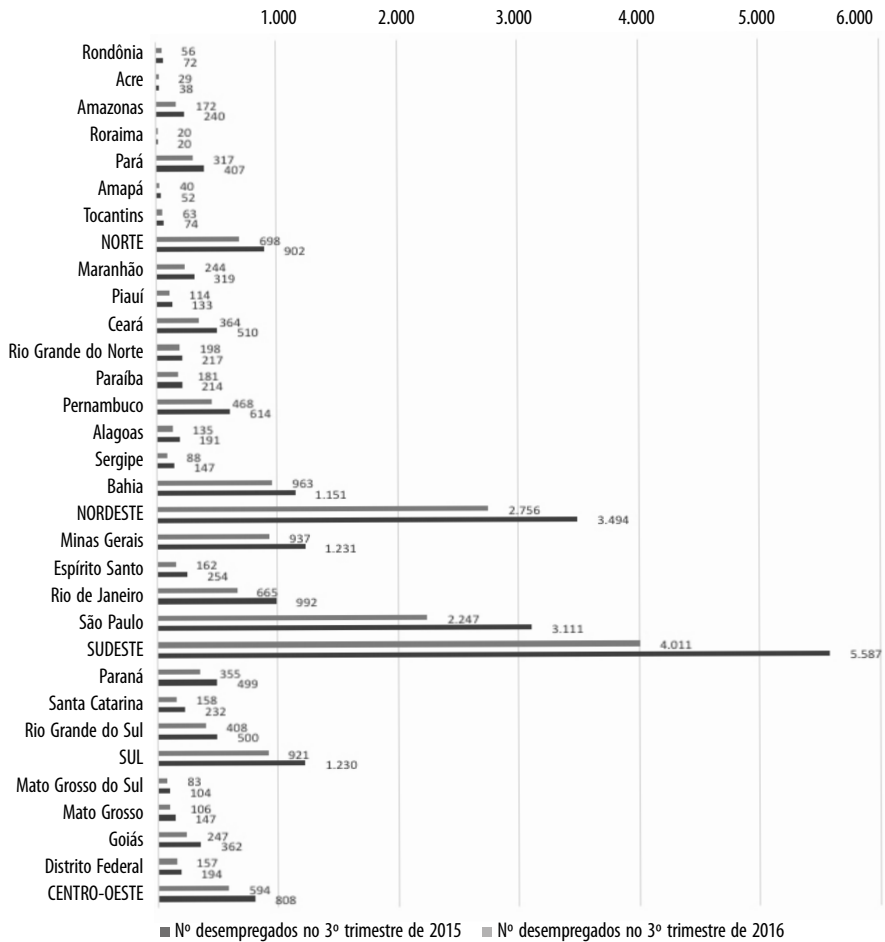
A população desempregada no terceiro trimestre de 2016 era de doze milhões de pessoas, cerca de três milhões a mais do que no mesmo período de 2015. No Gráfico 1 é possível notar que 46,5% do total de desocupados (5,6 milhões de pessoas) residiam na região Sudeste, e 29,1% no Nordeste (3,5 milhões). Ao se comparar com a proporção de habitantes nestas regiões em relação ao total do país, 42% no Sudeste e 27,6% no Nordeste, pode-se concluir que há maior pressão no mercado de trabalho de ambas. As regiões Sul com 10,2% e 1,2 milhões de pessoas, Norte com 7,5% e 902 mil pessoas e Centro-Oeste com 6,7% e 808 mil pessoas desocupadas completam o preocupante cenário de expansão do desemprego no país (Gráfico 1).

Cerca de 54% dos desempregados do país se concentram em apenas quatro estados. São eles: São Paulo com 3,1 milhões de desocupados, Minas Gerais com 1,2 milhões, Bahia com 1,1 milhão e Rio de Janeiro com 1 milhão.

Ao observar as regiões que mais perderam empregos, repetem-se as mais populosas: Sudeste com 51,8% e 1,6 milhões dos 'novos desempregados'; Nordeste com 24,3% e 738 mil; seguidas pelo Sul com 10,2% e 310 mil; Centro-Oeste com 7% e 214 mil; e Norte com 6,7% e 204 mil. Cabe o destaque negativo à região Sudeste, que obteve uma proporção maior no novo grupo de desempregados (51,8%) do que possuía no conjunto total de desocupados (46,55%), o que demonstra que esta foi a região do país que, além de numericamente, também proporcionalmente, mais sofreu com o aumento do desemprego.

2. Todos os resultados acerca de desemprego foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)/IBGE, e em seguida tabulados e/ou espacializados para esta publicação.

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO EM 2015 E 2016 (POR MIL PESSOAS)



Fonte: Dados dos terceiros trimestres de 2015 e de 2016, extraídos do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA)/IBGE.

Conforme pode-se observar no Mapa 1, os estados da federação que atingiram os maiores crescimentos proporcionais estão na região Sudeste e Nordeste, sendo Sergipe o que apresentou o pior resultado, um aumento na taxa de desemprego de 5,7 pontos percentuais, indo de 8,6% da população economicamente ativa (PEA), no terceiro trimestre de 2015, para 14,2% no mesmo período de 2016.

MAPA 1: EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO 2015-2016*



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE.
 * Dados do 3º trimestre/2015 ao 3º trimestre/2016.

Espírito Santo, com variação positiva na taxa de desemprego de 4,6%; Pernambuco com 4,2%; Alagoas 4,1%; e Rio de Janeiro, 3,9%. Este último que ainda passa por uma grave situação financeira em 2016 completa a lista dos cinco estados marcados em marrom no mapa, e que mais se destacam negativamente em relação aos demais.

A segunda faixa, que vai de 3,1 a 3,5% de variação, contempla, à exceção da região Sul, estados de todas as demais regiões do país, destacando o Ceará, 3,5%, Amazonas, 3,5%, Goiás, 3,3% e São Paulo, com 3,2% de aumento no desemprego.

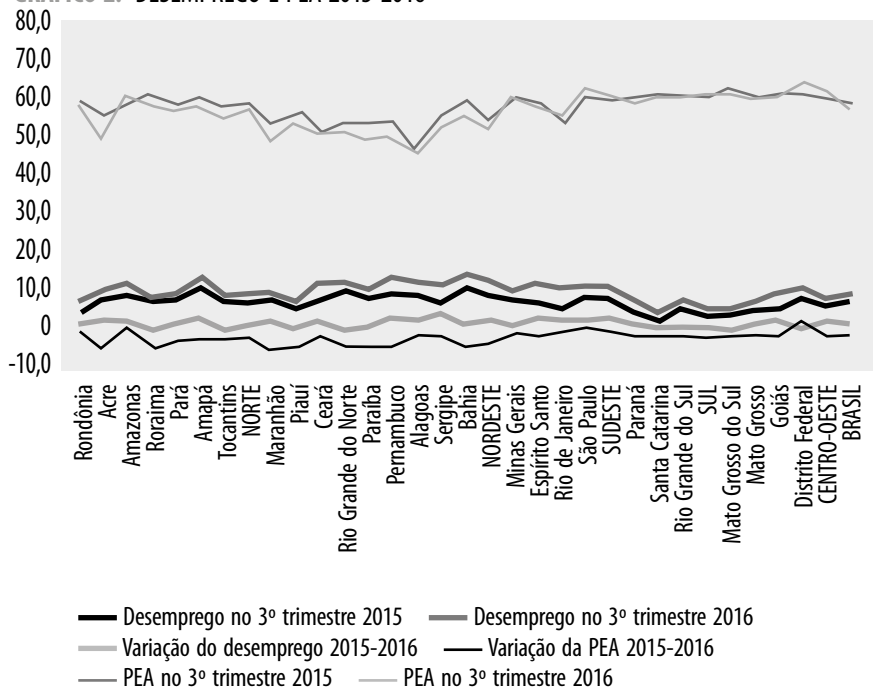
Os estados do Rio Grande do Sul (1,4%), Mato Grosso do Sul (1,4%), Rio Grande do Norte (1,5%) e Tocantins (1,5%) estão entre os que obtiveram um menor aumento da desocupação. Todavia, à exceção de Roraima, que teve um aumento de apenas 0,3%, todos os demais estados desta categoria apresentaram uma alta no desemprego superior ao que a OIT estimou como média para o restante do mundo em 2016, cerca de 1,2%.

Ao analisar as grandes regiões, notadamente o Nordeste e o Sudeste sofreram maior impacto na taxa de desocupação, com 3,3% e 3,2% de aumento no período respectivamente. As regiões Norte, com 2,6% e Centro-Oeste, com 2,5% aparecem em seguida. A região com menor crescimento foi a Sul, com 1,9%. No conjunto do país, esta média de crescimento chegou a 2,9%, cerca de 2,5 vezes a média de crescimento do desemprego no mundo (Gráfico 2).

Não obstante estes resultados, a participação da população economicamente ativa brasileira na população total passou pela sutil redução de 0,3% no mesmo período, o que corroborou para que a desocupação oficial não abarcasse ainda mais pessoas. A situação fortemente desfavorável no mercado de trabalho, fato que desestimula as pessoas desempregadas a procurar emprego, é provavelmente o principal fator para que cerca de 527 mil pessoas tenham deixado de integrar a PEA, apenas do 2º para o 3º trimestre de 2016.

Este encolhimento da força de trabalho se apresentou de forma significativamente desigual no território nacional. Conforme demonstra o Gráfico 2, enquanto a região Sudeste apresentou aumento da participação da PEA em 1,1 ponto percentual em relação à popu-

GRÁFICO 2: DESEMPREGO E PEA 2015-2016



lação total, devido principalmente ao estado de São Paulo (+1,7 pp), as regiões Sul (0,1 pp) e Centro-Oeste (0,2 pp) apresentaram resultados estáveis. No caso desta última, apenas o Distrito Federal, com o maior aumento desta participação no país (2,5%) elevou a estatística da região, já que os demais estados do Centro-Oeste tiveram redução da PEA. Já nas regiões Norte e Nordeste, dos dezesseis estados que as compõem, treze apresentaram tal redução no período do terceiro trimestre de 2015 ao terceiro trimestre de 2016, com destaque para o Acre (-5,2% e 19 mil pessoas a menos na PEA), Maranhão (-4,7% e 198 mil pessoas), Paraíba (-3,8% e 87 mil pessoas), Piauí (3,6% e 78 mil pessoas) e Roraima (-3,4% e sete mil pessoas).

A REDUÇÃO DA RENDA DO TRABALHO UNIVERSALIZADA: DOS TRABALHADORES MAIS POBRES AO CONJUNTO DOS COM MAIORES RENDIMENTOS

O salário-mínimo é o mais baixo valor de salário que os empregadores podem legalmente pagar aos seus funcionários pelo tempo e esforço gastos na produção de bens e serviços. Também é o menor valor pelo qual uma pessoa pode vender sua força de trabalho

Existente no Brasil desde a década de 1930, o salário-mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social³, assim como é obrigatório que ele tenha reajustes periódicos a fim de preservar o poder aquisitivo do trabalhador. Apesar de ser a remuneração mais baixa que os empregadores podem legalmente pagar a seus funcionários, no terceiro trimestre de 2016 existiam cerca de 17,9 milhões de trabalhadores⁴ no Brasil que recebiam menos que este valor.

Os estados que mais concentram trabalhadores com renda inferior a um salário-mínimo são Bahia (2,4 milhões de ocupados), São Paulo (2,1 milhões), Minas Gerais (1,8 milhões), Ceará (1,3 milhões) e Pará (1,2 milhões), como mostra a Tabela 1.

Ao analisar regionalmente, percebe-se na Tabela 1 que quase metade destes trabalhadores (44,4%) residem na região Nordeste, o que corresponde a 7,9 milhões de trabalhadores, e 27,5% (4,9 milhões) na região Sudeste. Neste quesito da pobreza dos ocupados, a situação regional se inverte, uma vez que cerca de 44,5% dos ocupa-

3. Constituição Federal de 1988, artigo 7º, Título II, capítulo II (Dos Direitos Sociais).

4. As tabulações estatísticas e espacializações desta temática foram elaboradas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do terceiro trimestre de 2016/IBGE, bem como do terceiro trimestre de 2015, quando se fez necessária a comparação entre períodos.

TABELA 1: TRABALHADORES POR TIPOLOGIA DE RENDA

| Nome do estado ou região da federação | Trabalhadores com renda a inferior a 1 SM | | Trabalhadores com renda superior a 5 SM | |
|---------------------------------------|---|-------|---|-------|
| | Nº | % | Nº | % |
| Rondônia | 161.928 | 0,9 | 41.711 | 0,5 |
| Acre | 74.335 | 0,4 | 16.993 | 0,2 |
| Amazonas | 467.877 | 2,6 | 85.561 | 1,1 |
| Roraima | 40.933 | 0,2 | 19.283 | 0,3 |
| Pará | 1.220.951 | 6,8 | 139.741 | 1,8 |
| Amapá | 61.760 | 0,3 | 30.853 | 0,4 |
| Tocantins | 133.621 | 0,7 | 39.740 | 0,5 |
| NORTE | 2.161.405 | 12,1 | 373.882 | 4,9 |
| Maranhão | 1.042.781 | 5,8 | 67.468 | 0,9 |
| Piauí | 546.272 | 3,1 | 53.137 | 0,7 |
| Ceará | 1.346.663 | 7,5 | 124.591 | 1,6 |
| Rio Grande do Norte | 403.113 | 2,3 | 76.379 | 1,0 |
| Paraíba | 521.573 | 2,9 | 72.437 | 0,9 |
| Pernambuco | 1.016.306 | 5,7 | 195.131 | 2,6 |
| Alagoas | 371.957 | 2,1 | 43.134 | 0,6 |
| Sergipe | 284.196 | 1,6 | 47.688 | 0,6 |
| Bahia | 2.394.128 | 13,4 | 249.626 | 3,3 |
| NORDESTE | 7.926.989 | 44,4 | 929.591 | 12,2 |
| Minas Gerais | 1.779.615 | 10,0 | 594.170 | 7,8 |
| Espírito Santo | 294.174 | 1,6 | 129.472 | 1,7 |
| Rio de Janeiro | 782.203 | 4,4 | 746.190 | 9,8 |
| São Paulo | 2.057.783 | 11,5 | 2.734.846 | 35,9 |
| SUDESTE | 4.913.775 | 27,5 | 4.204.678 | 55,1 |
| Paraná | 741.525 | 4,2 | 489.454 | 6,4 |
| Santa Catarina | 321.389 | 1,8 | 276.738 | 3,6 |
| Rio Grande do Sul | 814.620 | 4,6 | 547.426 | 7,2 |
| SUL | 1.877.534 | 10,5 | 1.313.618 | 17,2 |
| Mato Grosso do Sul | 211.006 | 1,2 | 96.245 | 1,3 |
| Mato Grosso | 207.383 | 1,2 | 114.748 | 1,5 |
| Goias | 436.278 | 2,4 | 238.180 | 3,1 |
| Distrito Federal | 125.726 | 0,7 | 354.774 | 4,7 |
| CENTRO-OESTE | 980.393 | 5,5 | 803.947 | 10,5 |
| BRASIL | 17.860.096 | 100,0 | 7.625.716 | 100,0 |

Fonte: Microdados do terceiro semestre de 2016 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)/IBGE.

dos do país residem na região Sudeste e 23,7% no Nordeste, deixando explícita a maior precarização à qual o trabalhador nordestino está exposto. A região Norte com 12,1% de seus trabalhadores (2,2 milhões de pessoas) nesta condição também expõe maior precariedade, pois sua participação no total de ocupados do país é de 7,8%. Já as regiões Sul, com 10,5% (1,9 milhões) de ocupados com renda inferior a um salário-mínimo e uma força de trabalho proporcional a 16% do país, e o Centro-Oeste, com 5,5% (980 mil ocupados) frente a 8,1%, possuem uma melhor situação neste quesito para seus trabalhadores.

No outro lado da moeda estão os trabalhadores com renda superior a cinco salários-mínimos, aqui agrupados para análise tanto a classe média, como os trabalhadores mais abastados. No terceiro trimestre de 2016 este perfil totalizava 7,6 milhões de pessoas.

Seguindo a lógica da desigualdade brasileira, este público está fortemente concentrado nas regiões Sudeste (55,1% e 4,2 milhões de ocupados) e Sul (17,2% e 1,3 milhões). A região Centro-Oeste concentra 10,5% (803 mil pessoas), a região Nordeste 12,2% (930 mil) e a região Norte apenas 4,9% (374 mil trabalhadores). Apenas cinco estados, e todos do eixo Sul-Sudeste do país, abarcam dois terços do total de trabalhadores com maior renda, são eles: São Paulo (35,9% e 2,7 milhões de pessoas), Rio de Janeiro (9,8% e 746 mil), Minas Gerais (7,8% e 594 mil), Rio Grande do Sul (7,2% e 547 mil) e Paraná (489 mil pessoas), como mostra a Tabela 2.

Esta crise moral e econômica a todos imposta em 2016 possui características perversas em diversos segmentos. Na renda do trabalhador, além do já discutido aumento da pobreza, também houve redução no número de trabalhadores com renda superior a cinco salários-mínimos. Pode-se observar na Tabela 2 que na comparação do terceiro trimestre de 2015 com o terceiro trimestre de 2016 cerca de 706 mil pessoas passaram a integrar o grupo com rendimentos inferiores a um salário-mínimo, um incremento de 1,1 ponto percentual durante o

TABELA 2: VARIAÇÃO DE TRABALHADORES POR TIPOLOGIA DE RENDA

| Nome do estado ou região da federação | Variação do nº de trabalhadores ocupados por categoria de renda entre 2015 e 2016 | | Variação em % do nº de trabalhadores ocupados por categoria de renda entre 2015 e 2016 | |
|---------------------------------------|---|-----------------|--|-----------------|
| | Inferior a 1 salário-mínimo | Superior a 5 SM | Inferior a 1 SM | Superior a 5 SM |
| Acre | -5.496 | 807 | -0,3 | 0,7 |
| Amapá | 3.024 | 4.857 | 1,6 | 2,0 |
| Amazonas | 85.184 | -15.053 | 6,6 | -1,0 |
| Pará | 21.485 | -13.582 | 1,5 | -0,3 |
| Rondônia | 7.268 | -7.530 | 1,0 | -1,0 |
| Roraima | -1.188 | -2.397 | -0,2 | -1,1 |
| Tocantins | 12.595 | -3.587 | 2,0 | -0,6 |
| NORTE | 122.872 | -36.485 | 2,4 | -0,5 |
| Alagoas | 63.553 | -11.279 | 5,9 | -1,1 |
| Bahia | 14.153 | -113.170 | 2,5 | -1,6 |
| Ceará | 117.179 | -24.542 | 3,8 | -0,7 |
| Maranhão | -76.758 | -6.479 | 0,0 | -0,1 |
| Paraíba | -6.198 | -13.068 | 1,7 | -0,6 |
| Pernambuco | -37.683 | -48.878 | 0,9 | -1,0 |
| Piauí | -42.455 | -8.882 | -0,8 | -0,5 |
| Rio Grande do Norte | 9.969 | -4.878 | 1,7 | -0,2 |
| Sergipe | -16.907 | -19.909 | -0,0 | -1,9 |
| NORDESTE | 24.853 | -251.085 | 1,9 | -0,9 |
| Espírito Santo | 52.566 | -31.852 | 3,5 | -1,6 |
| Minas Gerais | -98.077 | -132.124 | -0,8 | -1,3 |
| Rio de Janeiro | 131.261 | -132.260 | 2,1 | -1,5 |
| São Paulo | 253.827 | -154.074 | 1,2 | -0,7 |
| SUDESTE | 339.577 | -450.310 | 1,0 | -1,0 |
| Paraná | 98.635 | -89.590 | 1,9 | -1,6 |
| Rio Grande do Sul | -9.808 | 15.333 | -0,3 | 0,2 |
| Santa Catarina | 68.805 | -61.906 | 2,1 | -1,8 |
| SUL | 157.632 | -136.163 | 1,1 | -1,0 |
| Distrito Federal | 10.203 | -9.968 | 0,5 | -1,5 |
| Goiás | 49.423 | -19.504 | 1,9 | -0,5 |
| Mato Grosso | 7.811 | -17.665 | 0,4 | -1,3 |
| Mato Grosso do Sul | -6.124 | 7.539 | -0,8 | 0,5 |
| CENTRO-OESTE | 61.313 | -39.598 | 0,8 | -0,6 |
| Brasil | 706.247 | -913.641 | 1,1 | -0,9 |

Fonte: Microdados dos terceiros trimestres de 2015 e de 2016 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)/IBGE.

período analisado. Já o grupo de ocupados com renda superior a cinco salários-mínimos “expulsou” cerca de 913 mil trabalhadores⁵ de seu perfil, redução de 0,9 pp.

Dezesseis estados contaram com aumento do número de trabalhadores pobres, segundo o critério aqui adotado, sendo São Paulo (254 mil pessoas), Rio de Janeiro (131 mil) e Ceará (117 mil) os com maior número de pessoas. Outros dez estados passaram por redução do número de trabalhadores neste perfil, os com melhores resultados são: Minas Gerais com 98 mil trabalhadores, Maranhão com 77 mil e Piauí com 42 mil.

No que toca aos trabalhadores de maior renda, apenas o Rio Grande do Sul (15 mil trabalhadores), Mato Grosso do Sul (7,5 mil), Amapá (4,9 mil) e Acre (0,8 mil) aumentaram o número de trabalhadores neste perfil. Os 22 estados e distrito federal restantes tiveram redução desta população, com destaque negativo para a região Sudeste, onde São Paulo, com 154 mil ocupados, e Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 132 mil pessoas cada no perfil, foram as três unidades federativas com maior perda deste público (Mapa 2).

Por outro lado, ao observar a variação do aumento da situação de pobreza dos trabalhadores na comparação do terceiro trimestre de 2016 com o mesmo período de 2015, é possível ter a noção do quanto a situação foi perversa para alguns estados, por vezes menos populosos.

Perceptível na faixa de maior variação do Mapa 2, o Amazonas atingiu o maior índice, com sua população trabalhadora, e que recebia menos de um salário-mínimo, saltando 6,6 pontos percentuais em relação ao período anterior (27,3% a 33,9%). Os estados de Alagoas, com crescimento de 5,9 pp (29,1 a 35%), Ceará, com 3,8 pp (36,8 a 40,6%) e Espírito Santo, com 3,5 pp (13,9% a 17,4%) completam a lista dos estados com maior crescimento proporcional deste

5. As tabulações estatísticas e espacializações desta temática foram elaboradas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do terceiro trimestre de 2015 e de 2016/IBGE.

MAPA 2: AUMENTO DA POBREZA ENTRE OS TRABALHADORES OCUPADOS 2015-2016*



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE.
 * Dados do 3º trimestre/2015 ao 3º trimestre/2016.

público. A segunda maior classe de faixa de aumento de pobreza, que vai de 1,5 a 2,5 pp, está presente em todas as regiões, com destaques para a Bahia, com avanço de 2,5pp (38,2 a 40,8%) e Rio de Janeiro, com 2,1 (8,8% a 10,9%). Já os sete estados pintados em verde claro no mapa passaram por uma redução da participação deste público no seu mercado de trabalho, com destaques para Piauí, que passou de

46,1% a 45,3%, Minas Gerais, de 19,4% a 18,7%, e Mato Grosso do Sul, de 17,9% a 17,1%, os três com redução de aproximadamente 0,8 pontos percentuais.

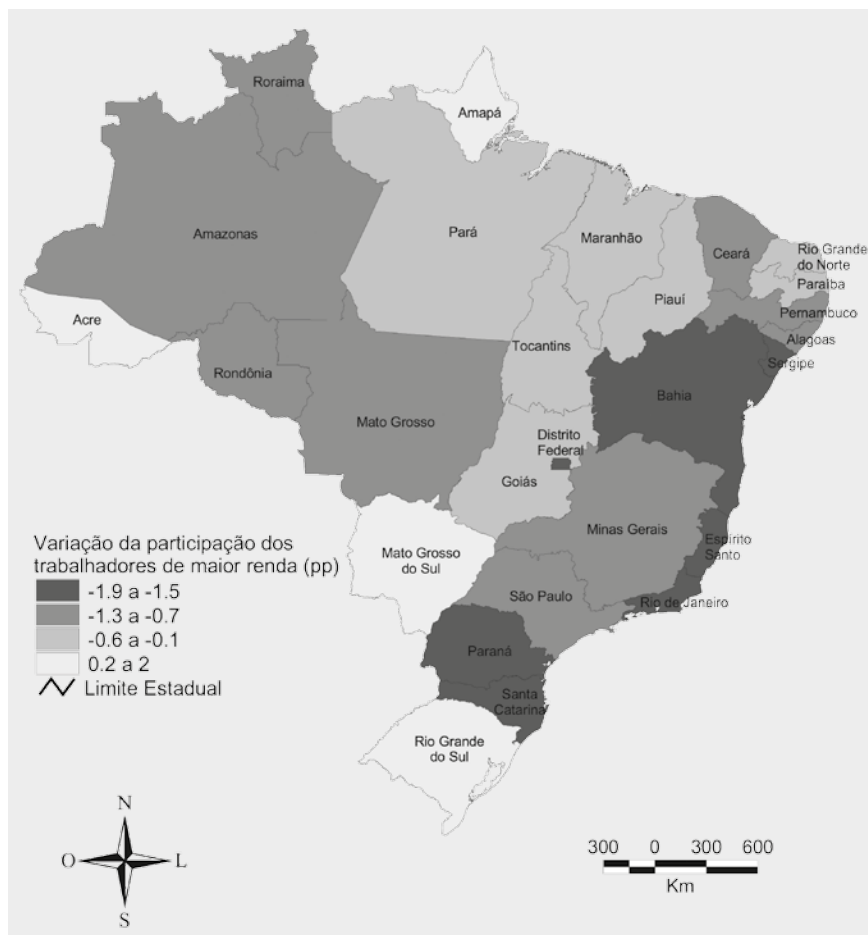
O Nordeste é a região que possui a maior proporção de trabalhadores no perfil de pobreza dentre as regiões, 38,5%. Os estados do Maranhão, com 46,1%, e Piauí, com 45,3%, são os que se encontram na pior situação do país neste quesito. A região Norte possui em média 33%, com destaque negativo ao Pará (39,5%), e em melhor situação o Amapá, 21,8%. As demais regiões possuem uma proporção bem menor; o Centro-Oeste 13,6%, sendo que o Distrito Federal possui a menor proporção do país, 8,9%, e o Mato Grosso do Sul a maior, 17,1%. A região Sul, 13,5%, sendo que Santa Catarina possui o segundo menor do Brasil (9,6%); e a região Sudeste, com 12,5%, tendo Minas Gerais com o maior índice, 18,7%, e São Paulo o menor, 9,8% (Mapa 3).

O mapa de redução dos trabalhadores com renda superior a cinco salários-mínimos mostra que esta camada da população de renda mais alta foi reduzida em praticamente todo o país. Ela se deu de maneira mais uniforme nas regiões Sudeste (11,7% da PEA para 10,7%), Sul (10,4% para 9,4%) e Nordeste (5,5% para 4,5%), com redução média de aproximadamente -1 ponto percentual cada. No Centro-Oeste (11,8% para 11,2%) e Norte (6,2 para 5,7%) o impacto negativo foi mais ameno, -0.6pp no primeiro, e -0.5 pp no segundo.

Os estados da federação onde a crise mais impactou a classe média e rica foram Sergipe, com -1,9pp, e Santa Catarina, com -1,8pp, cuja a participação destes no total de assalariados caiu de 7,6% para 5,7%, e 10,1% para 8,3% respectivamente.

Em apenas quatro estados houve aumento da participação da população neste perfil. No Amapá a variação foi positiva em 2pp (8,9% para 10,9%). Na sequência, por maior crescimento vieram os estados do Acre, com 0,7pp (5,8% para 6,4%), Mato Grosso do Sul, com 0,5pp (7,3% para 7,8%) e Rio Grande do Sul, com 0,2pp (10% para 10,2%).

MAPA 3: REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DE MAIOR RENDA 2015-2016



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE.

* Dados do 3º trimestre/2015 ao 3º trimestre/2016.

** Ocupados com renda superior a 5 salários mínimos.

A DÍVIDA DOS ESTADOS

O conceito de endividamento utilizado neste texto é o da Dívida Consolidada Líquida (DCL). Ela compreende o montante total das obrigações financeiras assumidas pelos entes da federação em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de cré-

dito, para amortização em prazo superior a doze meses. Ela é obtida ao se deduzir da dívida consolidada os valores do ativo disponível e haveres financeiros, e do montante líquido dos valores inscritos em restos a pagar processados, conforme estabelece o art. 42 da LRF. Em consequência, é a mensuração mais utilizada ao se contabilizar genericamente a dívida dos estados e municípios brasileiros. O período analisado é o último disponível nas fontes do Tesouro Nacional, trata-se do saldo da dívida consolidada líquida acumulada de janeiro a agosto de 2016, em valores correntes (Mapa 4).

Ao analisar o mapa, observa-se um extenso cinturão vermelho que se estende do extremo Sul brasileiro ao Nordeste, seguindo pela costa litorânea e contemplando os estados de Minas Gerais e Goiás, mais ao interior. Nesta faixa estão os estados brasileiros mais endividados, sobretudo o Sudeste, com São Paulo possuidor da maior dívida dos estados brasileiros, 241,5 bilhões; seguido de Minas Gerais com 100,7 bilhões; e Rio de Janeiro com 98,5 bilhões. O Rio Grande do Sul também está na maior faixa de endividados, com 70,8 bilhões. A segunda faixa com maiores dívidas abrange o estado de Goiás, no Centro-Oeste brasileiro, com uma DCL de 18,9 bilhões, além dos estados da Bahia, com dívida de 14,4 bilhões e Pernambuco, com 11,1 bilhões de reais, os dois estados nordestinos mais endividados.

O restante do Centro-Oeste, Norte e o Nordeste mais ocidental (Maranhão e Piauí) já possuem dívidas de no máximo 4,9 bilhões, caso do Amazonas, ou 4,8 bilhões no caso do distrito federal. Os estados que possuíam as menores dívidas no período analisado são Rio Grande do Norte, com 386 milhões e Amapá, com 815 milhões de reais (Tabela 3).

Conforme a Tabela 3 pode demonstrar, a região brasileira que mais sente o peso da dívida é de longe a região Sudeste, pois concentra cerca de 69,8% da dívida total dos estados, atingindo o montante de 241,5 bilhões de reais. Só São Paulo concentra 38%. A região Sul

vem em seguida, com 14,4% (91,4 bilhões). Na sequência aparecem o Nordeste com 8,8% (55,7 bilhões), Centro-Oeste com 4,4% (28,2 bilhões) e Norte com 2,6% (16,5 bilhões).

Todavia o “peso” de uma dívida é proporcional à capacidade de saldá-la. E complementando o olhar com a análise da proporção da dívida na receita dos estados, pode-se ter uma compreensão mais

MAPA 4: DÍVIDA DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO 2016*

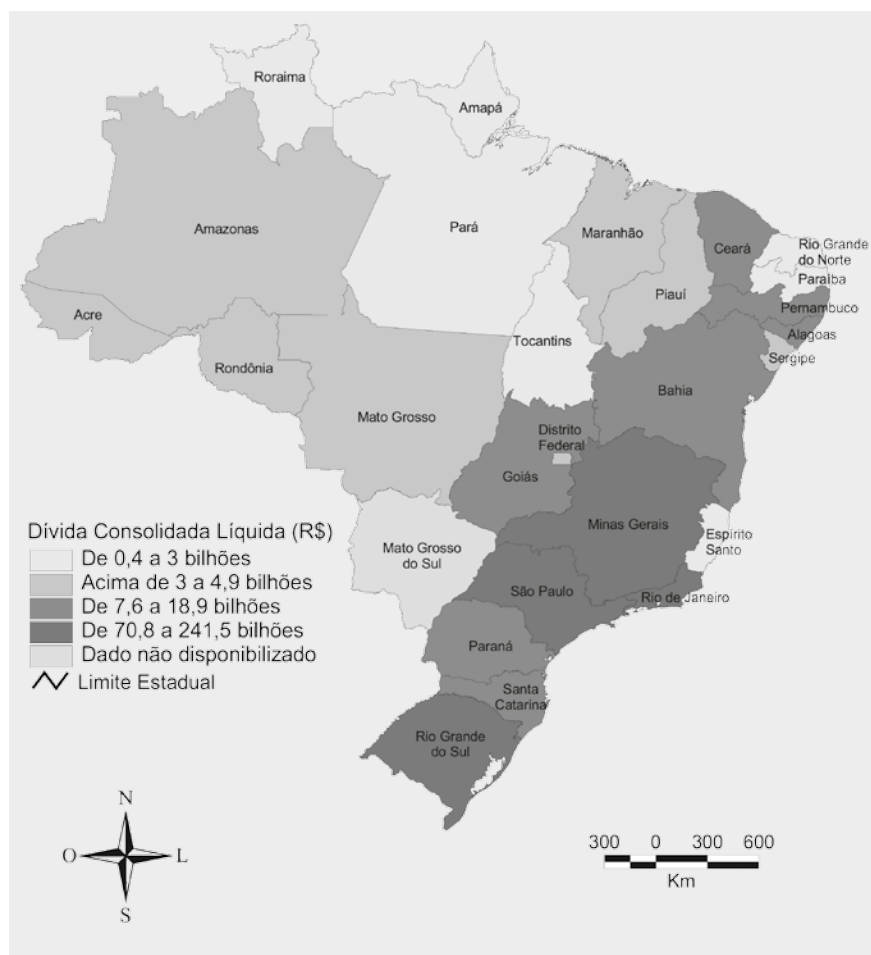


TABELA 3: DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DOS ESTADOS

| Estado da federação | Dívida Consolidada Líquida | |
|---------------------|----------------------------|--------------|
| | R\$ | % do total |
| Acre | 3.139.664.176 | 0,5 |
| Amapá | 815.509.577 | 0,1 |
| Amazonas | 4.891.101.126 | 0,8 |
| Pará | 1.364.271.329 | 0,2 |
| Rondônia | 3.155.835.669 | 0,5 |
| Roraima | 1.008.575.918 | 0,2 |
| Tocantins | 2.120.184.250 | 0,3 |
| NORTE | 16.495.142.045 | 2,6 |
| Alagoas | 7.797.749.954 | 1,2 |
| Bahia | 14.443.901.288 | 2,3 |
| Ceará | 7.623.120.270 | 1,2 |
| Maranhão | 4.455.144.254 | 0,7 |
| Paraíba | 2.685.315.436 | 0,4 |
| Pernambuco | 11.088.195.622 | 1,7 |
| Piauí | 3.039.999.915 | 0,5 |
| Rio Grande do Norte | 386.047.128 | 0,1 |
| Sergipe | 4.184.691.112 | 0,7 |
| NORDESTE | 55.704.164.978 | 8,8 |
| Espírito Santo | 2.969.505.634 | 0,5 |
| Minas Gerais | 100.761.368.532 | 15,9 |
| Rio de Janeiro | 98.531.647.994 | 15,5 |
| São Paulo | 241.449.295.759 | 38,0 |
| SUDESTE | 443.711.817.919 | 69,8 |
| Paraná | 11.647.405.237 | 1,8 |
| Rio Grande do Sul | 70.757.804.453 | 11,1 |
| Santa Catarina | 8.945.723.397 | 1,4 |
| SUL | 91.350.933.087 | 14,4 |
| Distrito Federal | 4.809.415.152 | 0,8 |
| Goiás | 18.893.615.933 | 3,0 |
| Mato Grosso | 4.542.560.271 | 0,7 |
| Mato Grosso do Sul | * | – |
| CENTRO-OESTE | 28.245.591.357 | 4,4 |
| TOTAL | 635.507.649.385 | 100,0 |

Fonte: Saldo da Dívida Consolidada Líquida no período acumulado de janeiro a agosto de 2016. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)/Tesouro Nacional.

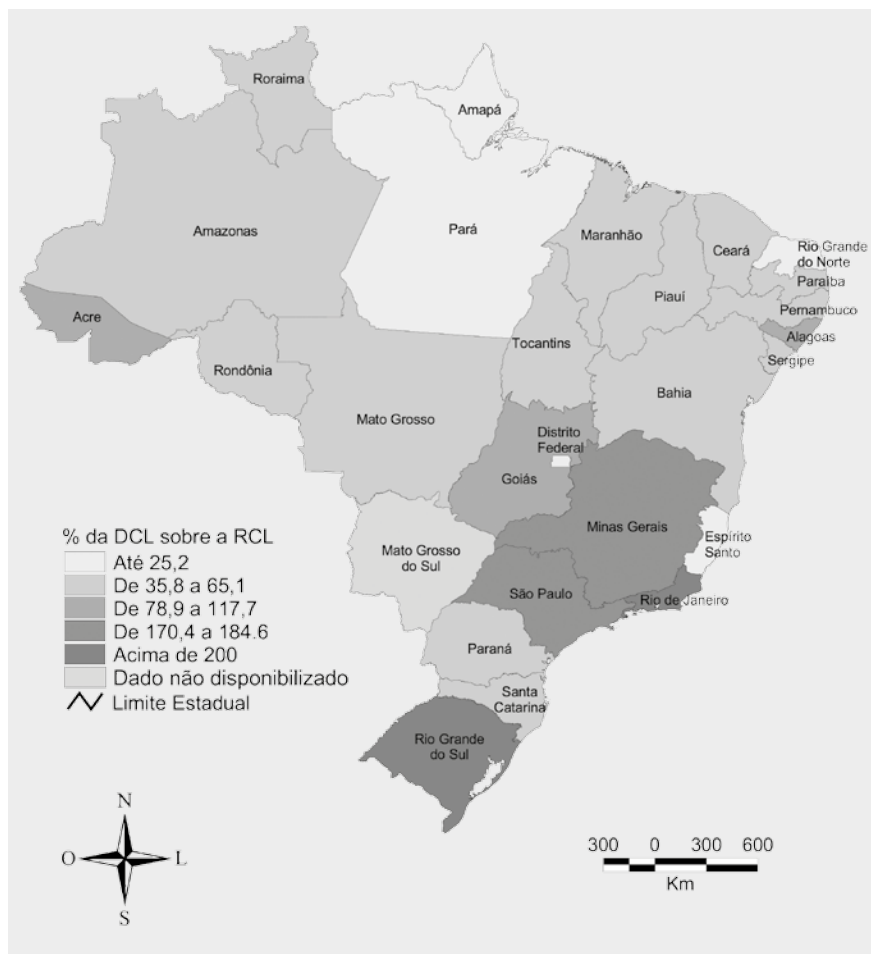
* Dado não informado por este estado para o período analisado.

abrangente da situação fiscal de cada unidade da federação. A Resolução n. 40 do Senado Federal em 2001 indica que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser duas vezes maior que a Receita Corrente Líquida⁶ (RCL). Este limite, portanto, corresponde a 200% do valor da RCL e se atingido proíbe o estado de contrair novas dívidas, dificultando a expansão dos investimentos em infraestrutura e a capacidade de arcar com despesas de custeio, como folha de pagamento, por exemplo.

O encolhimento da economia e da arrecadação de impostos fez com que se ampliasse a dificuldade do pagamento das dívidas por parte dos estados. Em consequência, o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais decretaram estado de calamidade financeira em 2016, conseguindo em consequência renegociar o pagamento de suas dívidas.

No Mapa 5 observa-se que a região Centro-Sul do país concentra a maior parte dos estados que possui maior dificuldade em saldar suas dívidas. Dois dos estados acima citados estão em situação mais crítica, o Rio Grande do Sul, onde a dívida supera a receita em 210,8%, e o Rio de Janeiro, com 201,9%. Minas Gerais, com 184,6% e São Paulo, 170,4% aparecem na sequência numa situação também bastante preocupante. Na terceira faixa de proporção da DCL na RCL, que vai de 78,9% a 117,7%, estão os estados de Alagoas (117,7%), Goiás (100,5%) e Acre (78,9%). Os proporcionalmente menos endividados são Rio Grande do Norte (4,8%) com uma dívida de 386 milhões sobre uma receita de 8 bilhões e o Pará (7,7%), com uma DCL de 1,3 bilhões para uma RCL de 17,7 bilhões de reais (Mapa 5).

6. Aplicada aos estados da federação, a Receita Corrente Líquida corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes dos itens componentes da receita corrente, deduzidos das parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social, e as receitas provenientes da compensação financeira da área da previdência.

MAPA 5: PROPORÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

EM SÍNTESE

Em consequência das políticas adotadas, a taxa de desemprego do país cresceu significativamente num curto espaço de tempo, prejudicando de forma mais agressiva as regiões Sudeste e Nordeste. Ambas além de possuírem os maiores estoques de desempregados,

principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, também apresentaram as maiores taxas de crescimento do índice, ocorridas em maiores proporções nos estados de Sergipe, Espírito Santo, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Tal consequência abarcaria estatisticamente ainda mais desempregados se a participação da PEA na população total não tivesse reduzido no mesmo período.

As regiões Nordeste e Sudeste, nesta ordem, também concentram o maior número de trabalhadores cuja renda não atinge um salário-mínimo. Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Pará juntos possuem quase metade dos trabalhadores brasileiros neste perfil. Apesar da maior participação destes no total de ocupados se dar nos estados do Maranhão e Piauí, foi no Amazonas e em Alagoas que houve os maiores crescimentos proporcionais.

Se por um lado, o grupo dos trabalhadores pobres aumentou, o lado perverso do mercado de trabalho também se expôs ao conjunto de trabalhadores com maiores salários, que foi reduzido neste período do terceiro trimestre de 2015 ao terceiro de 2016. A desigualdade regional é bem explícita para este perfil, três de cada quatro trabalhadores que estão nesta faixa salarial atuam no eixo Sul-Sudeste, e dois terços trabalham nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Os estados que proporcionalmente mais reduziram a participação dos trabalhadores de classe média e mais abastados foram Sergipe e Santa Catarina.

A dívida dos estados, que esteve muito presente nos noticiários de 2016, se agravou devido à crise econômica. A dificuldade de saldá-la fez com que três dos quatro estados brasileiros mais endividados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) decretassem estado de calamidade financeira. Situação essa mais grave do que a de São Paulo, pois, apesar de possuir a maior dívida, detém também volumosa receita corrente líquida, o que, no entanto, não “apaga” localmente a luz de atenção para este indicador.

Tal desalinho na condução econômica e política do país demonstra também que há falta do entendimento de que o território não é apenas um espaço político-administrativo, mas um local onde as pessoas estabelecem as suas relações sociais, onde vivenciam seus problemas de saúde, de habitação, psicológicos, e interagem com os profissionais públicos da ponta por conta destes mesmos problemas e situações, se colocando então como uma visão de importante contribuição para a prática da gestão pública. Ou seja, pensar a gestão de forma articulada e territorializada é fundamental, atentando para suas particularidades e as diversidades regionais e locais.

Além da ausência desta visão, pode-se já perceber no território as consequências perversas da antipolítica social que está em curso, e que, infelizmente, aponta para um agravamento para além das situações aqui apresentadas. Ao contrário do que disse Temer em seu discurso de posse como presidente interino: “O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar”, este conteúdo produzido objetiva contribuir minimamente para fortalecer e subsidiar um olhar mais crítico e abrangente às políticas que estão sendo adotadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. *A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)*. São Paulo: Contexto, 2000.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

CONGRESSO NACIONAL. *Lei de Responsabilidade Fiscal*. Brasília, 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htmAcesso em 21/01/2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

(PNADC).Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil> Acesso em: 14/01/2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *World Employmentand Social Outlook: Trends 2016*. Genebra: ILO, 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443480.pdf Acesso em 21/01/2017.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?* São Paulo: FGV, 2003.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: TAQ, 1985.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SENADO FEDERAL. Resolução n. 40. Brasília, 2001. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=221525> Acesso em 21/01/2017.

A LUTA POLÍTICA DEPOIS DO GOLPE

Este capítulo aborda como se deu a resistência ao golpe de Estado em diversos segmentos sociais e também a reação da direita e das instituições em relação a ela. Na primeira parte do texto, destacam-se o clima de animosidade instaurado na sociedade e o papel da grande mídia para estimular o de instabilidade social e política, além de legitimar abertamente o *impeachment*, apesar de reconhecer que não foram irrefutáveis os delitos das quais a presidenta Dilma era acusada. Também é analisado o papel da imprensa internacional, que fez o contraponto e foi fundamental para denunciar o caráter antidemocrático do processo de *impeachment*, bem como a cobertura realizada pela imprensa brasileira.

Na segunda parte, é apontado o papel da imprensa tradicional brasileira para ocultar da população os movimentos que tomaram as ruas logo após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e também em apoio à crescente repressão policial que se instaurou para intimidá-los. Isso evidenciou a necessidade urgente de fortalecer os canais de comunicação que atuam fora dos grandes grupos.

A terceira parte trata da resistência ao golpe no Legislativo, principalmente da atuação dos parlamentares da oposição para barrar

a PEC 55, aprovada no Senado em dezembro; da Medida Provisória 746/2016, que trata da reforma do Ensino Médio; e da Emenda à Constituição (PEC 287/16) da Reforma da Previdência.

Por fim, o capítulo analisa o enfraquecimento do governo Temer, bastante evidenciado nas últimas pesquisas de opinião, e dos fatores que indicam que este processo deve acentuar-se ainda mais com o acordo de delação premiada de executivos da Odebrecht.

OS DEZ PRIMEIROS DIAS APÓS O GOLPE

Em 31 de agosto, logo depois da votação no Senado que confirmou o *impeachment*, os brasileiros respiravam entre a angústia e o alívio. O país, desde sempre dividido por conceitos e princípios distorcidos que alimentam preconceitos racistas, de classe, xenófobos, enraizados em absolutamente todas as parcelas da sociedade, naquele momento se via cindido entre quem se considerava do lado certo da história e aqueles que estavam do outro lado, e essa cisão fez com que se vivesse dias de ódio.

A histeria coletiva atingiu tal ponto que a interrupção do mandato de uma presidenta democraticamente eleita foi vivida por uma parcela da sociedade como uma partida de futebol, gerou fortes emoções, boa parte delas desprovidas de razão. Esse comportamento ganhou força nas redes sociais *online*. Talvez, perdidos no algoritmo que restringe o mundo das redes sociais virtuais, os cidadãos tenham inflado dentro de si o ódio por algumas figuras, principalmente pelo PT, apontadas como culpadas por todos os problemas que enfrentavam.

O golpe foi recebido por parte da população como o início de uma angústia enorme em função da perda de direitos que já se desenhava. No primeiro discurso, Michel Temer prometeu realizar a reforma da Previdência, mudanças na legislação trabalhista e colocar a economia nos trilhos. Para outra parcela da sociedade, a derrubada de

Dilma Rousseff foi compreendida como uma vitória, como se o Brasil estivesse se libertando de uma ditadura perversa.

Na época, não existia na grande mídia outro posicionamento possível para os cidadãos brasileiros. A grande e “velha” imprensa brasileira ignorou que uma enorme parcela não se envolvera com o processo político. Pesquisas de opinião pública detectaram uma polarização na sociedade. Os institutos de sondagem definiram qual era a opinião dos brasileiros, e o dado, obviamente, foi aceito pela imprensa, referendado e legitimado.

Naquele momento, movimentos sociais organizados de esquerda e de direita tentaram se impor, a fim de atrair a atenção da população que, como sempre, estava insatisfeita com os rumos da política brasileira. No entanto, essa disputa pela narrativa não se restringiu aos movimentos sociais. A mídia, o governo e os congressistas também estavam nessa briga e, claro, tentaram criar um campo unido em torno de uma única retórica. Parecia impossível que os movimentos de esquerda pudessem se sobrepor a esse grupo ideológico. Após a cobertura dos grandes atos durante o processo de *impeachment*, quando houve manipulação de fotos, de manchetes, de *leads*, de textos e os jornais da imprensa tradicional funcionaram como mobilizadores para a derrubada de Dilma, já era possível saber qual seria a posição deles no momento seguinte.

No dia 1º de setembro, os jornais trouxeram avaliações sobre o *impeachment* que haviam apoiado. A *Folha de S.Paulo*, o diário com maior tiragem do país, publicou o editorial “Governo novo”, cuja linha fina dizia “Embora os delitos cometidos não sejam irrefutáveis, todo o processo de *impeachment* foi constitucional; a Temer cabe agora governar de fato”.

A convivência demonstrada nessa simples frase, definitivamente, não é um dos princípios do jornalismo. Ao contrário, lhe caberia questionar e analisar a estrutura de funcionamento da política e do

processo de *impeachment*, o que não foi feito. Como em períodos anteriores de conflito político, a grande imprensa brasileira fingiu ser questionadora quando, na verdade, aproveitou-se do momento para criar um clima de instabilidade social e política.

Interessante é que a prova dessa incitação à instabilidade política está no mesmo editorial, “Esta *Folha* teria preferido, como manifestou diversas vezes, que a extrema gravidade da crise e o inconformismo da sociedade houvessem conduzido à renúncia da chapa eleita em 2014 ou à sua impugnação, caso confirmados na justiça os indícios de crime eleitoral”. O engajamento do jornal tinha um só objetivo, confirmado por ele mesmo: retirar Dilma Rousseff da presidência.

No mesmo dia, o jornal *O Estado de S.Paulo* publicou editorial criticando a manutenção dos direitos políticos de Dilma, mas afirmando que a saída dela era um alívio para o país, “tão maltratado pela incúria administrativa e pelo desleixo moral da agora ex-presidente e de seu partido (...)”. O trecho citado faz surgir uma desconfiança sobre a lisura e a parcialidade da cobertura política realizada. A partir do instante em que um veículo de comunicação traça um objetivo político, o que o impede de manipular a informação que produz para alcançar tal meta? A grande imprensa teria utilizado a sua credibilidade em nome de um objetivo político? Esses questionamentos, certamente, serão respondidos com o tempo, uma vez que o desfecho da convulsão política parece não ter sido o que a mídia gostaria: a queda do governo por meio da renúncia da chapa Dilma-Temer. A não desistência da presidenta eleita é o que permite que exista a luta em defesa da democracia, das políticas e mudanças construídas durante os governos do PT.

A imprensa brasileira ainda sofreu outro abalo pelo qual ela não esperava: a cobertura da mídia internacional, que fez duras críticas ao processo de *impeachment*, questionando até a cobertura realizada. No dia 1º de setembro, editoriais sobre a queda de Dilma foram publicados no mundo inteiro. Nenhum deles demonstrou o mesmo

entendimento dos jornais brasileiros. O *New York Times*, que vinha questionando a legitimidade do processo de *impeachment*, afirmou em seu editorial que se a versão de golpe defendida por Dilma se tornasse verdade no futuro, seria uma vergonha para o Brasil. Os franceses *Le Monde* e *Libération* afirmaram que o *impeachment* era uma mancha na jovem democracia brasileira. O inglês *The Guardian* defendeu que uma mulher não era a causa de todos os problemas do Brasil e, sim, o sistema político brasileiro. Como esses, os outros jornais estrangeiros questionaram o processo tocado por legisladores corruptos contra uma presidenta eleita democraticamente e contra quem não pesava nenhum tipo de acusação de corrupção.

Além da mídia internacional, pesquisadores estrangeiros que estudam o Brasil foram categóricos ao afirmar que a cassação do mandato de Dilma Vana Rousseff era uma jogada política. Ao *New York Times*, a professora Amy Erika Smith, da Universidade de Iowa, afirmou que as acusações não atingiram o nível suficiente para um *impeachment*. Segundo ela: “Não é um uso legítimo do processo. Ainda de acordo com o depoimento publicado no jornal estadunidense, a professora diz que as elites políticas não infringiram a lei, nem subverteram a vontade popular. Elas exploraram a vontade popular e a Constituição para servir aos seus próprios interesses, em vez dos interesses da democracia.

A pressão internacional foi diluída pela imprensa brasileira, mas causava preocupação em Michel Temer que, em seus primeiros dias, foi a Xangai para a reunião do G20. O que ele buscava era o reconhecimento desses chefes de Estado para demonstrar que não havia nenhuma indisposição ou não reconhecimento do processo de *impeachment*. No entanto, o que se viu foi um certo isolamento de Temer. Enquanto o presidente golpista buscava esse apoio, no Brasil ocorriam protestos contrários à saída de Dilma, ao passo que Temer tentou desqualificar as manifestações que reuniam milhares de pessoas. Em en-

trevista, ele disse que os atos eram inexpressivos e que se tratava de “40 pessoas que quebram carro”. Da China, o presidente ilegítimo foi para o Japão em busca de parcerias comerciais e recebeu um “não” como resposta. Mais uma vez, a imprensa brasileira contemporizou para proteger a frágil imagem de Temer, para ajudá-lo a legitimar-se no poder. Quando voltou ao Brasil, ele foi vaiado sob os olhares do mundo, tanto no desfile de 7 de setembro como na abertura dos Jogos Paraolímpicos.

A disputa de narrativas se tornou intensa demais. Ambos os lados afirmavam suas verdades como inquestionáveis, mas a maioria que não pertencia a grupos políticos acompanhava apenas pelas notícias publicadas e pelas informações que rodavam nas redes sociais virtuais. Talvez, para essa parcela maior da população brasileira, tenha ficado complicado diferenciar o que era plausível e o que não era. O país perdeu a noção sobre qual era o tamanho real de cada movimento. Essa informação ficou sob o controle dos institutos de sondagem, empresas privadas que tinham os seus próprios interesses nesse processo.

Após o *impeachment*, diante da enorme divisão na sociedade brasileira, não existia nenhuma certeza sobre o que estava por vir. Os movimentos sociais de esquerda demonstravam a intenção de resistir nas ruas, os políticos prometiam uma agenda populista de curto prazo que aliviaria os bolsos de todos os brasileiros, não era possível prever para onde rumaria a operação Lava Jato e a grande mídia parecia estar de braços dados com o governo golpista. Vencer a grande mídia, os movimentos sociais ligados à direita e o governo ilegítimo parecia algo impossível para a esquerda brasileira.

A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE ESQUERDA E A REAÇÃO DA DIREITA

O acesso à informação é reconhecido internacionalmente como um direito humano, assim como a saúde e a educação, essencial ao exercício da cidadania. Porém, a pauta da grande imprensa

que chega todos os dias à maioria dos brasileiros não reflete questões fundamentais e determinantes para a vida da população. Isso é muito grave no contexto atual do Brasil, pois a mídia define o que as pessoas devem pensar e boa parte das informações essenciais para que elas possam formar opinião não chegam até elas.

Esse quadro tem se agravado e a preocupação que imperava ao longo do processo se confirmou logo após o *impeachment*. Protestos organizados por movimentos de esquerda mal foram noticiados pela grande imprensa, e as manifestações só entraram nos jornais e telejornais para dar destaque à confusão ou depredação. Grandes jornais passaram a apoiar abertamente a crescente repressão policial em seus editoriais, ao mesmo tempo que manifestantes e organizadores da resistência não tiveram voz no noticiário.

Ou seja, havia a clara intenção de impedir que a pauta original dessas manifestações chegasse até os telespectadores/leitores dos grandes veículos de comunicação. A imprensa tradicional, que sempre dominou a construção da agenda pública, impôs, por meio da cobertura jornalística, qual ideologia era “do bem” e qual era “do mal”.

É impressionante a desfaçatez da grande imprensa que sempre tratou os movimentos ditos “contra a corrupção” como uma pauta da sociedade brasileira e, por outro lado, utilizou todos os recursos para desqualificar os movimentos de esquerda. Posto isso, fica claro que qualquer greve, qualquer reivindicação por expansão de direitos sociais seria retratada de forma pejorativa. A desconstrução desse discurso é muito difícil, pois a grande mídia se vale de imagens já presentes na sociedade brasileira para que seus leitores/telespectadores as associem com o que seriam atos contrários aos interesses fundamentais do Brasil, em um jogo perverso de palavras e imagens manipuladas. Essa ação, que se aproveita do mito da imparcialidade jornalística, impede que os movimentos de esquerda tenham uma comunicação direta e clara com a sociedade.

Um exemplo fundamental dessa situação é a série de ocupações de escolas estaduais, institutos federais de ensino e universidades que foi ignorada pelos principais jornais do país durante muito tempo. A pauta do movimento não se alterou em momento algum, a luta contra a reforma do Ensino Médio e contra a PEC 241/55. Se um determinado veículo de comunicação escolhe entre dar visibilidade a uma pauta, ou não, essa escolha demonstra a linha editorial do veículo. Essa estrutura é básica dentro de qualquer redação de jornal. Por fim, se a grande imprensa não esmiuçou qual era a pauta desses movimentos, é porque ela não queria que essas ideias fizessem parte da agenda pública.

Ao contrário, as ocupações das instituições de ensino só começaram a ser assunto na imprensa quando o Movimento Brasil Livre (MBL) passou a incitar a desocupação das escolas. O MBL reunia grupos de pais de alunos contrários às ocupações e tentava retirar os estudantes na base da pressão. Nesse contexto, as ocupações surgiram para a maioria da sociedade brasileira como motivo de disputa entre dois grupos que não são dimensionados pelo noticiário. Enquanto havia mais de mil instituições de ensino ocupadas e o movimento do MBL chegava a pouquíssimos locais, os jornais mostravam uma disputa de dois movimentos equivalentes em tamanho e força. Houve um agravamento desse quadro.

Com a aproximação do Enem, iniciou-se na imprensa uma narrativa de que os movimentos de ocupação atrapalhariam os exames “daqueles que realmente tinham interesse em estudar”. Dentro das reportagens, autoridades como o ministro da Educação, governadores e secretários da Educação de estados apareciam dizendo que as ocupações gerariam prejuízos aos cofres públicos. Ficou claro que a imprensa fez o que estava ao seu alcance para desqualificar o movimento e legitimar as críticas aos jovens que lutavam pelos seus próprios direitos. Movimentos que lutavam por qualidade na educação pública

foram exibidos para a sociedade como sendo responsáveis por danos ao erário público. É no mínimo lamentável que veículos respeitados por parcelas da sociedade utilizem a credibilidade que conquistaram para praticar um ato tão nefasto.

Há meses assistimos a ações de repressão, intimidação e perseguição dos movimentos sociais. No estado de exceção instaurado no país, as instituições passaram a funcionar para estigmatizar e criminalizar lideranças, sem que os vários grupos e partidos políticos da esquerda organizada tenham conseguido estabelecer uma unidade com o objetivo de denunciar o processo e mobilizar a população para resistir aos retrocessos protagonizados pelo governo golpista.

Com raras exceções, como na ocasião em que a Polícia Civil de São Paulo invadiu a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Guararema, no interior de São Paulo, não foi possível realizar ações coordenadas das lideranças que levassem os militantes para as ruas. Na ocasião da agressão ao MST, rapidamente as redes sociais denunciaram o episódio e obrigaram a grande imprensa a dar a notícia, ainda que escondida nos rodapés dos principais portais. E em poucas horas foi realizado um ato na ENFF, que reuniu integrantes da esquerda dos campos mais diversos em solidariedade aos trabalhadores sem terra.

De outro lado, o bloco parlamentar formado em torno de Temer para afastar a presidenta Dilma continuou coeso para garantir a tramitação das medidas propostas pelo novo governo que retrocedem nas conquistas sociais em tempo recorde e aprová-las por ampla maioria.

Apesar da blindagem da grande mídia e da dificuldade interna já demonstrada, os movimentos sociais de esquerda se mantiveram nas ruas, em todo o Brasil. Foi um fato significativo, se considerarmos que em sua primeira manifestação pública após tomar posse como presidente interino, Michel Temer afirmou que iria unificar o país e fazer um governo de “salvação nacional”.

Apoiados por parte da mídia alternativa que dominou as redes sociais virtuais, esses movimentos de resistência conseguiram levar alguma dúvida sobre o contexto do pós-golpe para a população. No entanto, a agitação política que se viu no período anterior ao golpe desapareceu. Toda mobilização de resistência proposta pelos movimentos de esquerda se manteve restrita aos grupos organizados e não gerou repercussão, não se perpetuou como uma causa a ser seguida pelos demais brasileiros.

Há movimentos sociais que só conseguem dialogar com a esquerda, não sendo capazes de fazer com que seus propósitos cheguem de forma compreensível para o restante da sociedade brasileira. A já mencionada ocupação de escolas e de outras instituições de ensino foi a ação política que mais se aproximou de abrir um debate sobre os rumos do país. Adolescentes e jovens protestavam para que o Brasil pudesse ter educação de qualidade, entretanto acabaram esbarrando na ação engendrada por setores da direita disfarçados como “cidadãos de bem”, direcionados pelo MBL que, determinado a desocupar escolas, incentivou a utilização da força e retornou à estratégia bem-sucedida do período anterior ao golpe, a disseminação de boatos para distorcer o contexto fazendo acreditar que não havia legitimidade nas ocupações. Novamente, a pós-verdade viria impregnar o debate político. Quando começou haver proximidade com as datas das provas do Enem, a pressão sobre os movimentos de ocupação se tornou maior porque os cidadãos que não fazem parte de grupo político algum decidiram se posicionar baseados nas calúnias propagadas via redes sociais virtuais.

Concomitantemente, governos estaduais, alguns contando com a anuência do poder judiciário, colocaram suas tropas de choque para bloquear a entrada de alimentos nas ocupações, cortaram o fornecimento de água e de energia e retiraram os jovens utilizando a força e a truculência. Cenas de violência contra estudantes foram vistas em

todo o Brasil e não houve indignação por parte da imprensa que se recusa a questionar esse tipo de ação.

Entre os muitos desafios, os movimentos sociais de esquerda ainda precisam reinventar seus meios de comunicação com a sociedade. Na era da disseminação da pós-verdade, em um período no qual Facebook, Twitter e Whatsapp são os principais meios de comunicação social, parece impossível estabelecer uma narrativa sem que ela seja alvejada por manifestações de desconfiança e, conseqüentemente, apedrejada pelo ódio dos que enxergam o mundo a partir do favorecimento de suas vontades.

A necessidade da reinvenção dos canais de comunicação dos movimentos de esquerda se dá em função do novo sistema comunicacional que se instaurou com a grande popularização das redes sociais virtuais, onde, por exemplo, frases de efeito mentirosas ou montagens com fotos podem influenciar milhões de pessoas e ganhar legitimidade. Logo, se “aquilo o que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação” (Luhmann, 2005), então é preciso assumir que as redes sociais virtuais são meios de comunicação de massa consolidados, assim como livros, jornais, celulares e qualquer outro meio que passe por um processo de industrialização para emitir informação.

Nos meios de comunicação de massa anteriores às redes sociais virtuais não há possibilidade de interação entre quem emitiu a informação e quem a recebe, dando origem a novos entendimentos que não necessariamente o que foi propagado pela mensagem inicial. Esse sistema de comunicação está perpetuado na sociedade há muito tempo. Além disso, nos acostumamos a consumir informações selecionadas e apuradas.

As redes sociais *online* mudaram essa lógica. Esses meios de comunicação propagam qualquer tipo de informação, verdadeira, falsa ou uma versão grotescamente distorcida dos fatos. Diferente do

Twitter que bombardeia o seu usuário com todo tipo de informação que ele se propuser a receber, o Facebook, através do seu algoritmo, determina qual tipo de informação o usuário vai consumir, prendendo-o em uma bolha sem que ele tenha consciência disso. A última alteração nesse algoritmo definiu que os usuários passariam a ver em suas “*timelines*” postagens feitas por amigos e familiares e não pelos veículos de informação tradicionais.

Outra questão preocupante, que surge de um levantamento feito sobre o compartilhamento de informações nas redes sociais por meio de uma ferramenta de observação, é a qualidade da informação que se consome nessas redes. Praticamente um terço das notícias mais populares dessa plataforma e que foram produzidas por mídias alternativas são falsas. O levantamento consegue ir mais fundo. Entre essas notícias falsas, quinze foram publicadas por *sites* ou *blogs* alinhados com a direita e as outras seis por *sites* ou *blogs* alinhados com a esquerda.

Em 2016, as notícias publicadas no Facebook pela grande mídia brasileira atingiram 1.524.100 compartilhamentos, enquanto que as notícias publicadas pela mídia alternativa, englobando aqui *sites* alinhados com a esquerda e com a direita, alcançaram 5.574.800 compartilhamentos. Ou seja, 3,6 vezes a mais do que a grande mídia.

A constatação demonstra que veículos consagrados como a *Folha de S. Paulo*, o *Estadão*, os canais da Rede Globo e outros não conseguem ter a hegemonia da informação no Facebook. As mídias consideradas alternativas levaram informação *online* para muito mais pessoas. Ao todo, as 21 notícias falsas detectadas tiveram 1.324.400 compartilhamentos. O número se aproxima do total de compartilhamentos das notícias publicadas pela grande mídia.

Faz-se fundamental compreender a definição de pós-verdade elaborada pela Universidade de Oxford que explica a expressão como um adjetivo, “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que

apelos à emoção e a crenças pessoais”. Essa nova realidade se tornou a barreira para os movimentos sociais de esquerda em 2016.

Quando protestos contrários à PEC 241/55 tomaram ruas em todos os estados do Brasil, exigindo também a saída de Michel Temer do poder, a sociedade que até então estava numa posição ativa e fiscalizadora, já havia sido cooptada pelas falsas informações que definiam os envolvidos nessas ações políticas de esquerda como “gente imprestável”, “esquerdopatas”, “petralhas”, enfim, todo tipo de crítica apelativa que fizesse a desconstrução dessas lutas. Ao mesmo tempo em que as informações contaminadas faziam brotar críticas, elas incitavam a valorização dos desejos individuais mais egoístas de cada um colocando-os em conflito com as pautas dos movimentos de esquerda. Ou seja, fizeram com que os movimentos sociais de esquerda fossem vistos como inimigos da possibilidade de se ter desejos individuais.

Em função dessa contraposição, os movimentos acabaram restritos aos seus próprios públicos e ainda não conseguiram se projetar como uma alternativa de comportamento para a maioria da sociedade, que permanece observando a retirada de direitos e de ferramentas que proporcionavam mudanças na divisão social brasileira. Durante o ano de 2016, a esquerda brasileira não encontrou uma maneira pela qual fosse possível demonstrar para os trabalhadores que eles terão uma qualidade de vida muito maior caso lutem por um sistema público de qualidade e por uma sociedade justa, onde impere a igualdade de direitos e de oportunidades.

A LUTA NO LEGISLATIVO

Em relação às medidas do governo Temer enviadas para o Legislativo, em particular a PEC que congelou gastos sociais, a MP que propõe a reforma do Ensino Médio e a PEC da Reforma da Previdência Social, a atuação dos parlamentares da oposição se pauta no

conceito de resistência em todas as instâncias da Câmara e do Senado Federal. A bancada também atua contra o processo de desmonte das estatais, particularmente a Petrobras, e acompanha políticas sociais como os programas Mais Médicos e Minha Casa, Minha Vida. O monitoramento possibilita, além da denúncia e debate público, identificação de atos ilegais e imorais para ingressar com ações no Ministério Público, representações à Comissão de Ética Pública, ao Tribunal de Contas da União, mandados de segurança, ações populares e requerimentos de informação e convocação, que levam, em alguns casos, a recuos do governo¹.

O governo aprovou a PEC 55 no Senado com quórum abaixo do esperado – a margem de segurança do Planalto caiu de doze para apenas quatro votos entre o primeiro e segundo turnos, o que acendeu a luz amarela sobre o comportamento da base aliada na votação da reforma da Previdência.

Durante a tramitação da proposta, que estabeleceu o corte de investimentos públicos por vinte anos e atinge drasticamente as áreas sociais, foram apresentados uma emenda que pediu o referendo sobre a PEC, com 28 assinaturas, além de dois mandados de segurança, por iniciativa da bancada de oposição no Senado. Esta ainda entrou com duas emendas pedindo a retirada do texto das restrições sobre investimentos em saúde, educação e o salário-mínimo. Foram também realizadas em torno de quinze audiências públicas, inclusive em comissões pelas quais a proposta não tramitou.

Era de amplo conhecimento que na votação da PEC haveria resultado negativo, pois a base do governo é muito ampla e está comprometida com o acordo feito para afastar a presidenta Dilma e implantar um conjunto de medidas neoliberais previamente pactuadas. Mesmo os senadores da base que conhecem profundamente

1. Este texto baseia-se em informações da Liderança do PT no Senado (entrevista realizada com Jean Keiji Uema, em 27/01/2017) e do informativo *PT na Câmara*.

os efeitos nefastos e deletérios destas medidas estão votando com o governo, o que praticamente anula as perspectivas da oposição de impedir a aprovação.

Mas, embora os parlamentares da oposição soubessem que era muito difícil convencer os senadores da base a votar contra a proposta, era considerado muito importante realizar o seu debate público. Por isso, uma atuação importante da bancada foi conseguir, por meio da extensão da tramitação da PEC para além do tempo regimental, realizar duas audiências públicas, no plenário e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que possibilitou ampliar o debate, embora este ainda tenha ficado aquém do que deveria ser feito em relação a uma PEC desta envergadura.

No âmbito das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida pelos senadores Gleisi Hoffmann e Paulo Paim, respectivamente, também ocorreram dezenas de audiências públicas, que funcionaram como espaços de denúncia para a sociedade, embora a proposta não tenha tramitado por elas. Além disso, foram promovidas reuniões com vários setores, intelectuais, professores, movimentos de base e sindicalistas, bem como reuniões em vários estados.

Foi ainda produzida uma extensa documentação sobre o impacto da PEC em mais de vinte áreas, entre elas a saúde, a educação e o esporte, para ser utilizada pelos parlamentares e pelos movimentos sociais. Um dado interessante para mensurar um possível resultado desse trabalho foi uma pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada às vésperas da votação, no dia 13 de dezembro, que apontou que 60% dos entrevistados eram contra a proposta, apesar da operação de guerra patrocinada pelo governo e operada pela grande imprensa conservadora. No levantamento, 50% disseram que a saúde e a segurança deveriam piorar com o congelamento, 50% afirmaram acreditar que haveria prejuízo para a educação e 45% afirmaram que o mesmo de-

veria ocorrer com a saúde e o saneamento. Ainda assim a PEC foi aprovada por estreita margem parlamentar.

A tramitação das medidas provisórias é muito célere e dificulta que sejam discutidas com os vários setores da sociedade. No processo de tramitação da Medida Provisória 746/2016, que trata da reforma do Ensino Médio, a bancada do PT tem atuado junto aos estudantes e profissionais da área para denunciar suas implicações.

Parlamentares do PT tentaram aprovar melhorias no texto da medida provisória, mas a base governista impediu aperfeiçoamento do projeto. A votação foi concluída, a MP seguiu para análise no Senado – onde foi aprovada por 43 votos a 13, no dia 8 de fevereiro de 2017. O projeto prevê que os estudantes passem a escolher a área na qual desejam se aprofundar já no início do ensino médio, entre outras alterações polêmicas questionadas pelos movimentos sociais da área da educação. Outro ponto questionado é a permissão para que profissionais com notório saber, ou seja, sem formação acadêmica específica na área, tenham a possibilidade de dar aulas no ensino técnico e profissional, que foi mantida no texto do projeto durante a votação ocorrida na Câmara dos Deputados em dezembro.

Os senadores da oposição também atuaram para apoiar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), realizando várias audiências públicas e reuniões com os trabalhadores da empresa e outros setores sociais. Instituída inicialmente com caráter público, foi uma das poucas que transmitiram os atos de resistência ao golpe durante o primeiro semestre de 2016. Em retaliação, o governo Temer adotou como uma de suas primeiras medidas a retirada da autonomia da empresa, por meio da extinção do conselho curador e a interrupção do mandato de seus dirigentes. A medida provisória (MP 744/16) que reforma sua estrutura administrativa foi aprovada na Câmara em dezembro e seguiria para votação no Senado. Uma das principais críticas é que ela, na prática, transforma uma empresa de caráter público em uma empresa de cunho governamental.

A estratégia dos parlamentares de atrasar a tramitação das medidas para ampliar o debate público também tem sido aplicada na Câmara Federal, às vezes com sucesso. No caso da emenda à Constituição (PEC 287/16) da Reforma da Previdência, embora tenha sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, o PT e os partidos de oposição (PCdoB, PDT, PSOL e Rede) conseguiram adiar para 2017 a criação e instalação da Comissão Especial que vai analisar a proposta e tem até quarenta sessões para realizar a votação que, no entanto, já pode ocorrer após dez sessões.

A Reforma da Previdência propõe a fixação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria; a exigência de 49 anos de contribuição para a aposentadoria integral e a possibilidade de pagamento de pensões por morte inferiores ao salário-mínimo. Também são pontos recriminados pela bancada da oposição a proposta que iguala o tempo de aposentadoria das mulheres ao dos homens e que estende de 65 para 70 anos o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este destina um salário-mínimo à pessoa idosa – com 65 anos ou mais – e à pessoa com deficiência de qualquer idade, desde que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família.

○ ENFRAQUECIMENTO DE TEMER

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e divulgada no início de dezembro confirmou que o desgaste de Temer iniciado já nos primeiros dias após o afastamento provisório de Dilma Rousseff iria acentuar-se com a série de delações que atingiram o centro do comando do novo ministério. Além disso, Temer não conseguiu legitimidade e sua agenda econômica começou a desagradar a população, ainda que, diferente do período em que Dilma ocupava a presidência, essas notícias que colocaram a conduta dos integrantes do governo em suspeita não tenham se tornado folhetins capazes de alterar os ânimos.

De acordo com o levantamento, só 10% da população afirmava estar satisfeita com o governo. Ainda segundo o Datafolha, a avaliação negativa do governo subiu 20 pontos percentuais, de 31% de ruim e péssimo, em julho, para 51%. Às vésperas do golpe, a avaliação negativa de Dilma era de 63%. Para 40% da população, o governo Temer é pior do que o governo Dilma, 34% o consideram igual e 21% o consideram melhor. A pesquisa indicou também que a maioria da população brasileira (63%) seria a favor da renúncia de Temer ainda em 2016 para que houvesse eleições diretas, e 27% se posicionaram contra sua renúncia.

Em relação à economia, para a maioria da população (66%) a inflação iria aumentar, assim como o desemprego (67%), enquanto o poder de compra deveria diminuir (59%). A expectativa era de que nos meses seguintes a economia viesse a piorar, segundo 41% dos entrevistados, e 65% avaliavam que em relação aos meses anteriores a situação econômica do Brasil estava piorando, bem com sua situação pessoal (50%).

Desde o início de setembro começaram a surgir notícias que colocavam o PMDB como beneficiário de esquemas corruptos. O próprio presidente foi citado na delação de um dos executivos da Odebrecht, que afirmou ter mandado entregar R\$ 10 milhões na casa de um amigo de Temer para a campanha do peemedebista de 2014.

O acordo de delação premiada fechado com 77 executivos da empreiteira que provocou vazamento de uma lista de dezenas de políticos, com seus devidos codinomes, e os valores repassados a eles, corrobora o enfraquecimento do governo golpista. As delações já mencionam Temer, Romero Jucá, Aécio Neves, Eduardo Cunha, José Serra, Paulo Skaf, Geraldo Alckmin e uma infinidade de políticos que compõe o governo e sua base de apoio. Porém, A relação do PSDB com o Judiciário e a mídia continua poupando as principais lideranças da exposição em casos de corrupção, embora tenham sido

denunciados/delatados. O foco da imprensa após a delação do fim do mundo tem sido o PMDB. O PT permanece cotidianamente nas manchetes como alvo de investigações, mas apesar disso tudo Lula está à frente de todos os demais possíveis candidatos na sucessão presidencial de 2018.

O governo perdeu seis ministros desde que assumiu, em maio. Uma marca significativa. O primeiro da lista foi o da Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira, que pediu demissão em 30 de maio depois de ter sido gravado criticando a Operação Lava-Jato. Poucos dias após assumir a pasta do Planejamento, foi a vez de Romero Jucá (PMDB-RO), que deixou o cargo doze dias depois de ser nomeado, quando foram divulgadas conversas em que ele sugere um “pacto” para barrar a Lava-Jato ao falar com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Em novembro Jucá foi escolhido como líder do governo no Congresso. Mas logo depois, em dezembro, reapareceu como personagem principal na delação do Fim do Mundo. De acordo com o delator da Odebrecht, o senador centralizava o recebimento de pagamentos e distribuía os valores internamente no grupo do PMDB do Senado Federal. O então ministro do Turismo Henrique Alves foi o próximo da lista ao pedir demissão em 16 de junho, após ter sido citado na delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado como beneficiário de propina. Ele também é alvo de dois pedidos de inquérito apresentados ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-titular da Advocacia-Geral da União, Fábio Medina Osório, foi demitido em 9 de setembro e afirmou que foi retirado do cargo porque o Planalto quer abafar a operação Lava Jato. O seguinte foi o ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero, que se demitiu em 18 de novembro e afirmou que o então ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, o havia pressionado para que liberasse obras de um prédio em área tombada em Salvador (BA), ou seja, para que tomasse decisões em favor de benefícios próprios. A saída dele levou, no mesmo mês, ao

pedido de demissão de Geddel Vieira Lima da Secretaria de Governo, após ser acusado por Calero de pressioná-lo para liberação de obras de um prédio em área tombada em Salvador.

Apesar da possível derrocada de Temer, a agenda neoliberal e antidesenvolvimentista continua forte. Só a produção de contrainformação de qualidade pode ser capaz de esclarecer o futuro sombrio do Brasil com a adoção dessa agenda. A luta política atual precisa ser na propagação dessa contrainformação. Do contrário, não será possível desfazer o pacote de maldades que está sendo proposto contra o povo brasileiro.

E a mudança de posicionamento da mídia, do judiciário e do PSDB com relação ao governo Temer nos revela uma questão inquietante: o enredo da operação Lava Jato que vem influenciando o comportamento e as ações dos brasileiros nos últimos dois anos é resultado das informações divulgadas pela grande mídia. No entanto, elas são baseadas em vazamentos seletivos de delações premiadas. Ou seja, não há certeza alguma sobre o objetivo dessa operação que está construindo um novo cenário político no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS/PROCESSOS

| DOCUMENTO | N. DO PROCESSO/ANO ANDAMENTO | |
|---|------------------------------|--|
| REPRESENTAÇÕES MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF | | |
| 1. Representação ao MPF (PGR) contra vice-presidente Michel Temer, postulando a investigação de seu envolvimento em crimes apurados na Operação LavaJato, requerendo o afastamento das funções, visto que decorreria de eventual impeachment sua imunidade processual. Autoria: Jandira Feghali, Afonso Florence, Henrique Fontana, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra, Randolph Rodrigues, Luciana Santos, Maria do Rosário. Data de entrega: 08/08/2016 | PGR 00225017/2016 | MOVIMENTADO EM 17.08.2016 para GT LAVAJATO - SIGILO |
| 2. Representação ao MPF (PGR) contra Ministro Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e Advogada Geral da União, Grace Mendonça, para investigação das afirmações do ex-AGU de ação do Governo para 'abafar a Lava Jato'. Autoria: Bancada do PT, Randolph Rodrigues, Vanessa Graziottin, Dep. Afonso Florence, Roberto Requião, Paulo Teixeira. Data de entrega: 13/09/2016 | PGR 00262974/2016 | 21/09/2016 - Autuação --> 1.00.000.014699/2016-13. Localização Atual: ASSESSORIA JURÍDICA CRIMINAL/PGR |
| 3. Representação ao MPF (PGR) contra Min. da Justiça, Sr. Alexandre Moraes. Manifestação operação Lava-Jato. Autoria: Gleisi Hoffmann. Data de entrega: 10/10/2016 | PGR 00291051/2016 | 10/10/2016 - Cadastro de documento. Localização atual: ASSESSORIA JURÍDICA CRIMINAL/PGR |
| 4. Representação ao MPF (PRDF) contra a Campanha "Vamos tirar o Brasil do Vermelho). Autoria: Humberto Costa e outros. Data de entrega: 07/10/2016 | PR-DF 46606/2016 | 11/10/2016 - Autuação --> 1.16.000.003528/2016-91. Localização atual: PR/DF- PR-DF/GABPR3-MBZ - MARCIA BRANDAO ZOLLINGER |

| | | |
|--|-------------------------|---|
| <p>5. Representação ao MPF (PRDF) contra Ministro de Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho, e Eline Neves Braga Nascimento. Autoria: Bancada do PT, Roberto Requião, Cristovam Buarque, Kátia Abreu, Randolph Rodrigues, Reguffe, Gladson Cameli, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe. Data de entrega: 24/10/2016</p> | <p>PR-DF 48920/2016</p> | <p>22/11/2016 - Referenciado --> PR-DF-00053022/2016. Localização Atual: PR-DF/GABPR15-FFB - FELIPE FRITZ BRAGA</p> |
| <p>6. Representação ao MPF (PRDF) contra Ministros - Uso irregular de voos da FAB. Autoria: Bancada do PT do Senado, Roberto Requião, Randolph Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Afonso Bandeira, Paulo Teixeira. Data de entrega: 08/11/2016</p> | <p>PR-DF 50874/2016</p> | <p>09/11/2016 - Autuação --> 1.16.000.003839/2016-50. Localização atual: PR-DF/GABPR2-PJRJ - PAULO JOSE ROCHA JUNIOR</p> |
| <p>7. Representação ao MPF (PGR) contra Ministro Geddel - Indícios da prática de condutas criminosas. Autoria: Bancada do PT do Senado, Vanessa Grazziotin, Dep. Afonso Florence e Dep. Jandira Feghali. Data de entrega: 21/11/2016</p> | | |
| <p>8. Representação ao MPF (PGR) contra Michel Temer. Autoria: Bancada do PT do Senado, Afonso Bandeira, Jandira Feghali, Vanessa Grazziotin, Paulo Teixeira. Data de entrega: 28/11/2016</p> | | |

REPRESENTAÇÕES COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA - CEP E CONSELHO DE ÉTICA DO SF - CESF

| | | |
|--|------------------------------|---|
| <p>1. Representação na Comissão de Ética Pública - Min. da Justiça. Sr. Alexandre Moraes. Manifestação operação Lava-Jato. Autoria: Humberto Costa, Gleisi Hoffmann e Afonso Florence. Data de entrega: 26/09/2016</p> | <p>N. do protocolo 33794</p> | <p>Em 20/10/2016 Maristela informou por telefone que o doc aguarda encaminhamentos;</p> |
|--|------------------------------|---|

| | | |
|--|----------------------|--|
| <p>2. Representação Comissão de Ética Pública contra Ministros - Uso irregular de voos da FAB. Autoria: Bancada do PT do Senado, Roberto Requião, Randolph Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Afonso Bandeira, Paulo Teixeira. Data de entrega: 08/11/2016</p> | 00191.010132/2016-15 | |
| <hr/> | | |
| <p>3. Petição no Conselho de Ética do Senado Federal contra Senador Ronaldo Caiado. Autoria: Partido dos Trabalhadores. Data de entrega: 20/10/2016</p> | PCE 10/2016 | 20/10/2016 - Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento. Ação: Segue para análise jurídica da Advocacia, conforme despacho do Presidente de fls. 28. |
| <p>10/2016 20/10/2016 - Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento. Ação: Segue para análise jurídica da Advocacia, conforme despacho do Presidente de fls. 28.</p> | | |
| <hr/> | | |
| <p>4. Petição na Comissão de Ética Pública contra Geddel. Autoria: Bancada do PT, Afonso Florence, Jandira Feghali, Vanessa Graziottin. Data de entrega: 22/11/2016</p> | | |

REPRESENTAÇÕES AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

| | | |
|--|----------------------|--|
| <p>1. Representação ao TCU contra o BNDES violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Autoria: Bancada do PT no Senado, Roberto Requião, Randolph Rodrigues, Reguffe, Vanessa Grazziotin, Joao Capiberibe. Data de entrega: 26/10/2016</p> | 01844112016-5 | |
| <hr/> | | |
| <p>2. Representação ao TCU contra a Petrobras desinvestimento/desestatização. Autoria: Sen. Paulo Rocha e Dep. Chico Vigilante. Data de entrega: 20/10/2016</p> | Protocolo 56405506-5 | |

MANDADOS DE SEGURANÇA

- | | | |
|--|-------------|---|
| 1. Mandado de Segurança - Criação de representações regionais do MEC, Recife. Autoria: Bancada do PT. Data de entrega: 23/09/2016 MS 22867/DF Liminar Indeferida. Relator: Og Fernandes, STJ | MS 22867/DF | Liminar Indeferida. Relator: Og Fernandes, STJ |
| <hr/> | | |
| 2. Mandado de Segurança ao STF - Pedido de concessão de medida liminar contra ato ilegal e abusivo praticado pelo Renan Calheiros. Autoria: Lindberg Farias, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin. Data de entrega: 16/11/2016 | MS 34507 | Liminar Indeferida. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso - STF |
| <hr/> | | |
| 3. Mandado de Segurança ao STF - contra a tramitação da PEC 55/2016. Autoria: Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Data de entrega: 12/12/2016 | MS 34540 | Liminar Indeferida. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso - STF. Número único: 0063725-15.2016.1.00.0000 |

AÇÕES POPULARES

- | | | |
|---|-------------------------------|--|
| 1. Ação Popular Campanha Brasil Vermelho - JFRS. Autoria: Paulo Paim, Gilberto Vargas, Paulo Pimenta, Henrique Fontana Junior, Elvino Gass. Data de entrega: 06/10/2016. 5069139-83.2016.4.04.7100 Liminar indererida. MPF e réus intimados. | 5069139- 83.2016.4.04.7100 | Liminar indererida. MPF e réus intimados. |
| <hr/> | | |
| 2. Ação Popular Campanha Brasil Vermelho - JRDF. Autoria: Lindberg Farias, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Afonso Bandeira Florence, Daniel Gomes Almeida. Data de entrega: 06/10/2016. | 0059705- 84.2016.4.01.3400 | Sentença indeferindo Inicial. Extinção do processo. Publicação 20/10 |

DENÚNCIAS

- | | |
|---|------|
| 1. Denúncia de Crime de Responsabilidade - Pedido de Impeachment ao Michel Temer. Data de entrega: 08/12/2016 | 5648 |
|---|------|
-

2. Denúncia Rollemberg e Secretária de Segurança Pública - contra ação policial abusiva nas manifestações. Data de entrega: 14/12/2016

CONSULTA

| | | |
|--|-------------|--|
| 1. Consulta ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Autor: Humberto Costa. Data de entrega: 15/12/2016 | 15.575/2016 | RELATOR(A): MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. 16/12/2016 - Distribuído para Assessoria Conclutiva - ASSEC. |
|--|-------------|--|

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

| | | |
|--|-------------------|--|
| 1. Requerimento de informação ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Lemos Padilha, sobre pronunciamento do Ministro da Justiça, Sr. Alexandre de Moraes - Manifestação operação Lava-Jato. Autoria: Senadora Gleisi. Data de entrega: 26/09/2016 | Req. 712, de 2016 | 01/11/2016 - Comissão Diretora Situação: INDEFERIDA Relator: Senador Gladson Cameli, com relatório pela rejeição (fls. 3 a 5). |
| 2. Requerimento de informação ao Ministro da Justiça, Sr. Alexandre de Moraes, sobre seu pronunciamento em evento político-eleitoral, de campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Ribeirão Preto, SP. Autoria: Senadora Gleisi. Data de entrega: 26/09/2016 | Req. 713, de 2016 | 01/11/2016 - Comissão Diretora Situação: DEFERIDA PARCIALMENTE Relator: Senador Gladson Cameli, com relatório pelo deferimento parcial, excluindo-se da solicitação os questionamentos de nºs 5 e 6 (fls 3 a 6). |
| 3. Requerimento de informação ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Lemos Padilha, sobre publicidade ilegal "Vamos tirar o Brasil do Vermelho". Autoria: Bancada do PT. Data de entrega: 05/10/2016 | Req. 734/2016 | 17/11/2016 COAME - Coordenação de Apoio à Mesa Situação: DEFERIDA Em sua 8ª Reunião, no dia 17.11.2016, a Mesa do Senado deferiu o presente Requerimento, nos termos do Relatório. Ao Plenário para conhecimento |

REQUERIMENTOS DE CONVOCAÇÃO

- | | | |
|--|----------------------|---|
| <p>1. Requerimento de convocação em plenário da advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, a fim de prestar esclarecimentos sobre notícia veiculada na Revista VEJA. Autoria: Senador Humberto Costa, Senador Randolfe Rodrigues e outros. Data de entrega: 12/09/2016</p> | <p>Req. 686/2016</p> | <p>14/03/17</p> |
| <p>2. Requerimento de convocação em plenário do Ministro Chefe da Casa Civil, Eliseu Lemos Padilha, a fim de prestar esclarecimentos sobre notícia veiculada na Revista VEJA. Autoria: Senador Humberto Costa, Senador Randolfe Rodrigues e outros. Data de entrega: 12/09/2016</p> | <p>Req 687/2016</p> | <p>20/09/2016 - Pronto para Plenário. Situação: Aguardando Inclusão da Ordem do Dia. Votação, em turno único.</p> |
| <p>3. Requerimento de Convocação do Ministro da Justiça, Sr. Alexandre Moraes, para audiência pública na CCJ. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Data de entrega: 26/09/2016</p> | | <p>Encontra-se na CCJ. Ainda não foi lido</p> |

Elaboração: Assessoria técnica do PT no Senado

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Alexandre Guerra

Economista, doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atua na área de diagnóstico socioeconômico, planejamento e monitoramento de políticas públicas. Foi consultor da Organização das Nações Unidas (ONU), do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e secretário-adjunto de planejamento e gestão da Prefeitura do Município de Osasco.

Ana Luíza Matos de Oliveira

Economista (UFMG) com diploma superior em Pensamento Social Latino-Americano e Caribenho (CLACSO); mestra em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) com estágio na Université de Genève; doutoranda em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) com estágio na Jawaharlal Nehru University. Foi consultora da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É analista de conjuntura em política social da Fundação Perseu Abramo (FPA). Integra a Equipe Editorial do *Brasil Debate* e coordena o projeto Diálogo Petrolero.

Guilherme Santos Mello

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2008), graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), mestrado em Programa de Pós-Graduação em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Foi professor no curso de Economia da PUC-SP e nos cursos de economia e Relações Internacionais da Faculdade de Campinas (Facamp). Atualmente é professor doutor do Instituto de Economia da Unicamp (IE-Unicamp).

Igor Rocha

Economista, Doutor pela University of Cambridge e membro do Sidney Sussex College e da Cambridge Society for Social and Economic Development, Reino Unido. Recebeu em 2012 o prêmio Luca d'Agliano (Itália) em conjunto com o Churchill College (University of Cambridge) pelo projeto de pesquisa de Doutorado (Essayson Economic Growthand Industrial Development: acomparative analysis between Braziland South Korea). Tem experiência na área de Economia Industrial, Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico e Modelos Insumo-Produto.

Kjeld Aagaard Jakobsen

Doutor em relações internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Foi secretário de relações internacionais da CUT e da Prefeitura do Município de São Paulo, bem como diretor da Fundação Perseu Abramo (FPA). Trabalha como consultor em cooperação e relações internacionais assessorando atualmente a CUT, CSA, PT e FPA.

Luís Fernando Vitagliano

Cientista Político com mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorando na mesma instituição. Estudou na Universidade Complutense de Madrid e fez curso sobre macroeconomia e finanças públicas na CEPAL-Chile. É professor de Ciência Política no curso de Relações Internacionais da FMU e professor convidado dos cursos de Especialização em Gestão Pública do Instituto de Economia IE-Unicamp; também é coordenador dos Cursos de Difusão do Conhecimento do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Matheus Tancredo Toledo

Cientista Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, é mestrando em Ciências Sociais pela mesma instituição, na área da Ciência Política, e integra o Núcleo de Estudos e Opinião Pública (NEOP) da Fundação Perseu Abramo, como analista.

Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro

Jornalista, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), mestrando em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), trabalhou em emissoras de televisão e como correspondente da Fundação Perseu Abramo (FPA) na França.

Ronnie Aldrin Silva

Geógrafo pela Universidade de São Paulo (USP) e profissional da área de TI, atua com o setor público há 15 anos, e já coordenou áreas de estudos socioeconômicos, pesquisas, indicadores, desenvolvimento de sistemas e inclusão digital. Foi consultor da FAO-ONU e do IPEA, atualmente é consultor da Fundação Perseu Abramo (FPA). É também organizador e autor *et alii* de publicações sobre o mercado de trabalho e exclusão social.

Rose Silva

Graduada em jornalismo pela Universidade Metodista, com especializações em políticas públicas sociais (Rede Andi/USP) e comunicação corporativa (Fundação Getúlio Vargas). Trabalhou em governos municipais, no governo federal e terceiro setor. Desde 2015 integra o núcleo de comunicação da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Vilma Luiza Bokany

Cientista Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição, na área da Sociologia. Coordena o Núcleo de Estudos e Opinião Pública (NEOP) da Fundação Perseu Abramo (FPA), onde participa desde 2001.

William Nozaki

Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP), mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp), professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), coordenador do mestrado Estado, governo e políticas públicas da Fundação Perseu Abramo (FPA) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

O livro *Brasil 2016: recessão e golpe* foi impresso na gráfica Forma Certa para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares.
O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 12,6/16,2.
A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em pólen soft 80g.

O livro **Brasil 2016: recessão e golpe** é uma contribuição aos esforços que o Partido dos Trabalhadores (PT) e outras organizações partidárias e movimentos sociais do campo progressista realizam para analisar os acontecimentos de 2016. Visa, ainda, projetar novas estratégias políticas e propostas programáticas com vistas à continuidade da luta por um Brasil mais democrático e igualitário.

Fruto do trabalho do Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo (FPA), o livro contou com a colaboração de Alexandre Guerra, Ana Luíza Matos de Oliveira, Guilherme Santos Mello, Igor Rocha, Kjeld Aagaard Jakobsen, Luís Fernando Vitagliano, Matheus Tancredo Toledo, Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro, Ronnie Aldrin Silva, Rose Silva, Vilma Luiza Bokany e William Nozaki.

